



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**TALITA DE FÁTIMA PEREIRA FURTADO MONTEZUMA**

**LICENCIAR E SILENCIAR: ANÁLISE DO CONFLITO**  
**AMBIENTAL NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PROJETO**  
**SANTA QUITÉRIA, CE.**

**Orientadora: Profa. Dra. Germana Moraes de Oliveira**

**FORTALEZA**  
**2015**

TALITA DE FÁTIMA PEREIRA FURTADO MONTEZUMA

**LICENCIAR E SILENCIAR: ANÁLISE DO CONFLITO  
AMBIENTAL NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PROJETO  
SANTA QUITÉRIA, CE.**

Dissertação submetida ao Programa Pós  
Graduação em Direito da Universidade  
Federal do Ceará.

Área de Conhecimento: Direito Urbanístico  
e Constitucional.

Orientadora: Profa. Dra. Germana Oliveira  
de Moraes

Coorientadora: Profa. Dra. Raquel Maria  
Rigotto

FORTALEZA  
2015

TALITA DE FÁTIMA PEREIRA FURTADO MONTEZUMA

**LICENCIAR E SILENCIAR: ANÁLISE DO CONFLITO AMBIENTAL NAS  
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PROJETO SANTA QUITÉRIA, CE.**

Dissertação submetida ao Programa Pós  
Graduação em Direito da Universidade  
Federal do Ceará.

Área de Conhecimento: Direito Ambiental  
e Constitucional.

Orientadora: Profa. Dra. Germana Oliveira  
de Moraes

Coorientadora: Profa. Dra. Raquel Maria  
Rigotto

Dissertação defendida e aprovada em

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Germana Oliveira de Moraes (UFC)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Maria Rigotto (Coorientadora) (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC)

---

Prof. Dr. Carlos Frederico Marés de Sousa Filho (PUC PR)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca da Faculdade de Direito

---

M779L Montezuma, Talita de Fátima Pereira Furtado.  
Licenciar e silenciar: análise do conflito ambiental nas audiências públicas do Projeto Santa Quitéria, CE / Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma. – 2016.  
342 f. : il. color.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2016.  
Área de concentração: Ordem Jurídica Constitucional.  
Orientação: Profa. Dra. Germana Oliveira de Moraes.

1. Direito ambiental. 2. Audiências públicas. 3. Licenças ambientais. I. Título.

---

CDD 347.24

Aos que ousam lutar e incomodar os donos do poder.

## AGRADECIMENTOS

"Quero falar primeiro dos andarilhos, do uso em primeiro lugar que eles fazem da ignorância. Sempre eles sabem tudo sobre o nada. E ainda multiplicavam o nada por zero – o que lhe dava uma linguagem de chão. Para nunca saber onde chegavam. E para chegar sempre de surpresa. Eles não afundavam estradas, mas inventavam caminhos. Essa a pré-ciência que sempre vi nos andarilhos. Eles me ensinaram a amar a natureza."

(Manoel de Barros)

Aos andarilhos trameiros, que coletivamente se organizam para desorganizar as ferramentas de injustiça ambiental, cognitiva, econômica e simbólica. Ao grupo que me deu uma justificativa a um só tempo credível e impossível para estar aqui, e aqui ressignificar a práxis acadêmica a partir de um compromisso profundo com os povos que partilham suas vivências e desafios ao lado destes pesquisadores-andarilhos. Pelo uso que fazem da sua ignorância gerando conhecimento e linguagem de chão ou, como chamamos, pela “pedagogia do território”. Aos que me ajudaram, com imensa generosidade, a pisar no chão dos territórios em que juntos estivemos, para não saber onde chegaríamos e, assim, caminhando, inventam-se os caminhos tão necessários. Aos que me ensinaram a amar a natureza e os povos que sabem dela cuidar e viver, e também me ensinam (mas ainda estou aprendendo) a pensar a ciência, o direito, a vida, e a compreender o pertencimento coletivo como o sentir e os sentidos de um mundo por vir. Ao Núcleo Tramas, que tantas vezes acusei de ser o culpado por essa “cilada dissertativa”, rendo meus maiores agradecimentos, que são, na verdade, muita admiração.

A andarilha-luz, Raquel, por tudo que as palavras não conseguem dizer. Amizade, entrega, orientação, inspiração. Raquel é uma verdadeira educadora, no sentido mais paulo freireano que seria possível. Gratidão imensa.

Aos andarilhos trameiros: Ada, Andréa, Bruna, Camila, Danielli, Fernando, Lígia, Lívia, Lourdes, Manu, Mayara, Rafael e Renata e aos tantos outros que se achegam.

À professora Germana pela orientação concedida, pelos bons conselhos, pela liberdade atenta que me deu, pela compreensão do que este processo significava. Um carinho imenso.

A professora Alba e ao professor Marés, pela generosidade que tiveram ao aceitar compor esta banca – que para mim é fonte de inspiração e compromisso cotidianos. Tenho por ambos uma admiração profunda e esta soma me representa a beleza de uma ciência emancipatória e interdisciplinar.

\* \* \*

Aos que lutam contra o projeto de mineração Santa Quitéria, representados pela coragem de seu Chico, a quem as *imagens desestabilizantes*, somadas a sua imensa sabedoria, fizeram com que ele, que era a favor do projeto, não se apegasse “na teimosia” e se tornasse um dos interlocutores da resistência, do orgulho do modo de vida camponês, e que fosse para a frente daquelas platéias desconhecidas, naqueles salões um tanto hostis, diante de tantas “autoridades”, para falar nos injustos três minutos (e aí ser interrompido seis vezes) sobre os saberes que acumulava na vivência com aquele território, para falar sobre a natureza, que mais vale a saúde do que o dinheiro, que a água não vai dá como eles querem não.

Às comunidades que – com a força da luta! – não serão duramente impactadas por este projeto.

Aos que suportam o peso, a expropriação, as injustiças, os sacrifícios do que se acordou chamar de desenvolvimento, às vezes com o custo de sua própria vida, de sua própria existência coletiva. Ao Zé Maria do Tomé. Aos Guarani-Kaiowá, que vivem um massacre silenciado. A todos os outros e outras que, lutando, nos inspiram a seguir na construção do único mundo possível: a utopia.

\* \* \*

À minha mãe e minha avó, mulheres guerreiras que me deram as ferramentas (objetivas e subjetivas) para me somar nestas lutas do mundo e que, no cotidiano, me realizam com a partilha de muito amor.

Aos meus irmãos, com quem venho aprendendo sobre partilha, cuidados e generosidade. Ao meu querido pai.

Ao Gustavo, pelos sete carnavais de parceria, pelos risos que me arrancou neste período de escrita, por ter topado todos os cardápios que eu escolhia, por ter me suportado invariavelmente mal humorada, mas principalmente pela experiência de um amor real e profundo que será sempre parte de mim.

À Cecília e Dilly, que também me suportaram, me fizeram cafuné e me levaram para as bibliotecas todas da cidade pra que este texto saísse. Pela amizade amorosa, gratidão.

À Sofia, amiga-luz, pelas boas energias, pela serenidade e sabedoria tão preciosas.

À Valentina – e a Emily e ao Davi, pela amizade deliciosa, por terem parido esta pequena (e me parido tia-babona) de quem eu ia caçar as fotos lindas pra suspirar de amor e de alegria com a renovação da vida. Que o mundo seja lindo e utópico pra você e pros seus (Tito, Maria, Bento, Olga, Tomé, Felipe, Luisa Elita, Michel, Alice, Marco Otávio, sem terrinhas, sem tetinhos, sem agronegocinhos, sem mineraçõezinhos – por uma geração de enfrentantes das injustiças do capital)!

Aos amigos e amigas tão queridos: à Luanna, pelo imenso afeto descoberto e pelas várias operações de resgate e salvamento dos dias; à Mayara Mello, minha consultora para assuntos de desesperos, pelo bom humor, pelas lições sobre Bourdieu; à Lourdes, pelo exemplo de militância e por todas as conversas nas quais aprendi muito sobre a vida, e a política dentro da vida; ao Rodrigão, pelo muito que vem agregando à advocacia popular; à Marília, pelas leituras e ideias trocadas; ao Ary, que lá da Alemanha, cheio de perrengues que nem falam português, também esteve tão pertinho nesta fase de escrita; ao João Alfredo, um precioso *irreduzível* nas lutas socioambientais; a Soraya, pela leveza e sabedoria que acrescenta aos dias. Aos companheiros e amigos: Lara, Claudio, Talita, Jessica, Rosa, Iuri, Maiana, Vladia, Elaine, Ismênia, Sandra, João do Cumbe, Lucas, Helena, Valéria, Thiago Arruda, Julianne, Priscylla e Henrique, meu afeto e gratidão.

Aos companheiros da articulação anti-nuclear, que possamos seguir firmes na denúncia das injustiças deste projeto!

Aos companheiros do M21 que, lutando contra o agronegócio, lutam por outro mundo no qual projetos como este não sejam pensáveis.

Aos coletivos de assessoria jurídica popular, por serem incansáveis na parceria com a luta do povo! À Renap e à Urucum, pela partilha de vivências profundas de uma práxis jurídica contestadora e libertadora.

Aos novos, porém de sempre, companheiros do gabinete 314, pelo ensinamento cotidiano, pela oportunidade de partilha, pela admiração profunda que tenho a cada um de vocês: Andrea, Margarida, Caio, Afrânio, Ivna, Isabel, Patrícia, Hugo, Cecília, Angeline, Soraya, Lucimar, Madeira, Sal, Marcelo, Jonas, Vânia, Alex, Jocide, Eronilton, Lucas, Lara e todos os outros que se somam. Ao Renato, pelo desempenho aguerrido e inspirador de sua tarefa. A toda equipe pela compreensão com o período em que precisei me dedicar mais intensivamente à finalização desta pesquisa.

Aos antigos e novos cajuanos!

Aos colegas do mestrado.

À Funcap, pela bolsa concedida.

## RESUMO

Situado no sertão central cearense, o projeto Santa Quitéria pretende explorar a jazida de Itataia (Santa Quitéria/CE) para a produção de fertilizantes fosfatados e de concentrado de urânio. Inserida no contexto do neoxtratativismo, a produção se destina ao fornecimento de insumos para indústria nuclear e do agronegócio. Trata-se, portanto, de um projeto inserido no modelo hegemônico de desenvolvimento, em torno do qual vem surgindo múltiplas contestações diante dos riscos de contaminação ambiental, de impactos negativos sobre a saúde humana, de aumento da pressão sobre as políticas públicas da região e de desestruturação do modo de vida das comunidades do entorno da jazida. Movimentos Sociais, entidades civis e lideranças das comunidades da região se organizam na Articulação Antinuclear para obter informações e contestar os impactos negativos do projeto. Estes sujeitos denunciam a concentração dos possíveis benefícios e a externalização dos seus ônus, cenário que caracteriza o que se compreende como um processo de injustiça ambiental. Instaura-se, então, um conflito ambiental entre os sujeitos sociais envolvidos, conflito este marcado por assimétricas relações de poder. O licenciamento ambiental do projeto torna-se um palco em que as disputas deste conflito podem ser evidenciadas, ao tempo em que o estudo dos conflitos ambientais pode alimentar as reflexões acerca dos limites, das metodologias de avaliação de impactos, da normatização do rito, da participação dos atingidos e das racionalidades envolvidas no licenciamento. Considerando as disputas de poder, a pesquisa pretende analisar o conflito ambiental nas audiências públicas do licenciamento do projeto Santa Quitéria. Para isso, estudaremos as disputas em torno das narrativas de legitimação do empreendimento, a luta cognitiva inserida do conflito ambiental e os pontos de contestação no espaço oficial de participação. Tomamos como base da pesquisa o estudo das audiências públicas, que nos orientará metodologicamente. Nos percursos metodológicos, realizamos análise documental e pesquisa de campo guiada pelos princípios da observação participante. A pesquisa se insere dentre os estudos realizados pelo Núcleo Tramas na região desde 2010 e, portanto, compõe um processo coletivo de construção de saberes em diálogo com a Articulação Antinuclear cearense.

**Palavras-chave:** Conflito Ambiental. Poder. Audiências Públicas. Licenciamento Ambiental. Projeto Santa Quitéria.

## RESUMEN

Ubicado en el sertão (región semiárida) central de Ceará/Brasil, el proyecto Santa Quiteria pretende explotar la mina de Itataia (Santa Quiteria/CE) para la producción de fertilizantes fosfatados y de concentrado de uranio. Insertada en el contexto del neoextractivismo, la producción se destina al fornecimiento de insumos para la industria nuclear y del agronegocio. Se trata, por lo tanto, de un proyecto insertado en el modelo hegemónico de desarrollo, alrededor del cual han emergido múltiples contestaciones frente a los riesgos de contaminación ambiental, de impactos negativos sobre la salud humana, del aumento de la presión sobre las políticas públicas de la región y la desestructuración del modo de vida de las comunidades aledañas a la mina. Movimientos Sociales, organizaciones civiles y líderes de las comunidades de la región se organizan en la Articulación Antinuclear para obtener informaciones y contestar los impactos negativos del proyecto. Estos sujetos denuncian la concentración de los posibles beneficios y externalizaciones de sus daños, escenario que caracteriza lo que se comprende como un proceso de injusticia ambiental. Asimismo se establece un conflicto ambiental entre los sujetos sociales implicados, que se caracteriza por relaciones de poder asimétricas. El licenciamiento ambiental del proyecto se vuelve un palco en el que las disputas de este conflicto pueden ser evidenciadas, al tiempo en que el estudio de los conflictos ambientales puede alimentar las reflexiones sobre los límites de las metodologías de evaluación de los impactos, de la normalización del rito, de la participación de los afectados y de las racionalidades implicadas en el licenciamiento. Considerando las disputas de poder, la investigación pretende analizar el conflicto ambiental en las audiencias públicas del licenciamiento del Proyecto Santa Quiteria. Para eso, estudiamos las disputas alrededor de las narrativas de legitimación de la obra, la lucha cognitiva insertada en el conflicto ambiental y los puntos de contestación en el espacio oficial de participación. Tomamos como base de la investigación el estudio de las audiencias públicas que nos conduce metodológicamente. En los caminos metodológicos, realizamos análisis documental e investigación de campo guiada por los principios de la observación participante. La investigación está insertada en los estudios realizados por el Nucleo Tramas en la región desde 2010 y, por lo tanto, compone un proceso colectivo de construcción de saberes en diálogo con la Articulación Antinuclear de Ceará. **Palabras-clave:** Conflicto Ambiental. Poder. Audiencias Públicas. Licenças ambientales. Proyecto Santa Quitéria.

## **FIGURAS**

Figura 1: Diagrama de blocos sintético geral das operações de produção a serem desenvolvidas no Projeto Santa Quitéria.

Figura 2: Mapa Social produzido pelas mulheres de Riacho das Pedras.

Figura 3: Cenário dos Atores Sociais.

Figura 4: Grau de relevância dos atores sociais de acordo com o estudo ambiental.

Figura 5: Foto de Realização do primeiro encontro do Grupo de Pesquisa em Vigilância Popular em Saúde e Ambiente.

Figura 6: Áreas de Influência

Figura 7: Abrangência e relação entre os licenciamentos

## **TABELAS**

Tabela 1: Tabela com a produção de lavra prevista.

Tabela 2: Assentamentos Federais da Região.

Tabela 3: Assentamentos Estaduais da Região.

## **QUADROS**

Quadro 1: Expectativas dos representantes do poder público local.

Quadro 2: EVOLUÇÃO DO VALOR DAS OPERAÇÕES MINERAIS NO BRASIL

Quadro 3: Produção agrícola e consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil, de 2002 a 2011

Quadro 4: Volume do Açude Edson Queiroz de 2004 a 2015.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE  
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA  
Associao Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO  
Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES  
Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN  
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH  
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA  
Defensoria Pública da União – DPU  
Departamento Nacional de Produo Mineral – DNPM  
Diário Oficial da União – DOU  
Diretório Central dos(as) Estudantes da Universidade Federal do Ceará – DCE/UFC  
Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar – EFTA  
Estudo de Impacto Ambiental – EIA  
Fundaao Osvaldo Cruz – Fiocruz  
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natura – ISSQN  
Indústrias Nucleares do Brasil – INB  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.  
Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE  
Instituto do Patrimnio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN  
Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária – INCRA  
Ministério Público Federal – MPF  
Rede Nacional de Advogados Populares – RENAP  
Secretaria de Recursos Hídricos – SRH  
Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE  
Termo de Referência –TR

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1 O projeto Santa Quitéria.....	20
1.2 Breves apontamentos sobre a região e os sujeitos sociais envolvidos no conflito ambiental.....	27
1.3 Os ‘atores sociais’ pelo EIA.....	36
1.4 Notas e contestações ao Licenciamento Ambiental Brasileiro: Por que olhar sobre este campo?.....	42
1.5 Objetivos.....	51
1.6 Percursos metodológicos.....	51
2. As “respostas” em questão: ambientalização, o problema do desenvolvimentismo e o cenário do neoextrativismo.....	61
2.1 Política Ambiental e a ambientalização em curso.....	63
2.2 As <i>injustiças da sustentabilidade</i> : oesverdeamento do mercado.....	66
2.3 Flexibilização de direitos: a economia verde ganhando espaço na normativa ambiental.....	69
2.4 Nas recentes soluções, o velho desenvolvimento: Notas sobre o Neoextrativismo .....	70
3. Conflitos Ambientais e seu atravessamento por assimétricas relações de poder: uma introdução conceitual.....	83
3.1 Processos de vulnerabilização e Injustiça Ambiental.....	85
3.2 A opção de olhar para o problema de pesquisa com os aportes da conflitividade.....	88
3.3 O conflito envolto de relações de poder:.....	89
3.4 Poder e dominação na Teoria de Bourdieu.....	92
3.5 A fala como lugar de poder: breves apontamentos sobre discurso.....	98
4. As disputas em torno das narrativas que justificam o projeto de mineração.....	102
4.1 <i>As estratégias do desenvolvimento como oportunidade e salvação</i> : uma territorialidade urbano-abstrata e a desqualificação da territorialidade vivida..	102
4.2 A caracterização e a naturalização do projeto como inerente e inevitável....	111
4.3 A economicização e abstração dos benefícios: pra quem eles vão chegar?.....	118

4.3.1 Os empregos.....	120
4.3.2 Geração de impostos.....	126
4.4 Vai ser bom pra todo mundo: a negação da disputa de interesses.....	129
4.5 As opções econômicas como interesse público: agronegócio e matriz energética.....	132
4.5.1 O agronegócio.....	134
4.5.2 “E o Brasil é um país em desenvolvimento que não pode prescindir de nenhum tipo de energia” <sup>1</sup> : a retomada do projeto nuclear brasileiro.....	138
4.6 O Estado como parceiro do projeto e o acesso às Políticas Públicas:.....	146
4.6.1 “O Estado do Ceará é parceiro deste projeto”: a disponibilidade e o subsídio das mãos do Estado.....	147
4.6.2 Os empreendedores como “parceiros” do Estado e das comunidades: Os direitos pelas mãos do consórcio?.....	152
4.6.3 Pressão sobre políticas: o outro lado da narrativa do projeto como o caminho para direitos.....	156
4.7 A responsabilidade socioambiental: “um compromisso com o desenvolvimento do Estado”	160
4.7.1 O histórico ambiental da INB como o contra ponto à responsabilidade socioambiental.....	165
5. Injustiça cognitiva no conflito ambiental: epistemologias, estratégias e disputas em torno das distintas valorações dos conhecimentos.....	173
5.1 Revisitando a crítica à ciência moderna: por outro ponto de partida para o olhar da ciência.....	176
5.2 A luta por justiça cognitiva, a Ecologia de Saberes e uma Racionalidade de Resistência.....	184
5.3 As conseqüências da ciência moderna: Mitigar, compensar e monitorar - Paradigma da adequação e a gestão ecoeficiente nos licenciamentos ambientais .....	189
5.4 A disputa por capital científico e a inferiorização de saberes na luta cognitiva .....	201
5.5 Eufemizar os riscos, desconsiderar as incertezas, fragmentar a complexidade: .....	209
5.5.1 Os mitos e os não-ditos sobre a Radiação:.....	214
5.6 As insuficiências e as racionalidades do EIA:.....	221
5.6.1 O Termo de Referência.....	221
5.6.2 As críticas apresentadas pelo Painel Acadêmico-Popular.....	226
5.6.3 As áreas atingidas: subdimensionamento e invisibilidade.....	228
6 Os sentidos do lugar: o que é e pra que serve uma Audiência Pública?.....	245

---

<sup>1</sup> Fala de José Roberto, representante da INB, em Seminário realizado em 11 de outubro de 2013.

6.1 O resgate da experiência: breves anotações sobre os instrumentos oficiais de participação política.....	248
6.2 Pra que serve um – ou dois – licenciamentos?.....	255
6.2.1 Divergências sobre o licenciamento nuclear.....	264
6.2.2 O parecer prévio do Ibama e o licenciamento como entrave.....	270
6.3 Os sentidos do lugar: o que é e pra que serve uma Audiência Pública? Percepções dos sujeitos sociais.....	271
6.4 Ensaio, improviso, consenso e conflito: os elementos do rito participativo....	280
6.5 O tempo de fala é espaço de poder: o que dá pra dizer em três minutos?.....	291
6.6 Os principais tensionamentos das audiências: Saúde, Água, Terra e Ambiente.....	299
6.6.1 Preocupações com os impactos para a Saúde:.....	300
6.6.2 Água.....	304
6.6.3 Terra: desapropriação e produção agrícola.....	313
6.7 Do lado de fora do rito: decisão ambiental, os espaços não oficiais de diálogo com as comunidades e os comentários após as audiências.....	321
Considerações Finais .....	326
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	341

## 1 INTRODUÇÃO

- Sobre o futuro, qual é a segurança que os poderes públicos vão dar pra nós?  
 Como vamos conseguir?  
 Se educando, se juntando, reivindicando unidos os nossos objetivos de vida.  
 Ficamos preocupados com o futuro das crianças  
 Não estão preservando as vidas<sup>2</sup>.

Conduzido pelas mãos do Estado, o *neoextrativismo* se apresenta em curso para diversos países latino americanos. Por meio de subsídios, construção de infraestrutura, adaptação da legislação e compensação com políticas de combate à pobreza, muitos governos vem se aliando aos processos de reprimarização<sup>3</sup> das economias voltadas à exportação e de extração de recursos minerais.

Neste cenário, que será melhor explicitado em item específico, situa-se o projeto de mineração de urânio e fosfato na jazida<sup>4</sup> de Itataia, localizada entre os municípios de Itatira e Santa Quitéria, no semiárido do sertão cearense.

Esta pesquisa se situa diante do desafio de realizar uma análise do conflito ambiental em torno do licenciamento do projeto de mineração, utilizando fontes documentais e de observação participante, partindo principalmente das audiências públicas do licenciamento ambiental.

Neste momento, pretendemos contextualizar o leitor sobre os percursos e escolhas adotadas ao longo da pesquisa, procurando facilitar sua leitura e partilhando

---

<sup>2</sup> Fala de morador da comunidade Riacho das Pedras, em oficina realizada pelo Núcleo Tramas em 2010 (TEIXEIRA, 2013, p.51)

<sup>3</sup> A reprimarização consiste em um mecanismo de regressão qualitativa da participação nacional no comércio internacional, reforçando a importância de produtos primários na balança comercial brasileira. Este processo se opera por meio do aprofundamento do capitalismo dependente e da expansividade da lógica do capital sobre o campo e suas populações. O agronegócio representa uma face importante deste processo, entretanto, a reprimarização se caracteriza pela ascensão da exportação de *commodities* agrícolas e não agrícolas, sendo estas os produtos das atividades de mineração. Em 2012 diversos movimentos sociais do campo organizaram um manifesto expondo as violações decorrentes deste cenário – que é também fruto de opções de políticas de desenvolvimento – e reivindicando políticas para o campo que promovam a conservação ambiental reforma agrária, a soberania alimentar e a distribuição justa de riquezas. A carta pode ser acessada em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507010-organizacoes-sociais-do-campo-lancam-manifesto-e-afirmam-que-brasil-vive-um-processo-de-reprimarizacao-da-economia>>, acesso realizado em 18.08.2015.

<sup>4</sup> O código mineral, Decreto Lei Federal 227/67, em seu artigo 4º, elucida a diferença entre jazida e mina: “Art. 4º Considera-se jazida toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra, e que tenha valor econômico; e mina, a azida em lavra, ainda que suspensa.” Na região, comumente a jazida de Itataia será chamada de Mina, ainda que este não seja tecnicamente o termo adequado. Elucidando a diferença entre ambas, estudaremos o conflito a partir dos discursos dos sujeitos sociais e, muitas vezes, ambas aparecerão no texto como sinônimos.

quais foram nossos desafios, objetivos e a metodologia utilizada para tecer as análises e as sínteses deste trabalho.

Para que esta tarefa possa se realizar, avaliamos que devemos trazer para a leitura um cenário do campo em que o conflito se insere, procurando contextualizar sobre o que é o projeto; o território em que ele pretende se inserir; os sujeitos sociais que atuam no conflito e os motivos de estudá-lo a partir da observação do licenciamento ambiental. Estas dimensões perpassam toda a estrutura da pesquisa, porém não temos pretensão de esgotá-las. Em uma contextualização introdutória, queremos facilitar a leitura por vir, dando um suporte inicial para que as reflexões sigam a partir de um chão comum. Optamos por não criar capítulos exclusivos para detalhar o projeto, os impactos, os pormenores do licenciamento ou o histórico dos sujeitos sociais, pois avaliamos que estes elementos estarão presentes durante toda a narrativa, e que era preciso priorizar os aprendizados do campo empírico na concepção da estrutura do texto.

## 1.1 O projeto Santa Quitéria

A jazida mineral Itataia, situada entre os municípios de Santa Quitéria (CE) e Itatira (CE), a aproximadamente 210 km de Fortaleza, foi “descoberta” em 1976, fase em que o governo ditatorial buscava as “riquezas” das nossas terras<sup>5</sup>. Por meio de pesquisas realizadas pelas Empresas Nucleares Brasileiras S/A (Nuclebrás), revelou-se a quantidade – e o interesse econômico na exploração da massa mineralizada chamada colofanito, que consiste na associação de urânio ( $U_3O_8$ ) e fosfato ( $P_2O_5$ ) (ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p. 11). De lá pra cá, tentam achar os caminhos de abertura das veias do semiárido cearense, tendo como obstáculos fatores que envolvem as dificuldades de encontrar as “boas técnicas” que viabilizem a empreitada, as oscilações do preço dos minérios no mercado internacional e as possibilidades de enfrentamento de uma população resistente ao projeto.

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental – EIA do projeto, trata-se da maior reserva de urânio já detectada no país, que está localizada em uma área de 4.001,04 hectares, de titularidade da Indústrias Nucleares do Brasil - INB, que possui um

---

<sup>5</sup> Informações obtidas em <<http://www.funeri.jex.com.br/meio+ambiente+no+mundo/santa+quiteria+reabre+mina>>, pesquisa realizada em 18.20.08.

depósito com reserva medida de 79.700.000 toneladas de minério - com cerca de 8.882.000 toneladas fosfato e 79.300 toneladas de óxido de urânio (ARCADIS LOGOS, 2014, vol. I, p. 134).

Em 1990, a empresa estatal Nuclebrás, hoje Indústrias Nucleares do Brasil – INB, reiniciou a pesquisa mineral na área, após autorização de pesquisa concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Após a autorização de pesquisa, o projeto obteve Portaria de Lavra emitida pelo DNPM em 03.10.2005, no interior do processo administrativo nº 800.095/1990<sup>6</sup>. Desde então, são empreendidos esforços para obter a licença ambiental do projeto. (ARCADIS LOGOS, 2014, v.1, p.126)

De início, o licenciamento foi proposto no âmbito do órgão ambiental estadual, qual seja, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, ocasião em que chegou a ser concedida a Licença Ambiental Prévia nº. 1413/04 e a Licença de Instalação n.º 2164/04<sup>7</sup>, que autorizaram a atividade de extração de urânio e ácido fosfórico no empreendimento denominado “Complexo Industrial de Santa Quitéria”.

O Ministério Público Federal – MPF, entretanto, detectou ilegalidades<sup>8</sup> no licenciamento e solicitou, judicialmente, a anulação das licenças concedidas, argumentando que o procedimento deveria ser conduzido pelo órgão ambiental federal, em decorrência da presença de extração de urânio – atividade econômica cujo monopólio pertence à União Federal<sup>9</sup>.

A INB, por sua vez, argumentou que a exploração de urânio no projeto era “residual” e em decorrência do processo de extração do fosfato<sup>10</sup>. Esta argumentação não prosperou e, por meio da Ação Civil Pública nº. 2005.81.00.013905-6, houve a anulação das licenças concedidas e a determinação de que o licenciamento fosse

---

<sup>6</sup> Junto a este processo principal de concessão de lavra no DNPM se encontram vinculados os processos 800.853/76, 810.789/76, 810.791/76 e 800.095/90 (ARCADIS LOGOS, 2014, v.1, p.140).

<sup>7</sup> Vale destacar que, entre a concessão da Licença Prévia e a concessão da Licença de instalação decorram-se apenas 7 dias, prazo insuficiente para elaboração do Projeto Básico Ambiental e para o cumprimento das condicionantes. Ademais, na época, a Semace não realizou audiências públicas para discussão do projeto.

<sup>8</sup> Na época, em relatório de vistoria, o Ibama apontou inadequações no EIA/RIMA, tais como a ausência de consulta ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de informações sobre aspectos culturais, de lazer e de turismo das comunidades próximas ao empreendimento, problemas na delimitação da Área de Influência Indireta, a não identificação de lideranças sociais locais e a não realização de Estudo de Análise de Riscos. Informações constam no Ofício 1051/2012/DILIC/IBAMA.

<sup>9</sup> A competência do órgão ambiental federal é estabelecida pela Lei nº. 6.938/81, alterada pela Lei 9.960/2000, c/c artigo 3º da Resolução 001-1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e c/c artigo 4º, IV, da Resolução 237-1997- CONAMA.

<sup>10</sup> O parecer jurídico da empresa, ainda, baseava-se no §4º, artigo 19 do Decreto nº 99.274/99, à época já revogado pela Lei 9.960/2000 A Advocacia Geral da União, o Ministério Público Federal e o Ibama apontaram a irregularidade.

reiniciado no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Em 2009 é firmado o contrato do atual “Consórcio Santa Quitéria”, composto pelas empresas INB, empresa pública que detém o monopólio de atuação na área nuclear, e o grupo privado Galvani Indústria, Comércio e Serviço S.A, que atua na produção de fertilizantes. O consórcio é, portanto, o empreendedor do projeto. O acordo foi firmado em solenidade ocorrida no dia 23.06.2009 no Palácio Iracema, sede do governo estadual, contando com a presença do então Governador do Ceará, Cid Ferreira Gomes, e do então Ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende. Na época, a expectativa era que a exploração da mina fosse iniciada em 2012<sup>11</sup>.

Em 03/11/2010, houve uma das várias reuniões entre o Ibama, a INB, Galvani e a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, para tratar sobre a continuidade do licenciamento ambiental. Nesta, acordaram que a licença ambiental prévia seria solicitada para o empreendimento como um todo e que as licenças de instalação seriam duas, uma para cada unidade industrial (uma unidade minero-industrial de fosfato e uma unidade de urânio). De acordo com a decisão nº 071/2006, de 12/04/2006, da Comissão Deliberativa da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, apenas a unidade de urânio seria considerada como instalação nuclear.

Em 23/11/2010, o Ibama inicia trabalhos de vistoria para elaboração do Termo de Referência –TR do estudo ambiental. Em 27/11/2010, a INB, contratualmente responsável por solicitar as licenças necessárias para o empreendimento<sup>12</sup>, formalizou o pedido de licença prévia. Em 31.08.2011, o Ibama<sup>13</sup> entrega a versão final do Termo de Referência<sup>14</sup>.

Em 2012, o consórcio apresentou um estudo que não foi previamente aceito pelo órgão ambiental, por não atender aos requisitos estabelecidos no TR<sup>15</sup>. Em abril de 2014, a empresa de consultoria ARCADIS Logos Ltda<sup>16</sup>, apresenta novo EIA, desta vez acolhido pelo Ibama.

---

<sup>11</sup> Informações obtidas em <http://pge-ce.jusbrasil.com.br/noticias/1584763/contrato-para-exploracao-da-usina-de-itaitaia-e-assinado>, acesso realizado em 26.07.2015.

<sup>13</sup> Informações obtidas por meio da Nota Técnica 85/2012/DILIC-IBAMA.

<sup>14</sup> De acordo com a Instrução Normativa nº 184/2008 do Ibama, o Termo de Referência deve ser elaborado no prazo de 60 dias e tem validade de dois anos, prazos estes não observados no licenciamento em análise.

<sup>15</sup> Informação prestada verbalmente durante as audiências públicas do licenciamento ambiental do projeto, ocorridas nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2015.

<sup>16</sup> A empresa de consultoria ambiental possui sede em São Paulo e se encontra registrada sob o número de CNPJ 61.371.852/0001-80. Resultado da incorporação de outras quatro empresas, controlada pela a

A partir de então, houve a publicação no Diário Oficial da União - DOU<sup>17</sup> do recebimento do estudo com abertura do prazo de 45 dias para a solicitação das audiências públicas de discussão do EIA-RIMA. Diante deste prazo, em junho de 2014, a Associação de Moradores de Morrinhos (assentamento rural que fica a cerca de 4km da Mina), a Cáritas Diocesana de Sobral (entidade religiosa que realiza ações de convivência com o semiárido na região diretamente afetada pelo empreendimento), o Diretório Central dos(as) Estudantes da Universidade Federal do Ceará – DCE/UFC e 56 cidadãos do Município de Fortaleza enviaram ofícios ao IBAMA solicitando que o EIA do Projeto Santa Quitéria fosse feito e que, posteriormente, fosse discutido com as comunidades locais e com Fortaleza em, no mínimo, cinco audiências.

O pedido foi negado pelo Ibama, que marcou as audiências para os dias 20, 21 e 22 de novembro. O Ministério Público Federal recomendou que o órgão adiasse as audiências, diante dos indícios de insuficiências do estudo ambiental. A recomendação não foi atendida e as audiências foram realizadas nos municípios de Santa Quitéria, de Itatira e no distrito de Lagoa do Mato.

Durante as audiências, diversas comunidades, entidades e movimentos sociais participaram da discussão sobre o projeto, protocolando inúmeros documentos em que questionavam insuficiências do EIA. A participação e as discussões ocorridas durante as audiências servirão de fonte principal para nossa análise do conflito.

Recentemente, em 14.07.2015, o Ibama disponibilizou um Parecer Prévio sobre o EIA, no qual solicita informações para o consórcio empreendedor. Em item específico, analisaremos o conteúdo deste parecer. Feito este breve desenho da trajetória do licenciamento do projeto, voltamos a traçar algumas de suas características.

Orçado em R\$ 350 milhões de dólares (ARCADIS LOGOS, 2014, v.1, p.140), o empreendimento será custeado pelo Consórcio empreendedor e também receberá financiamento público do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. De subsídio estadual, o projeto receberá 110 milhões de reais em investimentos do Governo Estadual para obras de infraestrutura e fornecimento de serviços de eletricidade, no valor de R\$ 25 milhões de reais; encanamento de água, com a construção de uma

---

ARCADIS NV, companhia global fundada na Holanda em 1888, a empresa afirma ter atuação no mercado nacional desde a década de 1970 e consistir em um dos cinco maiores grupos de engenharia do mundo. Em seu site, a empresa se apresenta como “Habilitada para oferecer uma vasta gama de serviços e soluções adaptadas a empresas de todos os portes e naturezas – do pequeno ao grande, do simples ao complexo – a ARCADIS Logos atua em todas as etapas de Projetos de Engenharia, da fase inicial de Concepção e Estudos Ambientais até a Implementação Efetiva e operações.” Informações obtidas em <<http://www.arcadislogos.com.br/novo/pt-br/>>, acesso realizado em 18.08.2015.

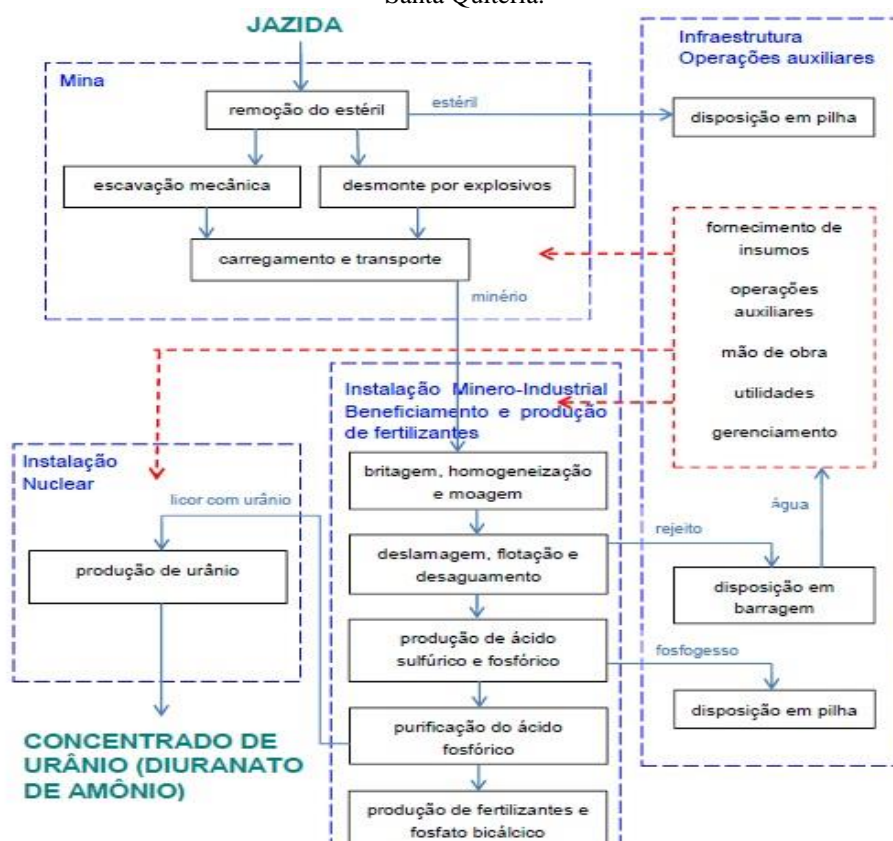
<sup>17</sup> DOU 29.04.2015.

adutora que levará água do açude Edson Queiroz ao empreendimento e custará R\$ 85 milhões de reais; além da construção de uma estradas e via férreas (cerca de 17 quilômetros para escoamento da produção mineral)<sup>18</sup>.

Com a estimativa de uma vida útil de vinte anos, o empreendimento objetiva a exploração do minério de colofanito (urânio associado ao fosfato), constituindo uma reserva de 65,6 milhões de toneladas, dentre os quais 80 mil toneladas são de reserva de urânio. Anualmente, pretende-se produzir 1.600 toneladas de concentrado de urânio e 1.050.000 toneladas de derivados fosfatados. Apenas para o transporte do urânio, deverão sair anualmente quatro carregamentos (de vinte e cinco contêineres cada) contendo quarenta toneladas de material radioativo para ser escoado pelo Porto do Mucuripe, em Fortaleza (ARCADIS LOGOS, 2014, V. 1, p.24).

Além da mina, serão instaladas duas unidades industriais para processamento de urânio e fosfato, seguindo o seguinte ciclo produtivo:

Figura 1: Diagrama de blocos sintético geral das operações de produção a serem desenvolvidas no Projeto Santa Quitéria.



Fonte: ARCADIS LOGOS, 2014, V1.1, p.145

<sup>18</sup> Informações obtidas em <<http://pge-ce.jusbrasil.com.br/noticias/1584763/contrato-para-exploracao-da-usina-de-itataia-e-assinado>>, acesso realizado em 26.07.2015.

Do quadro, percebe-se que a exploração da mina ocorrerá via escavação mecânica e desmonte por explosivos, cujo produto será levado para instalação minero-industrial de beneficiamento, onde ocorrerá a purificação do ácido fosfórico, do qual se retirará o licor urânio para produção de seu concentrado, conhecido como *yellowcake*, e o material para produção de fertilizantes. Nestes processos, será produzido fosfogesso, que é o ácido fosfórico diluído com um precipitado de sulfato de cálcio, cujo projeto prever sua estocagem em pilhas construídas no entorno, junto às barragens de rejeitos.

O empreendimento, portanto, compõe-se das seguintes estruturas: uma Unidade minero-industrial de Fosfato, que conterà seis atividades industriais (extração mineral, beneficiamento físico do minério, produção de ácido sulfúrico, produção de ácido fosfórico, produção de fosfato bicálcico, produção de fertilizantes fosfatados), mais instalações de apoio e, ainda, uma Unidade de urânio, que foi considerada como instalação nuclear, na qual será produzido o *yellowcake* (ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p.126).

Ademais, serão construídas estruturas para comportar os rejeitos do processo produtivo. Trata-se de uma pilha de estéril (depósito de resíduos da produção de concentrado de urânio que alcançará 90 metros de altura e terá 29.533.272 metros cúbicos de volume total). A tabela abaixo mostra a expectativa de extração mineral e de produção de lavra e da pilha de estéril:

Tabela 1: Tabela com a produção de lavra prevista.

**Tabela 5.5-1 - Produção prevista na lavra ao longo da vida útil**

Ano	Minério (t) – “run-of-mine”	Estéril (t)
1	2.540.000	1.110.246
2	2.416.884	796.582
3	2.410.280	1.854.336
4	2.692.000	2.039.962
5	2.792.000	2.177.760
6 a 10	18.482.760	13.179.333
11 a 15	18.622.699	15.822.764
16 a 20	15.692.726	16.178.908
Total	65.649.349	53.159.891

Fonte: Consórcio Santa Quitéria, 2013.

Fonte: ARCADIS LOGOS, 2014, V1.1, p.150

Encontra-se prevista, ainda, a construção de uma pilha de fosfogesso (depósito de resíduos da produção de ácido fosfórico que alcançará 70 metros de altura e terá 24.960.000 toneladas de material)<sup>19</sup> e, por fim, uma barragem de rejeitos. Segundo o estudo ambiental (ARCADIS LOGOS, 2014, v.1, p.236), esta barragem abriga uma espécie de “lama” contendo os rejeitos ácidos, pois “nas etapas de deslamagem à polpa de lama espessada ficará com cerca de 35 a 40 % de sólidos e será encaminhada para a barragem de rejeitos”<sup>20</sup> (ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p.236).

Justificado com as promessas de gerações de empregos, aumento da arrecadação de tributos, incremento do comércio e da infraestrutura local, além da promoção do desenvolvimento regional, o projeto encontra inúmeras críticas e resistências a sua implementação.

Dentre os questionamentos, estão os impactos para a saúde humana decorrente da dispersão de materiais radiativos, os riscos de contaminação ambiental, a desestruturação do modo de vida local, as insuficiências do estudo ambiental e a ausência de viabilidade hídrica. Vale destacar que, ao tempo em que as comunidades do entorno vivenciam três anos consecutivos de seca e demandam acesso à água e políticas de fomento à agricultura camponesa, para o empreendimento será construída uma adutora de água no valor de R\$ 85 milhões que estima consumir o equivalente a 911.800 litros/hora (ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p.242), o que corresponde a aproximadamente 125 carros-pipa por hora<sup>21</sup> e evidencia uma dimensão importante do conflito: a injustiça hídrica que ele reflete.

Feita esta breve apresentação do projeto, passaremos para uma pequena caracterização das comunidades e dos principais sujeitos sociais envolvidos no conflito e que participaram das audiências públicas do licenciamento ambiental. Durante a pesquisa, não realizamos um resgate histórico dos sujeitos da região e, devido a grande quantidade de comunidades envolvidas, faremos uma apresentação sintética e com ênfase nas comunidades com as quais estivemos mais diálogo durante a pesquisa de

---

<sup>19</sup> “Em média são geradas 5,2 t de fosfogesso para cada tonelada de P<sub>2</sub>O<sub>2</sub>”, afirma o estudo ambiental. (ARCADIS LOGOS, 2014, v.1, p.236)

<sup>20</sup> O EIA prever ainda que este material será radioativo, pois “os radionuclídeos rádio-226 e rádio-226 são solúveis em meio aquoso. Na barragem de rejeitos estarão também presentes sulfatos, cujos íons contribuem para precipitar o rádio-226 e o rádio-228, na forma de sulfatos, reduzindo-se assim as respectivas quantidades solubilizadas. Por ser um recinto fechado, preveem-se quantidades cada vez maiores destes radionuclídeos e de sulfatos com o transcorrer do tempo”. (ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p.237)

<sup>21</sup> Consideramos um carro pipa que comporte 8 mil litros de água, sendo este o padrão utilizado para abastecimento das comunidades de Morrinhos e Riacho das Pedras, conforme nos foi informado pelos moradores durante a realização da pesquisa de campo.

campo, quais seja, Riacho das Pedras e o assentamento de Morrinhos. Ademais, as audiências são espaços públicos cujos participantes pertencem a distintos grupos sociais, não sendo possível “mapear” todos os participantes a partir desta categorização. Pretende-se, apenas, partilhar com o leitor um pouco do contexto do território no qual o projeto pretende se instalar, dialogando acerca das comunidades do entorno da mina, dos grupos que compõe a Articulação Antinuclear cearense e o Painel Acadêmico Popular, sujeitos que tiveram uma atuação incidente e determinante para a caracterização do conflito ambiental durante as audiências públicas.

## **1.2 Breves apontamentos sobre a região e os sujeitos sociais envolvidos no conflito ambiental**

O projeto se situa no município de Santa Quitéria, no sertão central cearense e, geograficamente, fica perto das divisas com Itatira e Canindé, outros dois municípios do entorno. Santa Quitéria é o maior município do Estado do Ceará e, junto com Itatira, foi incluído na área de influência direta do projeto. Já Madalena e Canindé estão na área de influência indireta (ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p.375).

De acordo com os resultados de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Núcleo Tramas<sup>22</sup>, pelo menos quarenta e duas comunidades, apenas dos municípios de Santa Quitéria e Itatira devem ser atingidas pelo empreendimento, dentre as quais destacamos as mais próximas à jazida, como o assentamentos de Morrinhos, Riachos das pedras, Lisieux, Alegre de Tatajuba e Saco de Belém, apenas para mencionar algumas. Para além das fronteiras de Santa Quitéria e Itatira, o processo produtivo, com o transporte dos minérios e os múltiplos impactos socioeconômicos e ambientais, põe no circuito de preocupações outros municípios da região, como Madalena, Quixadá, Cariré, Canindé, Catunda, Sobral, até Fortaleza, conforme argumentaremos ao tratar sobre a definição da área de influência do projeto.

---

<sup>22</sup>Informações retiradas do Relatório técnico-científico e de atividades consolidado do período já executado referente a projeto Prodoc/Edital 2010, coordenado pela profa. Dra. Raquel Maria Rigotto, projeto “Territorialização em Saúde: estudo das relações produção, ambiente, saúde e cultura na atenção primária à saúde”. O Núcleo Tramas – Trabalho, Saúde e Ambiente, é um grupo de pesquisa interdisciplinar da Universidade Federal do Ceará que desenvolve pesquisas na região desde 2010. Pautado pelos princípios de uma ciência emancipatória, o grupo atua nas dimensões da produção de conhecimento, inserção social e formação.

Em cartilha produzida pela Cáritas Diocesana de Sobral<sup>23</sup>, cujo título é “No Ceará, a peleja da vida contra o urânio”<sup>24</sup>, apresenta-se uma breve descrição da região:

No Sertão Central do Ceará, entre serras, morros, pedras, rios e uma vasta vegetação de caatinga, localizam-se as comunidades atingidas pela Mina de Itataia. São aproximadamente seis mil famílias, distribuídas em 27 comunidades no município de Santa Quitéria e 15 no município de Itatira, que ficam a uma distância média de 20 km da Mina de Itataia; a estas, chamamos de comunidades diretamente impactadas. (CÁRITAS, 2013, p. 2).

Segundo os dados do Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária - INCRA e do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, existem vinte e três assentamentos rurais federais (com 1.287 famílias) e seis assentamentos rurais estaduais (com 188 famílias) em Santa Quitéria, além dos quatro assentamentos federais (com 198 famílias) de Itatira.

Tabela 2: Assentamentos Federais da Região

MUNICÍPIO	CÓDIGO PA	NOME	CÓDIGO IBGE	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA	DT CRIAÇÃO
ITATIRA	CE0505000	PE VITÓRIA	2306603	69	3374,1438	30/09/1997
ITATIRA	CE0111000	PA SERRINHA/SANTA MARIA	2306603	7	363,3838	28/12/1995
ITATIRA	CE0306000	PA CAIPIRA	2306603	81	3771,2517	27/02/2004
ITATIRA	CE0154000	PA AMARGOSA	2306603	41	1308,4356	09/12/1996
SANTA QUITÉRIA	CE0004000	PA SACO DO BELÉM	2312205	220	20010	24/02/1981
SANTA QUITÉRIA	CE0258000	PA PARAÍSO	2312205	16	1290,3605	24/12/1998
SANTA QUITÉRIA	CE0074000	PA MORRINHOS	2312205	45	2160,0892	31/05/1995
SANTA QUITÉRIA	CE0335000	PA CACIMBA NOVA/SANTA ROSA	2312205	38	4532,295	16/02/2006
SANTA QUITÉRIA	CE0089000	PA SACO DOS BOIS	2312205	40	2458,2084	28/09/1995
SANTA QUITÉRIA	CE0116000	PA GROSSOS/SANTANA	2312205	37	2114,0093	18/04/1996
SANTA QUITÉRIA	CE0345000	PA BELA VISTA II	2312205	18	1361,1151	21/03/2007
SANTA QUITÉRIA	CE0065000	PA GROAÍRAS	2312205	102	3561,4038	20/03/1992
SANTA QUITÉRIA	CE0333000	PA BEM POSTA/PINTADA	2312205	35	2995,1308	22/12/2005
SANTA QUITÉRIA	CE0392000	PA PICOS DE CIMA	2312205	35	1943,9983	22/11/2010
SANTA	CE0115000	PA RIACHO NOVO	2312205	34	1257,5739	18/04/1996

<sup>23</sup> A Cáritas Diocesana é uma entidade vinculada à Igreja Católica que atua junto às comunidades da região, desenvolvendo atividades que envolvem o resgate da memória do local, a mobilização social e ações para a convivência com o semi-árido.

<sup>24</sup> A cartilha pode ser encontrada no link < <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2014/01/No-Cear%C3%A1-A-Peleja-da-Vida-Contra-o-Ur%C3%A2nio-FINAL.pdf>>, acesso realizado em 18.08.2015.

QUITÉRIA						
SANTA QUITÉRIA	CE0292000	PA BARRA DO JUÁ	2312205	23	1604,3491	06/03/2002
SANTA QUITÉRIA	CE0034000	PA UBÁ	2312205	68	1957,3173	28/06/1988
SANTA QUITÉRIA	CE0132000	PA BATOQUE	2312205	27	2339,8917	30/10/1996
SANTA QUITÉRIA	CE0150000	PA PIABAS	2312205	86	5459,095	09/12/1996
SANTA QUITÉRIA	CE0148000	PA QUIXABA	2312205	27	1119,1339	09/12/1996
SANTA QUITÉRIA	CE0061000	PA RAPOSA/VÁRZEA DA CRUZ	2312205	67	2352,7578	12/11/1991
SANTA QUITÉRIA	CE0259000	PA SANTA MARIA II	2312205	35	1744,497	24/12/1998
SANTA QUITÉRIA	CE0149000	PA NOVA BRASÍLIA	2312205	24	1258,8574	09/12/1996
SANTA QUITÉRIA	CE0078000	PA CARNAUBINHA/GALANTE	2312205	19	2509,0785	13/03/1995
SANTA QUITÉRIA	CE0319000	PA VALPARAÍSO II	2312205	45	3984,9803	25/10/2005
SANTA QUITÉRIA	CE0118000	PA ALEGRE/TATAJUBA	2312205	54	2612,4816	16/05/1996
SANTA QUITÉRIA	CE0266000	PA JUÁ	2312205	192	13526,4237	23/08/1999

Fonte: Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária – INCRA (online)

Tabela 3: Assentamentos Estaduais da Região.

Município	Assentamento	No. De famílias
Santa Quitéria	Belo Horizonte	28
Santa Quitéria	Boa Vista	40
Santa Quitéria	Galante	22
Santa Quitéria	Grossos	40
Santa Quitéria	Mirador	33
Santa Quitéria	Várzea de Cima	25

Fonte: Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE (online)

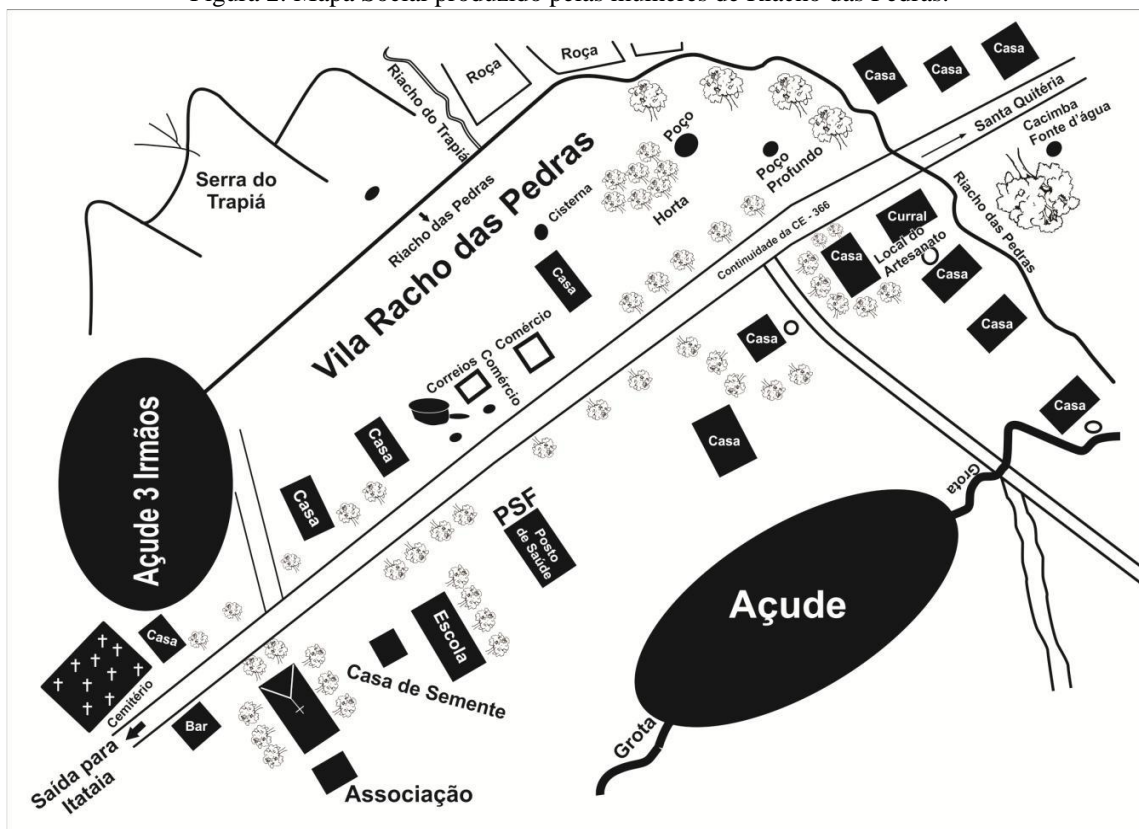
De acordo com os resultados das pesquisas do Núcleo Tramas, existe um quadro complexo de negação de direitos sociais básicos a estas comunidades que se acentua pela ausência de políticas públicas que garantam condições sanitárias e ambientais de vida, acesso à água, estímulo à produção agrícola e ao modo de vida local, infraestrutura pública e assistência à saúde.

Entretanto, pulsa vida e diversidade nestes territórios, que não se caracterizam por um sentido de “ausências” ou “carências”, tampouco pelo positivismo nu dos dados demográficos. Quando estivemos nas visitas às comunidades de Morrinhos e Riacho das Pedras, pudemos observar os múltiplos sentidos atribuídos aos territórios, com a valorização da agricultura camponesa, dos vínculos e relações de vizinhos, da luta pela

escola e da escolarização dos jovens, do histórico de luta pela terra e a conquista dos assentamentos, além de experimentar os sabores diversos nos almoços e lanches partilhados, os convites para as festas das comunidades, a partilha das boas conversas sobre os acontecimentos do local e os abraços trocados em sinal da afetividade existente no local.

Durante oficina realizada por pesquisadores do Núcleo Tramas em 2012, moradores da comunidade de Riacho das Pedras, na descrição dos elementos importantes de sua comunidade, apontam para a existência de trabalhos de artesanato, projeto de arborização comunitária, igreja, posto de saúde, hortas, cisternas de placa, açudes, conferindo destaque para a agricultura e a necessidade de políticas hídricas para garantir o abastecimento de água ao sistema produtivo local. Para a sistematização destes elementos, o grupo utilizou de ferramentas de cartografia social. Um dos mapas, produzidos pelas mulheres da comunidade, nos permite visualizar os diversos elementos que compõem a caracterização do território:

Figura 2: Mapa Social produzido pelas mulheres de Riacho das Pedras.



Fonte: TEIXEIRA, 2013, p.47.

Em oficina que descrevia o histórico da comunidade, os relatos são de que os primeiros moradores vieram da família Paiva, que foram para o sertão em busca de

terras para trabalhar. Até a década de 1980, apenas os Paiva moravam na comunidade, quando começaram a vender e comprar terras e novas famílias foram se instalando, de forma que atualmente a comunidade tem cerca de 100 famílias. Os moradores relatam, ainda, as transformações vividas pelo território nas últimas três décadas:

**naqueles tempos que eles chegaram tinha terra pra produzir, hoje a gente ver mais é baixa**, não gosta de aradar porque não tem mais aquela terra fértil que tinha no ano que eles chegaram. **Água também tá difícil pra o pessoal, porque é muita gente e a gente não tem água suficiente pra toda comunidade.** O papai contava que, quando chegaram aí, era uma mata tão fechada que até onça chegaram a matar ali mesmo nas margens do Riacho das Pedras. Hoje nem gato vira-lata pisa mais que os cachorros não deixam [risos]. A gente vê assim, mudou muito o Riacho. **Hoje tem escola, ensino fundamental e médio, tem associação, tem duas quadras de forró, de esportes, tem vários pontos de comércio, mas a preocupação que a gente tem é essa, que aumentou a quantidade de igreja.** Já falei. Até construíram uma igreja evangélica também na comunidade e é isso o Riacho das Pedras (TEIXEIRA, 2013, p.67-68) (grifo nosso)

A história do assentamento de Morrinhos, por sua vez, envolve um longo processo de luta pela terra. Contada também nas oficinas realizadas pelo Núcleo Tramas em 2012, a história é narrada desde as primeiras ocupações, iniciadas pela família Bezerra, e a narrativa se tece por moradores que relatam terem chegado ao local em 1966. Depois da família Bezerra, foram chegando outras famílias atraídas pela possibilidade de trabalho na terra de um proprietário da região. O núcleo foi se constituindo em torno do trabalho agrícola, sob o sistema em que os moradores pagavam renda sobre sua produção para o então proprietário. Na época, contam os moradores que plantavam mamona, algodão, milho e feijão e que criavam animais como gado e ovelhas. Os terrenos arrendados passaram por inúmeras transferências, incluindo proprietários que os moradores nunca chegaram a conhecer, sendo comuns episódios em que pessoas que chegavam reivindicando a terra, procurando impor a cobrança de taxas ou arrendamentos pelo uso ou, em um dos casos narrados, a própria expulsão das famílias. O histórico de luta e resistência às diversas tentativas de expropriação constitui uma das marcas que compõem a memória sobre o território (TEIXEIRA, 2013, p.76).

Até os anos 90, viviam na comunidade cerca de 20 famílias, quando então “começou a crescer”. Os moradores contam sobre as visitas do INCRA na comunidade e o longo processo de conflitos fundiários, até que houve a desapropriação dos terrenos em 1993 e a formalização do assentamento em 1994, quando começaram a implantar projetos coletivos e individuais de agricultura. Atualmente, existem 45 famílias assentadas (TEIXEIRA, 2013, p.76-77).

Não adentraremos na narrativa do histórico de cada uma das comunidades do entorno, tendo em vista que este não é o propósito da pesquisa e que os relatos podem ser consultados nas fontes bibliográficas indicadas. Entretanto, compreendemos que a articulação do modo de vida e dos sujeitos locais perpassa a relação com a terra e tem na noção de *campesinato* uma chave de sua compreensão.

Lourdes Vicente da Silva, em dissertação de mestrado, discute sobre o conceito de *campesinato*, trazendo uma apurada análise das distintas concepções acerca da categoria, o que não nos cabe repetir aqui. Dentro do que nos parece mais constitutivo da categoria e central para compreensão dos territórios que fazem parte do conflito ambiental, destacamos a idéia de que o *campesinato* se apresenta mais do que “uma categoria histórica ou sujeito social, representando uma forma de manejar os recursos naturais vinculados aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona” (SILVA, 2014, p.58). O *campesinato* é também apresentado como a definição dos trabalhadores do campo e de suas lutas, contextualizando-se que em cada tempo histórico ou regiões do país estes trabalhadores recebem distintas nomeações.

Há, ainda, a compreensão do *campesinato* como categoria histórica de enfrentamento ao capital, como sujeito social, como sistema de produção ou modo de vida. Concordamos, assim como a autora, em compreender o *campesinato* como uma associação entre classe social e modos de vida, alertando que isto não implique em uma compreensão mecanicista de suas relações sociais e territoriais. Suas principais características seriam os múltiplos usos dos recursos naturais, a convivência em uma paisagem heterogênea e complexa, produção para o mercado interno e externo, cultivo predominante de culturas locais, conservação da diversidade biológica, tecnologias apoiadas nos saberes locais, trabalho familiar, permanência e resistência na terra e diversidade da riqueza cultural (SILVA, 2014, p.72)<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Com base em densa revisão bibliográfica, a autora diferencia as noções de agricultura familiar da agricultura camponesa. O agricultor familiar seria aquele que utiliza mais recursos tecnológicos, está densamente integrado às estruturas de mercado, possui um vínculo mercantil com o território e, em alguns casos, características de média produção. Esta noção de agricultor ou produtor familiar vem contribuindo para os difíceis rumos de reprodução social do *campesinato*, uma vez que lhe são postas “opções” que variam entre o desaparecimento ou a integração ao modo de produção capitalista. Compreendemos que as comunidades estudadas desenvolvem mais um modo de vida camponês do que de produção familiar, não sendo este fenômeno homogêneo. Por isto, optamos por trabalhar com o conceito de *campesinato*, mas alertamos que esta gramática não corresponde a uma identidade construída coletivamente pelos sujeitos sociais da região. Em diversos momentos, portanto, as falas dos moradores das comunidades mencionarão o termo “agricultura familiar”, mas não observamos isso como uma identidade ao que teoricamente se designa como tal. Falas do consórcio empreendedor também utilizam este conceito. Já entidades como a Cáritas e movimentos como o MST, trabalham sob a noção de *campesinato*. Feito este esclarecimento,

O breve resgate do histórico destas duas comunidades nos oferece pistas iniciais para pensar sobre o histórico de formação do campesinato no sertão central cearense, a luta pela terra, a ocupação gradual, as demandas por políticas públicas e as transformações sofridas ao longo do tempo, elementos que nos auxiliarão a pensar o licenciamento ambiental e os impactos do projeto Santa Quitéria.

Em uma das oficinas que realizamos com os pesquisadores envolvidos com o estudo dos impactos do projeto e as comunidades do entorno, mais precisamente no dia 20.09.2014, um dos moradores de Morrinhos relata esse histórico de luta pelo acesso a terra e as preocupações de que o empreendimento lhes obrigue a sair do local:

**Nós já lutamos para conquistar aqui, porque foi uma luta para nós ficar aqui.** [...] Nós chegamos aqui e nunca precisou desse negócio de urânio para a gente sobreviver. Como pobre, mas nós ficamos produzindo o mundo como todo ser humano. E o que é que vai acontecer agora, com um negócio desse aí? [Morador da comunidade de Morrinhos, oficina realizada no dia 20.09.2014] (grifo nosso)

O anúncio do empreendimento divide as opiniões das comunidades, e vem provocando inúmeras preocupações, caracterizando a ocorrência de um conflito ambiental, conforme veremos ao longo desta pesquisa.

Neste processo que envolve as preocupações e as mobilizações sociais em torno da discussão sobre os impactos do projeto, somaram-se diversos atores, entre entidades e movimentos sociais. Neste contexto, ocorreu a aproximação do Núcleo Tramas e, portanto, a nossa inserção futura no território para realização desta pesquisa.

Convidado por movimentos sociais da região, no segundo semestre de 2010, o Núcleo Tramas iniciou estudos e debates sobre a mineração de urânio, realizando na Universidade Federal do Ceará – UFC, disciplina de mestrado Tópicos Avançados em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, na qual contou com a participação de membros de movimentos sociais e estudantes de diversas áreas de conhecimento para discutir a proposta de mineração, em princípio, nos eixos de avaliação de equidade ambiental, do papel das políticas de saúde, da comunicação de riscos e sobre o direito de saber das comunidades.

A partir de então, o núcleo começou a trabalhar na região, desenvolvendo inicialmente pesquisas de territorialização em saúde e vigilância popular em saúde. A partir de 2011, em parceria com entidades e movimentos da região como a Cáritas Diocesana de Sobral, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos

---

alertamos que ambos os termos aparecerão durante a pesquisa sendo, entretanto, a noção de campesinato a que nos parece oferecer um aporte teórico mais adequado para compreensão desta realidade social.

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), constituiu-se a Articulação Antinuclear Cearense, uma frente de articulação de entidades e comunidades que objetivava obter informações sobre o projeto, evidenciar um contraponto aos seus impactos negativos e organizar processos de resistência ao projeto. Através da realização de atividades de intercâmbios entre comunidades, mobilização social, produção de conhecimentos (dentre os quais se destacam cartilhas e documentários), realização de debates e seminários, reuniões e atos públicos, a Articulação tem evidenciado os nós críticos ao projeto e composto o principal grupo político de enfrentamento a sua realização.

Ao longo destes anos, por meio da Articulação Antinuclear e do Núcleo Tramas (que a compõe, mas fundamentalmente a partir dos projetos de pesquisa que realiza na região), foram realizadas rodas de conversa com as comunidades, discussões acerca da história e do território local, resgate de memória e identidade por meio de metodologias como a cartografia social, intercâmbio de experiências com visita às comunidades de Caetité/BA e participação em seminários. Em sintonia com o compromisso de devolução de saberes produzidos nos espaços em conjunto com as comunidades da região, também foram produzidos materiais didáticos e visuais, dentre os quais se destaca o documentário “De Caetité (BA) a Santa Quitéria (CE): *as sagas da exploração do urânio no Brasil*”, elaborados em parceria pelo Núcleo Tramas, a Cáritas Diocesana de Sobral e movimentos sociais da Articulação Antinuclear.

Na iminência da entrega do novo EIA/RIMA, realizada no dia 29 de abril de 2014, a Articulação semeou a idéia de um Painel Acadêmico Popular, cujos frutos ainda estão em amadurecimento. Sentindo a demanda de informações e de uma análise mais densa do projeto e de seus impactos, o Painel consiste em uma parceria de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), das comunidades locais e da articulação antinuclear, sob o compromisso de construção de uma análise do conteúdo do estudo, a maneira como avalia os riscos, as alternativas, como considera os impactos e um projeto de futuro para o local, tendo em vista os princípios da ecologia de saberes (SANTOS, 2010).

O objetivo desse Painel é analisar o EIA-RIMA do Projeto Santa Quitéria e os materiais de divulgação produzidos pelos empreendedores; relacioná-los às dimensões socioambientais e culturais elencadas pelos territórios potencialmente atingidos; realizar investigações sobre os impactos da mineração de urânio e fosfato (considerando as dimensões trazidas pelos sujeitos residentes naqueles territórios) e a,

partir disso, produzir e socializar conhecimentos com os sujeitos sociais potencialmente atingidos pelo projeto.

“A gente se identifica como uma Articulação Antinuclear. E a gente se perguntou desde o início das reflexões que tipo de desenvolvimento a gente quer”, disse o representante da Cáritas de Sobral, no início da sua fala na audiência pública do licenciamento ambiental do projeto, em Santa Quitéria, ocorrida no dia 20.11.2015.

A Articulação se organizou para estar nas audiências, realizando reuniões prévias de preparação. Os pesquisadores do Painel Acadêmico-Popular, ainda que com limitações de tempo e de estrutura, visitaram as comunidades de Morrinhos e Riacho das Pedras para partilhar os conhecimentos produzidos e dialogar acerca da participação durante as audiências. Participamos destas visitas, que compuseram a pesquisa de campo. Neste processo de incidência sobre o licenciamento, organizamos uma Representação contendo as principais críticas ao EIA, documento que foi entregue ao Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União – DPU e Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar – EFTA<sup>26</sup>.

O consórcio empreendedor, por sua vez, contando com um vultuoso aparato econômico e institucional mantém profissionais para exercer atividades de “comunicação social” com as comunidades, realizou seminários, audiência pública<sup>27</sup>, alimenta um site com informações sobre o projeto e mantém um centro de informação ao cidadão em Santa Quitéria. Além disso, criou uma rádio na região para divulgar suas informações sobre o projeto, produz cartilhas sobre radiação, água e contaminação, materiais que são utilizados em trabalho pedagógico nas escolas da região<sup>28</sup>. Os empreendedores possuem um notável acesso e incidência institucional sobre os órgãos do Estado, participando de um intenso calendário de reuniões com o Ibama, com o governo estadual, prefeitos dos municípios da região e deputados do Estado, conforme perceberemos ao longo da pesquisa.

Há, portanto, relações de poder que delineiam a atuação dos sujeitos sociais em um conflito ambiental. Estas relações perpassam e também desenham a condução do licenciamento.

---

<sup>26</sup> Escritório vinculado à comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

<sup>27</sup> Em 2014, houve uma audiência pública, não vinculada ao licenciamento ambiental, solicitada pelo então deputado estadual Sérgio Aguiar, que se realizou no dia 07 de abril, no salão paroquial de Santa Quitéria. Em 2013, o consórcio também realizou um Seminário no município de Canindé, ao qual faremos referência ao longo da pesquisa.

<sup>28</sup> Os materiais referidos podem ser visualizados por meio do site do Consórcio empreendedor, através do endereço <http://www.consorciosantaquiteria.com.br>, acesso realizado em 26.07.2015.

A caracterização social foi realizada pelo EIA do projeto, consistindo uma das etapas do obrigatório diagnóstico social; ainda que discordemos das metodologias utilizadas, prioritariamente por dados secundários e entrevistas cujos critérios privilegiaram a fala de atores institucionais, trazemos uma breve síntese desta caracterização, analisando seus principais pontos.

### 1.3 Os ‘atores sociais’ pelo EIA

O estudo ambiental, em atendimento às exigências do Termo de Referência, fez um diagnóstico social e elaborou uma Matriz de Atores Sociais. O campo realizado para este diagnóstico foi feito em 2011, nos períodos de 13 a 17 de junho e de 15 a 19 de agosto. Para tanto, a empresa de consultoria visitou as sedes dos municípios de Canindé, Santa Quitéria, Itatira e Madalena, além das comunidades de Riacho das Pedras, assentamento Queimadas, assentamento Morrinhos e o distrito de Lagoa do Mato (ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.526). Assentamentos próximos à mina como Saco do Belém, o maior da região, sequer foi visitado – tampouco incluso na análise dos impactos do projeto.

A consultoria elaborou um cenário dos atores sociais envolvidos no conflito, que se manifesta pela figura abaixo:

Figura 3: Cenário dos Atores Sociais. Fonte: ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.528.

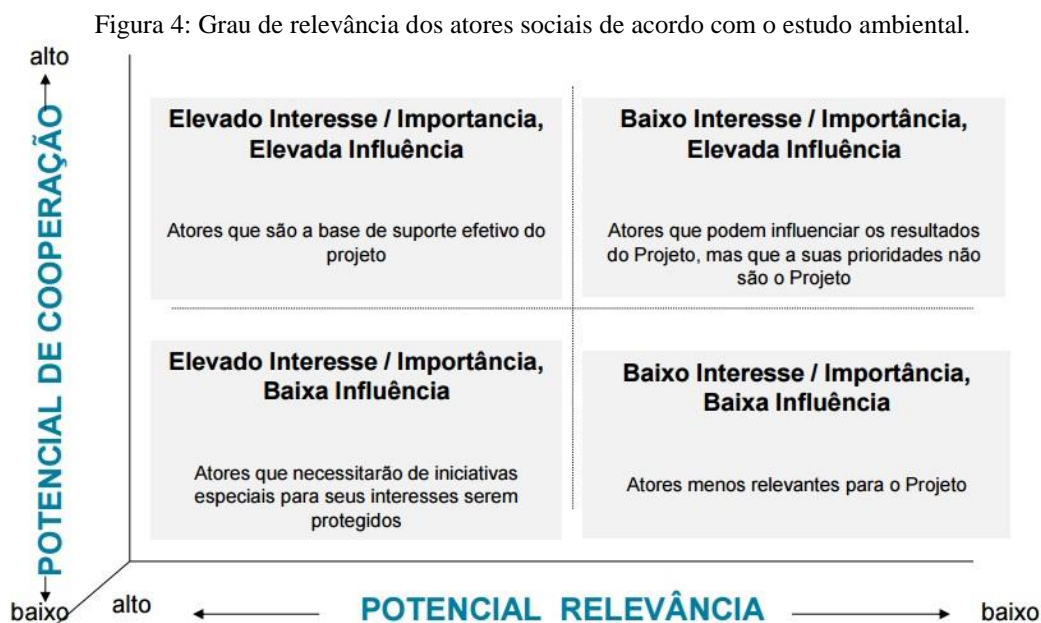


Figura 7.3-31 - Cenário de Atores Sociais Intervenientes ao Projeto Santa Quitéria

Fonte: ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.528.

Para caracterizar e analisar os possíveis conflitos em torno do projeto, a consultoria realizou entrevistas durante o segundo período de suas atividades de campo. Chamou-nos atenção o curto período de tempo em que a consultoria realizou este diagnóstico e entrevistas, totalizando dois encontros de quatro dias. Ademais, devemos considerar a hipótese de que a percepção dos sujeitos sociais possa ter sofrido transformações de 2011 até 2014, considerando a dinâmica de relações sociais, informações, debates e reflexões sobre o projeto.

Para selecionar que atores deveriam ser entrevistados, a consultoria desenvolveu critérios que consideravam o grau de relevância e o grau de potencial parceria com o empreendimento (ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p. 528). Os critérios foram sintetizados pela figura abaixo:



**Figura 7.3-32 - Grau de relevância dos atores sociais em relação ao objeto de estudo**

Fonte: ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.529.

Os critérios “relevância” e “cooperação” nos informam sobre o método de elaboração de estudo e nos provocam distintos questionamentos. Para a consultoria, a relevância foi aferida pela capacidade de influência sobre o projeto, pelo nível de organização e coesão dos atores sociais e pelo critério daqueles atores que “dão a base de suporte efetivo do projeto”.

Traçamos uma crítica a esta forma de categorização dos sujeitos sociais, tendo em vista que consideramos também a importância das comunidades e sujeitos sociais julgadas como pouco organizados, não sendo a inexistência de associações ou outros mecanismos formais um retrato fiel da coesão social do grupo. Vínculos comunitários e territoriais, conforme veremos adiante, garantem a coesão social às vezes de forma mais eficaz do que a existência de aparelhos tradicionais de organização civil. Os critérios, ainda, não dialogam com a realidade do modo de vida camponês. A caracterização também não considerou a importância de comunidades e assentamentos atingidos e que não estão no perímetro da área de influência direta do projeto, outro equívoco que nos parece central.

O nível de cooperação com o projeto também não nos parece um critério adequando, principalmente para refletir sobre os possíveis conflitos sociais. A valorização do dissenso e da crítica, a compreensão dos pontos de contestação do empreendimento, constituem ferramentas mais úteis para análise dos conflitos. Compreendendo que não existe neutralidade no campo científico, a própria escolha dos métodos de caracterização dos atores sociais já revela as intencionalidades e racionalidades pelas quais o estudo ambiental se funda.

O resultado destes critérios foi um diagnóstico social conduzido por dados secundários e a realização de poucas entrevistas. Destas entrevistas, seis foram em Santa Quitéria, das quais cinco foram com o poder público municipal. Em Itatira, das cinco entrevistas, todas foram também com secretários municipais e com o vice prefeito. Fora do campo institucional, a consultoria apenas realizou uma entrevista com o ex-presidente da associação comunitária de Morrinhos, com os presidentes das associações comunitárias de Riacho das Pedras e Queimadas e com o representante da ONG Cactus, que atua na região. Da Articulação Antinuclear, nenhuma entidade ou movimento foi procurada para as entrevistas, embora a consultoria conheça e mencione a existência da Cáritas, do MST, do Núcleo Tramas e, em alguns momentos, insinua uma “influência” que exerceriam sob as comunidades sem, contudo, ouvi-los acerca das impressões sobre o projeto.

A consultoria privilegiou o diálogo com os órgãos públicos, principalmente os municipais. O estudo ambiental afirma que

Em suma, os representantes das instituições públicas municipais se colocaram a favor do Projeto Santa Quitéria, com expectativas quanto à geração de emprego, renda, desenvolvimento e arrecadação para o município e construção de estradas, fator que possibilitaria investimentos na região, com ressalvas quanto à degradação ambiental e oneração dos equipamentos

públicos e, principalmente, possíveis problemas de saúde e contaminação causados pela exploração do urânio. (ARCADIS LOGOS, 2014, V.3, p.618)

A relevância para os representantes do poder público local foi considerável a ponto do EIA trazer uma sistematização específica sobre suas impressões:

Quadro 1: Expectativas dos representantes do poder público local.  
**Quadro 7.3-55 - Expectativas dos entrevistados das instituições públicas municipais, municípios de Santa Quitéria e Itatira, período de 15 a 20 de agosto de 2011**

Expectativas Positivas	Expectativas Negativas
Aumento da receita na arrecadação de impostos para os municípios.	Pressão/Sobrecarga sobre a infraestrutura urbana, notadamente saúde, educação e segurança pública.
Desenvolvimento econômico com geração de empregos.	Aumento de população migrante e não absorção da mão de obra local.
Potencial parceria com o empreendedor no desenvolvimento de ações de: capacitação técnica de mão de obra local, preservação ambiental, apoio ao desenvolvimento da infraestrutura municipal.	Prejuízos ambientais: contaminação da água e solo pelo urânio explorado (radiação).
Crescimento e desenvolvimento regional e atração de outros empreendimentos.	Danos causados à saúde em decorrência da radiação do urânio.

Elaboração: ARCADIS logos, 2011.

Fonte: ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.564.

Tais dimensões de expectativas serão analisadas ao longo da pesquisa, procurando compreender os principais pontos de conflito entre os sujeitos sociais envolvidos com o projeto, tomando por base prioritária a análise das audiências públicas.

O resultado da eleição dos critérios de entrevistas é que sujeitos importantes não foram ouvidos, a exemplo de moradores de comunidades como Saco do Belém, de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará e de entidades como a Cáritas de Sobral.

Em relação às comunidades que o estudo acolheu na área de influência direta do projeto, pontuamos a crítica de que apenas um morador de cada localidade foi entrevistado. De acordo com o EIA, a comunidade de Riacho das Pedras foi a única que se posicionou como desfavorável, por acreditar que os empregos não seriam ofertados para a população local e demonstrar preocupação com os impactos sobre a água e a saúde. Já os representantes dos assentamentos de Morrinhos e Queimadas declararam

que não tinham opinião formada e que tinham expectativas com a geração de empregos e preocupações com a saúde, o ambiente, a contaminação das águas. Todas as comunidades levantaram a ausência de informações mais precisas sobre o empreendimento.

A análise dos atores e do conflito social feita desta forma implica em erros metodológicos que podem distorcer a realidade. A escuta de apenas um morador por comunidade, por exemplo, não permite que se compreenda a heterogeneidade de perspectivas internas nas comunidades. A escuta pontual também dificulta uma percepção que trace as nuances e mudanças de posicionamentos durante o decorrer do tempo.

Além destes aspectos metodológicos é a postura assumida na narrativa do estudo sobre os atores e os conflitos em torno do projeto. Ao tratar sobre a percepção das comunidades, que disseram não ter opinião formada ou não concordar com o projeto, a consultoria afirma no EIA que “essas posições se dão devido à ausência de informações acerca do projeto em estudo, uma vez que foi unânime nas entrevistas a solicitação de ações de comunicação social” (ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.574). Posturas crítica ao projeto são, portanto, desqualificadas como sinônimo de falta de informação, o que se soma nas demais evidências (estudadas ao longo da pesquisa), de que o estudo ambiental parte do pressuposto da viabilidade e importância do projeto e desenvolve, ao longo de sua análise, ferramentas discursivas de justificativa do empreendimento.

Em seguida, o estudo segue afirmando sobre a importância de ouvir “os indivíduos de maior representatividade” das comunidades, pois este “é o modo mais coerente e perene que um novo ator ou uma nova ideia têm para se inserir numa organização social: através da transparência, do respeito às opiniões existentes e da construção de uma realidade conjunta” (ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.574). A ideia de que os mais distintos grupos sociais, com os mais distintos interesses são igualmente interessados no projeto também se afirma nesta seção sobre o diagnóstico dos atores sociais e passará diversos momentos do licenciamento, conforme veremos em item específico. Importa perceber, neste momento, que a escuta dos presidentes das associações comunitárias é vista pela consultoria como uma ferramenta para inserir “uma nova ideia”, ou seja, para gerar consentimento sobre o projeto.

Ao final deste item, o estudo ambiental afirma que não existe a necessidade apenas de uma “licença formal” (referindo-se à licença ambiental), mas também de uma

“licença social”, que “traduz o grau de aceitação e aprovação de suas atividades e que será importante no sentido de serem evitados riscos de desgaste durante a implantação e operação do Projeto Santa Quitéria” (ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.530).

Neste momento, fica clara a proposta de criar condições sociais de aceitação do empreendimento. Daqui, retiramos um dos grandes nós críticos do licenciamento ambiental, que consiste no posicionamento prévio das consultorias ambientais e no papel que desenvolvem mais para convencer do que para analisar os impactos da proposta.

Ademais, a necessidade reconhecida de obtenção da “licença social” revela o quão frágil é a participação social e a consideração das percepções dos sujeitos sociais atingidos pelo projeto dentro do processo de licenciamento. Revela, portanto, uma deficiência democrática no rito, que é caracterizado pela própria consultoria como um espaço “formal”. Estas reflexões sobre o licenciamento permeiam e justificam os objetivos primeiros desta pesquisa.

O licenciamento ambiental, por sua vez, constitui um palco privilegiado em que os traços dos conflitos ambientais podem ser percebidos. Em torno do licenciamento, do direito de saber e participar, se tecem as teias de disputas e contradições que também desejamos perceber nesta pesquisa.

As audiências públicas revelam assimetrias de poder entre os sujeitos sociais, distintas racionalidades e projetos de futuro em disputa, traços discursivos e as justificativas apresentadas por diferentes grupos sociais, evidencia as contestações apresentadas ao próprio rito participativo, enfim, sintetiza uma riqueza de elementos que nos permite refletir sobre o que está inserido e além da cena pública e que irá caracterizar os contornos dos conflitos ambientais em torno de grandes projetos de desenvolvimento.

Desta forma, antes de apresentar os objetivos e a metodologia utilizadas na pesquisa, faremos algumas considerações sobre a escolha do campo normativo sob o qual discutiremos o projeto. Passamos, então, a partilhar breves apontamentos sobre o procedimento do licenciamento ambiental, partilhando as críticas que parcela de pesquisadores vem realizando as suas limitações, no intuito de evidenciar as questões que nos moveu a procurar olhar para o conflito dentro do marco procedimental.

#### **1.4 Notas e contestações ao Licenciamento Ambiental Brasileiro: Por que olhar sobre este campo?**

Por que estudar o projeto no palco de seu licenciamento ambiental, especialmente as audiências públicas? A esta pergunta, somamos algumas compreensões: a primeira, de que o sistema normativo ambiental vem sendo alvo de inúmeros e distintos processos, que envolvem de sua flexibilização até mecanismos que superestimam sua eficácia; depois, pela importância da temática diante da *ambientalização* de conflitos sociais, assunto que será abordado no primeiro capítulo; ademais, o licenciamento constitui um palco em que cada vez mais atores sociais se debruçam para disputar os projetos de futuros para os territórios; por fim, pretendemos ofertar um estudo que possa contribuir para reflexão e ação em torno do conflito e, neste sentido, a dimensão abordada está atualmente em ênfase dentro dos marcos do campo jurídico no conflito.

A partir da Constituição de 1988 e a fundamentalização do direito ao meio ambiente, alguns autores vem caracterizando a existência de uma *ordem constitucional ambiental*. Canotilho ressalta “a ideia de comando e direção [da Constituição] considerada como indispensável à prossecução da tarefa básica do novo século: a sustentabilidade ecológico-ambiental”. Os autores da área falam também na supremacia dos valores constitucionais e no fenômeno da “ecologização da constituição brasileira”, levando Antônio Herman Benjamin a concluir pela “substituição do paradigma da legalidade ambiental pelo paradigma da constitucionalidade ambiental” (CANOTILHO, 2008, p.4).

Alguns autores defendem a existência de um Estado de Direito Ambiental, como um novo paradigma constitucional que redimensiona a compreensão sobre o meio ambiente, conferindo-lhe proeminência. Dentre eles, Antonio Benjamin (2008, p. 67) aponta cinco das principais características dos modelos constitucionais ambientais: ele adotaria uma compreensão sistêmica e legalmente autônoma do meio ambiente; teria um compromisso ético com a preservação da biodiversidade; promoveria a ecologização da função social da propriedade; estaria preocupado com a implementação de suas normas, trazendo instrumentos e deveres de cumprimento da tutela ambiental no próprio texto constitucional e, por fim, seria um sistema de estímulo aos processos decisórios abertos e transparentes.

Para o autor, institui-se verdadeira *ordem constitucional ambiental*, que conduz para a pluriinstrumentalidade na tutela ambiental, garantindo-lhe aparato normativo próprio. Para Alexandra Aragão, o conteúdo mínimo do Estado de Direito Ambiental seria “o dever de prevenir e precaver a ocorrência de acidentes ambientais graves com consequências irreversíveis e importantes” (ARAGÃO, 2011, p.3), o que importaria em ações reativas e preventivas aos riscos.

Os princípios elencados revelam o avanço na normatização do assunto e acatamos a importância de se sistematizar as características deste possível insurgente sistema normativo, valorizando a tutela ambiental e a proteção de direitos como normas proeminentes e superiores na cadeia valorativa do ordenamento jurídico. Entretanto, fazemos uma ressalva quanto à eficácia da noção de Estado de Direito Ambiental, tema polêmico sobre o qual não nos aprofundaremos. Nosso destaque se faz para que possamos perceber as tensões e contradições dentro do próprio texto normativo constitucional (na tutela da propriedade como direito fundamental, na proteção da ordem econômica e outros) e os processos sociais de avanço das relações capitalistas de expropriação e exploração sobre a natureza e os povos que convivem, somados a contínuos esforços de flexibilização do sistema que regulamenta a tutela ambiental (a exemplo das alterações provocadas no Código Florestal Brasileiro, assunto que será tratado no primeiro capítulo desta pesquisa).

Vale destacar, neste cenário, a importância dos princípios que norteiam a hermenêutica ambiental e que exemplificam os fundamentos mais utilizados na proteção dos direitos relacionados a tutela do ambiente, dentre os quais estão, por exemplo, os princípios da precaução e da prevenção, princípio do poluidor-pagador, princípio do interesse público e da participação popular na proteção do ambiente<sup>29</sup>. Canotilho releva o princípio da proibição do retrocesso ambiental, garantindo que “políticas ambientais são obrigadas a aumentar o nível de proteção já assegurados por vários complexos normativo-ambientais” (CANOTILHO, 2008, p.7). Não se trata de proibição geral do retrocesso, pois são cabíveis medidas compensatórias adequadas (SENADO FEDERAL, online). O autor destaca ainda os princípios da melhor defesa possível, da precaução e da prevenção.

Acerca da precaução, sabemos que ele preza por uma defesa do ambiente em casos de dúvida ou incerteza científica. Neste sentido, os estudos de avaliação de

---

<sup>29</sup> Tais princípios podem ser encontrados na doutrina jurídica ambiental. No momento, retiramos as referências a tais princípios de MIRRA (1996, p.50).

impactos e os procedimentos de licenciamento ambiental objetivam exatamente materializar o princípio da precaução, além de instrumentalizar uma análise de impactos cuja legitimidade advém da possibilidade do controle não só técnico, mas também social de empreendimentos potencialmente lesivos ao ambiente. O princípio da prevenção, por sua vez, aplica-se quando os riscos decorrentes da intervenção humana são conhecidos e previsíveis dentro do campo científico, sendo o estudo ambiental também um mecanismo de sua implementação (MACHADO, 2011, p.98).

Alexandra Aragão (2011) aponta o histórico normativo europeu acerca do dever de prevenção de riscos, inicialmente pra gestão de riscos industriais. Em 1985, a Diretiva Severo, ao tratar sobre os riscos industriais, marca o início desta regulamentação, determinando a obrigatoriedade de avaliações prévias de impactos ambientais para quaisquer intervenções humanas, públicas ou privadas, que possam atingir o homem, a fauna, a flora, a água, o ar, o clima, o solo, a paisagem, o patrimônio cultural e os bens materiais. A Diretiva, constantemente atualizada, já incorpora critérios de seleção de projetos, ou seja, indicadores da lesividade das intervenções.

Também merece destaque a Convenção de Espoo de 1991, que instituiu o procedimento de avaliação de impactos ambientais transfronteiriços, válida no âmbito das nações unidas para a Europa. Ainda que apenas os países europeus façam parte da Convenção e que seu objeto se refira aos impactos transfronteiriços, a norma possui grande relevância, tendo em vista que fixou padrões internacionais do procedimento de avaliação de riscos, estabelecendo que ela seja aberta ao público e participativo; que incorpore na análise o conteúdo de políticas, planos e programas da região; que considere a hipótese zero, ou seja, a de não realização da intervenção e que as decisões ambientais sejam amplamente motivadas (apenas para ficar com alguns pontos importantes).

Vale mencionar que a Corte Internacional de Justiça já reconheceu que, em decorrência do dever de proteção do meio ambiente, existe no direito internacional geral a obrigação de proceder a uma avaliação de impactos ambientais sempre que da situação possam ocorrer impactos transfronteiriços (MACHADO, 2011, p.266).

Na declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como “Rio 92”, o princípio 17 prever a avaliação de impacto ambiental como “instrumento nacional, [que] será efetuada para as atividades planejadas que possam vir a ter um impacto adverso significativo sobre o meio

ambiente e estejam sujeitas à decisão de uma autoridade nacional competente” (ONU, 1992).

No direito interno, a avaliação de impactos de empreendimentos potencialmente lesivos ao ambiente foi positivada como um instrumento Lei nº 6.938 – Política Nacional do Meio Ambiente – de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 88.351 de 1983 e, ainda, pelas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Instrumentalizada por meio do Estudo Prévio de Impacto Ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, a avaliação de impactos brasileira objetiva realizar um procedimento público, subsidiado pelo estudo que dê todas as informações necessárias para analisar a viabilidade socioambiental de qualquer intervenção potencialmente lesiva ao ambiente. Já o licenciamento consiste em um procedimento administrativo que identificará os requisitos e possibilidade de concessão ou não da licença ambiental, que se subdivide em três: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

A Constituição Federal, por meio de seu artigo 225, estabeleceu que para a devida tutela ambiental, os empreendimentos potencialmente causadores de degradação ambiental deverão realizar o estudo ambiental. O poder público deve, então, “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (artigo 225, §1º, inciso IV, Constituição Federal de 1988).

Ademais, o estudo ambiental é delimitado por um conteúdo mínimo, para que atenda ao objetivo de subsidiar a análise da viabilidade socioambiental e da avaliação de riscos de um projeto. Neste sentido, o EIA deve conter, no mínimo, um levantamento da literatura científica e jurídica sobre o assunto; delimitar a área de influência do projeto e as áreas atingidas (tomando como critério a bacia hidrográfica); considerar os planos, programas e zoneamento da região; confrontar o projeto com suas alternativas técnicas, locais e não realização; identificar e analisar os impactos em todas as fases; propor medidas mitigadoras e programas de monitoramento; identificar os ônus e vantagens para os diferentes segmentos sociais, dentre outros requisitos estabelecidos pela Resolução 001/86 do Conama, que também especifica os critérios de quando haverá necessidade de produção do EIA. Vale destacar que a avaliação de impactos deve conter um prognóstico do futuro do local, confrontando as hipóteses de realização e de não-realização do empreendimento, avaliando qual delas se compatibiliza melhor com os

princípios do direito ambiental. Ou seja, a hipótese de não realização do projeto deve ser confrontada e refutada sob argumentos fundamentados.

O estudo deve, ainda, ser contratado e realizado às dispensas do empreendedor. O fato de o empreendedor contratar diretamente os profissionais, ou a empresa de consultoria que produzira o diagnóstico e o prognóstico ambiental vem levantando inúmeras críticas na doutrina jurídica.

A redação inicial do artigo 7º da Resolução 01/86 do Conama afirmava que o estudo ambiental deveria ser realizado por equipe técnica multidisciplinar “não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto”. Entretanto, o texto foi revogado e a atual redação suprimiu a obrigação de que a equipe seja independente. Para Paulo Afonso Leme Machado, visão com a qual concordamos, a revogação foi um grande retrocesso, tendo em vista que a independência da equipe já não era completa, já que o empreendedor custeava o estudo. O autor defende que o mecanismo deveria ser aperfeiçoado com vistas a distanciar cada vez mais o empreendedor dos consultores ambientais (MACHADO, 2013, p.292).

Sobre o conteúdo do estudo serão responsáveis tanto o empreendedor como os profissionais que o elaboraram<sup>30</sup>. O órgão ambiental, por sua vez, não pode dispensar nenhum dos requisitos mínimos do estudo.

Por fim, o EIA deve ser acompanhado do RIMA<sup>31</sup>, que refletirá suas conclusões de forma didática e acessível para compreensão da população. Trata-se do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, uma versão resumida e didática das principais análises do estudo ambiental. Apresentado o EIA-RIMA, dá-se continuidade ao licenciamento ambiental.

---

<sup>30</sup> A Lei Federal 9.605/98, Lei de Crimes Ambientais, tipifica o crime de apresentar no licenciamento ambiental estudo total ou parcialmente falso, atribuindo uma pena base de reclusão de 3 a 6 anos e multa.

<sup>31</sup> O artigo 9º da Resolução 01/96 do CONAMA estabelece que o RIMA deve conter: I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais; II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos e indiretos a serem gerados; III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambientais da área de influência do projeto; IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação; V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização; VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado; VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos; VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável.

O órgão ambiental conduzirá as etapas do licenciamento, que vão desde a análise prévia sobre o que será o projeto para orientar o procedimento e os estudos a serem providenciados pelo empreendedor, até a decisão sobre a concessão ou não de licença ambiental. Neste intervalo, comumente o órgão elabora um termo de referência para referenciar o EIA/RIMA; analisa o estudo e emite parecer sobre ele; determina audiências públicas e conduz o debate público sobre o projeto; concede, ou não, de forma motivada, as licenças e suas respectivas condicionantes; monitora as condicionantes, programas, medidas de mitigação e compensação, podendo revogar ou não autorizar a renovação de uma licença.

Feita esta apertada síntese normativa do procedimento, ressaltamos que, nem em sua concepção, nem em sua aplicação, o licenciamento está imune às críticas. Alguns defendem que o rito é burocrático e gera entraves ao desenvolvimento, esta narrativa veremos adiante. Nesta pesquisa, nos filiamos aos pesquisadores, comunidades, entidades e movimentos sociais que questionam e reivindicam o aperfeiçoamento do licenciamento para máxima proteção do ambiente e dos povos que com ele estabelecem uma relação harmoniosa.

Neste segundo campo, diversas dimensões do rito são contestadas, tanto em sua concepção como em sua prática. Um dos principais nós do licenciamento seriam os entraves e mesmo a ausência de caminhos mais equânimes para a promoção e o acolhimento de uma participação efetiva dos sujeitos atingidos pelos projetos. Ademais, os estudos normalmente se baseiam sob racionalidades que não dialogam horizontalmente com os modos de vida locais, pautam-se pela idéia de gestão e mitigação de riscos – e não de retração do projeto, são pouco acessíveis para os distintos grupos sociais, subdimensionam riscos, insivibilizam sujeitos, dentre outros nós críticos que estudaremos ao longo da pesquisa.

Defensores da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) afirmam que a Avaliação de Impactos promovida pelo EIA-RIMA é limitada, pois avalia o caso individualmente e não permite um estudo estratégico sobre a política ambiental; cerceia a análise de alternativas tecnológicas, pois o EIA realiza-se quando já se sabe sobre a viabilidade econômica do empreendimento e, geralmente, já existe decisão política tomada acerca de sua instalação, limitando as possibilidades de mudança do projeto a partir dos resultados da análise dos danos ambientais. Neste sentido:

As limitações naturais do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) constituem um dos motivadores da AAE. As dificuldades, mesmo dos melhores EIAs, de analisar com profundidade alternativas tecnológicas e de localização, de levar

em conta satisfatoriamente os impactos cumulativos e os impactos indiretos são inerentes a esta forma de avaliação de impacto ambiental. [...] A avaliação de projetos é feita sem levar em conta boa parte dos impactos cumulativos ou sinérgicos, ou alguns dos mais importantes impactos indiretos, cuja mitigação requer ação governamental coordenada ou mesmo novas leis e instituições (SÁNCHEZ, 2008, P. 4).

Pesquisadores da FASE<sup>32</sup>, IPPUR<sup>33</sup> e ETTERN<sup>34</sup>, que propõem um modelo de Avaliação de Equidade Ambiental (AEA)<sup>35</sup>, identificam lacunas na sistemática da avaliação de riscos do licenciamento ambiental, apontando que seus métodos:

...produzem com frequência uma separação indevida entre os processos biofísicos e a diversidade de implicações que os mesmos têm quando referenciados aos modos de uso e significação próprios aos distintos grupos sociais que compartilham o território. [...] Nesta medida, os métodos convencionais de avaliação de impacto adotados correntemente nos EIA/RIMAs têm sido incapazes de retratar a injustiça ambiental contida em determinados projetos, servindo, implicitamente, à legitimação de ações e impactos inaceitáveis se consideradas apropriadamente as dimensões socioculturais (ACSERALD, LEROY, et. al., 2009, P.2).

As pesquisas sistematizam um complexo quadro com diversos eixos críticos do atual modelo de licenciamento: a definição restrita e unilateral de quem seria os atingidos; a desconsideração da incerteza, da insuficiência dos dados e das limitações do conhecimento científico para avaliar os impactos em cadeia; o acesso obstruídos da sociedade em relação às informações sobre o empreendimento; as audiências públicas como espaço de publicidade dos empreendimentos, não permitindo debate aprofundado sobre alternativas; a impossibilidade de negociação; a flexibilização da normativa ambiental; a aceleração das etapas do licenciamento para liberação das licenças; a tensão entre órgãos públicos e os atingidos; o esvaziamento do papel dos Conselhos do Meio Ambiente e ausência de monitoramento constante da avaliação ambiental (ACSERALD, LEROY, et. al., 2009, P.2).

---

<sup>32</sup> Organização Não Governamental Federação de Órgãos para Assistência Social.

<sup>33</sup> Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, vinculado ao IPPUR/UFRJ.

<sup>35</sup> Os pesquisadores estudaram cinco casos emblemáticos de conflitos ambientais e seus respectivos licenciamentos. Da pesquisa, elaboraram relatório síntese no qual surge a proposta de uma Avaliação de Equidade Ambiental que, dentre outros elementos, abrange a proposta de uma participação mais ativa e eficaz da sociedade civil, desde o planejamento dos projetos; uma audiência pública prévia que inaugure o licenciamento ambiental; estudos ambientais que considerem racionalidades distintas; quebra do vínculo econômico entre os empreendedores e os consultores ambientais; a participação como lugar de envolvimento dos sujeitos sociais, e não de negociação ou mitigação de danos; acesso adequado à informação para os grupos atingidos; os conselhos de meio ambiente reativados como espaços de controle social; a anulação de licenças de projetos que venham expondo o ambiente e populações a desproporcionais impactos socioambientais. O relatório completo pode ser acessado em <[http://fase.org.br/wp-content/uploads/2011/07/Relat%C3%B3rio++S%C3%ADntese+-+Projeto+Avaliacao+Equidade+Ambiental+final.final\\_.pdf](http://fase.org.br/wp-content/uploads/2011/07/Relat%C3%B3rio++S%C3%ADntese+-+Projeto+Avaliacao+Equidade+Ambiental+final.final_.pdf)>, acesso realizado em 19.08.2015.

A partir dessas considerações compreendemos o licenciamento como um espaço institucional estratégico para compreender os conflitos ambientais. As discussões sobre seus eixos críticos e suas insuficiências nos ensinam a olhar com atenção para o rito e a procurar perceber em que medida as relações de poder se escondem e se reforçam por meio destes mecanismos.

O assunto, entretanto, não possui uma única face. Ao tempo em que compartilhamos destas críticas à avaliação de impactos e ao licenciamento, percebemos discursos e iniciativas que tentam flexibilizá-lo<sup>36</sup> e simplificá-lo. Setores empresariais e do governo<sup>37</sup> tentam identificar no licenciamento um mero obstáculo burocrático à realização de empreendimentos, e as populações atingidas são rivalizadas com os interesses do denominado “desenvolvimento”, particularizando, localizando e deslegitimando as resistências populares e seus questionamentos à viabilidade das obras.

O discurso do “licenciamento como entrave” não se opera apenas em abstrato, pondo em questão a regulamentação ou a concepção teorizada de seu rito e princípios. Diferente disto, observamos que nos casos concretos é que a esta idéia ganha fôlego e se constitui como uma das narrativas para apressar e pressionar os órgãos ambientais, o poder público e os mais distintos grupos sociais a concordar com a concessão das licenças ambientais da forma mais “ágil” e simplificada possível.

No caso do projeto Santa Quitéria podemos observar diversos exemplos da força desta narrativa. “Assim que as licenças ambientais forem liberadas, o Governo do Estado inicia as obras estruturantes”, disse um deputado federal cearense apoiador do projeto em entrevista a um jornal local. Na mesma matéria, o representante da Galvani afirma que após o protocolo do EIA, “tudo é uma questão de tempo” e chega a determinar o tempo em que a licença prévia deve ser concedida: seis meses<sup>38</sup>.

No início de agosto do corrente ano, após o Parecer prévio do Ibama sobre o estudo ambiental (assunto descrito no quinto capítulo desta pesquisa), diversos canais

---

<sup>36</sup> Exemplo desta flexibilização, pode-se mencionar a edição da Lei 14.882/2011, do Estado do Ceará, que altera parâmetros da avaliação de riscos e dispensa o licenciamento ambiental para obras declaradas, unilateralmente pelo empreendedor ou pelo Governo do Estado, como de baixo potencial degradante. A Lei encontra-se em questionamento no Supremo Tribunal Federal, diante do ajuizamento, pelo Procurador Geral da República, da Ação Direita de Inconstitucionalidade.

<sup>37</sup> Informações obtidas em O GLOBO. “Lula quer agilizar licenciamento ambiental, diz ministro”. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/08/10/lula-quer-agilizar-licenciamento-ambiental-diz-ministro-917364018.asp>>. Acesso em 31 de agosto de 2013.

<sup>38</sup> Informações obtidas em <<http://www.oestadoce.com.br/noticia/itataia-revolucionara-economia-dos-sertoos>>, acesso realizado em 18.07.2015.

noticiaram afirmações que induzem a mesma compreensão do licenciamento como uma etapa que culminará, ao certo, na concessão da licença ambiental e que, ainda, deveria ser mais ágil. A associação entre a “importância” do projeto para o desenvolvimento já que “o Ceará precisa de um empreendimento desse porte”, a histórica “demora” do licenciamento que se iniciou no ano de 2004 (sem mencionar as diversas irregularidades deste procedimento), a ausência de “data para ser liberado”, as afirmações de que a empresa pretende instalar o projeto mas que “depende de a licença de instalação ser expedida ainda este ano”<sup>39</sup>, somam-se na construção da noção do licenciamento como entrave ao desenvolvimento.

Desta forma, o desafio duplica-se: se, por um lado, mostra-se pertinente analisar criticamente as metodologias utilizadas na avaliação de riscos, por outro, necessita-se resguardá-las de mecanismos de flexibilização.

Neste ponto destacamos que compreenderemos o licenciamento ambiental como um procedimento que deve verificar de forma complexa e democrática a viabilidade socioambiental de um empreendimento, analisando impactos não só sobre o meio físico e biótico, mas também sobre os modos de vidas locais, sobre as comunidades, sua história, memória, construções, formas de produção e de vida. Não se trata apenas, embora se trate também, de incluir possíveis violações de direitos sociais na métrica ponderativa da decisão, conforme se poderia apreender de uma concepção positivista dos procedimentos de avaliação de impactos sociais<sup>40</sup>. Compreendemos que os fatores de degradação estão intimamente condicionados pelas formas de organização social e modo de produzir e viver, que se tornam indispensáveis para compreensão da noção de ambiente e, portanto, do que deve ser avaliado e debatido no licenciamento ambiental.

Durante a pesquisa, aprofundaremos as categorias de conflito ambiental, justiça ambiental, relações de poder e o estudo do licenciamento do projeto Santa Quitéria, com ênfase na análise das audiências públicas.

---

<sup>39</sup> Trechos e informações obtidas em <<http://mobile.opovo.com.br/app/destaque/index/2015/08/03/5134566/itaitia-uma-promessa-para-o-futuro-da-energia-nuclear-no-brasil.shtml>>, acesso realizado em 16.08.2015.

<sup>40</sup> Existem em cursos princípios e diretrizes sistematizadas sobre as avaliações de impactos sociais, definida como “a análise, monitorização e gestão das consequências sociais do desenvolvimento. Contudo, o termo “AIS” pode ser entendido a diferentes níveis. A AIS é um campo de pesquisa e de prática, ou um paradigma, consistindo num corpo de conhecimentos, técnicas e valores” (VANCLAY, 2012, p. 3). Ainda que tenhamos concordância com a incorporação dos impactos sociais na análise dos projetos de desenvolvimento e com a importância da sistematização de princípios que auxiliem a avaliar e monitorar a profundidade destes impactos, não estamos, nesta pesquisa, trabalhando sob o marco da gestão de impactos, o que nos distancia da perspectiva da AIS – Avaliação de Impactos Sociais.

Feita esta síntese de apresentação do projeto, sujeitos sociais do território e o licenciamento ambiental, descreveremos os objetivos e percursos metodológicos desta pesquisa. Saindo dos chãos que compõem o conflito, partimos para os caminhos que traçamos e que se interpuseram diante da caminhada nos esforços de compreensão do conflito ambiental em estudo.

## 1.5 Objetivos

Objetivo Geral: Analisar o conflito ambiental e as disputas de poder nas audiências públicas do licenciamento ambiental do projeto Santa Quitéria.

Objetivos Específicos:

- Analisar as disputas narrativas de legitimação do empreendimento, promovida pelos sujeitos sociais nas audiências públicas do licenciamento ambiental;
- Identificar e analisar os mecanismos de injustiça cognitiva no conflito ambiental;
- Descrever as audiências públicas e analisar os pontos de contestação do rito oficial de participação no licenciamento.

## 1.6 Percursos metodológicos

Antes de traçar os procedimentos metodológicos, destacamos a descrença em uma perspectiva de *neutralidade e objetividade* científica. Concordamos com Bourdieu (1976, p.115) quando afirma que esta idéia de ciência neutra “é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente *irreconhecível*, da representação dominante do mundo social.” Queremos, nesta pesquisa, mais descortinar as relações que produzem a eficácia desta concepção de neutralidade do que alimentá-la. Fazemos isso a partir de um lugar que é político e científico, guiado por um modo de fazer pesquisa de forma dialogada com as comunidades e movimentos sociais envolvidos no conflito ambiental. Estamos com Cástro-Gomez quando afirma que:

El ideal ya no sería el de la pureza y el distanciamiento, sino el de la contaminación y el acercamiento. Descender del punto cero implica, entonces, reconocer que el observador es parte integral de aquello que observa y que no es posible ningún experimento social en el cual podamos

actuar como simples experimentadores. Cualquier observación nos involucra ya como parte del experimento. (CASTRO-GOMEZ, 2007, p.89)

Por isso, não consideramos os moradores, comunidades e entidades como *objeto* de pesquisa, mas como sujeitos históricos, vivendo processos de conflitos, parceiros na construção do saber acadêmico. Isso põe o desafio de desenhar uma metodologia *vigilante*, o que se começa a esboçar.

A pesquisa pretende desenvolver um exercício de *interpretação* e não tradução neutra e linear dos fatos e percepções trazidas. Temos em consideração que nossos esquemas conceituais e espaços em que estamos inseridos alteram o olhar que lançamos no ato de pesquisar. *Olhar, ouvir e escrever*, conforme Roberto Cardoso, são três atos cognitivos da constituição do conhecimento que seguem de mãos dadas com o *sistema de idéias e valores* próprios da disciplina sociológica (CARODOSO, 1996).

Neste sentido, pretendemos relacionar ao longo da narrativa o esquema conceitual que nos guia e lançar sobre o campo um *olhar disciplinado* (CARODOSO, 1996), que se utiliza dos conhecimentos disciplinares reconhecendo as interferências e *refrações* exercidas sobre os dados.

Não se trata de uma pesquisa etnográfica, mas utilizamos de *técnicas de pesquisa etnográficas* (ROCHA, ECKERT), no esforço para manter o *olhar de perto e de dentro* (MAGNANI, 2002), um olhar que evita generalizar avaliações, hierarquizar saberes, desconhecer, preconceber ou homogeneizar as perspectivas, sujeitos e seus discursos.

Para isso, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão de literatura sobre as principais categorias que apareceram nos pontos de disputa em torno do conflito ambiental; análise documental do conflito em torno da mineração, com foco para o licenciamento ambiental; clipping de notícias<sup>41</sup> pertinentes ao assunto e a *observação participante*.

Na análise documental, estudamos os documentos do processo administrativo de licenciamento nº 02001005454/2004-24, em especial o EIA-RIMA do projeto e seu respectivo Termo de Referência; Ofícios e Notas Técnicas do Ibama; Ofícios enviados à Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH e à Secretaria de Recursos Hídricos – SRH; Laudos da 4ª Câmara Técnica do Ministério Público Federal; Representação entregue ao Ministério Público Federal, bem como o conteúdo do

---

<sup>41</sup> Utilizamos durante este trabalho as referências de trinta e oito matérias de jornais.

Inquérito Civil nº 1.15.001.000235-2012-55 e da Ação Civil Pública nº. 2005.81.00.013905-6; Pareceres elaborados por pesquisadores do Painel Acadêmico-Popular; Cartilhas veiculadas pelo consórcio empreendedor; Cartilha produzida pela Cáritas Diocesana de Sobral; Relatório da Plataforma Dhesca sobre a Missão Caetité; Nota Técnica nº 039 do MPF; Ofícios que solicitam audiências públicas no licenciamento do projeto; Edital de publicação do estudo e de convocação para as audiências; Atas das Audiências Públicas e suas respectivas transcrições, documentos estes que integram o processo administrativo de licenciamento mas que, pela importância que tiveram ao trabalho, ganham destaque.

Para aproximação com o campo empírico e estudo das audiências, nos guiamos pelos caminhos da *observação participante*, que ocorre a partir de uma presença regular do pesquisador na realidade em que imerge, com um convívio que permita extrair discursos, valores, códigos, intenções, sentidos, estratégias das vivências dos sujeitos com o qual interage “aproximando-se o pesquisador do Outro ‘estranho’, tornando-o ‘familiar’ ou no procedimento inverso, estranhando o familiar, superando o pesquisador suas representações ingênuas agora substituídas por questões relacionais sobre o universo de pesquisa analisado” (ROCHA, ECKERT, 2008, p.6).

Por implicar em uma imersão densa, impõe uma vigilância do comportamento do pesquisador, para exercício de uma avaliação constante acerca das percepções sobre sua presença, bem como a clareza de uma justificativa do porquê estar ali e de que maneira seria possível contribuir com as demandas de conhecimento apontadas pelas comunidades e entidades, como forma de um possível retorno e devolutiva da pesquisa.

A auto-análise constante, conforme indica Valladares (2007), consiste em ter em mente que além de observar, também estávamos sendo observados e provavelmente não será possível conhecer ao certo a imagem que é transmitida nos atos de pesquisa, por exemplo, aos moradores das comunidades trabalhadas. Implica, ainda, em reconhecer que a aproximação não se confunde com procurar se transformar no outro. Sintetizando em teses os aprendizados sobre a observação participante, a autora afirma que:

A presença do pesquisador tem que ser justificada (p. 301) e sua transformação em “nativo” não se verificará, ou seja, por mais que se pense inserido, sobre ele paira sempre a “curiosidade” quando não a desconfiança. Por isso mesmo o pesquisador deve mostrar-se diferente do grupo pesquisado. Seu papel de pessoa de fora terá que ser afirmado e reafirmado. Não deve enganar os outros, nem a si próprio (VALLADARES, 2007, p.154).

Os momentos de escuta dos informantes da pesquisa foram desafiadores e não desconsideramos os confrontos entre realidades, signos, linguagens, significados, racionalidades e modos de viver distintos. Neste momento de escuta lateja um risco de criar, acreditar e romantizar um falso campo de interações entre os sujeitos informantes e o pesquisador. Tentando evitar este equívoco, procuramos estabelecer uma *relação dialógica com os interlocutores* (CARODOSO, 1996, p.23) da pesquisa, em específico àqueles oriundos das comunidades, construindo o conhecimento em intersubjetividade, a partir do compartilhamento de espaços de significados, esclarecendo que ali se desenvolve um diálogo que procura ao máximo ser horizontal. Consideramos, ainda, a possibilidade dos processos de memória seletiva e as transformações das percepções dos sujeitos após a realização das audiências públicas.

Para viabilizar a interpretação e a sistematização dos dados, utilizamos a técnica da escrita do diário de campo, que nos serviu para anotar as falas, questões, idéias, dados e dúvidas durante a experiência direta de pesquisa. Os encontros com as comunidades, as audiências públicas e uma parte das reuniões com os membros da Articulação Antinuclear também foram gravadas e o áudio transcrito. Abaixo, estruturamos pequeno cronograma das atividades que estivemos e compuseram o campo da pesquisa.

<b>Datas</b>	<b>Atividade</b>
Dia 30/05/2014	Reunião do painel acadêmico popular
Dia 29.07	Ida a Sobral para diálogo com MPF e Cáritas
Dia 30.07	Ida a Morrinhos e Santa Quitéria
Dia 19.07	Atividade do painel acadêmico popular em Riacho das Pedras
Dia 20.07	Atividade do painel acadêmico popular em Morrinhos
Dia 20.11	Audiência Pública em Santa Quitéria
Dia 21.11	Audiência Pública em Itatira
Dia 22.11	Audiência Pública em Lagoa do

	Mato
Dia 13.12	Atividade do grupo de pesquisa de vigilância em saúde e ambiente na comunidade de Morrinhos

Além do cronograma exposto, contextualizamos que nossa aproximação com o campo de pesquisa se deu diante da participação no Núcleo Tramas, grupo de pesquisa que desde 2010 realiza atividades na região.

Ainda em 2011, quando ainda estávamos no início das pesquisas, foi possível participar de duas reuniões da Articulação Antinuclear na região. Embora os contatos com o território não tivessem sido aprofundados naquela oportunidade, durante os anos seguintes acompanhamos a partilha de experiências com o desenvolvimento das pesquisas, atividades, seminários, da primeira Jornada Antinuclear e do processo de elaboração do documentário da Articulação, experiências conduzidas por outros pesquisadores do Núcleo Tramas.

Em maio de 2014 definimos que o campo de pesquisa seria o conflito em torno do projeto Santa Quitéria, quando começamos a participar das atividades e da análise do estudo de impacto ambiental.

A construção em diálogo de saberes (SANTOS, 2010) orientou este processo no qual procuramos que o conhecimento a ser produzido estivesse de acordo com as avaliações de um grupo composto por pesquisadores da academia e por entidades e movimentos sociais.

Foram realizadas reuniões de articulação e oficinas para construção destes saberes. Entretanto, o grupo teve dificuldades de articular-se com periodicidade e uma parcela das considerações produzidas sobre o EIA foi elaborada pelo Núcleo Tramas ou em diálogo com os professores parceiros que compunham o Painel. No entanto, a aproximação com o território, os acúmulos das pesquisas anteriores, as contribuições das comunidades e dos movimentos sobre a caracterização social, o ambiente da região foram definidores para os rumos dos estudos que fizemos.

Publicado o EIA, tínhamos como objetivo estudar sua capacidade de realizar uma avaliação integrada, complexa, interdisciplinar, multidimensional, com distintas racionalidades, comprometida com a vida e com a preservação do ambiente e do modo de vida daquelas comunidades. O estudo, com mais de 4.800 (quatro mil e oitocentas) páginas, não foi analisado página a página, devido às inúmeras dificuldades que tivemos

de tempo, estrutura e quantidade de pesquisadores. A análise ocorreu a partir das contribuições de distintos pesquisadores sobre os eixos temáticos que foram fonte de maiores preocupações, tais como os riscos à saúde, os riscos de contaminação da água e do ambiente, a questão da radiação, dentre outros elementos que foram estudados com aporte nos saberes produzidos coletivamente, na literatura científica e nos itens mais relevantes do estudo ambiental.

Analisamos também o conteúdo do EIA em face do que determina a legislação, a exemplo da definição das áreas de influência, planos de mitigação de impactos, diagnóstico social, acesso à informação, confronto com as hipóteses de não realização do projeto, dentre outros que serão detalhados ao longo da pesquisa.

Participaram desta análise pesquisadores das áreas da biologia, física, assistência social, medicina, geografia, sociologia, direito, dentre professores universitários e estudantes, em sua maioria, de mestrado.

Da síntese deste esforço coletivo os pesquisadores produziram um Parecer sobre o EIA, que foi anexado ao processo de licenciamento durante as audiências. Também elaboramos uma Representação com a síntese dos questionamentos ao EIA e as violações de direitos do projeto, documento que foi entregue ao MPF, EFTA e DPU.

Fomos para as audiências públicas tratar dos resultados destas pesquisas, apresentar contestações, pedir informações, nos solidarizar à população atingida. Tínhamos, portanto, um “lado”, que era nos somar às resistências e críticas que os movimentos sociais, entidades e comunidades faziam aos impactos negativos do projeto. A existência deste contraponto permitiu romper os falsos consensos impostos sobre as noções de desenvolvimento, futuro, saúde, riscos e outras. Permitiu, ainda, que se desenhasse mais de um “lado”, mais de uma opção, mais de um posicionamento possível.

O contraponto, entretanto, não se deu apenas ou foi conduzido pelos pesquisadores. As pesquisas mais somaram às críticas travadas por um complexo campo de movimentos e entidades sociais articuladas para a participação das audiências, que por sua vez se somaram aos moradores das comunidades que são críticos ao projeto (e este não é um processo homogêneo) e, ainda, outros participantes dos municípios também manifestaram críticas ao projeto. Estas críticas, articuladas e conduzidas de diferentes formas e por distintos sujeitos também tiveram distintas perspectivas e não se traduzem ou reduzem sob uma única lógica argumentativa. O que queremos é mostrar

ao leitor que houve uma diversidade de falas que procuraremos analisar ao longo do trabalho.

Reconhecer a incidência que tivemos durante audiências nos situa nos caminhos de uma ciência que não se julga neutra, mas socialmente situada e que sobre a sociedade procura incidir, disputando o próprio campo científico (BOURDIEU, 2010), as produções de verdade, a hegemonização dos discursos, os projetos de futuro, a vida e a política. Esta ciência deseja ser dialógica, partilhada e publicizada, e foi diante destes princípios que atuamos durante as audiências públicas e sua preparação.

As idas às comunidades antes da audiência objetivavam nos aproximar dos sujeitos, compreender seus pontos de vista, identificar os nós críticos em relação ao empreendimento. Após a audiência de Santa Quitéria, passamos rapidamente pela comunidade de Morrinhos, onde foi possível ouvir as impressões dos moradores sobre o espaço ocorrido. Posteriormente, voltamos à comunidade em uma atividade do grupo de pesquisa de vigilância em saúde e ambiente, que se constituía como nova etapa dos trabalhos do Núcleo Tramas.

Aqui, o que estamos chamando de ‘grupo de pesquisa de vigilância em saúde e ambiente’ diz respeito a um grupo composto por membros do Núcleo Tramas e moradores das comunidades do entorno, que objetivava discutir mecanismos de vigilância popular em saúde e ambiente. O grupo realizou seis encontros no final de 2014 e começo de 2015, que contavam com uma média de vinte e cinco participantes em cada, dentre os quais agricultores, estudantes, agentes de saúde, apicultores e aposentados das comunidades. Em seis encontros, o grupo se reuniu nas comunidades do entorno da mina, especialmente em Morrinhos e Saco do Belém. Além destas comunidades, participaram moradores das comunidades de Queimadas, Nova Brasília, Lisieux, Alegre Tatajuba, Lagoa do Mato, Itatira sede e Santa Quitéria sede. O objetivo do grupo foi de “identificar e discutir os riscos e impactos da mineração de urânio e fosfato, e traçar estratégias de vigilância popular” (RIBEIRO, 2015, p.42).

Figura 5: Foto de Realização do primeiro encontro do Grupo de Pesquisa em Vigilância Popular em Saúde e Ambiente em 06.12.2014.



Fonte: Acervo Núcleo Tramas

Para este trabalho, utilizamos o material empírico dos três primeiros encontros para discutir as impressões sobre as audiências públicas e do quinto encontro para discutir as preocupações sobre água e saúde. O primeiro encontro foi um momento de diálogo sobre a proposta de criação do grupo de pesquisa; no segundo, em Morrinhos, participamos do momento de territorialização do empreendimento, com a discussão do projeto no local da mina, e dos momentos de cartografia das comunidades do entorno (tendo em vista que muitas foram invisibilizadas no EIA) e discussão dos impactos ao ambiente. No terceiro grupo discutiu-se os impactos do projeto e da mineração de urânio e fosfato para a saúde. No quinto, o grupo realizou um mapeamento dos sujeitos sociais envolvidos no conflito e aprofundou alguns debates sobre a percepção que os moradores faziam sobre a caracterização da saúde.

Principalmente nos dois primeiros grupos, a audiência foi discutida e avaliada pelos participantes. Observamos que ao longo da realização destes encontros, as noções sobre o projeto, impactos, participação e resistência foram se alterando diante do diálogo e das reflexões coletivas.

Reconhecemos limitações da *observação participante* que realizamos no que diz respeito, especialmente, a um limite territorial, tendo em vista que não foi possível estar em convívio denso com todas as comunidades da região e um limite temporal, considerando que apenas acompanhamos o processo de preparação para as audiências da Articulação Antinuclear em diálogo com as comunidade de Morrinhos e Riacho das Pedras. Avaliamos, entretanto, que para cumprir os objetivos desta pesquisa, qual seja, a análise do conflito nas audiências do licenciamento, foi possível contornar tais limitações por meio do acompanhamento das próprias audiências, da aproximação

prévia com os territórios e com a Articulação Antinuclear, das discussões no Painel Acadêmico-Popular e com o esforço de apropriação de pesquisas e literaturas sobre o tema, bem como a realização da análise documental da pesquisa.

Para finalizarmos este momento de apresentação geral dos percursos metodológicos, cumpre destacar duas ressalvas.

Das ferramentas que silenciam e pretendem gerar obediência em torno de uma categorização de mundo e suas imbricadas relações de poder, articulam-se dialeticamente mecanismos de resistência e dissenso, sobre os quais podemos extrair as motivações das lutas e reivindicações, os significados de projetos de vida em contraponto. Entretanto, isto será compreendido mais como um possível desdobramento da pesquisa em sua narrativa, do que objeto principal de análise. Neste sentido, a primeira ressalva objetiva não confundir as comunidades da região, ou as entidades e movimentos que compõem a Articulação Antinuclear, com suas estratégias de mobilização, resistência, com as práticas e resultados do processo conflitivo em que se encontram.

Nossa ênfase nas estratégias de poder, de silenciamento, se opera por um filtro metodológico, para viabilizar a análise dos pontos críticos que consideramos que podem contribuir para identificar contradições na avaliação de impactos conduzida institucionalmente. Entretanto, conforme alerta Cefai (2002) procuraremos extrair as relações sem confundir o significado das falas com a ação, nem a ação com seus possíveis resultados, tampouco o sujeito com suas estratégias. Estas distinções ocorrem em respeito às complexas teias do real e às redes de sociabilidade constitutivas das bases de qualquer processo de mobilização ou desmobilização de movimentos sociais e comunidades em luta.

Outro cuidado merece destaque. Na busca por não confundir os sujeitos com suas estratégias, observaremos para não confundi-los com os sentidos que lhes são atribuídos, ou que incorporam, sem antes procurar lançar um olhar de criticidade que evite a essencialização dos movimentos a partir de poucas e absolutas definições (seja para lhes atribuir sentidos de que são ‘incapazes’, ou ‘destinados a lutar’, ou ‘um povo que resiste’) generalizando e homogeneizando os sujeitos sociais e seus interesses.

No início da pesquisa de campo, observamos mais um curso de preocupações, incertezas, desinformação e a existência de um modo de vida que em muito se contrapõe ao projeto de mineração, do que uma constatação de que existe, como algo dado e constante na essência definidora dos sujeitos, um propósito reconhecido de ação

resistente ao projeto. Durante e após as audiências, este propósito resistente ficou mais nítido, entretanto, ainda não homogêneo diante da diversidade dos sujeitos sociais envolvidos no conflito.

Por estes cuidados concluímos que se torna imprescindível historicizar o curso do conflito em análise, tendo em mente que não estudaremos um quadro estático da realidade, mas sim processos sociais, com fluxos e contrafluxos, alianças, contradições, interações dialéticas, interesses, esperanças, solidariedades, projetos de vida individuais e coletivos, distintas representações de si e do outro, em um caminho que pode ser apreendido, entretanto, pelo partilhamento de vivências comuns e pela inserção dos grupos em um mesmo cenário de conflito, entrelaçado por relações desiguais de poder e de capitais.

\* \* \*

Feita esta introdução, seguimos para a análise do conflito ambiental. Antes disso, dois capítulos que balisam os olhares com os quais iremos pensá-lo. O primeiro trata de uma discussão sobre a atualidade da questão ambiental. Sob quais perspectivas, discursos e práticas a questão ambiental vem sendo tratada? Como este cenário diverso e conflitivo dialoga com as noções de desenvolvimento? Para adentrar mais no campo das justificativas do projeto Santa Quitéria, procuraremos também lançar um olhar sobre a relação entre desenvolvimento e o neoextrativismo, cenário ideo-político no qual o projeto se situa e, portanto, com o qual dialogaremos durante a pesquisa.

No segundo capítulo teórico, faremos uma discussão sobre as noções de conflito ambiental, poder e discurso, trazendo ao leitor os pressupostos teóricos de nossa argumentação e as lentes com as quais dialogamos o campo empírico e a sistematização analítica que desenvolveremos nos capítulos seguintes.

## 2. AS “RESPOSTAS” EM QUESTÃO: AMBIENTALIZAÇÃO, O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO E O CENÁRIO DO NEOEXTRATIVISMO

Proclamar que “o mundo não é uma mercadoria”  
quer dizer que a concorrência tem seus limites,  
que os benefícios atribuídos à mão invisível do mercado  
estão longe de compensar os crimes de seu punho visível  
e que o valor mercantil e monetário  
não é a medida de todas as coisas.  
(BENSAID, 2008, p.69)

Muitas são as questões ambientais postas no século em que as barbáries das catástrofes ambientais se anunciam por diversos fenômenos. Muitas as perspectivas, soluções, medos, estratégias, discursos e teorias envolvem o que se chama de ‘crise ambiental’.

Em torno da questão ambiental, situam-se estudos que nos informam acerca da insustentabilidade do modo de viver e produzir hegemônicos. Dentre eles, Serge Latouche, em seu *Pequeno tratado sobre o decrescimento sereno, 2009*, aponta para a impossibilidade de um padrão de crescimento infinito diante de um mundo finito, para a irreversibilidade do tempo em processos de degradação cada vez mais acelerados, a ampliação da lógica do descartável e da sociedade de consumo, culminando em inúmeros dados que demonstram os efeitos da continuidade do modo de viver e produzir hegemônicos: até 2050, se todos vivessem como um cidadão americano, teríamos uma dívida de 6 planetas; os países ricos produzem 4 bilhões de toneladas de lixo por ano; se as retiradas continuarem, os oceanos estarão esgotados em 2048; 80% dos bens postos no mercado são consumidos uma única vez antes de irem pro lixo; o consumo anual de petróleo e carbono equivale a uma massa correspondente a 100 mil anos de fotossíntese (LATOUCHE, 2009, passim).

Tais dados, ditos de maneira isolada, despertam para reflexões acerca da (in)sustentabilidade da vida no planeta, mas não nos permite identificar como os processos degradativos chegam nos territórios e impactam a vida de tantas comunidades e populações. Para nossa análise, importa ter em mente a velocidade deste contexto de degradação dos bens essenciais à vida mas, fundamentalmente, questionar a quem estes processos beneficiam e por quais mecanismos chegam aos territórios de comunidade em situação de vulnerabilidade socioambiental para reafirmar e agravar um complexo quadro de negação de direitos. Pretende-se, ainda, situar os marcos de regulação e aplicação dos instrumentos jurídicos ambientais diante da incidência que realizam nos

contextos conflituosos e perpassados por assimétricas relações de poder, cuja disputa envolve diferentes modos de vida, distribuição de recursos e políticas públicas.

Neste contexto de ênfase nas questões ambientais, caminha-se entre velhas soluções e novos desafios de pensar uma trilha – não conclusa, não ao certo segura – para as teorias críticas e para o direito. Pensar o direito ambiental, seus procedimentos de formulação, aplicação seletiva e flexibilização silenciosa, envolve o desafio de situar-se em meio às entrelaçadas contradições que orientam as interfaces dos núcleos constitutivos das relações entre as políticas ambientais, a noção de desenvolvimento e os conflitos ambientais.

De um lado, reconhecemos um sentido progressista na regulamentação ambiental, ampliando o espectro de proteção estatal para incluir bens ambientais, culturais e dinâmicas coletivas de interação com o ambiente, ainda que sob uma perspectiva antropocêntrica e periférica em relação à tradição civilista do direito<sup>42</sup>. Garante-se, por mínimo, um aparato instrumental que traz para o campo de argumentação jurídica a proeminência da tutela ambiental.

Entretanto, merece pontuar o contexto político e epistêmico no qual se formula as noções do direito ambiental, ainda fundada nas noções de “sujeito de direitos” individualista, na concepção de cidadania como vínculo estritamente formal entre “indivíduos” e um Estado abstratizado, na lógica de uma racionalidade moderna antropocêntrica superior às demais formas de concepção e regulação da vida, na idéia da terra com a função de “produção”. Na dimensão política, pontuamos, por um lado, os processos de flexibilizações normativas encampados recentemente e, por outro, a hegemonização da questão ambiental pelo marco do desenvolvimento sustentável.

Além das relações expostas, é preciso situar o processo de produção de subalternidade de saberes, elemento que contribui na interdição da participação popular ampla, do poder de veto, da deliberação direta sobre projetos de desenvolvimento, utilizando o argumento de supremacia do conhecimento técnico que esconde uma histórica inferiorização epistemológica. Boventura (2010) descreve esse processo, situando o epistemicídio e o desperdício das experiências como práticas enraizadas na dominação eurocêntrica ocidental. Desta forma, compreendemos que o colonialismo não se dá apenas na sua forma geográfica ou econômica, mas que estas se associam aos

---

<sup>42</sup> Neste sentido, o paradigma do Estado de Direito Ambiental, citado na Introdução, ensina sobre a limitação socioambiental da propriedade, a necessidade de procedimentos decisórios abertos e participativos e uma compreensão holística do ambiente.

discursos de legitimação de projetos, empreendimentos, modelos de desenvolvimento, por meio da imposição e naturalização da idéia de progresso como etapa imprescindível para a história das populações.

Por tais razões, consideramos imprescindíveis discutir, ainda que brevemente, pontos da política ambiental e alguns dos tensionamentos que o direito ambiental vem sofrendo para dar respostas a este contexto de disputas em torno da questão ambiental.

A seguir, faremos alguns apontamentos sobre o processo de *ambientalização* e uma breve discussão sobre os marcos da política ambiental contemporânea, ponto de partida para a compreensão dos fundamentos epistêmicos e sociais do licenciamento ambiental.

## **2.1 Política Ambiental e a ambientalização em curso**

As políticas ambientais se situam sob marcos de legitimação e fundamentos epistêmicos que, para além da dimensão científica e jurídica, refletem as práticas sociais de apropriação das condições naturais, as disputas sociais e o processo de normatização desta apropriação.

De início, contextualizamos a compreensão de que as relações de produção específicas capitalistas mediatizam a forma de apropriação e transformação da natureza. Sob a perspectiva da produção capitalista, os bens ambientais são tidos como condições de produção de mercadorias e as condições naturais reduzidas às condições de produção. As políticas ambientais dividem-se (não com aparatos iguais), por um lado entre a tutela, a ‘preservação’ do ambiente, e por outro entre a normatização da privatização dos bens ambientais. Para Henri Acserald, “as dimensões socio-ecológicas do desenvolvimento capitalista, ou da “acumulação por despossessão” pressupõe a privatização de fato – via de regra, silenciada – de espaços de uso comum” (ACSERALD, 2014, p.91).

A noção do ambiente como mercadoria se opõe à compreensão do ambiente como parte de um território e de um espaço social construído e significado por populações que se relacionam por meio de valores de uso (em oposição ao valor de troca, ao valor mercantil). Esta divergência será estruturante das políticas e instrumentos ambientais, dentre eles o licenciamento.

Ao longo da pesquisa, iremos considerar a noção de ambiente sob uma perspectiva não apenas holística, complexa, mas fundamentalmente integrada aos

mesmos eixos de determinações dos processos sociais. Little (2006) aponta tendências holísticas e transdisciplinares no trato da questão, com rumos de aproximação com as teorias da complexidade. Para o autor, o holismo aparece como noção que implica em uma compreensão integral dos fenômenos, no não isolacionismo e na não fragmentação.

Neste mesmo sentido, a ecologia política trazida por Little emerge como um campo de pesquisa a partir da imbricação entre “a ecologia humana nas inter-relações que sociedades humanas mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos com conceitos da economia política que analisa as relações estruturais de poder entre essas sociedades” (LITTLE, 2006, p.86).

Martinez Alier sustenta, por meio da economia ecológica, a existência de um conflito estrutural entre economia [capitalista] e meio ambiente (ALIER, 2014, p.333). O autor defende a ecologia política como o “estudo de uma série de atores, com diferentes níveis de poder e interesses distintos que se confrontam com as demandas de recursos por parte de outros atores em um contexto ecológico particular” (ALIER, 2014, p.339). O assunto será integrado à discussão de conflitos ambientais no próximo capítulo.

Os sentidos e os discursos em torno da questão ambiental vêm adentrando consideravelmente na linguagem e nos programas de movimentos sociais, associações civis, órgãos governamentais e empresas privadas, tornando-se, portanto, um palco de disputas.

Neste sentido, José Sergio Leite Lopes (2004) procura caracterizar como a questão ambiental tornou-se fonte de legitimidade de argumentação nos conflitos. Para o autor, existe um relativo sucesso na ‘ambientalização’ dos conflitos sociais, ou seja, a incorporação de critérios e discursos ambientais, que, entretanto, geram reações:

que variam entre a ilegalidade e ilegitimidade não fiscalizada de uma continuidade de práticas de acumulação primitiva ambiental até a violência doce do uso da linguagem e procedimentos ambientalmente corretos no contexto da dominação empresarial exercida de forma socialmente irresponsável. (LOPES, 2004 p.32)

A ambientalização seria uma tendência incorporada nos âmbitos estatais, empresariais e também incorporada pelas pessoas e grupos sociais. Por evidente, que a questão ambiental não é monolítica, homogênea: sobre ela debruçam diversas perspectivas, existem muitas formas de ver e explicar seus problemas, algumas delas apropriadas e incorporadas nas reestruturações do capital para conferir-lhe maior legitimidade social.

Para a prática e discursos dos movimentos sociais, este processo fomentou que passassem a denunciar “um novo aspecto antes naturalizado” (LOPES, 2006, p.43). Pelos estudos de caso desenvolvidos, o autor percebe o deslocamento de conflitos cuja centralidade é o trabalho e o interior das condições na fábrica, por conflitos ‘contra a fábrica’, movidos por questões ambientais; assim, teria-se “localmente uma ambientalização dos conflitos sociais” (LOPES, 2006, p.44).

Com a ressalva acerca do otimismo dos avanços que Sérgio Lopes apresenta neste processo, colocamos a ambientalização também como forma de tradução dos interesses e valores de preservação da teia social como um todo: seja na defesa da moradia, na defesa da saúde, contra poluições, degradação física, cultural, etc. Os movimentos se utilizam desta nova gramática e injetam, construindo-a também, suas aspirações, denunciando as desigualdades sociais também nas discussões ambientais. Assim, portanto, que os espaços institucionais, como o licenciamento ambiental, podem se tornar palco de disputas que envolvem da defesa de direitos às concepções de mundo.

A esta heterogeneidade corresponde uma ambientalização empresarial, com a incorporação da crítica ambiental em seus mecanismos de justificação de suas atividades, marcadas pelas noções de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade ambiental; corresponde, ainda, uma ambientalização ambígua do Estado por meio de suas políticas – além de ambígua, incompleta no sentido da ampla proteção normativa, tendo em vista as lacunas normativas e os processos de flexibilização da regulação existente. Esta ambigüidade, entretanto, não é simétrica em relação aos distintos interesses em disputa, o que se evidencia a partir do estímulo que o Estado promove a projetos desenvolvimentistas e neoextrativistas. Por fim, podemos identificar o ecologismo dos pobres e a justiça ambiental como respostas a hegemonização da questão ambiental pelos critérios de mercado.

## **2.2 As injustiças da sustentabilidade: o esverdeamento do mercado**

Em estudo acerca do *novo espírito do capitalismo*, ou seja, das justificações que este assumiu ao longo da história e suas principais ressignificações, Boltanski e Chiapelo apontam as mudanças e incorporações de discursos que reestruturam o sistema produtivo e sua normatividade: “O espírito do capitalismo deve atender a uma exigência de autojustificação, especialmente para resistir à crítica anticapitalista, o que implica

uma referência a convenções de validade geral quanto àquilo que é justo ou injusto” (BOLTANSKI & CHIAPELO, 2009, p.58).

Os autores estudam os processos de incorporação e ressignificação das críticas externas aos agentes do capitalismo, especialmente para explicar o *espírito* que move os gerentes e representantes das grandes empresas ao acreditarem na responsabilidade social, nos benefícios da ampliação do consumo como “democratização” de bens etc. Nos auxiliam ao destrinchar a seguinte idéia: a existência da crítica é o que move os ajustes de justificação que, internamente, o capitalismo não poderia encontrar. Henri Acserald partilha de idéia semelhante:

ou seja, a persistência de uma tal capacidade crítica [...] é o que poderia explicar o esforço permanentemente empreendido pelos poderes para desenvolver inovações institucionais e discursivas destinadas a dissolver ou obscurecer a incerteza que a crítica produz a respeito da pertinência da realidade como ela é, sobre o que importa e sobre o que tem valor. (ACSERALD, 2014, p.102)

Acerca da ‘surpreendente capacidade de sobrevivência do capitalismo’ e sobre o papel da crítica de impulsionar transformações/adaptações, “ele [o capitalismo] precisa de seus inimigos para encontrar os pontos de apoio moral que lhe faltam e incorporar dispositivos de justiça que, sem isso, não teria nenhuma razão para considerar pertinentes” (BOLTANSKI & CHIAPELO, 2009, p.61).

Com o aprofundamento da questão ambiental e as críticas que pautou ao sistema econômico, deu-se um processo de incorporação, institucionalização e também de ressignificações das reivindicações que envolviam a redistribuição de recursos socioambientais, o que remete à importância de destacarmos quais aportes teóricos de compreensão utilizada acerca da questão ambiental.

Conforme exposto, polarizam-se perspectivas acerca das soluções para chamada ‘crise ambiental’. Surge um novo ambientalismo, incorporado ao sistema capitalista, que busca aperfeiçoar seus mecanismos de mercados. Percebe-se a substituição da noção de sustentabilidade, pautada na autonomia dos povos, na economia solidária, na territorialização de políticas, no respeito aos direitos da natureza, no decrescimento econômico e na transformação da sociedade de consumo, por um desenvolvimento sustentável que aborda a tutela ambiental em termos de criação de mercados verdes e que não altera as bases do modelo produtivo industrial e da financeirização da economia, tampouco redistribui riquezas ou interdita uma sociedade do desperdício e de uma relação utilitarista com a natureza.

O ambientalismo acoplado às soluções de mercado sustenta-se sob marcos da Economia Verde e se caracteriza por: viabilizar a tendência ao lucro e à expansividade do capital, mantendo a lógica do crescimento infinito; reconduzir às práticas similares da economia marrom e petrolífera; manter a desigualdade de acesso aos bens, recursos e ganhos de suas utilizações; permitir o acesso e a exploração de territórios e comunidades vulnerabilizadas ou subalternizadas; renovar o colonialismo entre os diversos eixos de Norte-Sul global; conceber a natureza como mercadoria, criando uma grave questão ética para o futuro da humanidade e reforçando mecanismos de Injustiça Ambiental.

Esta lógica da *ecoeficiência* (PORTO & SCHUTZ, 2012, p.1448) já se encontra incorporada em diversos instrumentos regulatórios. Neste tópico, pretendemos identificar alguns instrumentos jurídicos que vem adotando este paradigma, como sinal de preocupação em relação às disputas em torno dos marcos conceituais jurídicos.

O PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente define economia verde como uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, devendo impor uma série de transformações nos marcos normativos nacionais, denominadas de “condições facilitadoras”:

**Essas condições facilitadoras consistem de um pano de fundo de regulamentos nacionais, políticas, subsídios e incentivos, mercado internacional e infraestrutura legal e protocolos comerciais e de apoio.** [...] A nível nacional, os exemplos de tais condições possibilitadoras são: mudanças na política fiscal, reforma e redução de subsídios prejudiciais ao meio ambiente; emprego de novos instrumentos de base de mercado; procura de investimentos públicos para setores-chave “verdes”; tornar mais verdes os contratos públicos; e a melhoria das regras e regulamentos ambientais, bem como sua execução. (PNUMA, 2011, p.2-4) (grifo nosso)

Percebe-se um esforço em termos de aumento de eficiência ecológica, de redução de emissões de carbono e de regulamentação de instrumentos que promovam o que se entende por desenvolvimento sustentável, ampliando o olhar econômico para os novos ‘mercados verdes’.

A ideia de “sustentabilidade” como “critério” para as decisões econômicas não deixa claro que sobreposições esta soma realiza e que contradições ela invisibiliza. Esta sustentabilidade convive com o avanço de práticas econômicas degradantes, expropriadora e de desterritorialização, sem refletir sobre o quê se desenvolve, que modelos econômicos privilegia e que modelos descarta como possibilidade. Permite, em suma, que a natureza seja precificada e incorporada na atual lógica de mercado.

Camila Moreno, pesquisadora e coordenadora de sustentabilidade da Fundação Heinrich Boll<sup>43</sup> e da Fundação Osvaldo Cruz<sup>44</sup> – Fiocruz, considera que esses mercados são a nova fronteira de acumulação do capitalismo. O próprio relatório do Pnuma define o “estoque e o fluxo dos serviços ecossistêmicos” como “constituição” do capital natural, “ou seja, o ‘estoque e o fluxo de serviços ecossistêmicos’ é a polinização das abelhas, a respiração das aves, a água e a fertilidade do solo”, traduz Camila Moreno (CARTAMAIOR, 2012, online). A pesquisadora problematiza que a criação de novos mercados ocorrerá sobre a escassez dos bens naturais, pois “quanto maior a especulação sobre o “humor do clima”, quanto maior o risco sobre as florestas ou a quantidade de emissões, maior o valor dos títulos ambientais, e, por conseguinte, dos “serviços ambientais (FIOCRUZ, 2012, online).

A criação mercantil e financeirização da escassez contribuem e se retroalimentam dos processos especulativos: “a economia transforma a abundância natural em escassez pela criação artificial da falta e da necessidade mediante a apropriação da natureza e sua mercantilização” (LATOUCHE, 2009, p.46). Tem-se a contradição: quanto mais escassas as áreas verdes, maiores os custos das Certidões de Reserva Ambiental, ou seja, quem as emite lucra com a degradação.

Marcelo Porto e Renan Ferreira caracterizam a prevalência de uma “visão de cunho economicista e tecnocrático, ainda que aberto a perspectivas participativas, que despreza a dimensão política das desigualdades e dos conflitos ambientais que marcam a crise ambiental contemporânea (PORTO e FERREIRA, 2013, p.5)”, denunciando como essas tecnologias chamadas ‘limpas’ ou ‘sustentáveis’ convertem-se em conflitos socioambientais ao inserirem grandes projetos energéticos, legitimados pela lógica da ecoeficiência, em territórios ocupados por populações que se relacionam com o ambiente a partir de outras lógicas de uso. A tal processo, os autores observam a produção das chamadas *injustiças sustentáveis*, ou seja, os impactos destas políticas e projetos ditos ‘sustentáveis’.

---

<sup>43</sup> Trata-se de uma organização política alemã sem fins lucrativos que se identifica como parte de uma corrente política verde que se desenvolveu nos anos 1970. A Fundação trabalha sobre os eixos da ecologia política, direitos humanos, democracia, gênero e política institucional. Informações disponíveis em <<http://br.boell.org/pt-br>>, acesso realizado em 21.08.2015.

<sup>44</sup> Segundo seu site, a fundação tem como objetivo “Promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania. Estes são os conceitos que pautam a atuação da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina.”, informações disponíveis em <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/funda%C3%A7%C3%A3o>>, acesso realizado em 21.08.2015.

A seguir, pretendemos apontar como alguns desses mecanismos já foram regulamentados, seja no direito internacional ou no direito ambiental brasileiro.

### **2.3 Flexibilização de direitos: a economia verde ganhando espaço na normativa ambiental**

A venda de serviços ambientais consiste em uma das principais formas de instrumentalizar a *ecoeficiência*. Pode ser concretizada na venda de créditos de carbono, direito de emissão de químicos, ‘serviços’ de polinização, fertilização natural, etc. O caminho seria quantificar as externalidades ambientais, incorporá-las ao custo de produção e possibilitar a ‘negociação’ de ativos e passivos ambientais (TERRA DE DIREITOS, 2011.).

O novo Código Florestal, Lei Federal 12.651/2010, incorpora tais mecanismos em seu artigo 41, como o pagamento e incentivo a serviços ambientais, e exemplifica-os: a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; b) a conservação da beleza cênica natural; c) a conservação da biodiversidade; d) a conservação das águas e dos serviços hídricos; e) a regulação do clima; f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; g) a conservação e o melhoramento do solo; h) a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito. A aprovação das mudanças legislativas para incorporar os mecanismos de mercado foi alvo de inúmeras críticas de entidades e movimentos sociais<sup>45</sup>.

Põe-se em foco o problema acerca dos direitos de propriedade sobre ativos ambientais. Quanto custa, por exemplo, o serviço de polinização das abelhas? A quem deve ser pago? De que forma, os proprietários de terra no Brasil, poderiam se apropriar e negociar estes ‘serviços’?

Packer (2012) explica que na quantificação dos serviços, procura-se calcular quanto teria que ser investido numa determinada área, ou para a produção de determinado alimentos, por exemplo, caso não houvesse disponível o recurso ambiental natural. Ou seja, quanto precisaríamos investir em tecnologias para garantir a polinização artificial caso não houvesse disponibilidade de abelhas para fazê-lo? Quanto

---

<sup>45</sup> Algumas podem ser visitadas em <http://www.chaua.org.br/campanha/cartas-e-manifestos-contras-alteracoes-no-codigo-florestas>, <http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/25749-codigo-florestal-divulgada-carta-aberta-contras-reforma/> e <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Cientistas-seguirao-se-manifestando-contras-novo-Codigo-Florestal/3/25174>. Acesso realizado em 21.08.2015.

custa a recuperação de um solo, da umidade, da irrigação natural de águas, da fertilização natural do solo, dos ‘serviços’ das minhocas, insetos, etc?

Esta metodologia de precificação, desenvolvida a partir do estudo “TEEB: The Economics of Ecosystems and Biodiversity”, encontra-se normatizada na Convenção de Diversidade Biológica. Além de reduzir os parâmetros de biodiversidade em termos de métricas utilitárias, a política tem marcas colonialistas, subjuga cosmovisões que se relacionam com o ambiente por uma ética de integração e cooperação e reduz a complexidade da vida ao ser valor útil dentro dos padrões de mercado.

Merece destaque, ainda, as disposições do protocolo de Kyoto, que ficou comumente conhecido como instrumento diplomático que impôs metas de restrição à poluição. Destarte, se oculta que, por meio dele, fora regulamentado o Mercado de Carbono, na medida em que autorizou os países signatários a cumprir seus limites de emissão ‘indiretamente’, por meio de instrumentos como o MDL (‘cap and trade’), criando projetos que negociem a compra de créditos de países que cumpriram seus limites ou que não os possuem (em regra, países do Sul), nas áreas de setores energéticos, de transporte e florestal (IPAM, 2012, online).

O Brasil, embora não possua compromisso vinculante de redução de índices específicos de emissão de carbono, assumiu a responsabilidade de reduzir de 36.1% até 38.9% das suas emissões para o ano de 2020, bem como de reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia. Tais metas foram anunciadas pelo então presidente Lula, na Assembleia Geral da ONU de 2009, e posteriormente incorporadas à legislação ambiental nacional por meio da Política de Mudanças Climáticas.

Outro mecanismo já incorporado na legislação ambiental, diz respeito aos “REDDs: Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação.” Para compreensão do mecanismo, aprende- com o Grupo Carta de Belém, organização de crítica e resistência à economia verde:

Por exemplo, uma pessoa vende um papel (um título) que diz que X vale o equivalente ao gás de efeito estufa (calculado como gás carbônico equivalente – CO<sub>2</sub>e) que não será emitido por um hectare de floresta preservada. O comprador pergunta o que lhe garante que isso é verdade. O vendedor responde que em tal lugar da Amazônia há um hectare de Resex ou de terra indígena ou de parque nacional preservado.

Estes títulos podem representar tanto a propriedade sobre o gás carbônico evitado (CREDD – Certidão de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) ou sobre a imobilização de 1 hectare de floresta nativa (CCRA – Certidão de Cota de Reserva Ambiental). (CARTA DE BELEM, 2011, p. 3)

As principais críticas realizadas ao mecanismo são: transferem para o mercado a responsabilidade pelo cumprimento de Convenções de proteção do meio ambiente, esvaziando seu conteúdo e sua capacidade de vinculação; desta feita, não conseguem interditar o avanço do desenvolvimento-crescimento e responsabilizar, de forma equânime, os Estados poluidores; enfatiza o desmatamento (responsável de 2 a 20% das emissões de gases de efeito estufa) e desconsidera o modelo de produção e consumo industrial; mercantiliza bens comuns; facilita que os países do Norte transfiram suas responsabilidades para os países do Sul (em que se localizam a maior parte das florestas tropicais) e apropriem-se de suas florestas e territórios (CARTA DE BELÉM, 2011).

Adequando-se aos instrumentos, a regulação do Capítulo X “Do programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente”, do Novo Código Florestal, Lei 12.651/2012, cria, em seu artigo 44: “É instituída a Cota de Reserva Ambiental - CRA, título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação.” A partir desta regulamentação, os hectares de cobertura vegetal, após apresentação do título de propriedade do imóvel, serão registrados no cadastro rural e a eles corresponderão cédulas que, no prazo de 30 dias, podem ser registradas na Bolsa de Valores e serem negociadas. Assim, desobriga-se a manutenção de áreas de reserva legal nas propriedades rurais, ao passo em que o proprietário pode apresentar certificado de compra de cédulas de cobertura vegetal em qualquer outra localidade do país.

Percebe-se, na breve análise realizada, a rápida conversão das legislações nacionais e internacionais ambientais no sentido de regulamentar os instrumentos propostos nos marcos de uma sustentabilidade de mercado, cenário no qual se observa um compromisso protagonista do Brasil com estes mecanismos.

Ilustra-se, com forte significado, a inauguração da Bolsa Verde nas proximidades do encontro da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável em 2012, Rio +20, permitindo a compra e venda dos serviços ambientais. Ademais, no mesmo ano fora profundamente alterado o Código Florestal Brasileiro, incorporando a regulamentação de tais mecanismos, flexibilizando a normatização sobre as unidades de conservação, que agora podem suportar empreendimentos lesivos pela justificativa unilateral de serem declarados como de “interesse nacional”.

Tais medidas vêm alterando significativamente a postura do Estado brasileiro com as populações tradicionais e/ou aquelas possivelmente atingidas por projetos enquadrados no plano de desenvolvimento e crescimento nacional.

Em relação às comunidades indígenas, a compra de certidões implica em grave problema ético e político, tendo em vista o reconhecimento da autonomia destes povos e o respeito ao seu modo de vida não poderia restringir a utilização de algumas áreas, o nomadismo ou as práticas extrativistas que garantem sua sobrevivência. Além disso, a regulamentação do sistema de compra de ativos ambientais implica em autorização de fiscalização dos serviços contratados, com a possibilidade de pleno acesso às áreas que foram objeto de contrato e a imposição de ações de gestão do local, ao argumento de garantir o cumprimento da recuperação/conservação ambiental negociadas em contrato, o que macularia o direito à autodeterminação dos povos indígenas brasileiros.

Interconectado a este processo de autorização de ingerências em terras tradicionais, observa-se o aumento de conflitos territoriais indígenas no país, impulsionados (dentre outros motivos) pela aceleração de grandes obras de infraestrutura que atingem seus territórios, pela contínua flexibilização da legislação que os protege e pelo decrescente índice de demarcação de terras. Aqui, percebe-se uma correlação entre as políticas: se, de um lado, o Estado mantém-se inerte na garantia do direito a terra destas populações, por outro, vem fortemente encampando projetos que ameaçam sua autonomia.

A título de exemplo, vale mencionar a atual proposta de Emenda Constitucional nº 227, que excetua os direitos de posse indígena para empreendimentos de ‘relevante interesse da União’. Temos que destacar que tem sido emblemática a luta dos povos indígenas contra a aprovação da proposta de Emenda Constitucional nº 215/00 que transfere a decisão final de homologação da demarcação de terras indígenas para o Congresso Nacional, enfraquecendo as funções institucionais da Funai – Fundação Nacional do Índio. A PEC 215 chegou a ser arquivada em 31.01.2015 mas, em 03.02.2015 foi apresentado Requerimento nº 153/2015 que solicitava o desarquivamento da Proposta. O Requerimento foi aprovado em 06.02.2015 e atualmente tramita em Comissão Especial<sup>46</sup>. O desarquivamento da PEC 215/00 preocupa e mobiliza diversas entidades ambientais e os povos indígenas que resistem às iniciativas que flexibilizam ou dificultam o acesso e a conservação de seus direitos.

Tal processo de alteração das normas ambientais, compatibiliza-se com as políticas de reprimarização da economia e os caminhos que facilitam e atraem a

---

<sup>46</sup> O trâmite pode ser acompanhado por meio do site da Câmara dos Deputados, no link <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>. Acesso realizado em 21.08.2015.

instalação de grandes empreendimentos. Portanto, além da esfera ambiental, ocorre também sobre outros âmbitos normativos que regulamentem setores econômicos vistos como estratégicos.

As normas que orientam a atividade de mineração, regidas atualmente pelo Código Mineral, Decreto Lei nº 227/1967, também estão sendo alvo de projetos de alteração. Ainda que, diante da data do decreto, possamos considerar a necessidade de atualização, o que se observa em curso se aproxima mais de uma adaptação para facilitar a instalação de novos empreendimentos da indústria mineradora.

As alterações visam reformulações em diversos aspectos, dentre os quais mencionaremos três. Um que traga novos procedimentos para obtenção das licenças de lavras, outro que transformará o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em uma agência reguladora, prevendo ainda a criação de um Conselho Nacional de Política Mineral, e um último que irá regulamentar novos cálculos e cobrança dos royalties da exploração mineral (FASE, 2012).

Alguns pontos vêm preocupando as entidades e movimentos sociais, tais como a proposta de regulamentação do artigo 49, XVI e do artigo 231, § 3º da Constituição Federal, que tratam da mineração em Terras Indígenas. Os estudos apontam que, mesmo sem a regulamentação de mineração em terras indígenas, já se constata um preocupante número de requerimento de lavra em seus territórios, considerando que “segundo levantamento do Instituto Socioambiental, em 2005 havia 8.924 requerimentos de pesquisa solicitados na Amazônia Legal, dos quais 4.769 tinham incidência sobre TIs” (FASE, 2012, p.77).

A postura do Ministério de Minas e Energia vem recomendando que qualquer medida de restrição à mineração seja anteriormente avaliada pelo próprio Ministério. Além disso, demonstra apoio à permissão de mineração em terras indígenas e nos planos de manejo das unidades de conservação de uso sustentável (FASE, 2012, p.78).

A falta de transparência, o fomento à posição primária e exportadora do país, a preocupação com a perda da biodiversidade, vem sendo apontados como motivos de crítica às novas normas. Ademais:

Por outro lado, estão ausentes na proposta em debate no Executivo a criação de mecanismos de regulação: i) que garantam a internalização dos custos socioambientais nos projetos ii) que possibilitem definir mais claramente áreas e situações onde os prejuízos econômicos e ambientais gerados pela mineração inviabilizariam sua implementação, iii) que evitem uma completa dependência da economia local à atividade mineradora cuja vida é relativamente curta ou iv) que definam a escala e ritmo em que as atividades mineradoras devem ser instaladas e operadas com vistas a garantir o uso

racional dos bens minerais e a precaução frente aos potenciais impactos socioambientais da atividade (FASE, 2012, p.13).

Nos últimos meses, alguns deputados federais vêm se posicionando publicamente para pedir apoio e aprovação do projeto do Novo Código de Mineração, que tramita sobre o número 37/2011. Entidades e movimentos sociais denunciam tentativas de se votar o projeto de forma silenciosa e sem amplo debate com os movimentos e entidades ambientalistas<sup>47</sup>. Em 07 de julho do corrente ano, o Relator do projeto pediu agilidade na votação e disse que “Podemos convocar uma reunião amanhã mesmo e aprovarmos o texto”<sup>48</sup>. Existe, portanto, um campo social que defende a discussão ampla e a revisão do projeto e outro que defende a agilidade de sua aprovação.

Em síntese, a crítica à flexibilização do aparato normativo de tutela socioambiental possui íntima relação com a hegemonização do paradigma da Economia Verde para políticas ambientais. Destarte, consideramos que este paradigma garante a sobrevivência do mesmo sistema de acumulação e crescimento, ampliando a abstração do capital financeiro e incorporando novos produtos e mercados à lógica convencional de negociação. A relação com a natureza, aqui, deixa de ter uma dimensão ética, social, cultural e de autonomia local. Os “recursos” ambientais tornam-se cada vez mais quantificados, mercantilizados, abstratos, num processo de simplificação da dinâmica de ecossistemas e da vida. Neste sentido, acolhe-se a voz dos movimentos sociais que participaram da Cúpula dos Povos/ Rio de Janeiro, 2012, que na Carta dos Povos declararam:

A dita “economia verde” é uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo que também se utiliza de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o super-estímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados

---

<sup>47</sup> A nota afirma que no dia 05.05.2015 “enquanto pesquisadores, sindicalistas, representantes de movimentos sociais, entidades em defesa dos atingidos, trabalhadores e deputados participavam do Seminário sobre o Marco Regulatório da Mineração, realizado pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, os deputados financiados pelas mineradoras: Gabriel Guimarães/PT-MG e Leonardo Quintão/PMDB-MG, respectivamente presidente e relator da Comissão tentaram votar na surdina o PL 0037/2011 – Novo Código da Mineração. Na noite de segunda-feira foi convocada reunião da Comissão Especial, sem mencionar que seria levado o PL 0037/2011 para apreciação e votação. Pouco antes do início da reunião, informado sobre a movimentação dos participantes do Seminário, o deputado Gabriel Guimarães cancelou a reunião”. Documento disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/%E2%80%8Bo-comite-nacional-em-defesa-dos-territorios-frente-a-mineracao-repudia-a-tentativa-sordida-de-votar-o-novo-marco-regulatorio-as-escuras/>, acesso realizado em 21.08.2015.

<sup>48</sup> Informação disponível em <<http://www.portalambiental.org.br/pa/noticias?id=170>>, acesso realizado em 21.08.2015.

de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros.

As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto contra-hegemônico e transformador. (TERRA DE DIREITOS, 2012, Carta Final, online)

A privatização generalizada da vida acentua o estreitamento do debate público em torno destes projetos, que tem como narrativa legitimadora a idéia de desenvolvimento.

A idéia de ‘desenvolvimento sustentável’, ainda que seja atualmente o mais palatável para sensibilização sobre os problemas ambientais, não mais traduz a diversidade de perspectivas sobre a questão ambiental, a exemplo da que compreende a necessidade de um decrescimento induzido (LATOUCHE, 2009). Além disso, o termo se hegemonizou nas agendas nacionais e internacionais de uma política ambiental determinada por critérios de mercado e pela precificação, fragmentação e reificação do ambiente.

O desenvolvimento se apresenta como caminho inexorável e linear para a história da humanidade, principalmente daqueles países ou regiões “subdesenvolvidas”. Essa construção de desenvolvimento, ou progresso, como um eixo orientador da história termina por aniquilar a diversidade de experiências sociais, por incapacitar os potenciais de uma crítica profunda a economia atual, condenando a humanidade a uma história encerrada.

Ademais, existe fundamentalmente uma “recusa tácita do desenvolvimento sustentável em discutir os nexos entre as relações capitalistas de produção e seus impactos sobre a natureza, conduzindo o pensamento a considerar que tais impactos são resultados da ação “do homem” sobre a natureza” (CARNEIRO, 2005, p.32). Necessário questionar quem é este “homem” que age sobre a natureza, sob quais proporções, materializando que tipo de relações sociais.

Incorporado ao modelo desenvolvimentista, encontra-se um dos eixos ideopolíticos de justificativa e impulso ao projeto Santa Quitéria, o neoextrativismo como caminho para crescimento econômico dos países do sul global. Estimulado por políticas públicas, notoriamente na América Latina, o neoextrativismo se associa a este processo de reprimarização econômica e defesa do “aproveitamento” das riquezas minerais como caminho para superação da dependência econômica destes países. Existe, contudo, um campo de contestações que lançam críticas sobre os impactos socioambientais deste

projeto político, bem como denunciam o aprofundamento das relações de dependência e subordinação econômica destes países. Sobre o assunto, teceremos algumas considerações a seguir.

#### **2.4 Nas recentes soluções, o velho desenvolvimento: Notas sobre o Neoextrativismo**

O processo de consolidação do capitalismo na América Latina não pode ser compreendido sem a consideração da dura imposição de relações coloniais e da estreita dependência com os diferentes padrões de dinâmica do capitalismo internacional, que impôs uma forte dominação dos mercados nacionais e posicionou os países latino-americanos na divisão internacional do trabalho como eminentemente exportadores de produtos agrícolas e matérias primas industriais.

A alta injeção de produtos primários no mercado internacional foi profundamente funcional para a industrialização européia que, com o tempo, teve os processos de dominação econômica repousados sobre a reprodução das relações de trocas, na qual a fixação dos preços de mercado consolidou um importante mecanismo de transferência de valor oriunda dos países latino-americanos. Em função das trocas desiguais, as burguesias e aristocracias locais procuravam compensar a perda de renda gerada por meio de uma superexploração do trabalho, na pretensão de criar competitividade internacional (MARINI, 1973).

O avanço da nascente industrialização latino-americana torna-se, posteriormente, estimulado pelas grandes corporações que recorriam à exportação de capitais para aplicar seus recursos excedentes e criar mercado para o maquinário de indústria pesada (MARINI, 1973). Destarte, essa industrialização situa-se em uma nova divisão internacional do trabalho, em que se transferem as etapas inferiores da produção industrial e se concentram as etapas mais avançadas e suas tecnologias, em uma “dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real” (FERNANDES, 2009, p. 34).

Com estas considerações, não pretendemos ignorar as especificidades de cada país, tampouco homogeneizar as diferentes etapas em que estes mecanismos se consolidaram. Entretanto, para compreensão do atual interesse brasileiro na retomada de políticas mineradoras e de produção de energia nuclear, cumpre situar historicamente os recentes processos de reprimarização voltada à exportação pela qual passa sua

economia. Para isto, situaremos dois processos em curso no cenário atual dos países latino-americanos e, em especial, do Brasil: o neodesenvolvimentismo e o neoextrativismo.

Sampaio Jr. (2012) caracteriza o desenvolvimentismo como uma composição ideológica fruto do período da industrialização por substituição de importações, que acreditava nas possibilidades de conter o capitalismo criando a capacidade da sociedade nacional em controlar os fins do desenvolvimento e superar a dupla articulação entre a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre classes. Consistia em mudanças estruturais que combatessem o subdesenvolvimento e enfrentasse o imperialismo por meio da ‘vontade política nacional’.

O declínio da idéia desenvolvimentismo ocorre devido aos entraves de conciliação entre capitalismo, democracia e soberania no contexto de expansão do imperialismo econômico norte-americano, das ditaduras implementadas na América Latina após a década de 1960 e pelo declínio do modelo de industrialização por substituição de importações. A partir de então, desenvolvimento reduz-se à questão da modernização e da inserção em um mercado globalizado (SAMPAIO JR., 2012).

Após a redemocratização dos países latino americanos, em especial do Brasil, polarizam-se modelos ideológicos e políticos de sustentação dos governos que se seguem. Na década de 1990, observa-se a incidência de políticas neoliberais, marcada pelas privatizações, ajuste econômico e flexibilização de direitos, enquanto que o período após os anos 2000 é marcado por uma política *neodesenvolvimentista* associada ao crescimento do *neoextrativismo*, em continuidade às posturas econômicas da década anterior.

Ambos os conceitos, embora diferentes, possuem em comum a idéia de progresso como crescimento ilimitado, de nação como um pacto interclassista, o foco na inserção internacional da economia, a concepção do Estado e mercado como complementares para geração de crescimento econômico que significaria condição para distribuição de recursos e bem estar (MILANEZ & SANTOS, 2013).

Desta forma, o neodesenvolvimentismo constitui um fenômeno recente e localizado, de incidência especial na sociedade brasileira após a década de 2000 (SAMPAIO JR., 2012). Caracteriza-se como um “paradigma ideopolítico”, na medida em que serve às dimensões analítica-descritivas, mas também para formulação de um quadro normativo-propositivo de políticas públicas. Para seus defensores, seria visto como uma ‘estratégia de desenvolvimento’, uma alternativa ao programa neoliberal.

Sob sua concepção, o Estado seria complementar ao mercado, devendo criar uma aliança interclassista com vistas a garantir a realização do ‘interesse nacional’. (MILANEZ & SANTOS, 2013).

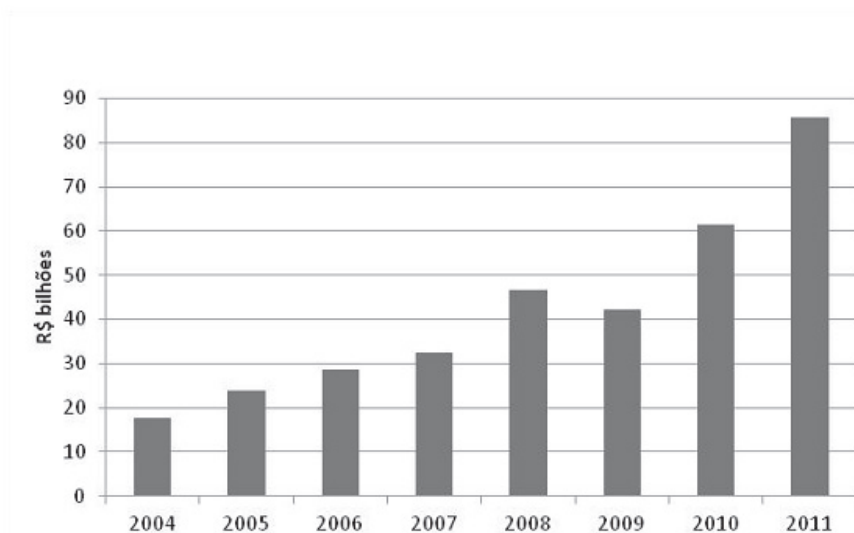
O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social. (SAMPAIO JR, 2012, p.679)

A crítica a este paradigma compreende que não existe ruptura, mas sim continuidade em relação ao paradigma neoliberal, considerando que se perdem de vista as relações entre a presença do capital internacional com a vulnerabilidade externa, entre a desindustrialização e a especialização regressiva da produção, entre a especulação financeira como base de acumulação e a dependência estrutural com um modelo de exportação de commodities.

Os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas. Defendem a estabilidade da ordem. Não alimentam nenhuma pretensão de que seja possível e mesmo desejável mudanças qualitativas no curso da história. São entusiastas do *status quo*. Na sua visão de mundo, desenvolvimento e fim da história caminham de mãos dadas. (SAMPAIO JR., 2012, p.685)

Na América Latina, embora não se desprezem as particularidades de cada país e processo histórico, observa-se a emergência do que se denomina de neoextrativismo, com a ampliação e especialização da produção de bens primários, extrativos, minerais, combustíveis e bens oriundos de monocultivos agrícolas voltados à exportação. Trata-se de um sistema “focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada.” (MILANEZ & SANTOS, 2013, p.10)

Conforme apontado, a indústria mineral vem ganhando centralidade no neodesenvolvimentismo brasileiro, em muito motivada pelo atual aumento do preço dos minérios, de sua demanda global e da relevância internacional do Brasil no setor, devido à intensa quantidade de fontes destes materiais. Esta estratégia de crescimento demonstra-se percebendo que, no caso brasileiro, em 2013 o país duplicou a produção de alumínio, triplicou a de cobre, além da abertura de novas minas (GUDYNAS, 2009). O quadro abaixo também reflete este cenário:



Fonte: FASE, 2012, p.38

Para explicação do fenômeno, GUDYNAS (2009, p. 194) expõe a tese de que estamos diante de um neoextrativismo progressista, comandado por governos que se autodenominam de esquerda, o que não significa que se “puede defenderse una postura ilusionada en que estos nuevos gobiernos han modificado sustancialmente el extractivismo, y que están resolviendo sus impactos sociales y ambientales.”

A chegada destes governos progressistas na região, ao invés de implicar em um questionamento da indústria extrativista, alavancou-a como um dos pilares de desenvolvimento e lhe conferiu novos argumentos de legitimação, traduzidos na expressão do “interesse público”, do “sacrifício para o desenvolvimento nacional”, na “vocaçao da região” que não poderia ser desperdiçada, ou mesmo das condições para geração e redistribuição de renda.

Um dos principais aspectos que diferencia a atual retomada da indústria extrativista encontra-se no papel protagonista do Estado, com intervenções diretas no setor, explorando-o muitas vezes via empresas públicas. Além disso, o Estado também atua por meio da concessão de subsídios, do provimento de infraestrutura, com o apoio à internacionalização das empresas, de adaptação da legislação para permitir o avanço das práticas minerais etc.

Entre as atuais funções do Estado, merece destaque o que Gudynas chama de “Estado Compensador”, que consiste na criação de formas de legitimação da atividade por meio da compensação realizada com políticas de combate à pobreza e redistribuição de renda, gerando o argumento de que a exploração dos recursos naturais seria condição indispensável para apropriação de excedentes e garantia destas políticas.

A este discurso de legitimação, somam-se as promessas de geração de empregos, de fortalecimento do comércio e criação infraestrutura em regiões que muitas vezes suportam uma ausência histórica na prestação de serviços e garantias de direitos, aprofundando um cenário de vulnerabilização socioambiental:

Mientras que en ellos se expresa fuerte presencia estatal, están rodeados de amplias regiones “desterritorializadas”, donde el Estado no logra asegurar su presencia en forma adecuada y homogénea, observándose limitaciones por ejemplo en la cobertura de los derechos ciudadanos, los servicios de salud o la aplicación de la justicia. **Es un Estado débil o ausente en muchas de esas áreas, pero activo y presente en apoyar y proteger actividades extractivas en unos pocos sitios.** (grifo nosso) (GODYNAS, 2009, p.201).

A partir da implementação deste modelo, desencadeiam-se inúmeros conflitos socioambientais, seja pela exploração mineral, petrolífera ou de monocultivos, conduzidos, tantas vezes, pelas mãos do Estado e seu aparato regulador e militar, que ignoram a presença de comunidades tradicionais ou campesinas nestas regiões. Ainda que sejam conflitos localizados, expressam profundas contradições do modelo e atuam diretamente na conformação territorial, nas disputas por modos de vida, na relação entre os sujeitos sociais envolvidos, na determinação de políticas e na flexibilização da legislação pertinente. Cite-se, como exemplo mencionado anteriormente, as transformações da legislação pertinente, a fim de acolher o novo marco regulatório da mineração em processo de elaboração pelo Ministério de Minas e Energia (MME), cujas conseqüências envolvem a suscetibilidade de mineração em terras indígenas ou ambientalmente protegidas.

Em síntese, o neoextrativismo, menos que uma transformação na histórica dependência econômica dos países latino americanos, representa uma continuidade de políticas de expropriação dos bens socioambientais, com externalização de custos e sujeição diante das flutuações do mercado mundial de commodities. Tais práticas intensificam conflitos socioambientais nestes países e reafirmam as heranças coloniais que posiciona a América Latina no papel de exportadora de matérias-primas com baixo valor agregado e alto nível de dependência do mercado externo (FIRPO E FERREIRA,2013 p.4.)

Conforme destaca estudos realizados pela ong FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, a estrutura do setor mineral destina aos países periféricos a “fase quente” (de transformação dos minerais em produtos semiacabados), a que mais utiliza energia e recursos ambientais, ao passo em que os países centrais concentram indústrias que operam na “fase fria”, aquela menos poluente e de

transformação em produtos de maior valor agregado (FASE, 2012, p.14). Este cenário vem levando pesquisadores a defender estratégias graduais de transição para a indústria mineral nestes países, incluindo:

a internalização progressiva dos custos socioambientais das atividades extrativas, a redução da dependência exportadora de recursos vinculando mais diretamente às atividades a cadeias econômicas nacionais e regionais, a definição de áreas livres em função da biodiversidade e da manutenção de dinâmicas socioprodutivas locais e, sobretudo, a construção de um debate público sobre os fins que orientam a produção mineral (FASE, 2012, p.15).

Tais estratégias evidenciam uma preocupação com a ausência de um marco protetivo eficaz da biodiversidade, das comunidades locais, da autonomia destes povos e dos procedimentos de deliberação democrática que ponham os grupos atingidos em condições de ter uma real incidência sobre as transformações do território em que vivem.

Para estudo do caso da mineração de urânio em Santa Quitéria, observa-se uma dupla inclusão nesta lógica. A exploração do colofanito<sup>49</sup>, minério de fosfato associado ao urânio, em um único complexo industrial, parece uma perfeita combinação do incremento da ‘autonomia’ nacional na produção de dois dos bens primários em destaque no mercado mundial: o fosfato, destinado à produção de fertilizantes agrícolas e o urânio, destinado à “diversificação” da matriz energética brasileira “limpa”, segundo o sustentáculo argumentativo de seus defensores.

Ao tempo em que se associam a exploração dos minérios, associam-se também indústrias extremamente perversas: a da mineração para produção de commodities sustentadoras do agronegócio e a da indústria nuclear. Associam-se, ainda, as justificativas dadas ao projeto: o aumento da produtividade agrícola e a diversificação da matriz energética como dimensões do ‘interesse público’ legitimador do empreendimento.

No terceiro capítulo iremos aprofundar o estudo sobre o empreendimento e as narrativas que procuram lhe legitimar, dentre as quais se destaca a noção de desenvolvimento como salvação, a promessa de geração de empregos, impostos, crescimento da região, contrapondo-as com as críticas ofertadas nas audiências públicas.

---

<sup>49</sup> Após a purificação do ácido fosfórico extraído do colofanito, será produzido o Mono Amônio Fosfato (MAP) e Fosfato Bicálcico (DCP) destinados à produção de fertilizantes e de nutrientes animais (ARCADIS LOGOS, 2014, p.24).

No capítulo que se segue, traçaremos nossas compreensões acerca de categorias fundamentais para esta pesquisa: conflito ambiental e poder.

### **3. CONFLITOS AMBIENTAIS E SEU ATRAVESSAMENTO POR ASSIMÉTRICAS RELAÇÕES DE PODER: uma introdução conceitual**

Martinez Alier, em seu *Ecologismo dos Pobres*, evidencia que ao contrário do que muitos economistas afirmam, a economia não está em uma linha de crescimento tendente para se operar de forma abstrata, ou seja, ela não está se desmaterializando. Ao contrário, o aumento do consumo e da demanda por energia, matérias primas, mão de obra, vem amplificando os conflitos ambientais relacionados com a distribuição social e espacial da contaminação (MARTINEZ ALIER, 2014, p.333). Trata-se da dialética produção-destruição (PORTO & SCHUTZ, 2008, p.1455).

O ecologismo dos pobres consiste no estudo que procura “abarcar as preocupações sociais e as formas de ação social nascidas no entendimento de que o meio ambiente é uma fonte do sustento humano” (MARTINEZ ALIER, 2014, p.347). Alier trabalha com a percepção de que o ambiente é, para diversos grupos sociais, a fonte primária de sustento e isto tem íntima relação com a defesa do ambiente em situações de conflitos.

Por sua vez, a Ecologia política poderia ter dois enfoques: o estudo dos conflitos ecológicos distributivos em uma economia cada vez menos sustentável, ou uma matriz analítica de discurso de expressões, tal como ‘serviços e recursos ambientais’. Para Martinez Alier, estas duas percepções encontram um fio em comum no sentido de que a compreensão dos discursos revela também acerca de comportamentos e interesses dos atores sociais.

A conexão seria a que se segue: os diferentes atores dos conflitos ecológicos distributivos, com seus diferentes acervos de direitos e dotações de poder, colocam em dúvida e desafiam as reivindicações dos demais instrumentalizando diferentes discursos de valoração no interior do seu amplo repertório cultural. (MARTINEZ ALIER, 2014, p.339)

Em síntese, a Economia Política privilegia a dimensão distributiva dos conflitos ambientais, e associa os instrumentos culturais de poder às lutas travadas entre distintos interesses de acesso aos bens naturais. Isso não implica dizer que os conflitos ambientais sejam apenas conflitos de interesses, pois também podem se configurar como conflitos de valores, cosmovisões, racionalidades e modos de vida.

A chegada de grandes empreendimentos, muitas vezes, desencadeia conflitos que “surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles

envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço” (ZHOURI, 2010, p.4). Trata-se de distintas formas de se apropriar e reproduzir a vida em um território, revelando também o antagonismo entre projetos de futuro, estes baseados em racionalidades distintas.

Tais conflitos podem, ainda, envolver distintos sistemas de valoração. Em alguns casos, é possível resolver um conflito dentro de um mesmo marco valorativo e é possível mensurar sob critérios similares as demandas e interesses envolvidos. É o caso, por exemplo, do conflito entre o interesse empresarial em reduzir o custo econômico de um empreendimento e a demanda de compensação econômica dos atingidos. Em outros casos, entretanto, existe uma disputa sobre o próprio sistema de valoração que deve ser aplicado. Neste caso, estamos diante de distintas racionalidades que põem em comparabilidade valores que não se mensuram sob a mesma métrica. Aqui existem choques de sistemas, por exemplo, entre as complexas relações territoriais desenvolvidas em uma comunidade e a lógica da monetização dos riscos e passivos ambientais.

Feita esta introdução, consideramos que os conflitos ambientais se classificam entre os territoriais, espaciais ou distributivos. A classificação de Zhouiri e Laschefski (2010) aponta que os conflitos distributivos são aqueles que envolvem graves desigualdades de acesso e utilização dos recursos naturais disponíveis no território. Já os conflitos espaciais são decorrentes dos impactos ambientais que ultrapassam os limites do território dos grupos sociais, marcadamente conflitos gerados por poluição ambiental; aqui, não há disputa direta por acesso aos bens ambientais, mas sim pela gestão e ordenamento territorial, pelo controle de atividades econômicas, pela denúncia das externalidades provocadas por estas atividades. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 23).

Por fim, os conflitos territoriais se caracterizam pela existência de distintas identidades, lógicas de apropriação espacial, racionalidades e sistemas valorativos incompatíveis. “O caso de conflito ambiental territorial dificilmente será resolvido por conciliação dos interesses envolvidos, pois a perda do território, por ambos os grupos significa a não realização da sua apropriação material naquela região” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.29).

Tais conceitos serão primordiais para a compreensão das distintas conflitualidades que surgem em torno da possível instauração de projetos de mineração. Estes projetos situam-se pela disputa por distribuição de bens ambientais (o acesso a

água, a terra), mas também por afirmação de modos de vida, de concepções de desenvolvimento, de significância dos impactos, caracterizando o que se compreende por conflito ambiental de dimensão distributiva e territorial. Tais conflitos envolvem as contradições econômicas e distributivas, mas preocupam também por atingir o ambiente, a saúde, o sistema agrícola local e, fundamentalmente, envolvem uma disputa de projetos de sociedade e de valores. Anuncia, ainda, uma possível dimensão espacial, caso a mina entre em operação, com a emissão de poluição para as populações do entorno. Esta categorização será utilizada durante a pesquisa, embora façamos a ressalva de que as dimensões distributiva, espacial e territorial encontram-se intimamente relacionadas no caso concreto e que, em alguns momentos, não serão claras as fronteiras desta distinção.

### **3.1 Processos de vulnerabilização e Injustiça Ambiental**

As distintas práticas sociais sobre um mesmo espaço evidenciam disputa de sentidos do território, forma de viver e produzir entre grupos em assimetria de poder. Os conflitos podem expropriar os atingidos e agravar os processos de vulnerabilização social e negação de direitos existentes para estas populações, ou evidenciar esta assimetria, seja para atribuir a estes grupos uma condição subalternizada de carência, seja para contribuir na apropriação coletiva dos fatores e políticas que ensejam a negação de direitos. Na afirmação da vulnerabilidade como carência, temos a reafirmação das relações de poder e o aprofundamento das desiguais possibilidades de ação e resistência diante dos projetos de desenvolvimento. Já na construção coletiva de percepção destas desigualdades e de um projeto comunitário comum, é possível pensar os conflitos ambientais como propulsores de processos sociais que solidifiquem os vínculos territoriais, os interesses dos sujeitos locais e lhes fortaleça para articular suas lutas e denúncias sobre a arbitrariedade dos projetos trazidos para suas comunidades.

Para esta pesquisa, a vulnerabilidade não será tratada como um dado ontológico, fixo, imutável, ou constitutiva da essência caracterizadora de um determinado grupo social. Compreendemos que o processo de vulnerabilização é movido por agentes sociais concretos, existe em um contexto e é relacional, ou seja, sofre determinantes por relações sociais. Por isto optamos por falar em vulnerabilização, vista como um processo histórico dialético de inserção de grupos sociais discriminados (étnica, racial, cultural, política e economicamente) em contextos de múltiplas violações

de direitos, produzindo relações sociais assimétricas de poder que lhes impõe uma maior suscetibilidade para sofrer impactos negativos em conflitos ambientais (ACSERALD, 2006; PORTO, 2011). Dentre as conseqüências deste processo, encontra-se a fragilização, ou mesmo a expropriação de tais grupos das esferas institucionais decisórias em conflitos nos quais estejam inseridos.

Entretanto, salientamos que a vulnerabilidade como contexto de violação de direitos não implica na ausência de capacidade organizativa destes grupos sociais, tampouco em alguma suposta debilidade de reconhecimento dos fatores que usurpam seus direitos, territórios, que ameaçam suas condições de reprodução simbólica e material da vida. Ao contrário, acreditamos que a tomada de consciência deste processo de vulnerabilização tem o potencial de alimentar a luta por ampliação de direitos e garantia do modo de vida local, afinal, “tais populações devem ser fortalecidas em seu papel de sujeitos coletivos portadores de direitos” (PORTO, 2011, p.47).

Uma das alternativas politizadoras envolvendo o tema da vulnerabilização, trata-se de situar que os grupos sociais atingidos por estes conflitos recebem uma proteção desigual por parte do Estado, que não atua ou atua com déficit de responsabilidade, desviando o foco da ‘incapacidade de defesa’ dos sujeitos para ‘irresponsabilidade da não proteção’ do Estado (ACSERALD, 2006).

Isso implica em negar uma condição de ‘carência’ que estigmatiza os sujeitos sociais e deságua em uma prática de compensações, que procura silenciar a denúncia dos impactos de um empreendimento levado ao território, por meio da ‘concessão’ de alguns benefícios, direitos sociais ou políticas públicas reivindicadas.

O que se observa é uma íntima relação entre os processos de vulnerabilização e a injustiça ambiental de grandes projetos de desenvolvimento. A injustiça ambiental surge a partir da percepção de que, sobre os grupos sociais mais vulnerabilizados, seja pela fragilidade econômica, seja pela discriminação étnica ou racial, pela baixa experiência em organização social ou pouca ingerência institucional, recaem os maiores danos ambientais socialmente produzidos. Este fenômeno perpassa o desigual acesso a infraestrutura, investimentos públicos, espaços reconhecidos de produção de conhecimento e informação, a privação sobre a ingerência nas decisões políticas, dentre outros elementos constitutivos da assimetria de poder (ACSERALD, MELLO, BEZERRA, 2009).

A perspectiva da justiça ambiental visa superar tais contradições, integrando as esferas sociais e ambientais, garantindo o:

Direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades. A noção de justiça ambiental afirma, por outro lado, o direito de todo trabalhador a um meio ambiente de trabalho sadio e seguro, sem que ele seja forçado a escolher entre uma vida sob risco e o desemprego. Afirma também o direito dos moradores de estarem livres, em suas casas, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-química das atividades produtivas. (ACSERALD, MELLO, BEZERRA, 2009, p. 16/17)

Esta compreensão visa desmistificar a noção de que os danos ambientais atingem a todos igualmente e, ainda que, são produzidos por uma “força natural”, desconectada da ação humana e de suas relações sociais. Procura, ainda, mostrar a impossibilidade de se dissociar uma idéia de “ambiente” apartada do modo de reprodução das relações sociais e traz a preocupação em reavaliar a distribuição dos fatores ambientais negativos, partilhar responsabilidade e definir os lugares de tomadas de decisões (LYNCH, 2001, P. 57).

Este conteúdo democrático da justiça ambiental tem expressiva relevância para esta pesquisa e está expressamente formulado na Carta com os 17 princípios da Justiça Ambiental, fruto da Primeira Cúpula Nacional de Lideranças Ambientalistas de Cor, nos Estados Unidos, em 1991, afirma-se o conteúdo democrático da Justiça Ambiental, que “exige o direito de participar em grau de igualdade em todos os níveis decisórios, incluindo avaliação, planejamento, implemento, execução e análise de necessidades” (CARTA DE PRINCÍPIOS, online, 2015).

Adotamos, portanto, os aportes dos movimentos que lutam por justiça ambiental, reconhecendo os processos de vulnerabilização social que caracterizam os conflitos ambientais, especialmente o que envolve o projeto Santa Quitéria, motivo pelo qual a denúncia das relações de poder neste conflito se torna primordial para a construção de possíveis estratégias de enfrentamento de suas inequidades.

### **3.2 A opção de olhar para o problema de pesquisa com os aportes da conflitividade**

Nesta pesquisa, consideramos que no interior das práticas e discursos nos conflitos ambientais ficam explícitas as distintas racionalidades sobre ambiente, desenvolvimento, conhecimento, participação e outras noções fundamentais para

compreensão do licenciamento ambiental brasileiro, que muitas vezes acirra os conflitos por viabilizar a imposição de territorialidades abstratas do Estado.

Ainda, tais conflitos são arenas nas quais emerge uma qualificada e profunda crítica aos projetos desenvolvimentistas. Por meio das contradições que os conflitos evidenciam, pode-se questionar o marco epistêmico e a política ambiental em curso. Neste contexto, os conflitos ambientais

são a expressão da emergência de críticas aos projetos de desenvolvimento que são enunciados por sujeitos coletivos que se vêem ameaçados ou em vias de expropriação, e cujas manifestações e vocalizações críticas certos pesquisadores procuram tornar visíveis e audíveis na esfera pública da ciência e, em certos casos, fora dela (ACSERALD, 2014, p.89).

Evidenciam, ainda, as profundas desigualdades sociais e de poder, por tal motivo que procuraremos compreender sobre o direito de participação dos atingidos e o direito de fala, ou seja, sobre a lógica e as possibilidades de se colocar e considerar a perspectiva dos atingidos.

Dentre estas desigualdades, tem importância para as estratégias de dominação nos conflitos aquela que diz respeito às diferentes valorações dos diversos conhecimentos em jogo. Não só como estratégia, os diferentes perfis de conhecimento aparecem também como causa dos conflitos. Para Laschefski (2005, p.43), “os conflitos surgem porque a avaliação através de atributos técnicos negligencia a historicidade do lugar, que é um resultado do processo da identificação e construção do próprio território durante a permanência de várias gerações”.

Ainda, sobre tais conflitos é que se localiza a concepção hegemônica de gestão ambiental como ferramenta de governança, o que significa despolitizar a administração de conflitividade social realizando uma “dupla delegação presente nas democracias modernas: de um lado, colocando de forma exclusiva a competência na produção de conhecimento nas mãos de especialistas e cientistas, e de outro a político-administrativa nas mãos de políticos eleitos, funcionários do Estado e suas instituições.” (PORTO & SCHUTZ, 2012, p.1449). Por este motivo, a pesquisa irá se debruçar sobre o estudo da participação no licenciamento ambiental e das injustiças cognitivas, como dimensões que permitem a compreensão das assimetrias de poder nos conflitos ambientais.

A proposta de ‘gestão dos conflitos’ para delegar decisões e despolitizar a conflitividade emprega a idéia de consenso e aceitabilidade no campo ambiental.

Tecnologias de resolução negociada de conflitos investem, paralelamente, no tratamento caso a caso dos litígios, assim como em sua despolitização, de modo a que estes não contaminem a esfera política, colocando em

eventualmente em causa o próprio modelo de desenvolvimento como um todo, alimentando uma discussão de conjunto. [...] Procura-se, assim, individualizar os problemas gerais e solucioná-los em sua particularidade, pondo-se como meta a obtenção da paz empresarial através do encaminhamento das reivindicações e protestos em direção a uma solução que dê “satisfação às partes”. (ACSERALD, 2014, p.93)

Para a avaliação de impactos de grandes projetos sob os quais se situam conflitos ambientais, Martinez Alier indica avaliações multicriteriais, integrais e com métodos participativos. O autor delimita um campo conceitual no qual nos integramos, recusando um único padrão de valores para a economia ecológica, já que “ela estuda diferentes processos de tomada de decisões num contexto de conflitos distributivos, valores incomensuráveis e incertezas sem solução.” (MARTINEZ ALIER, 2014, p.55)

Em suma, é no interior destes conflitos que se operam as estratégias de dominação, de resistência, de discursos e práticas que se associam. Neles se constrói o palco sob o qual as relações de poder irão disputar, por diferentes meios, os interesses em torno da apropriação e significação do ambiente.

### **3.3 O conflito envolto de relações de poder:**

As políticas ambientais e os procedimentos normativos tendem a invisibilizar as relações de poder envoltas nos conflitos socioambientais e na apropriação dos bens ambientais. Para Martinez Alier, tomando pelo ponto de vista da ecologia política, “o enfrentamento entre o crescimento econômico, a iniquidade e a degradação ambiental deve ser analisado nos marcos das relações de poder” (MARTINEZ ALIER, 2014, p.356).

Presentes não apenas no momento da decisão ambiental, as relações de poder sublinham e desenham a própria condução dos procedimentos técnico-jurídicos. Contribuir para sua revelação constitui tarefa indispensável para evidenciar as desigualdades envolvidas nos conflitos socioambientais, a subordinação de sujeitos, a oligarquização da esfera decisiva e as injustiças do marco epistêmico e desenvolvimentista que hegemoniza a questão ambiental.

Entrecortando as relações de poder e das classes sociais, nos situamos fora das alternativas que percebem as relações de poder como fundamento das relações de produção ou as relações de produção como fundamento das relações de poder. Distinguindo a dimensão das estruturas da dimensão das práticas de classes,

(POULANTZAS, 1977) afirma que, nesta posição binária, “entender-se ia com isso que as relações de produção são o fundamento exclusivo das classes sociais, não sendo os outros níveis de luta de classes, por exemplo, o poder político ou o poder ideológico, senão o simples fenômeno do econômico” (POULANTZAS, 1977, p. 96-97).

O autor traz a definição de poder como “a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos” (POULANTZAS, 1977, p. 100). Diante do conflito sobre o Projeto Santa Quitéria, com fortes dimensões distributivas e territoriais, esta noção nos ajudará a compreender as distintas posições de classes na disputa pela apropriação dos bens ambientais. Entretanto, pontuamos que esta definição de poder restrita às relações de classe não nos parece dar conta de uma análise integral das distintas formas de relação de poder – e de opressões, como aquelas que se fundamentam em questões de gênero, questões étnicas, religiosas ou intelectuais, para citar alguns exemplos, e que também se configuram no conflito em estudo. No caso em apreço, pretendemos dialogar poder a partir da Teoria de Bourdieu, vista adiante, mas aproveitamos desta conceituação a relevante compreensão sobre a disputa de interesses objetivos.

Esta capacidade de realização de interesses é relacional e encontra-se situada no interior de um conflito no qual importa a organização do poder de classes como condição de sua ação, mas que, por outro lado, encontra limites pela capacidade de realização de interesses de outra classe antagônica, o que implica em uma relação específica de dominação de subordinação entre elas. (POULANTZAS, 1977, p.101).

Tal aspecto relacional implica, em nossa percepção diante de uma sociedade desigual, em uma *assimetria de poder* entre classes, na medida em que a capacidade de realização dos interesses de uma limita o de sua oponente. Nos conflitos ambientais, percebe-se com nitidez como a expansividade do capital engloba, desestrutura e termina por aniquilar outros modos de vida e relação social. Não há, nestes casos, capacidade de alteridade na convivência, principalmente diante da necessidade do capital de internalizar os bens ambientais e externalizar os custos e passivos socioambientais para máxima realização de seus interesses.

Os interesses de classes constituem, nesta definição de poder, interesses objetivos, ou seja, são menos expressão de conotações psicológicas e mais interesses comuns a partir de uma realidade partilhada. Isso não significa que, nas práticas sociais, sua definição não sofra a influência das ideologias, levando às distintas representações que os agentes sociais fazem de seus interesses. “No terreno dos interesses a função da

ideologia pode dar lugar a numerosas formas de ilusão”, afirma Poulantzas (1977, p.108).

Durante esta pesquisa, muitas vezes falaremos acerca da capacidade de incidência dos sujeitos sociais nos processos decisórios, em especial quando tratarmos do direito de participação e das tomadas de decisões no licenciamento ambiental. Entretanto, compreendemos que a noção de poder não se confunde com a participação nas tomadas de decisões, sendo este apenas um dos campos nos quais as relações de poder se evidenciam.

Dialogar com a percepção de que vivemos em uma sociedade de conflitos e de classes faz com que a discussão sobre a incidência nas instâncias decisórias, ou mesmo sobre os conteúdos atribuídos ao direito de participação, se realize sob uma perspectiva de denúncia das desigualdades de poder e das diferentes formas de subordinar, que ocorrem por mecanismos tanto de exclusão como de integração subordinada. Desta forma, procuraremos nos distanciar de uma concepção voluntarista das tomadas de decisões e da participação, que incorre no risco de: ocultar os conflitos de interesse induzindo a uma concepção integracionista da sociedade; menosprezar a eficácia das estruturas sociais e não permitir que se localizem os reais centros de decisões nos quais se percebem as desigualdades de poder (POULANTZAS, 1977, p.100).

A capacidade de realizar o interesse de uma classe social, ou o exercício de uma relação de poder, nesta pesquisa estará relacionada com a criação das condições sociais de aceitação de um empreendimento em um contexto de conflito. Tais condições modulam-se a partir de processos de legitimação de práticas sociais, de desqualificação de oposições, de nomeação de idéias (a exemplo da caracterização de uma obra como “essencial”, “de interesse nacional”, “propulsora de desenvolvimento”...) que restringem a oportunidade de crítica e resistência ao projeto em debate. Produz-se um contexto em que “o imperativo da aceitação substitui a política pela submissão” (ACSERALD, 2014, p.92).

Trazer ao debate a *relação de subalternidade* na qual são colocados os sujeitos sociais atingidos por grandes empreendimentos é contribuir para desconstrução da hegemonia que procura lhes retirar a visibilidade. Klemens Laschefski caracteriza a subalternidade como um estado de exclusão de grupos sem acesso às estruturas hegemônicas de poder, o que não implica em uma condição de carência ou completa ausência de influência e resistência nos processos decisórios (LASCHEFSKI, 2011, p. 25). Em contraponto a estes mecanismos, o autor aponta para a desconstrução desta

relação de subalternidade ocorre pela afirmação do princípio da reciprocidade, compreendido como “a potencialização do paradoxo, explodindo na construção de significados e processos de subjetivação diversos dos habitus”, ou seja, a exploração das contradições entre os distintos projetos sociais que se encontram em jogo decisórios (LASCHEFSKI, 2011, p. 25).

Para Martinez Alier, o poder aparece de duas formas nos conflitos ambientais. Primeiro, pela capacidade de impor decisões. Segundo, pelo “poder de procedimento que, triunfando em aparência sobre a complexidade, se torna capaz de impor a todas as partes implicadas uma determinada linguagem de valoração como critério básico para julgar um conflito ecológico distributivo” (MARTINEZ ALIER, 2014, p.357).

No que tange ao licenciamento ambiental, a capacidade de impor decisões aparece legitimada pela ação do aparelho estatal, que confere aparente neutralidade às decisões ambientais. O poder de procedimento nos revela, além das determinantes econômicas sobre a burocracia estatal, as dimensões epistemológicas, discursivas e ideológicas do conflito.

Nas corridas para obtenção das licenças ambientais, as empresas traçam seus planos de ação e partir de estratégias racionalizadas, que irão conferir um padrão entre seus discursos e práticas. Deborah Bronz analisa as “cenas participativas” nos “rituais democráticos” do licenciamento ambiental sob a ótica destas estratégias, que considera como um “produto de um senso prático e de um sentimento de jogo; um jogo particular e historicamente determinado” (BRONZ, 2011, p. 82). Neste jogo, estão em disputa as condições de aceitação do empreendimento e, portanto, as narrativas que lhe justificam, os conceitos e conhecimentos que lhe legitimam e os espaços de debate que lhe democratizam.

### 3.4 Poder e dominação na Teoria de Bourdieu

Para realizar esta análise dos conflitos ambientais, Pierre Bourdieu nos auxiliará com a noção das *estratégias de dominação*, entendida como:

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes (“a classe dominante”) investidos de poderes de coerção, mas **o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros.** (BOURDIEU, 2011, p.52).  
(grifo nosso)

Um dos pontos centrais da teoria de Bourdieu<sup>50</sup> consiste na compreensão da função política dos sistemas simbólicos, que além de uma função de comunicação e de conhecimento, exercem um poder que a um só tempo é estruturante e estruturado socialmente. O poder simbólico, em Bourdieu, se apresenta como um poder invisível, gnosiológico, de dar sentido, de impor significados como legítimos. Sua capacidade de ser exercido é diretamente proporcional ao seu reconhecimento como legítimo, naturalizando as categorizações dos objetos sociais que faz, ocultando sua historicidade e arbitrariedade, servindo, portanto, às dominações ideológicas<sup>51</sup>.

Pode-se deduzir que o poder simbólico é uma condensação legitimada de outras formas de poder, constituída pelo que o autor chama de *eufemização*, ou seja, a transformação de outros capitais (econômico, social, político...) em capital simbólico, que dissimula e transubstancia as relações de força (BOURDIEU, 2010; 2011). Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem funções de imposição ou legitimação das relações de dominação, reforçando, com a força que lhe é atribuída, as relações de poder que lhe sustentam (BOURDIEU, 2010, p.11). Esses sistemas produzem, portanto, sistemas de percepção e crenças que fundamentam as opressões. A esta produção chama-se ‘violência simbólica’, que Bourdieu caracteriza como:

A violência simbólica é esta violência que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em “expectativas coletivas”, em crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, **a teoria da violência simbólica apóia-se em uma teoria da crença, ou melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhe farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las.** (BOURDIEU, 2011, p. 170-171) (grifo nosso)

Desta forma, os grupos e agentes sociais se inserem em uma luta simbólica para a imposição de uma categorização do mundo social conforme seus interesses e posições em um correspondente campo social<sup>52</sup>. Essas estruturas não geram, entretanto,

---

<sup>50</sup> Bourdieu apresenta uma teoria que busca compreender as relações entre indivíduo e sociedade e a reprodução das estruturas sociais, propondo uma teoria da prática social na qual os indivíduos detêm múltiplas possibilidades de agir, entretanto, dentro de um campo delimitado, o que induz que as chances de ações se encontram condicionadas pelas estruturas objetivas (ORTIZ, 1983).

<sup>51</sup> Para Bourdieu, “As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo.” (BOURDIEU, 2010, p.10)

<sup>52</sup> Para Bourdieu, “todas as sociedades se apresentam como espaços sociais”, que só podem ser apreendidos por meio dos seus princípios diferenciadores que fundam as diferenças entre os agentes na objetividade. Existe, portanto, uma “estrutura de distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital

incapacitação, tampouco interdita divergências, embora não as propicie. O que se pretende considerar é que as potencialidades de ações dos agentes sociais encontram-se determinadas por sua posição nos campos e pelo *quantum* de distribuição e peso relativo dos capitais que possuem. Trata-se de uma luta pela imposição de sentidos legítimos que correspondem a uma visão de mundo a estruturas objetivas de determinadas classes ou frações de classes.

Desta forma, o campo com relativa autonomia, estruturado pelas posições dos agentes e instituições, aparece como um espaço de possíveis que orienta a busca dos agentes sociais e define as regras e coordenadas para se entrar no jogo. As lutas concorrenciais ocorrem internamente a um determinado campo (o científico, por exemplo, no qual se disputa a máxima autoridade científica) ou entre campos distintos (o científico e o econômico, por exemplo).

**Quando se fala de luta, de divisão em campos antagônicos, de jogo, quer-se dizer a relação a um poder.** O campo é estruturado a partir das relações de poder, que se traduz em uma oposição de forças, distribuídas entre posições dominantes e posições dominadas, segundo o capital simbólico, econômico e cultural dos agentes e instituições (LIMA, 2010, p.16). (grifo nosso)

Na relação entre os capitais e as estruturas, Bourdieu afirma que “as relações de força objetiva tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólica” (BOURDIEU, 2010, p.145), embora esta não seja uma transformação automática ou voluntarista. Na luta por esta imposição da visão legítima de mundo, de sua categorização, os agentes possuem um poder proporcional ao reconhecimento que recebem de um grupo<sup>53</sup>.

Neste ponto, tem importância a função das categorias de percepção do mundo social, enquanto produtos da incorporação das estruturas objetivas do espaço social e que levam os agentes mais a aceitarem como natural o mundo social do que a rebelarem-se contra ele, aqui, o sentido da posição social aparece como “o sentido

---

eficientes no universo social considerado”, que variam de acordo com cada sociedade e o momento considerado e, ainda, que não é imutável e sim caracterizada por uma dinâmica de conservação e transformação, de forma que o espaço social global constitui-se como um campo de forças e de lutas (BOURDIEU, 2011, p.50). Este espaço social delimita-se por meio de distintos *campos*, constituídos por relações socialmente distribuídas. O campo (como o econômico, cultural, político ou jurídico) se opera com certa autonomia e por meio de leis próprias; constituem-se mais pelas posições sociais que pelos agentes que dele participam, tendo em vista que refletem uma luta de forças, uma busca por posições e acúmulos de capitais, marcando a operação do campo por um mecanismo de dominação e conflito constantes. Os agentes e grupos ocupam posições relativas em campos de força cujas relações de força impostas independem da vontade dos agentes.

<sup>53</sup> “O capital simbólico não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio.” (BOURDIEU, 2010, p. 145)

daquilo que se pode ou não se pode permitir-se a si mesmo implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (“isso não é para nós”) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias” (BOURDIEU, 2010, p.141). Este sentido de distâncias será uma útil ferramenta para compreender a percepção que os moradores do entorno da mina fazem do licenciamento, bem como o sentimento de impotência de ação, muitas vezes partilhado em suas falas.

Considerando o mundo social como algo a ser construído, embora que dentro das determinantes das posições dos agentes, Bourdieu aponta que esse processo de reprodução e transformação ocorre inseparável das noções de cooperação (entre agentes para fortalecer seus poderes) e conflitos de interesses para ressignificar os princípios de distribuição e hierarquização de capitais. Neste conflito de interesses, especialmente nos conflitos ambientais, a assimetria de poder entre os grupos sociais vai impor um traçado de distintas injustiças para a análise da viabilidade ambiental de um projeto.

A disputa pela capacidade de naturalizar a categorização do mundo social implica em uma disputa por incidência no Estado, detentor do monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica. O Estado, para Bourdieu, possui uma espécie de *metacapital*, que consiste na concentração de diversos capitais e no reconhecimento social, na legitimidade, que exerce, seja unificando códigos, seja nomeando e instituindo princípios de visão e divisão comuns. O Estado, portanto, “confere aparência de natural a um arbítrio cultural” (BOURDIEU, 2010, p.95).

A luta simbólica pela produção do senso comum, dirá Bourdieu, envolve a luta pelo monopólio da nomeação legítima que classifica a todos e tem, por meio do campo e da linguagem jurídica, um mecanismo também de nomeação e classificação oficial que se pretende autorizada e universal. A nomeação oficial será, então, “o ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*” (BOURDIEU, 2011, p.146), ainda que nas relações entre os agentes, este consenso seja questionado nas resistências contra-hegemônicas, que não exista uma plena identidade coletiva e sim fracionada entre os grupos sociais e os campos em que se encontram

Como dimensão do poder de nomear, o Estado detém o poder de juridificação, que incide efetivamente no campo ambiental “pela implementação de determinadas políticas e leis que anulam as diversidades socioculturais em função de uma visão

parcelar, legitimada pela “cientificização” e “juridificação” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p.97). Assim,

no lugar de vínculos pessoais tradicionais, locais, pré-modernos, rompidos pelo avanço da economia de mercado, deve-se erguer uma enorme superestrutura político-jurídica que cuide continuamente da codificação das relações sociais e da preservação do caráter vinculatório do direito (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p.97).

Compreender este lugar privilegiado não importa em autonomizar o Estado. O que se reconhece, neste momento, é que o Estado aparece como estrutura política dotada de especificidades que o moldam como uma relação de forças capaz de dialogar e atuar sobre os conflitos ambientais por meio de uma gramática e de poderes próprios.

Seguindo nesta compreensão, temos que o Estado é marcado por contradições, o que significa que ele não constitui apenas um aparato de coação a serviço do capital, ainda que em muitas de suas formas e institutos materializem relações capitalistas de produção (como a figura do contrato, por exemplo).

Poulantzas situa o papel decisivo do Estado para as relações de produção. Para o autor, o Estado representa, a longo prazo, o conjunto da burguesia, dominado pelas suas frações que esteja no poder, “estas frações se situam no seu conjunto [...] fazendo então sempre parte do *bloco no poder* [...] O Estado capitalista deve deter sempre uma *autonomia relativa* com relação a esta ou aquela fração do bloco no poder” (POULANTZAS, 1977, p.21) (grifos no original).

Embora tenha uma relativa autonomia e represente, a longo prazo, hegemonicamente interesses burgueses, o Estado encontra-se em permanente disputa e em relação com os grupos sociais. O autor fornece importante contribuição para entender o Estado não como uma entidade intrínseca, como um sujeito autônomo ou como um instrumento do capital, mas como uma relação, uma

*condensação material* (o Estado-aparelho) de uma relação de forças entre classes e frações de classe tal como se exprimem, *sempre de modo específico* (separação relativa do Estado e da economia dando lugar às instituições próprias do capitalismo) *no próprio seio do Estado* (POULANTZAS, 1977, p. 22) (grifos no original).

Tal percepção do Estado como relação de forças deságua em um ponto que será fundante para esta análise, qual seja, a adoção de uma perspectiva dialética para compreender as pressões e disputas em torno do Estado e suas funções. Assim, considera-se sua autonomia relativa não como algo que lhe confere uma vontade racionalizante, que lhe autonomiza, mas algo que faz de suas políticas “*a resultante das*

*contradições de classe inscritas na estrutura mesma do Estado* (O Estado é uma relação)”, o que significa que ele é a todo tempo atravessado pelas contradições de classes e “não pode jamais ser um bloco monolítico sem fissuras” (POULANTZAS, 1995, p.23).

Essas contradições internas e fissuras do Estado, bem como seu papel privilegiado na distribuição de poder, podem servir de fontes explicativas na compreensão do licenciamento como espaço de disputas e conflitos de interesses e valores. Pode, ainda, auxiliar a compreender as disputas em torno dos canais de participação social das últimas décadas, dentre os quais se incluem as audiências públicas.

Quando Poulantzas (2011, p.24) explicita a contradição das decisões seletivas do Estado, os processos de tomada de decisões e de “não-decisões”, as prioridades elegidas fora dos espaços de fissuras ou de participação, a permeabilidade mais restrita aos interesses dominantes em relação aos centros de decisões e orientações determinantes de suas políticas, todos estes aspectos trazem elementos para compreender a dinâmica dos espaços de debate público.

Com aporte em Thompson (1995), Rigotto (2004) pondera que as teorias da reprodução social organizadas pelo Estado desconsideram uma fatia considerável do

dissenso, não-satisfação, ceticismo e cinismo, contestação e desacordo que há nas sociedades industriais modernas [...] Embora as instituições do Estado moderno sejam territórios extremamente importantes de poder e dominação, “as relações de poder que atingem a maioria das pessoas na maior parte do tempo são as caracterizadas pelos contextos sociais em que vivem suas vidas cotidianas: a casa, o local de trabalho, a escola, os companheiros. Ambos interessam ao estudo da ideologia” (RIGOTTO, 2004, p.133 apud THOMPSON, 1995, p.18).

Desta forma, torna-se possível conciliar uma visão do Estado e do Direito como campo de disputas que promovem mediações sociais, ao mesmo tempo em que incorporam diferentes fissuras provocadas pelas pressões de grupos e classes sociais.

Neste sentido, entre as políticas ambientais e os empreendimentos que carregam o discurso de promoverem o ‘desenvolvimento’, existem uma relação ambígua. Ora as políticas ambientais servem a estes empreendimentos, legitimando-os ou conferindo as condições técnico-jurídicas para sua instalação; ora os instrumentos desta política aparecem como ‘entraves’ a tais projetos. Disto decorre que o Estado, por seus distintos canais de atuação, assume distintas posições em relação a um projeto, que varia entre a figura do próprio empreendedor ou “parceiro” do projeto, a de mediador

dos sujeitos sociais, a de compensador dos impactos, a de julgador (administrativo ou judicial) dos conflitos (ZHOURI, 2010, p.5).

Feitas estas considerações sobre as relações de poder e de dominação no espaço social, precisamos ainda situar o leitor sobre mais um aporte conceitual que orientará nosso exercício de interpretação do conteúdo das audiências públicas. Trata-se de compreender que estas relações de poder permeiam também as regras, formas, intencionalidades e significados dos distintos discursos que se evidenciam neste espaço. A língua, assim como a técnica, não é neutra e deve ser analisada enquanto instrumento de poder social.

### 3.5 A fala como lugar de poder: breves apontamentos sobre discurso

Nestes percursos investigativos, imergiremos em alguns dos artefatos de produção de crenças que geram obediência, que retiram (ou procuram retirar) da percepção do outro sua capacidade de dissentir e resistir.

Enquanto expressão da capacidade de dominação e como estratégia para imposição de significados é que estudaremos os discursos no licenciamento ambiental, tendo como principal (mas não única) fonte as audiências públicas. Este estudo procura perceber as estruturas de forças, ou seja, as expressões do poder e suas assimetrias.

Em suas teses, Daniel Bensaid afirma que “a discordância social não é solúvel na harmonia comunicacional” (BENSAID, 2008, p.43.), problematizando um dos pilares da Teoria Comunicacional, qual seja, a idéia de consenso e harmonia entre os atores envolvidos na comunicação. O autor afirma que

Enquanto os sujeitos consensuais da comunidade comunicacional ideal aparecem como anjinhos etéreos e ectoplasmas sem emoções nem paixões, a língua é um lugar em que os “falantes” se enfrentam: o discurso peremptório dos dominadores e a palavra subalterna dos dominados. **“O agir comunicacional” não escapa dos conflitos e das relações de força.** (BENSAID, 2008, p. 44) (grifo nosso)

O debate público conduzido pelo licenciamento postula-se, em sua concepção normativa, como um espaço de produção do consenso, de esclarecimento de dúvidas, de participação igualitária dos sujeitos sociais, conforme se verá em análise detalhada das audiências públicas do Projeto Santa Quitéria. Tais marcos epistêmicos, na prática, denotam profundas contradições.

Pierre Bourdieu, em sua *Economia das trocas lingüísticas*, 1977, realiza uma crítica à lingüística, propondo a substituição da noção de gramaticalidade pela de aceitabilidade, de relações de comunicação pelas relações de força simbólica e de sentido do discurso pela questão do valor e poder do discurso. (BOURDIEU, 1977, p.2)

Em sua crítica, Bourdieu recusa a autonomização da produção lingüística. Para ele, “a linguagem é uma práxis” (BOURDIEU, 1977, p.3), feita para ser falada adequadamente. Mais que a gramática, importa saber quais são as condições de utilização adequada da fala, o que caracteriza a competência prática dos sujeitos, adquirida na prática social, competência esta cuja outra face é a capacidade de se fazer escutar (aceitabilidade).

O discurso é a “expressão particular da estrutura das relações de força entre os grupos que possuem as competências correspondentes” (BOURDIEU, 1977, p.3). Toda compreensão semântica permeia a apreensão de intenções, práticas e formas específicas dadas em um contexto determinado. Sendo uma expressão do Poder Simbólico, a fala autorizada, legítima, se produz em relação. Tal relação de produção configura-se a partir da importância do capital dos interlocutores envolvidos, importância esta medida por valores que se atribuem dentro de uma lógica de mercado, o mercado das falas autorizadas.

Nesta compreensão de aceitabilidade, algumas falas são mais aceitáveis, ou detêm mais legitimidade social, valor ou capacidade de se fazer ouvir do que outras. Daí decorre a constatação de que

**A língua é também um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas obedecidos, acreditados.** Daí a definição completa de competência como direito à palavra, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade. A competência implica o poder de impor a recepção. (BOURDIEU, 1977, p.6) (grifo nosso)

A competência adequada, portanto, além de instrumentalizar uma relação de poder, também se lastreia a partir das condições esperadas para recepção. Ou seja, é preciso também produzir a aceitação, a crença no que se diz a partir de contextos específicos de escuta. Por isso, diversas vezes vários elementos da linguagem não querem senão reforçar a própria autoridade de quem fala. Com estas lições de Bourdieu (1977) que pretendemos interpretar características dos distintos discursos travados no conflito em análise.

Os discursos, que não se desligam das práticas sociais, imprimem um padrão de justificação a grandes empreendimentos. Além disso, dependem das condições de

aceitabilidade e do contexto social para produzirem a eficácia esperada (e programada) pelos empreendedores. Neste ponto, discurso e rito se aproximam. As idéias embutidas nas falas e o formato dos espaços públicos de debate se associam dentro das estratégias de produção da aceitação social.

O discurso positivo a respeito dos empreendimentos tem sua eficácia atrelada aos contextos rituais de sua enunciação e não pode funcionar independente deles. **O discurso e a palavra não são dissociáveis do ritual, em que os sujeitos falantes e seus enunciados adquirem eficácia.** (BRONZ, 2011, p.162) (grifo nosso)

Assim como a autora, não pretendemos analisar em detalhes as distintas performances e as nuances cerimoniais dos espaços de fala e participação. Pretendemos observar as condições que estimulam ou interdita a fala, as condições sociais que delimitam o campo do dizível e, portanto, o horizonte do possível nas críticas formuladas nos espaços de debate sobre grandes empreendimentos. Seria possível a todos os sujeitos sociais, indistintamente, formular e expressar a inteireza do potencial de crítica a determinado projeto? Os espaços públicos de debate dão suporte a um questionamento profundo aos projetos de desenvolvimento? O marco epistêmico destes espaços institucionais, como as audiências públicas, considerados pela legislação como espaços fomentadores da participação, poderiam evidenciar e desconstruir as desigualdades práticas de discursar, ouvir e valorar as distintas falas? Como as distintas valorações de discursos apresentam-se na vivência deste espaço institucional? Estas nos parecem questões relevantes para compreensão dos conflitos ambientais.

Para seguir refletindo sobre o tema, temos que destacar que correlato à produção social do discurso, encontra-se a produção do silêncio, ou das censuras.

O discurso é uma formação de compromisso resultante da transação entre o interesse expressivo e a censura inerente às relações de produção lingüísticas particulares que se impõe a um locutor dotado de uma competência determinada, isto é, de um poder simbólico mais ou menos importante sobre essas relações de produção. (BOURDIEU, 1977, p.9)

Importa, ainda, dizer que não se pode salvar o lugar privilegiado da fala sem salvar as relações de poder que envolvem os interlocutores, por isso trazemos tais reflexões para esta pesquisa. A lógica de produção do discurso, como um bem simbólico que recebe distintas valorações a partir de condições específicas, tal como a competência do sujeito que fala, envolve o discurso em condições sociais de produção e valoração. Para Bourdieu, “o discurso deve sempre uma parte muito importante do seu valor ao valor daquele que o domina”, muito mais do que o quanto o agente social

domina a gramática que fala. Toda estrutura social está presente na fala, pois “o que fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a pessoa social”.

Feita esta explanação introdutória sobre algumas dimensões da assimetria de poder nos conflitos ambientais, com destaque para a noção de interesses, lutas simbólicas e de significação, o papel do Estado e seu poder de nomeação, o discurso como espaço de poder, partiremos para análise do conflito em si, seguindo o roteiro analítico dos objetivos específicos desta pesquisa.

#### 4. AS DISPUTAS EM TORNO DAS NARRATIVAS QUE JUSTIFICAM O PROJETO DE MINERAÇÃO

A primeira dimensão que estudaremos do conflito ambiental diz respeito às narrativas que procurarem lhe legitimar. Entretanto, não estudaremos apenas as narrativas em si, mas fundamentalmente elas em diálogo com as contestações críticas que lhes foram opostas durante as audiências procurando, então, compreender como se caracteriza o conflito sob esta dimensão. Vale destacar, ainda, que os temas abordados neste capítulo foram centrais durante os debates das audiências e, da mesma forma, são imprescindíveis para compreensão do que – e de como – se encontra em questão.

##### 4.1 *As estratégias do desenvolvimento como oportunidade e salvação: uma territorialidade urbano-abstrata e a desqualificação da territorialidade vivida*

*Que cara tem teu desenvolvimento  
Que cara tem tua exploração  
Eu quero ver tua cara de medo  
bebendo da água dos nossos irmãos<sup>54</sup>*

Com aporte em Castoriadis, Rigotto (2004, p.77) nos traz o retrato da caracterização hegemônica do “desenvolvimento como crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas [que] é, de fato, o objetivo central da vida humana. Desenvolvimento é a progressão em direção à maturidade, à capacidade de crescer sem fim, colocada como natural.”

O neodesenvolvimentismo, apresentado como paradigma ideopolítico (SAMPAIO JR., 2012) estimula políticas de reprimarização da economia, a exemplo do neoextrativismo. Credita seu sucesso às idéias de crescimento ilimitado, de pacto interclassista e de inserção na economia internacional.

Ressignificando-o, ao desenvolvimento acrescenta-se a ideia de responsabilidade ambiental e geracional, tornando-o discursivamente *sustentável*, como forma de embutir os suportes de justificação que faltavam à idéia de crescimento ilimitado (BOLTANSKI & CHIAPELO, 2009).

A narrativa do desenvolvimento se cruza com outras que lhe são irmanadas, tais como a de progresso e crescimento. Por meio de diferentes estratégias de sua

---

<sup>54</sup> Música composta por professora de Santa Quitéria e apresentada durante a audiência pública neste município.

afirmação, a noção funciona como legitimadora de grandes empreendimentos, a exemplo do Projeto Santa Quitéria. Tomando por base principal o conteúdo das audiências públicas perguntamos como esta narrativa, levadas prioritariamente pelas empresas e consultoria ambiental, opera a justificação destes projetos? Como estas narrativas foram questionadas e contestadas pelos movimentos sociais, entidades e comunidades que resistem ou que criticam pontualmente o empreendimento?

Enquanto aparato justificativo, o desenvolvimento apresenta-se como *doxa* (BOURDIEU, 1976; CARNEIRO, 2008) entendida como o “conjunto de pressupostos que os antagonistas admitem como sendo evidentes, aquém de qualquer discussão, porque constituem a condição tácita da discussão.” (BOURDIEU, 1976, p.113). Ele é o ponto de vista hegemônico nas relações ocidentais e capitalistas que se expandem e pretendem universalizar as demais relações sociais, universalizando assim uma forma específica de reprodução social. Coloca-se, portanto, como pressuposto do pensamento, uma armadilha para a crítica que se pretende profunda. Isso porque como noção estruturada e estruturante dos sistemas simbólicos ele atual no molde das percepções e, tantas vezes, os conflitos em torno de um projeto de desenvolvimento mais reafirmam seus pressupostos do que desconstruem.

Nas disputas de poder e significados, os interlocutores da narrativa do desenvolvimento utilizam estratégias para maximizar sua eficiência legitimadora. Estes interlocutores são representados pelos empreendedores, consultoria ambiental e representantes do poder público local e estadual que apóiam o projeto.

A idéia de desenvolvimento é apresentada como salvação para os territórios “pobres”, “miseráveis”, “sem alternativas de crescimento”. Aqui se opera a primeira estratégia identificada no conflito estudado: este desenvolvimento apóia-se em uma territorialidade urbano-abstrata<sup>55</sup>, baseada no valor de troca, e na desqualificação da territorialidade vivida localmente, baseada no valor de uso. Existe, portanto, nos conflitos ambientais, um choque entre formas de apropriação espacial, decorrentes da expansão do processo de acumulação capitalista, que gera demanda de incorporação de novos recursos naturais, rivalizando com “outras formas de apropriação social das condições naturais, seja para fins de produção de valores de uso [...] ou identidade territorial de determinadas populações e comunidades” (CARNEIRO, 2005, p.29).

---

<sup>55</sup> Para Harvey, o novo empreendedorismo urbano após a década de 70 “se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo)” (HARVEY, 2005, p. 167/174).

Para compreender as disputas entre distintas territorialidades, precisamos esclarecer o que estamos compreendendo enquanto categoria *território*. De certo, esta categoria não é unívoca nem monolítica. Rogério Haesbaert diferencia distintas concepções de território, desde as culturalistas às que compreendem território como espaço de soberania estatal ou, ainda, as que associam territorialização à idéia de modernidade e a desterritorialização à pós-modernidade (HAESBAERT, 2011).

Para o autor, com o qual concordamos, território diferencia-se de espaço, que lhe é anterior. Para esta pesquisa, território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático<sup>56</sup> (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143). Existe, portanto, no conflito ambiental uma disputa por esta apropriação simbólica e material. De acordo com Raffestin, “o território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si.” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Há, portanto, uma construção de identidades coletivas, de valores, de sistemas simbólicos, de modos de organização social no interior da idéia de território. A organização de um território é, ainda, comandada por diferenciações hierarquizadas, de acordo com a importância que os grupos sociais dão às diferentes ações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 149). Nos conflitos ambientais, existe também uma disputa por estes princípios de diferenciação das atividades sobre um território. Procuraremos observar como esta disputa ocorre no caso em estudo.

“Itaia revolucionará a economia dos sertões”<sup>57</sup>, anuncia a manchete de um jornal local ao divulgar um dos seminários de apresentação do empreendimento. No evento<sup>58</sup>, realizado em Canindé, um deputado federal cearense caracterizou o local como uma “região fadada a viver numa miséria extrema sem alternativa”; por sua vez, a

---

<sup>56</sup> “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios". Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nos combinamos energia e informação que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos diversas relações de poder.” (RAFFESTIN, 1993, p.150).

<sup>57</sup> <http://www.oestadoce.com.br/noticia/itataia-revolucionara-economia-dos-sertoes>

<sup>58</sup> O seminário “Retomada do projeto de exploração da mina de Itaia e sua importância econômica para o Ceará”, realizado em 11 de outubro de 2013, no município de Canindé, objetivava reunir representantes do Consórcio, deputados estaduais e federais com o poder público local, representado por vereadores e prefeitos dos municípios do entorno. As falas mencionadas foram transcrita do áudio do evento.

representante do Consórcio empreendedor responsável pela explicação do princípio da sustentabilidade e do plano de comunicação com as comunidades, afirmou que as preocupações com os impactos da mineração seriam “fruto da ignorância e do imaginário da população local”.

Na primeira audiência pública em Santa Quitéria, o secretário de Estado de Recursos Hídricos, reafirmou a importância do espaço pois “a sociedade precisa conhecer bem o que é o projeto para que a gente possa ter a segurança que essa *oportunidade* possa se transformar em um grande pólo de desenvolvimento do Estado do Ceará”. A audiência seria, portanto, o espaço para resolver as incertezas e difundir a segurança sobre a importância do projeto.

Na apresentação da empresa Galvani, membro do consórcio empreendedor, seu representante expõe os lugares e projetos com os quais estão envolvidos, em um discurso marcado pela intencionalidade de apresentar a empresa como parceira do desenvolvimento de comunidades e afirma ter “orgulho de estar presente nas comunidades fazendo parte do desenvolvimento junto com essas comunidades”.

Em outro momento, trata o empreendimento como *oportunidade* de desenvolvimento. Sua fala segue escalonando a relação entre a chegada do projeto, o desenvolvimento da comunidade e um possível posterior desenvolvimento da região com o estímulo à criação de um pólo industrial. Traça, portanto, um critério desterritorializado e industrial de desenvolvimento. Caracteriza, ainda, o empreendedor como a figura que corporifica aquele quem detém “o desenvolvimento”, capaz de, trazendo-o, “salvar” a região com esta “oportunidade”. “Eu entendo que o governo tem todo interesse no projeto não só pelas riquezas que podem ser geradas, mas pelas *oportunidades* de desenvolvimento da região”, afirma o representante da Galvani na audiência de Itatira, já oferecendo as justificativas dos subsídios que o Estado dará ao projeto.

Na fala da consultoria ambiental, também é recorrente o uso desta linguagem, a exemplo de quando conclui sua apresentação afirmando que “a equipe considera que sim, de fato o empreendimento é uma *oportunidade* de melhorias”.

A ideia de que é preciso levar desenvolvimento se encaixa na ideia de que algo falta no local, mas não somente. O núcleo da discussão é que, sob a concepção dos empreendedores e seus apoiadores, este algo que falta é o padrão urbano-industrial, e não o estímulo ao modo de vida local. A caracterização da região como um local “carente” se reforça pelas ideias de pobreza e atraso. Na audiência ocorrida em Lagoa

do Mato, o antigo proprietário da fazenda de Itataia verbaliza o que se encontra nas entrelinhas do discurso dos empreendedores:

O meu compromisso era ceder uma parte de terra para a Galvani, da minha onde a Galvani pudesse fazer um quadro de demonstração com uma agricultura atrasada que a gente faz, que é uma agricultura atrasada, arcaica, e outra de uma agricultura moderna utilizando os fertilizantes.

Neste sentido, o presidente da INB afirmou que acreditava que o projeto seria prioridade para o governo, tendo em vista que “é um empreendimento importantíssimo para a região, pois vai gerar 800 empregos diretos e 2,2 mil indiretos. A área é carente, tem demanda”, afirmou ao jornal<sup>59</sup>.

O local significa o atraso enquanto que o industrial significa o moderno. A idéia de atraso, fruto de uma racionalidade que abrevia o mundo para universalizar seus próprios princípios, foi viabilizada pela compressão da idéia de tempo presente em nome de uma expectativa expandida com o futuro. “Com isto, o que é considerado contemporâneo é uma parte extremamente reduzida do simultâneo” (SANTOS, 2010, p.100), que se reflete exatamente no olhar que não identifica no trabalho camponês a sua contemporaneidade, enquadrando-o como de outro tempo, outra sociedade, aniquilando sua sobrevivência no presente. Para Boaventura de Sousa Santos, esta não contemporaneização contém uma assimetria que “esconde uma hierarquia, a superioridade de quem estabelece o tempo que determina a contemporaneidade” (SANTOS, 2010, p.100), terminando por reduzir a riqueza de experiências sociais do mundo.

Para o discurso do “atraso”, o que “falta” à região não são políticas públicas de ampliação de acesso a direitos. Não é, também, o apoio aos projetos de agricultura camponesa ou as tão reivindicadas políticas hídricas, como ouvimos os moradores de Morrinhos reivindicarem nas idas a campo. Se a carência está no território e não nas políticas ou na garantia de direitos, a solução deve estar na chegada de projetos de transformação territorial baseados na perspectiva urbano-industrial.

Os grandes projetos de desenvolvimento vêm gerando um padrão de reordenamento espacial a partir de profundas interferências territoriais que se baseiam em critérios externos ao modo de vida local, e se inserem na lógica que se denomina por *geopolítica empresarial de gestão dos territórios*. Nela, empreendedores e consultores vêm assumindo o protagonismo no ordenamento territorial, na medida em que passam a

---

<sup>59</sup> Informações obtidas em < <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/usina-de-itataia-obras-previstas-para-2016-1.1065077>>, acesso realizado em 17.07.2015.

implementar seus projetos e instrumentos de “gestão” do território, atuando diretamente no gerenciamento dos efeitos das atividades empresariais sobre as populações, tendo no licenciamento ambiental um dos principais instrumentos de racionalização<sup>60</sup> e oficialização dos programas de transformação territorial (BRONZ, 2011, p.172).

Somando-se às estratégias de valorização de uma territorialidade urbano-industrial, percebemos que as condições de vida da população local são analisadas com base em critérios também abstratos e urbanos, cuja intencionalidade conduz a uma comparação descontextualizada que pretende formular uma percepção da região como o lugar da precariedade.

No EIA, a consultoria apresenta um diagnóstico social matematizado, ou seja, que explora dados numéricos, estatísticas, informações quantitativas que pouco acolhem as perspectivas e vivências dos sujeitos sociais<sup>61</sup>. As informações contidas no diagnóstico basicamente dizem respeito ao número de famílias, a composição social por faixa etária e gênero, ao índice da população economicamente ativa, a perspectiva de crescimento demográfico e aos comparativos de migração, seguindo orientações do Termo de Referência elaborado pelo Ibama. Os projetos comunitários desenvolvidos, os vínculos com o ambiente, a memória e a vizinhança, são exemplos das dimensões da caracterização social que não foram privilegiadas no estudo.

Observamos, neste cenário, um processo de desqualificação do modo de vida local, exemplificado por alguns trechos do estudo ambiental:

A pirâmide etária de 2000 do Município de Canindé é uma pirâmide jovem ou crescente, pois possui a base larga e o topo estreito, típica de regiões com pouco desenvolvimento, pois apresenta taxa de natalidade elevada e baixa esperança média de vida. (ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.26) (grifo nosso)

a condição de pobreza dos municípios é evidenciada também pela ausência de dotações de desenvolvimento agrário e pastoril. (EIA, VOLUME III, p. 243). (grifo nosso)

Na região do semiárido, onde se encontram os municípios influenciados direta e indiretamente pelo empreendimento, as atividades agropecuárias

<sup>60</sup> “As idéias fora do lugar” e o “lugar fora das idéias” nos ajuda a compreender como a inflação de planos de ordenação territorial urbana não necessariamente implicaram em um aumento da qualidade de vida da população ou, tampouco, no direcionamento ordenado das cidades, uma vez que: a lógica de mercado prevalece sobre as lógicas , mercado formal e informal, são pensados fora do contexto. é urbano mas tem a ver (ARANTES, VAINER, MARICATO, 2000).

<sup>61</sup> Conforme apontamos na Introdução da pesquisa, o estudo faz inúmeras referências a dados secundários obtidos pelo IBGE e, nas entrevistas realizadas, enfatiza na percepção de funcionários municipais, trazendo entrevistas de representantes de apenas três comunidades da região. Nas entrevistas, valoriza-se identificar a percepção dos sujeitos sobre o projeto, suas preocupações, os benefícios que serão provocados e saber se existe um posicionamento formado. Pouco é estudado sobre a história das comunidades, a relação com a região, o histórico dos vínculos sociais e, fundamentalmente, poucas inter-relações são construídas entre as dimensões ambientais e sociais.

ainda são as forças motrizes da economia. As propriedades onde se desenvolvem essas atividades, pequenas e configuradas pela subsistência, são geralmente exploradas além de seus limites e com pouca tecnologia, produzindo resultados pouco eficientes. (EIA, VOLUME III, p.264). (grifo nosso)

É necessário ressaltar também que, apesar de Santa Quitéria ter destaque na criação de animais (gado, aves, caprinos, ovinos) e produção de culturas perenes, como a banana (IBGE, 2006), tais atividades econômicas não foram encontradas na ADA e na área de entorno. (ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.76) (grifo nosso)

A partir de uma análise da pirâmide etária da população, o estudo afirma que as características são típicas de uma “região com pouco desenvolvimento; depois, refere-se à “condição de pobreza” da região; em seguida diz que as atividades de subsistência são “pouco eficientes”. Por fim, com base nos dados do IBGE que informam os cultivos prevalentes em Santa Quitéria, o estudo afirma que o entorno da área diretamente afetada, no qual poderíamos pensar as comunidades mais próximas como Morrinhos e Riacho das Pedras, não desenvolvem a criação de animais e culturas perenes. Esta informação, além de não ser verdadeira, conforme percebemos nas idas a campo, induz o leitor a acreditar que as atividades produtivas relevantes não são realizadas nestas comunidades. Ademais, compara a produtividade das culturas desenvolvidas com culturas de pouca adaptabilidade com o semiárido. A pobreza, também, é caracterizada pela ausência de “desenvolvimento” e não pela qualidade de vida da população.

Dentro deste marco analítico desenhado por uma territorialidade abstrata, existe ainda a questão do trabalho camponês, que é abordado sob o crivo da ausência de formalidade, ou seja, do padrão urbano de vínculo empregatício. Embora o estudo reconheça que 94% da população é economicamente ativa, na fala da consultoria nas três audiências o aumento da formalização dos vínculos foi tratado como um impacto positivo do projeto, “pois isso vai se refletir nos tributos”, explica a consultora. Não se questiona, entretanto, a possível descaracterização do trabalho atualmente realizado, a subordinação dos trabalhadores e as demais conseqüências da transformação do trabalho em emprego.

Em oposição a esta idéia urbanizada e industrializada de desenvolvimento surge nas falas um contraponto que propõe a valorização do modo de vida local.

O representante da Cáritas, na audiência de Santa Quitéria, reafirma o perfil camponês dos territórios e reivindica outro conceito de desenvolvimento, que valorize a agricultura camponesa e agroecológica.

Esse território [...] é extremamente camponês, produzem culturas há centenas de anos. [...] Por isso nós queremos dizer que o desenvolvimento que nós queremos para Santa Quitéria, para Itatira principalmente [...] é um desenvolvimento que possa cada vez mais desencadear uma produção agroecológica. Por isso, aCáritas e os movimentos populares que estão aqui, dizemos não a mina de Itatiaia.

O contra ponto apresentado encerra uma resistência ao projeto que se associa a formulação de alternativas ao desenvolvimento, termo partilhado entre distintos sujeitos sociais para expressar antagonicos interesses e projetos de futuro. Aqui, o desenvolvimento se ressignifica a partir de uma formulação orientada pela valorização das práticas produtivas locais.

Na audiência de Santa Quitéria, uma moradora da região saúda as comunidades presentes que como ela “são contra a exploração da mina, porque sou filha de camponês, sou filha de agricultor e sou contra essas pessoas e faço parte da classe popular e me orgulho disso”. A fala revela o conflito de projetos de futuro existente entre os sujeitos sociais, a divergência de representações sobre o território e uma disputa sobre o marco caracterizador da região. O orgulho da vida camponesa aparece como estratégia de resistência ao discurso da carência e da precariedade da região.

A luta pela terra, reveladora do histórico da região, que conta com 42 assentamentos formalizados (CÁRITAS, 2013), também foi levantada nas audiências como afirmação do orgulho e da resistência às transformações que o projeto propõe, especialmente nas falas dos membros do MST.

Conforme vimos na Introdução da pesquisa, moradores da comunidade de Riacho das Pedras, na descrição dos elementos importantes de sua comunidade, apontam para a existência de trabalhos de artesanato, projeto de arborização comunitária, igreja, posto de saúde, hortas, cisternas de placa, açudes, conferindo destaque para a agricultura e a necessidade de políticas hídricas para garantir o abastecimento de água ao sistema produtivo local.

Na primeira ida a campo desta pesquisa, em 30.07.2014, o presidente da associação comunitária do assentamento de Morrinhos apresenta com orgulho os projetos de quintais produtivos, cisternas, poços e melhorias para a comunidade, ressaltando que eles não ‘estão parados’ e que continuam ‘na luta em prol do desenvolvimento da comunidade’. Destaca a dificuldade de convivência com o período de seca e de manutenção da produção comunitária, atribuindo a ‘decadência’ de quatro,

dos cinco quintais produtivos, à ausência de adutoras ou políticas hídricas, “tendo em vista que a nossa área aqui é muito produtiva”, afirma.

Observa-se uma divergência de discursos sobre o que qualifica ou não a região, estabelecendo um campo de disputas pelas categorizações de desenvolvimento. Os projetos comunitários que significam desenvolvimento para os moradores de Morrinhos parecem não estar na rota de prioridades das políticas para região. Da mesma forma, a percepção que fazem de suas terras, como uma área ‘muito produtiva’, não condiz com o discurso apresentado pelos empreendedores e defensores da mineração.

Para Carlos Eduardo Mazzetto Silva, a visão de mundo camponesa se apresenta como instrumento de resistência à chegada de práticas capitalistas e se caracteriza por valores como: auto-suficiência, autonomia, valor de uso, pequena escala, pouca disponibilidade de capital, redução de risco, conhecimento integrado/não fragmentado, trabalho e gestão familiar e potencialização dos recursos internos/locais são características. “Seu inimigo é o processo expropriador e homogeneizante, a desterritorialização, o espaço vivido que se transforma em espaço de exploração” (SILVA, 2009, 58-59).

Existe, portanto, duas intencionalidades distintas entre as falas dos sujeitos sociais. Tais intencionalidades, entretanto, não se polarizam entre os que são “a favor” ou “contra” o projeto. É possível observar a valorização, ou uma certa nostalgia da vida camponesa na fala de moradores da região que se resignam ou aceitam a possibilidade de implementação do projeto.

No segundo encontro do grupo de pesquisa sobre vigilância em saúde e ambiente, após as audiências públicas, um morador do assentamento Saco do Belém afirma que “O Ceará já é um lugar pobre né, vem uma mina pra explorar, pra enricar, aí vamo simhora né”. Na sua compreensão, a pobreza do Ceará justificaria a chegada do empreendimento, para que a população local pudesse juntar algum dinheiro e ir embora “para o exterior”.

Outro morador, em seguida, questiona os interesses envolvidos e a quem servirá o projeto: “Pra nós essa mina num vai trazer porra nenhuma, pra mim, tenho certeza, premeiro eu sou analfabeto, só sei arrancar toco e limpar mato”, pondo o grupo a refletir e concordar com a idéia de que talvez eles pouco ganhem com a mineração. O projeto, portanto, não estaria compatível com o modo de vida e as habilidades de trabalho da população local.

No conflito, duas pobrezaas distintas são apresentadas. Uma matematizada, que tem por referência um padrão de vida urbano. A outra, do morador de Saco do Belém, não considera a ausência de bens de consumo ou o perfil etário da população, e sim o sofrimento com a pouca produção agrícola, a falta de água e de condições para a agricultura camponesa, principalmente quando destaca que a convivência com a seca tem sido “muito ruim”.

Dentre outros motivos, a ausência histórica de políticas públicas de convivência com o semiárido e a resignação frente a um projeto que parece inexorável, podem dar pistas explicativas para falas que carregam em si discursos antagônicos. A seguir estudaremos um pouco como se opera a ideia de que o projeto é inevitável, outra estratégia que reforça as narrativas que tendem a justificar o projeto.

#### **4.2 A caracterização e a naturalização do projeto como inerente e inevitável**

“Por quê precisamos do Projeto Santa Quitéria?”, é a pergunta de abertura do RIMA do projeto, documento que deve servir para subsidiar uma análise democrática acerca da viabilidade socioambiental do projeto. O relatório, entretanto, inicia sua apresentação justificando os motivos pelos quais a produção de fertilizantes e de urânio são “importantes” para o desenvolvimento do país.

Além de desqualificar a territorialidade vivida para abrir espaço para uma territorialidade urbano-industrial, as narrativas de justificação do empreendimento operam com outras estratégias discursivas. A segunda percebida é a do projeto como algo inexorável e inerente à região, que se associa a idéia do desenvolvimento como *oportunidade*.

O lugar do atraso e da carência, na construção deste discurso, é também o local de uma única potencialidade, e esta potencialidade é a tão propagada *oportunidade* de exploração de um bem ambiental disponível.

De múltiplas formas se molda a percepção coletiva de que aquele espaço está vocacionado para a mineração. Não pretendemos esgotar esta análise, o que demandaria um estudo cuidadoso das representações sociais, estratégias de comunicação, interferências sobre as teias de sociabilidade, dentre outras dimensões que ultrapassam os limites do que se apreende no estudo das audiências e do contexto do licenciamento ambiental.

O que observamos mais se aproxima de um conjunto de práticas e discursos que induzem a esta compreensão, que se hegemoniza pelo poder de imposição, caracterizando uma *violência simbólica* (BOURDIEU, 2011, p.170).

Desde a descoberta da mina, em 1976, a população do entorno convive com a possibilidade de sua exploração. Na pesquisa de campo, diversas vezes ouvimos os moradores das comunidades do entorno mencionar que, desde o final da década de 1980 convivem com as notícias de que a jazida será ativada. No primeiro encontro do grupo de pesquisa de vigilância em ambiente e saúde, um dos moradores de Saco do Belém iniciou sua fala dizendo que “desde que a gente chegou aqui que a gente vê falar do movimento da mina né, só que a gente só vê falar ao bem né, não tem nada de ruim pra gente”. Outro morador diz que “Cresci falando da mina de Itataia e eu achava que era uma coisa linda”.

Por diversos meios, constrói-se um discurso que injeta na noção de futuro traçado para região a inevitável convivência com a mineração. A título de exemplo, Santa Quitéria conviveu por anos com a inscrição em todos os postes de iluminação que dizia “Santa Quitéria: a cidade do fosfato e urânio”. As inscrições apenas foram substituídas para decoração em amarelo e verde para a Copa do Mundo de 2014.



Foto do acervo da pesquisa do Núcleo Tramas

Sob nossa interpretação, aqui está um exemplo da *eufemização* de que fala Bourdieu (2011), provocada pela condensação dos poderes econômicos, políticos e sociais em um poder simbólico que, dissimulando as relações de força que lhe

compõem, procura impor e naturalizar um ponto de vista particular, no caso, sobre a representação de futuro do local<sup>62</sup>.

Ainda como elemento deste contexto, vale mencionar que o governo do Ceará, por sua vez, anuncia as obras de infraestrutura de apoio ao projeto (adutora, estradas e linhas de transmissão de energia) como certas.

Nas audiências, observamos a força desta narrativa e uma resistência a ela. Em Santa Quitéria, representantes das entidades e movimentos sociais que se organizaram para estar ali, enfatizaram que a licença não estava dada, o que se mostrou como uma estratégia de resgatar para o campo do possível o enfrentamento ao projeto, questionando sua inexorabilidade.

Na audiência de Lagoa do Mato, um dos membros da plateia questionou “como é o Ibama, se é suscetível a pressões políticas, a pressões econômicas como é a maneira que com segurança o Ibama vai fornecer ou não essa licença? Porque aqui tá praticamente tudo postado que a licença já tá é dada”. A fala, que tensiona o órgão ambiental, reflete o sentimento de inexorabilidade do empreendimento.

O IBAMA posicionou-se sob um discurso marcado pela ideia de neutralidade, imparcialidade diante do conflito que se apresentava. As expressões de “respeito aos órgãos”, “imparcialidade”, “não somos a favor nem contra” surgiu diversas vezes após as falas que provocaram os presentes (não só o órgão ambiental, mas à plateia como um todo) a acreditar e reafirmar que não havia licença ou inexorabilidade do projeto.

Logo na audiência de Santa Quitéria, uma representante do Núcleo Tramas enfatiza esta dimensão de que é possível resistir ao projeto. Em reação, o Ibama reafirma sua posição:

Está joia. Eu queria só esclarecer a [participante]. É importante falar que, pelo menos da parte do Ibama, eu tenho certeza que da parte da CNEN também, ninguém aqui está dando como certo o licenciamento. Ninguém está tratando como aprovado, tá? Que a gente está aqui é dando a oportunidade para que as pessoas conheçam o empreendimento.

A fala do órgão ambiental afirma a ideia de que não existe aprovação dada ao projeto, o que tem o potencial de desconstruir o sentimento de impotência sobre os

---

<sup>62</sup> “Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. [...] É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. [...] Mas o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infraestrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção” (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

rumos do conflito. Existe, também perpassado na fala, o sentimento de “seriedade” do trabalho desenvolvido pelos técnicos do órgão ambiental.

Embora os funcionários representem o órgão ambiental, precisamos distinguir entre a postura e o trabalho desenvolvido pelos técnicos com o papel institucional do órgão enquanto aparato de um Estado que subvenciona o projeto, fortalece a ideologia do desenvolvimentismo e, sob esta ideologia, determina os parâmetros da política ambiental. Enquanto aparato estatal encontra-se, ainda, atravessado pelas influências das classes e frações de classes que estão no bloco de poder.

Ilustrando os efeitos do atravessamento da noção hegemônica sobre o licenciamento ambiental, destacamos a referência que o condutor do espaço faz em relação às audiências como uma “oportunidade para que as pessoas conheçam o empreendimento”. Trata-se, em verdade, de obrigação legal do órgão de realizar o espaço sempre que solicitado ou que exista necessidade de debate amplo, não sendo um “favor”, uma “concessão” ou sinal de alguma forma de benevolência.

Ainda no tema da inexorabilidade, nas audiências seguintes, mesmo quando não provocado, o IBAMA destacou que o projeto está sob análise e não existem definições tomadas, como na audiência de Lagoa do Mato em que o presidente da mesa interrompe a fala do representante da Galvani para afirmar que “é só para registrar que o empreendimento ainda está em análise de viabilidade ambiental e nuclear como o [representante da CNEN] falou. Então o empreendimento ainda não foi viabilizado”.

Após as audiências, na segunda visita às comunidades do entorno, o morador anteriormente citado que disse desejar o dinheiro do projeto para ir para o exterior, pois vinha sofrendo muito com a seca, nos ajuda a compreender este sentimento de inexorabilidade. Sob sua interpretação, mais vale se beneficiar de algo que vai acontecer do que investir forças em uma recusa cujo sucesso parece improvável. Desta forma, apresentar o projeto como inevitável e inerente ao destino daquele território contribui para interdição das possibilidades de organização social resistente a proposta.

Ao narrar sua opção pelo ganho do dinheiro ele conclui: “Pronto, é o que eu acho né. Agora se tivesse um mei pra num mexer nisso aí...”. O facilitador do grupo questiona “O senhor acha melhor não mexer, deixar quieta?”, quando então a resposta é que

Sim, se tivesse um mei até que era bom né, mas já que é dinheiro, dinheiro é bom pra gente gastar. [...] Agora, se tivesse um jeito “Não, rapaz, para com isso aí, isso tá ruim, para”, tudo bem, eu assino agora pra parar, mas se disser “Não, rapaz, vai funcionar”, então é assim que vai funcionar.

Associada a ideia de que o projeto trará benefícios, existe a produção da noção de sua fatalidade<sup>63</sup>. Um morador de Morrinhos, ao nos contar sobre as visitas dos representantes do consórcio na comunidade, afirma: “Eles dizem que não tem como isso vai ser explorado. E a gente sabe que é uma coisa federal.”, da mesma forma, o presidente da associação de moradores comenta “A gente não vai empatar, claro, você não vai empatar uma coisa que está determinada pra ser.” Já uma moradora de Riacho das Pedras, em outro momento da conversa, mostra que o sentimento não é pontual da comunidade de Morrinhos, quando diz que “Não é que a gente queira barrar, quem sou eu pra barrar uma mina dessas, mas a gente tem que ter consciência do que vai acontecer”.

Na visita de um dos professores do Painel Acadêmico Popular a Morrinhos, a representante da Cáritas nos relata que uma das moradoras afirmou que iria embora dali, que sairia do local pois não ia ficar lá para morrer, no momento do debate em que foram apresentados os riscos de intoxicação para a saúde humana. O desejo de partida do território se funda em uma profunda preocupação com os riscos do projeto e se alia ao sentimento de que seria inviável resistir.

Destas falas, observamos a aceitação como *um sentido das distâncias* (BOURDIEU, 2010, p.141), ou seja, o sentido daquilo que se pode ou não fazer, da percepção de limites sociais para a atuação dos sujeitos.

Este *sentido das distâncias* se associa a uma *resignação respeitosa*, em que “as formas simbólicas produzidas por superiores são vistas como superiores, merecedoras de respeito, e aceitas como inevitáveis” (RIGOTTO, 2004, p.130).

Este sentimento, entretanto, não pode ser visto como homogêneo ou como incapacitante. Imediatamente após as falas que designam um sentido de resignação, observamos falas que retomam a valorização da vida no local e as possibilidades de enfrentamento ao projeto. Seguem, então, relatos em que o grupo de moradores ressalta que a comunidade ‘não estava parada’ e voltavam a apontar o desejo de fortalecer projetos produtivos locais.

---

<sup>63</sup> “Na concepção modernista, o fatalismo é o outro lado da confiança no futuro. O passado é nela duplamente neutralizado: porque só aconteceu o que tinha de acontecer e porque o que quer que tenha acontecido num dado momento já foi ou pode vir a ser superado posteriormente. Nesta constelação de ilusões retrospectivas e de ilusões prospectivas nada se aprende com o passado senão a confiar no futuro”. (SANTOS, 2010, p.82)

Ademais, as falas de diversas entidades que participaram das audiências concluíram com um “por isso, nós somos contra a mineração de urânio em Santa Quitéria”. Cáritas, MST, Núcleo Tramas, Renap, estudantes e outros sujeitos sociais utilizaram-se da estratégia da *rejeição*: “rejeitar ou ridicularizar as formas simbólicas produzidas por superiores” (RIGOTTO, 2004, p.130). Na discussão sobre a agricultura camponesa, por exemplo, a plateia questionou por quê o agronegócio precisa usar fertilizantes e agrotóxicos se a agricultura camponesa produz alimentos sem utilizá-los? “Por que vocês são menos espertos?”, ironiza uma participante.

Observamos, portanto, imbricadas nas falas das comunidades e entidades que participaram das audiências, distintas estratégias de valorização simbólica, da resignação à rejeição, de acordo com a classificação tomada por RIGOTTO, 2014, adaptada das contribuições de John Thompson.

Existe, entretanto, uma teia de construção simbólica que funciona sob a concepção de que o projeto é inevitável.

Recentemente, em 14.07.2015, jornal cearense veiculou notícia cuja manchete dizia “Licença para usina de Itatiaia deve sair nos próximos dias”<sup>64</sup>. A informação teria sido dada pelo presidente da INB para um deputado federal cearense. Segundo o deputado, o presidente da INB afirmou que o Ibama já teria aceitado os termos e propostas do consórcio que foram apresentadas nas audiências públicas. Após o anúncio, o presidente da INB se reuniria com o Governador do Ceará para verificar o andamento da construção da adutora que aportará o consumo de água do projeto. O Ibama, por meio de sua assessoria, informou que o órgão ainda não tem previsão para liberação da licença. No mesmo dia o órgão lançou um parecer prévio sobre o EIA em que pedia complementações de informações à empresa.

A matéria projeta uma intencionalidade de conferir a certeza da concessão da licença prévia, momento em que se deve analisar a viabilidade socioambiental da obra. Sobrepondo-se ao próprio Ibama, o empreendedor adianta informações não oficiais, tomando como certa a proximidade de concessão da licença. Aqui, revela-se a capacidade do consórcio em pautar os canais de imprensa ainda que com uma informação não confirmada oficialmente.

Destaca-se o apoio e acesso facilitado que os empreendedores têm a deputados federais e ao Governador do Estado, segundo o que aparece na cena pública. Estas

---

<sup>64</sup> <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/licenca-para-usina-de-itataia-deve-sair-nos-proximos-dias-1.1338255>

negociações, entretanto, estão fora do marco democrático oficial do licenciamento, do rito participativo normatizado. Constituem palco em que as relações de poder se colocam em franca assimetria, contribuindo para um sentimento de impotência da ação dos camponeses das comunidades do entorno da mina.

Sobre a inexorabilidade, se soma a estratégia que constrói a percepção de que o projeto cumpre uma espécie de “vocação da região”, evidenciando o determinismo com o qual o empreendimento procura se impor ao território. O consórcio empreendedor, em sua apresenta o se define como “Consórcio Santa Quitéria – valorizando as riquezas da nossa terra”.

Na sua apresenta o, a INB apresenta os minérios como riquezas da terra, do Brasil, uma oportunidade da região, “Essa é uma fazenda que vocês têm duas riquezas, o Brasil tem duas riquezas, o fosfato e o urânio que foram, que já existem há bilhões de anos. Desde que a Terra foi formada já existe esse material l .” A riqueza, portanto, é o minério, mas não a caatinga, os rios, os animais, o patrim nio histórico e arqueológico da região. Os bens ambientais são valorados de distintas formas a partir do projeto de futuro que se pretende implementar para o local.

O EIA, ao tratar sobre os instrumentos legais de ordena o urbana do município de Santa Quitéria, destaca que os documentos “já consideram o potencial do município para o desenvolvimento de atividades produtivas de urânio e fosfato” (ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.80).

Se o minério é a única riqueza reconhecida da região, o projeto   debatido enquanto uma *oportunidade* inexorável, ou seja, como destino; se existe um cenário de apoio institucional determinado, as possibilidades de resistência, então, estariam limitadas pelo estabelecimento do que é ou não possível, verossímil, presente e realizável pelas mãos dos sujeitos sociais que se encontram em desfavorável assimetria de poder.

Embora não tenhamos a pretensão de realizar uma análise dos discursos enquanto método de análise, não podemos deixar de mencionar as narrativas e tessituras que envolvem o conflito ambiental (e o seu licenciamento) de estratégias (assimétricas) de poder.

Passaremos, agora, para análise da terceira forma de narrativa identificada: a abstrativiza o dos benefícios que se apresentam como inerentes do projeto, seja pela matematiza o do discurso ou pela homogeneiza o destes benefícios em rela o aos distintos grupos sociais.

### 4.3 A economicização e abstração dos benefícios: pra quem eles vão chegar?

A justificativa econômica consiste em um dos pilares de sustentação do projeto. A expectativa “de preços ascendentes frente à redução das chamadas fontes secundárias”, bem como a existência de uma demanda interna impulsionada pelo PNE 2030, oferece a legitimação econômica em que o EIA do projeto Santa Quitéria diversas vezes se apoia. Sem uma análise crítica sobre o modelo energético do país, ou mesmo acerca da necessidade concreta do empreendimento e a hipótese de sua não realização, o estudo considera, em diversos trechos a “ampliação da produção nacional de concentrado de urânio essencial” (ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p.37).

Mesmo diante dos abalos da indústria nuclear, dos riscos conhecidos (e desconhecidos, conforme será estudado adiante), o estudo de impacto ambiental da mina de Santa Quitéria afirma que o “crescimento mundial da geração elétrica nuclear é inexorável” e conclui que “o Projeto Santa Quitéria, ofertando este bem no mercado nacional ou mesmo internacional, deverá impactar positivamente no resultado da Balança Comercial brasileira” (ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p. 38), reduzindo o item de ‘justificativas’ do empreendimento a uma análise estritamente econômica.

Aqui, observamos a estratégia da inexorabilidade, comentada anteriormente, se associando a uma economicização e universalização da justificativa.

A enunciação destes trechos revela que, para os elaboradores do estudo, não há um problema, questão, dúvida ou incerteza em relação aos benefícios e necessidade do empreendimento. Ainda diante do fechamento de inúmeras usinas, considera que o crescimento da fonte é “inexorável”. Retira do campo do possível uma crítica ao modelo energético que se pretende adotar, assim como retira do cenário das alternativas a construção de outras fontes energéticas, tratando como “essencial” a produção brasileira de urânio.

Além disso, ao afirmar que a construção dos reatores tem ocorrido principalmente nos “países em desenvolvimento, que necessitam de fontes seguras de energia” (ARCADIS LOGOS, 2014, p.38), essencializa e despolitiza o contexto mundial de reprimarização destes países, suas posições de dependência exportadora de recursos socioambientais e os impactos internos desta política; e mitifica a tecnologia como apta a garantir um nível pleno de segurança à energia nuclear, desconsiderando riscos e incertezas.

O que pretendemos observar neste momento, entretanto, concentra-se no elemento da abstração da justificativa econômica que não leva em consideração as economias diversas e locais, mas sim um padrão moldado de desenvolvimento.

Nas audiências, a consultoria repete o aparo ideológico utilizado e reafirma, em suas conclusões, que “A economia e a renda também vão melhorar. (...) tem uma dinamização sim da economia. E por isso também o aumento de possibilidade de melhorias da infraestrutura nesses municípios.” Para quem, entretanto, a renda vai melhorar? Quem acumulará riquezas com o projeto e quem será expropriado, despossuído, impactado negativamente?

Na audiência de Itatira, representante da INB, explicando o motivo do projeto só ter se iniciado agora (embora, desde 2004 a empresa tente licenciá-lo), utiliza o argumento de mercado para concluir que este é o momento certo para sua instalação, “E a solução na verdade, o mercado hoje, a demanda que se tem no nordeste por fertilizante, ela é um momento certo, o momento certo da instalação é esse que nós estamos vivendo agora”, afirma.

No vídeo exibido pela empresa nos três dias de audiência, apresentava-se o projeto:

Para construir o projeto Santa Quitéria serão empregados mais de mil trabalhadores e quando entrar em funcionamento vão ser criadas cerca de 3 mil vagas de trabalho, entre empregos diretos e indiretos. Assim, Santa Quitéria vai contribuir para a melhoria da vida dos moradores e o desenvolvimento de toda a região. Com mais empregos, cursos de capacitação para o trabalho, mais água nas casas e mais recursos para as prefeituras. Consórcio Santa Quitéria, valorizando as riquezas da nossa terra.

A ênfase nos supostos benefícios<sup>65</sup> do projeto se soma com um processo de economicização de sua justificativa, cuja eficácia se potencializa pela utilização de duas estratégias: a primeira consiste em matematizar os benefícios, nos quais destacaremos, a partir do que foi enfatizado nas audiências, o emprego, a geração de impostos e o estímulo à agricultura, “afinal, a ilusão da objetividade pela via da “matematização” e da quantificação é o que caracteriza o discurso econômico” (DEBORAH, 2011, p.185); a segunda consiste em abstrair os sujeitos sociais de suas relações assimétricas, dando a

---

<sup>65</sup> Em estudo sobre os licenciamentos ambientais, Deborah Bronnz (2011, p.83) afirma que “a ação empresarial é guiada por um conjunto de pressupostos morais em que se apoiam os argumentos voltados à valorização dos “benefícios” que a participação nos processos capitalistas pode propiciar individualmente e ao bem comum. Este conjunto de moralidades constitui o “novo” *ethos* empresarial da *responsabilidade social* e do *desenvolvimento sustentável*.”

impressão de que todos se beneficiarão igualmente do projeto, que consiste na estratégia de universalização dos supostos benefícios.

No primeiro sentido, vejamos.

#### **4.3.1 Os empregos**

Na primeira ida a campo, quando perguntamos para uma agente da Cáritas, entidade que desenvolve trabalhos de estímulo à convivência com o semiárido na região, sobre qual era o principal benefício que o projeto trataria na perspectiva das comunidades, a resposta foi imediata: o emprego.

Durante as idas a campo desta e das demais pesquisas do Núcleo Tramas, sentimos a ênfase que a geração de empregos assume na crença de que o projeto irá beneficiar os moradores da região.

A migração de jovens diante da “falta de oportunidade” para concluírem os estudos ou para ingressarem em um mercado de trabalho formal é um dos elementos que nos auxilia a compreender como a possibilidade de emprego “para os nossos filhos e netos” funciona também como um acalento para as famílias. A juventude, aqui, representa uma chave compreensiva para a eficácia do discurso da geração de empregos.

A complexidade do tema envolve a fetichização da vida urbana, a negação do modo de vida camponês, a ausência de políticas de convivência com o semiárido, aspectos que não nos cabe aprofundar. Neste momento, daremos prioridade na reflexão de como esta narrativa se insere no contexto do licenciamento ambiental.

Segundo o discurso dos empreendedores e da consultoria ambiental, a “baixa empregabilidade dos jovens” se soma ao alto índice de informalidade das relações de trabalho e criam o ambiente de “carência” no qual a chegada dos empregos se torna uma “oportunidade”. O vídeo exibido pela empresa nas audiências públicas para “explicar” o projeto logo anuncia a criação das três mil vagas de trabalho.

A consultoria, nas três audiências, bem como no EIA, destaca na caracterização de Santa Quitéria e Itatira que “da população ocupada, que tem trabalho, apenas 20% tem empregos formais, ou seja, tem carteira assinada”.

A geração de empregos é avaliada como um benefício positivo, e esta análise leva em conta prioritariamente critérios quantitativos. A qualidade, a durabilidade, a

segurança e o ambiente do trabalho não se inserem no discurso da consultoria e dos empreendedores.

Bom, e o que é que vai mudar para as pessoas? Primeiro a geração de empregos conforme já se falou. Em torno de 900 ou 1000 trabalhadores, na fase de implantação. Em torno de 600 empregos diretos ou terceirizados na fase de operação. [Representante da empresa de consultoria na audiência de Santa Quitéria]

“Bom, emprego é um impacto positivo”, categoriza a consultoria ambiental. Com um tom assertivo, cria-se um pressuposto de que a afirmação é consensual, inibindo os horizontes de problematização e reduzindo a geração destes postos de trabalho a uma simplificação unidimensional, binária da vida: aqui o impacto é apenas bom. Trata-se de um desdobramento da *doxa* do desenvolvimento. Uma espécie de *topois* argumentativo, em tese reconhecido e partilhado entre os presentes, criado não pela força da lógica, mas sim pela força simbólica do discurso que associa emprego-progresso-desenvolvimento-salvação.

O impacto “positivo” do emprego foi, diversas vezes, valorizado. “Mesmo assim a gente faz, propõe medidas que permitem potencializar esses impactos positivos”, continua a consultora em narrativa. A potencialização se apresenta na forma de priorizar a contratação da mão de obra local, conforme foi numerosas vezes mencionado pela consultoria e empreendedores.

Entretanto, para quem seriam estes empregos? A população local estaria habilitada para assumir estes postos? As questões, levadas às audiências, assumiram considerável parte do debate e, para elas, a empresa tinha respostas formuladas. Dentre as funções que os moradores poderiam ocupar, estavam as de pedreiros, carpinteiros, eletricitas, motoristas, mecânicos “e diversas outras funções, chegando até algumas funções mais específicas como operadores industriais, manutenção industrial, entre outras funções que vão ser necessárias para o projeto”, afirma o representante da Galvani.

Além de existirem funções desempenháveis pelos moradores, a empresa apresentou outras duas estratégias para potencializar o benefício: a capacitação profissional e a prioridade para mão de obra local. Uma intimamente relacionada à outra.

E têm outras funções que vão exigir alguma capacitação técnica mais específica que junto com o governo do estado a gente tem todo o interesse em viabilizar, em capacitar essa mão de obra para que a gente possa dar preferência da contratação local e dessa forma vocês também participarem

junto conosco deste empreendimento. [representante da Galvani na audiência de Santa Quitéria]

Então tem um programa de gestão de mão de obra que prevê essa capacitação e que já elenca uma série de instituições a serem envolvidas na capacitação. Isso não está pronto ainda, mas já tem ali algumas direções. [representante da Consultoria, na audiência de Itatira]

O Estado teria um papel de subsídio para garantia da geração de empregos, qual seja, realizar parcerias para a capacitação da mão de obra local. Aqui podemos identificar o que será um traço das narrativas dos empreendedores: o Estado como parceiro do projeto.

Embora o empreendedor afirme que vai fazer a capacitação, como algo inequívoco, durante a audiência de Itatira, ao ser questionado sobre quando a qualificação da mão de obra seria iniciada, afirma que “o protocolo de intenções que foi firmado, o acordo que foi firmado junto ao governo do estado, ele prevê o início das conversas após estarmos com a licença prévia em mãos”, ou seja, não há certeza ou previsibilidade. Na performance de seu discurso, o possível aparece como dado, as intenções surgem como fatos. Em debate, alguns pontos desta teia são desfeitos.

Nos encontros após as audiências, um dos moradores relata que gostaria de ter falado para pedir ao prefeito que abrisse uma escola para preparar as pessoas, para abrir uma “oportunidade pra esse pessoal se aperfeiçoar pra trabalhar aqui, porque os malefício nós vamo ter que engolir né, então vamo ganhar um pouquim também do que presta se tiver”.

O emprego como oportunidade aparece, portanto, nas falas de distintos sujeitos sociais, ainda que com motivações distintas: para os empreendedores, gerar convencimento e aceitação; para os moradores, aproveitar algum benefício, diante da aparente inexorabilidade do projeto.

Na pesquisa de campo, percebemos que os camponeses sabem, entretanto, que este trabalho não é adequado para seus conhecimentos, suas habilidades com a agricultura camponesa. Mas pode ser para seus filhos, permitindo uma fixação das novas gerações no território.

O emprego, portanto, torna-se um elemento de divisão das opiniões nas comunidades.

Ademais, o assunto foi discutido nas audiências sob diversos enfoques, havendo inclusive questionamento sobre a empregabilidade das mulheres, sobre as formas de incorporação dos jovens sem experiência de trabalho e sugestões de

priorização para a mão de obra local. Houve, ainda, uma crítica explícita à ideia de que a geração de empregos beneficiaria os moradores da região.

“Por que vocês então não botam fichas, numa forma assim de falar, na agricultura familiar?” questionou uma pesquisadora argentina, após narrar as experiências negativas com os projetos de mineração em seu país. Defendendo o trabalho gerado pela agricultura familiar “que gera renda, emprego, é sustentável socialmente, economicamente, ecologicamente” sua fala evidenciou os distintos projetos de futuro em disputa: um urbano-industrial, cuja população precisa ser “capacitada” para o emprego; outra, baseada na valorização da agricultura familiar e do modo de vida camponês.

A representante do MST também confrontou o modelo de desenvolvimento e de emprego que estavam sendo postos, “Que tipo de emprego? Que tipo de desenvolvimento vai trazer?”. Novamente, a exemplo da fala do agente da Cáritas sobre a valorização do modo de vida local, exposta no primeiro tópico, surge uma disputa sobre os significados que se atribuem ao desenvolvimento, anunciando dois projetos distintos de sociedade. “Nós somos a favor de desenvolvimento, porque quem trabalha quem sabe o peso de uma enxada, são os camponeses e camponesas. Portanto nós queremos desenvolvimento. Mas não um desenvolvimento que nos tire dos campos e que nos matem”, ou seja, as políticas desejadas envolvem a permanência do agricultor no campo, o cuidado com a saúde, a justiça hídrica, o investimento na convivência com o semi árido e em políticas de direitos para a população, elementos que apareceram nas falas de oposição ao discurso do emprego-desenvolvimento hegemônico.

A forma quantificada de apresentar a complexa relação social que envolve a questão do trabalho também foi questionada. Pesquisador do Núcleo Tramas, na audiência de Itatira, questionou os dados do diagnóstico social que enfatizam o índice de trabalho informal, identificado como mecanismo de desqualificação do trabalho camponês ao compará-lo sob as métricas urbanizadas e formalizadas de atividade laboral.

Em seguida, o pesquisador questiona outra dimensão da matematização do discurso, a ideia implícita de que os empregos gerados seriam contínuos ao longo do tempo.

A instalação, o pico da instalação são 920 empregos, 920 empregos no pico que equivale a 7,5 meses dentro destes 25 meses de duração. Sete meses equivale a 28%, então você vai ter o pico apenas em sete meses, o resto você tem meses aí com 50 trabalhadores, 100 trabalhadores, 200 trabalhadores. Isso não foi colocado, isso é uma coisa. Outra coisa, na operação são 635

empregos, 515 próprios isso é o termo que é colocado, e o resto é terceirizado. Não há uma transferência direta dos trabalhadores que trabalham na instalação, na obra, para os trabalhadores na operação. Isso não existe, por quê? São funções diferentes.

No debate, a consultoria, que vinha respondendo pelas intenções e compromissos dos empreendedores, reconhece que sim, existe um histograma, uma curva na geração de empregos que começa com 50 até chegar aos 500, no período de um ano. Para a consultora, “é um número significativo de empregos e é um tempo suficiente para que se pense em investir na capacitação, em desenvolver as pessoas e no aproveitamento da mão de obra da construção sim, nas atividades de mineração”. Afirma que este é o “princípio” da empresa, trazendo uma dimensão axiológica para o debate no sentido de reforçar um sentido ético do empreendimento, cumprindo o que Bronz (2011) identificou como um papel “moralizante” das consultorias nos licenciamentos ambientais.

Para fins de compreensão, destacamos as informações trazidas pelo EIA do projeto que prevê, para a fase de operação, a mais duradoura, um efetivo de 635 funcionários, dentre os quais 120 serão terceirizados (EIA, V.I, p.351). Deste total, a distribuição dos cargos ocorre da seguinte forma: Mina: 11 funcionários; Unidades industriais: 244 funcionários; Manutenção: 87 funcionários; Gerência: 42 funcionários; Laboratório: 49 funcionários; Controle Radiológico Ambiental: 21 funcionários; Utilidades/almojarifado: 61 funcionários (EIA, v.I, p. 351-353).

Os questionamentos da plateia abordam, ainda, a dimensão de futuro, afinal, após os vinte anos previstos para o funcionamento da mina, para onde irão seus trabalhadores?

Novamente, planos e projeções são apresentados. Sem explicitar o método ou que medidas serão desenvolvidas, a consultoria afirma que

algumas ações estão previstas também para essa fase, tentando buscar, tanto na fase de finalização de obra, como nessa finalização de operação, uma recolocação para mão de obra, que vai ter sido capacitado e vai ter uma experiência relevante para buscar nova colocação.

A resposta, portanto, fica adiada para o por vir, creditando ao processo de capacitação uma solução individualizante de um problema coletivo, por meio do mérito para buscar novo emprego, após a “relevante” experiência com um grande empreendimento que, entretanto, é absolutamente incomum na região. Observamos, ainda, que a resposta é maracá por expressões genéricas como “algumas ações” (quais

seriam?) que “tentarão buscar”, nos dando pistas que alertam para a fragilidade do compromisso com a empregabilidade futura da população.

Questões previdenciárias, a descaracterização do trabalho rural, a intermitência e a insegurança do trabalho também foram questionadas no debate. Em específico, os pesquisadores do painel acadêmico-popular exploraram sua dimensão qualitativa e a relação com os impactos para a saúde do trabalhador.

Uma das pesquisadoras aborda a questão sob o ponto de vista da ausência de informações no EIA. Faltam os dados sobre exposição radioativa continuada, o que inviabiliza a análise sobre a exposição ocupacional. As informações teriam sido encaminhadas para CNEN, pois pertenceriam ao licenciamento nuclear, e não ambiental. Para o pesquisador, o estudo é falho, pois só trata das situações de risco nuclear nas unidades de processamento, mas na mina não. “Isso causa uma preocupação porque esse pessoal vai ficar exposto, tá certo? A sabe-se lá o quê, quando durante a operação”, questiona.

Tais pesquisadores, somados a outros de diferentes regiões do país, produziram um Parecer (documento em anexo) acerca do EIA no qual demonstram a preocupação com os impactos do projeto sobre a saúde humana.

Apenas no que tange à saúde do trabalhador, o Parecer apresenta as seguintes insuficiências do EIA, expostas aqui de forma sintetizada:

1. Minimização dos Riscos decorrentes da emissão de radiação ionizante proveniente da exploração do minério urânio e de toda a sua série de decaimento;
2. A análise da transferência dos radionuclídeos é focada na Unidade de Processamento de Urânio, desconsiderando a mina, a Unidade de Processamento de Fosfato, a barragem de rejeitos, a pilha de estéril e a pilha de fosfogesso;
3. Na análise de riscos à saúde dos trabalhadores, o quadro apresentado apresenta de forma homogênea a exposição ao ruído, às vibrações e às radiações ionizantes – agentes cuja nocividade à saúde humana é distinta;
4. Descontextualização da análise sobre o perfil epidemiológico das populações diretamente e indiretamente afetadas pelo empreendimento, em relação ao processo produtivo e de trabalho;
5. A não associação da relação entre urânio e neoplasias;

6. Risco da liberação não-natural do gás radônio com as atividades de escavação mecânica e de desmonte por explosivos, transporte e processamento dentro das unidades de fosfato e urânio e nas pilhas de estéril e de fosfogesso;
7. Ausência de informações sobre a exposição continuada dos/as trabalhadores/as;
8. Não apresenta os fatores relacionados ao ‘banho radioativo’ pelos radionuclídeos presentes no processo produtivo;
9. Diversos riscos de grandes desastres, acidentes no transporte e acidentes de trabalho, relacionados com a manipulação de explosivos; caldeiras; diversas bases e ácidos.

As preocupações sobre saúde serão analisadas em item específico, cabendo aqui trazer o contra ponto colocado à perspectiva quantitativa da geração de empregos. A questão posta pela pesquisadora do Núcleo Tramas em tempo de fala concedido nas audiências públicas, permanece baseando e funcionando como ponto conflitivo nas narrativas de justificção da obra, afinal, “vale a pena justificar o empreendimento pelos 635 empregos para os poucos jovens daqui deixarem na mina, sua juventude, sua saúde, a sua vida?”.

#### **4.3.2 Geração de impostos**

Neste processo de economicizar e quantificar os benefícios do projeto, o discurso da geração de impostos aparece associado à geração de empregos, inclusive como decorrência da formalização de postos de trabalho.

Uma das ferramentas da narrativa do desenvolvimento é exatamente esta, conforme fica explícito nas falas da empresa Galvani.

“Caso todos os trâmites do licenciamento ocorram dentro do prazo previsto”, anuncia o representante da Galvani em seminário realizado em 2013, “a mina de Itataia deve gerar uma receita anual de R\$ 600 milhões a R\$ 1 bilhão”<sup>66</sup>, afirma referindo-se ao montante que se estima gerar de ICMS. Sob seu discurso, a geração de receita fica subordinada aos prazos do licenciamento ambiental, relação criada para subentender o

---

<sup>66</sup> <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/mina-de-itataia-vai-gerar-receita-de-ate-r-1-bi-1.465834>

licenciamento como uma “etapa” que deve ser “superada” para a obtenção das vantagens do projeto. Ademais, o cumprimento ou não de prazos no licenciamento não possui relação direta com o volume de receitas geradas por um projeto, receitas estas que foram apresentadas com pouca precisão, sob um amplo leque que varia de R\$ 600 milhões a R\$ 1 bilhão de reais. De outra feita, os custos dos impactos ambientais, da pressão sobre políticas públicas, da demanda de uso do Sistema Único de Saúde não são estiadados ou apresentados.

O estudo ambiental, entretanto, não traz os dados sob a geração de ICMS, o que nos leva a questionar a fonte e metodologia de estimativa dos números anunciados na imprensa. O EIA limita-se a estimar a geração de receita de impostos municipais e federais. Neste ínterim, afirma que o projeto deve gerar um aumento de receita tributária do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN de 3681,9% a 7463,9% (ARCADIS LOGOS, 2014, V.4, p.230) e gerar cerca de R\$ 12.238,66 de Imposto de Renda por mês (ARCADIS LOGOS, 2014, v.4, p.238).

O tema foi diversas vezes mencionado nas audiências do licenciamento ambiental. Nas três apresentações iniciais, a empresa disse que “existe uma série de tributos que serão, que ocorrerão, nessa atividade. Nós temos ICMS, alguns tributos como ICMS, Cfm, ISS e uma boa parte disso vai para o município e boa parte vai para o Estado e outra para a União”.

Nas falas, a exemplo da de Lagoa do Mato, a geração de impostos se soma ao “compromisso da empresa com o desenvolvimento”, encerrando o ciclo justificativo que relaciona desenvolvimento com a chegada do projeto e a propagada geração de emprego e renda. Em Santa Quitéria, afirma “o fato é, é uma oportunidade interessante para que as prefeituras locais, elas revertam essas receitas em benefícios à população”.

O tom assertivo é uma marca das apresentações. A ideia de oportunidade perpassa e caracteriza os discursos, tendo como destinatários tanto a população dos municípios, das comunidades, as prefeituras e os demais aparatos estatais. Todos, portanto, sairiam ganhando com o projeto.

Os recursos dos impostos seriam, ainda, o caminho para viabilizar políticas e direitos que a população precisa, é para fazer “posto de saúde, escola”, afirma o empreendedor. O acesso a direitos, garantidos constitucionalmente, ficam postos na dependência da chegada do projeto.

A consultoria, cujos discursos acentuam mais uma dimensão principiológica, ou moralizante do projeto, e uma outra dimensão técnica, quantitativa, afirma em suas apresentações iniciais que:

Santa Quitéria tem 2,4 de todo o orçamento que tem, que vem de impostos, enquanto que todo restante é repasse do Estado ou da União. Itatira tem uma situação similar, ou seja, são municípios que dependem muito de repasses estaduais e federais. Portanto, empreendimentos dessa natureza são muito importantes para esses municípios.

A defesa da “oportunidade”, da “importância” do projeto está presente também nas falas da consultoria que, segundo a legislação ambiental, deveria fornecer informações para a análise da viabilidade do projeto. Observamos, entretanto, que ela cumpre uma função de aportar as narrativas de sua justificação.

Ainda sobre este elemento, começam a surgir na plateia, principalmente nas audiências de Itatira e Lagoa do Mato, questionamentos sobre que municípios irão se beneficiar da geração de impostos. Os municípios vizinhos a Santa Quitéria, sede do projeto, lançam a desconfiança de que eles apenas ficariam com “a parte ruim”, e querem saber como seria possível viabilizar uma distribuição desta renda entre as prefeituras da região ou como fazer para que “todos os municípios circunvizinhos participem”, como questionou um dos interlocutores da plateia.

Um representante da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, presente na audiência de Itatira, responde ao participante trazendo os percentuais de distribuição da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM:

Muito justa essa demanda dos munícipes de Itatira, porque um dos impostos por exemplo que não é imposto, a Cfem, que já foi informado aqui que poderá chegar a dois milhões, em torno de dois milhões, 23% vai para o município, aliás, perdão. 23% vai para o estado, 65% para o município de 12% para União, inclusive para o Ibama, para o DNPM. Então é importante demais essa troca de informações e essa vontade de acertar, de fazer melhor, que nós só vamos obter isso na medida em que nós nos comunicarmos efetivamente e sabermos tratar o problema profissionalmente.

A “vontade de acertar”, o diálogo com vistas a um consenso, a audiência como espaço de trocas de informações e a quantificação dos benefícios são também elementos discursivos dos representantes das agências estaduais, ainda que não tenham assumido protagonismo nas audiências públicas. Existe, portanto, um marco categórico e valorativo partilhado entre os empreendedores e os representantes do Estado.

Nas idas a campo, entretanto, observamos que esta preocupação se acentua mais entre a população urbana destes municípios, principalmente entre agentes e funcionários das prefeituras. Nas visitas às comunidades, embora o tema não tenha sido ignorado, não constituiu em um centro de discussões, preocupações ou interesses, a exemplo do que se percebe com o discurso da geração de empregos.

A crítica, formulada por professora pesquisadora do Núcleo Tramas, inseriu outro ponto de vista sobre a questão: “Justificar um empreendimento pela geração de impostos? Será que o dinheiro dos bancos públicos que já está sendo investido nesse projeto, será, não seria melhor investido em outras formas de desenvolvimento?”.

O dinheiro a que se refere consiste nos valores de oitenta e cinco milhões de reais ofertados pelo Estado do Ceará para construção da infraestrutura de apoio à mina (adutora, estrada e linhas de transmissão de energia elétrica). Estes são oriundos do tesouro estadual.

Existem, ainda, os recursos oriundos de bancos públicos. Inicialmente, o projeto receberia apoio do Banco do Nordeste, segundo acordo firmado em 2009 e renovado duas vezes. Na terceira renovação, entretanto, que deveria ir até 2014, houve uma interrupção da proposta. Segundo matérias de jornal, um dos motivos seria o impasse com as licenças ambientais<sup>67</sup>. Desde então, a Galvani passou a buscar novos financiamentos e o acordo foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES<sup>68</sup>.

#### **4.4 Vai ser bom pra todo mundo: a negação da disputa de interesses**

O pacto interclassista, traço das políticas neoextrativistas (MILANEZ & SANTOS, 2013) difunde entre as populações atingidas por grandes empreendimentos a noção de que Estado, empresas e comunidades estão a aproveitar de uma riqueza natural disponível, essencial ao desenvolvimento de todos. Somado a isto, a promessa de compensações, mitigações, benefícios para a região.

Desta forma, procura-se invisibilizar os mecanismos de injustiça ambiental (ACSERALD, 2009) por meio dos quais as populações em processo social de vulnerabilização sofrem desproporcionalmente os impactos negativos do

---

<sup>67</sup> <http://www.cdifor.com.br/portal/index.php/pg/15053/dn-itataia-galvani-buscara-novo-contrato-de-financiamento>

<sup>68</sup> <http://www.sfiec.org.br/noticias/ferrov2-160804.htm>

desenvolvimento, ao tempo em que grandes empresas e corporações, apoiadas e subsidiadas pelo braço estatal, lucram com a inserção reprimarizada destes territórios em uma lógica econômica de crescimento, exportação de bens ambientais, degradação local e externalização de custos.

A gestão ambiental, embora surja sob a concepção de monitorar impactos, planejar o ordenamento territorial e, em alguns casos, internalizar custos do desenvolvimento, não aporta um sentido de resistência, de negação a estes projetos e afirmação de outro modo de vida.

O fechamento da fala de apresentação da Galvani nas audiências contém esta ideia: “Então só para finalizar rapidamente o que se conclui é que tendo **oportunidades**, essas oportunidades podem se transformar em **vantagens** desde que **todos abracem** desde que haja um **compromisso** do empreendedor, do poder público e das comunidades” (grifamos).

“É bom para o empreendimento e é bom para o trabalhador”, afirma o empreendedor ao se referir à contratação da mão de obra local. Além do mecanismo de *padronização* da forma urbano-industrial, soma-se às estratégias de construção simbólicas a *unificação*, classificada por RIGOTTO (2004, p. 132) como a “construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que integra os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente de suas diferenças e divisões”.

Como contra ponto a esta estratégia, as compreensões sobre a estruturação social em classes como fator de desigual distribuição das vantagens do modo de produção foram mencionadas nas audiências públicas. Uma professora de Santa Quitéria afirmou que

Quem vai ganhar com isso aí não são os agricultores rurais, não as comunidades de base que sobrevivem da agricultura familiar não. Quem vai explorar isso aí, quem vai enriquecer é o agronegócio, são os poderosos, que tem dinheiro, os latifundiários, são os empresários. Nós da classe popular não seremos beneficiados.

Representante do MST também enfatizou que “eles vão para as casas deles. Não viver nos seus ar-condicionados. Mas quem vai respirar esse ar são as comunidades e assentamento que estão no entorno da mina”.

A demarcação de que o projeto atenderia a interesses de classes específicas foi pontuada em diversos momentos pelas entidades e movimentos sociais organizados que foram às audiências públicas. Esta, talvez, tenha sido uma das principais estratégias utilizadas: revelar ao público que os mecanismos de injustiça ambiental sob os quais a

população iria suportar os ônus enquanto que os reais benefícios seriam privatizados pelos empreendedores. Revelar, ainda, que os sujeitos sociais não estão em posições e não detêm interesses unificados, mas sim divergentes e, para alguns, antagônicos.

Um dos moradores relatou à pesquisa que o projeto “não tem nada de positivo. Quando tem muita gente rica atrás de beneficiar o pobre, você pode desconfiar que tem alguma coisa errada, então a gente tá junto aí”. O conflito de interesses é percebido e reafirmado como um limite à promessa de “benefícios para todos” defendida pela empresa, o que nos remete a dimensão relacional do poder, em que a capacidade de um grupo de fazer prevalecer seus interesses é limitada pela mesma capacidade do grupo que lhe é antagônico. O antagonismo entre as comunidades e a empresa e o conflito de interesses já aparecem nas falas, ainda que não se possa afirmar que esta seja uma percepção coletiva, homogênea, monolítica, ou que ela se converta em ações de resistência ao empreendimento.

Dando continuidade à discussão das narrativas de justificação do projeto, teceremos a relação entre esta apresentação economicista e abstrata dos benefícios e a idéia de que ele servirá ao “interesse público”, expressão que, embora não tenha sido largamente utilizada nas audiências públicas, encontra-se implícita na defesa de dois projetos econômicos que, segundo os empreendedores, beneficiam o país e toda a população: o estímulo ao agronegócio e à matriz energética nuclear.

No tópico seguinte, teceremos considerações sobre outro desdobramento desta estratégia: o fomento às políticas públicas por meio e como resultado da chegada da mineração.

#### **4.5 As opções econômicas como interesse público: agronegócio e matriz energética**

“O empreendimento é estratégico para o país” anuncia o site do Consórcio Santa Quitéria quando, em três parágrafos sintetiza a concepção do projeto. É estratégico “porque vai permitir uma redução de 50% nas importações de fosfatos e quadruplicar a atual capacidade de produção de concentrado de urânio”, conclui<sup>69</sup>.

Lançando o sentido implícito, porém sempre presente, de que o empreendimento é “estratégico” ou “essencial”, como afirma o EIA, relaciona-se sua

---

<sup>69</sup> Informações obtidas em < <http://www.consorciosantaquiteria.com.br/>>, acesso realizado em 20.07.2015.

concepção com uma idéia de interesse público ou, em alguns momentos, de um interesse com nacionalista.

“Durante os 20, 25 anos ou mais que nós conseguirmos, vai ser utilizada a energia vinda de Santa Quitéria, para gerar, para 30 milhões de pessoas”, relatam os empreendedores nas audiências públicas. Sob esta teia de argumentação, vai-se tecendo um processo de “essencialização” do projeto, cuja magnitude do interesse é apresentada sob uma métrica de difícil captura pelos participantes do debate: investimentos em milhões de reais, benefícios para 30 milhões de pessoas, geração de tributos, o discurso matematizado se associa a concepção de que o projeto está além do território, intangível para os sujeitos sociais da região.

As opções econômicas de “desenvolvimento” são, portanto, apresentadas como essenciais para o interesse de todos – sem distinguir quem se beneficia, quem sofre os impactos, para quem e para onde vão os lucros, a que modelo econômico o projeto serve.

A eficácia discursiva desta categorização se reforça quando o Estado intervém para apoiar o projeto sob o argumento de que será importante para o desenvolvimento da região, para o interesse público ou nacional.

O Estado, detentor do *poder de nomeação* (BOURDIEU,2010), tem a capacidade de oficializar as categorizações que faz. Noções como a de “interesse público”, chamadas na doutrina jurídica de conceitos jurídicos indeterminados, procuram dar uma margem de discricionariedade para a administração pública na definição das prioridades de interesse público e coletivo. Entretanto, estes conceitos também naturalizam e conferem uma força simbólica àquilo que se classifica como “interesse público”, o que, em tantas vezes, oculta o processo (nem sempre democrático, público ou equitativo) de escolhas por modelos de desenvolvimento. Em decorrência, pesquisadores da área jurídica procuram estabelecer critérios que possam limitar a abrangência das opções estatais, dentre os quais se destaca a idéia de que o interesse público precisa estar compatível com uma leitura sistêmica da ordem jurídica que se oriente pelo conteúdo dos direitos fundamentais<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Um destes trabalhos propõe, por exemplo, a limitação da discricionariedade para noção de juridicidade, que seria a conformidade do ato não apenas com a lei, mas também com os princípios constitucionais (MELO, 2000, p.65).

Nas audiências, entretanto, houve discussão sobre as prioridades das políticas, investimentos, do que estava se imprimindo sob a ótica de um “benefício geral”. Na audiência de Santa Quitéria, representante do MST tocou neste assunto:

Está sendo irresponsável com povo cearense, com o povo de Santa Quitéria, com o povo brasileiro que não precisa de energia nuclear. Não precisa. Essa energia não vai para o bico de luz, vai para as empresas metalúrgicas, de construção metalúrgica, das empresas que constroem papel e celulose para exportar para outros países. Nós não precisamos desse tipo de investimento, de empreendimento em nosso país. São estatais, mas que o povo brasileiro não precisa.

“São estatais”, mas não estão de acordo com os interesses da população, afirma o militante, denunciando a não coincidência entre os projetos desenvolvidos por empresas estatais ou entre o que se classifica como interesse público com as demandas sociais de investimentos para beneficiar as maiorias sociais. Os mecanismos de poder e de injustiça social, portanto, são denunciados a partir da injusta apropriação das riquezas, criticando a idéia de que o projeto beneficiará a todos e identificando os grupos econômicos que demandam e lucram com estas atividades.

Em relação a idéia, tantas vezes apresentadas, de que o projeto se justifica no atendimento de interesses nacionais e que é impulsionado por empresas nacionais, também existiram distintos posicionamentos.

Nos debates das audiências, estavam presentes membros de uma brigada norueguesa do Comitê Norueguês de Solidariedade à América Latina. Na primeira audiência, o representante da Galvani afirmou se apresentou como uma “empresa de origem brasileira” e reforçou seu “orgulho” por isso. No debate, uma participante norueguesa trouxe ao público a informação de que a empresa norueguesa Yara tinha, em agosto de 2014, comprado 60% das ações da Galvani, tornando-se assim a maior fornecedora de fertilizantes minerais do mundo. O projeto, portanto, não está com uma empresa brasileira, informação que desestabiliza o argumento nacionalista envolto no discurso empresarial.

“O governo da Noruega é proprietária de 36% da Yara. Isso significa que o Estado da Noruega, o governo norueguês tornou-se parte do projeto da mina Itataia”, afirma a participante, enfatizando que o Estado Norueguês não permite a matriz energética nuclear em seu território, apesar de estimulá-la em outras partes do mundo, o que denuncia, ainda, uma injusta distribuição da “indústria pesada” na geopolítica mundial e o papel dependente que a economia brasileira vem desempenhando.

Feita esta introdução, observaremos a seguir como o modelo do agronegócio e a atriz da energia nuclear foram apresentados enquanto narrativas de justificação do empreendimento.

#### 4.4.1 O agronegócio

Nos discursos dos empreendedores e da consultoria ambiental, o agronegócio, extremamente dependente de pesticidas, herbicidas e fertilizantes, é apresentado como o genuíno modelo produtivo para o campo brasileiro. O estudo de viabilidade ambiental, antes de questionar o uso, impactos e direcionamento do minério produzido, a fim de que se possa debater acerca da necessidade do empreendimento, considera legítima a demanda de mais uso de fertilizantes e absolutiza a necessidade de sua produção interna:

O Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes no mundo e sua produção responde por apenas 2% da produção mundial. [...] A produção nacional de fertilizantes tem apresentado crescimento tímido ao longo dos últimos anos (3% ao ano), sem dar sinais de reversão da dependência do mercado externo acima citado. **Assim, torna-se imprescindível o tratamento de projetos que diminuam essa dependência de produtos importados.**(ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p.27) (grifo nosso)

O termo “imprescindível” vem somar ao “essencial”, “importante”, “vocação” e tantos outros que acentuam o fatalismo com o qual o projeto é apresentado pela consultoria ambiental. Para desconstrução da compressão do presente, ou seja, do aniquilamento das possibilidades de ação e transformação do agora em nome de um futuro expandido e fatalmente determinado, Boaventura de Sousa Santos propõe uma crítica desestabilizadora, uma “crítica radical da política do possível, sem ceder a uma política impossível” (SANTOS, 2010, p.90).

Essa crítica vem se tecendo por diversos pesquisadores brasileiros comprometidos com a produção de conhecimento socialmente referenciado e na valorização das formas de agricultura saudáveis e harmoniosas com os modos de vida, saúde e territórios.

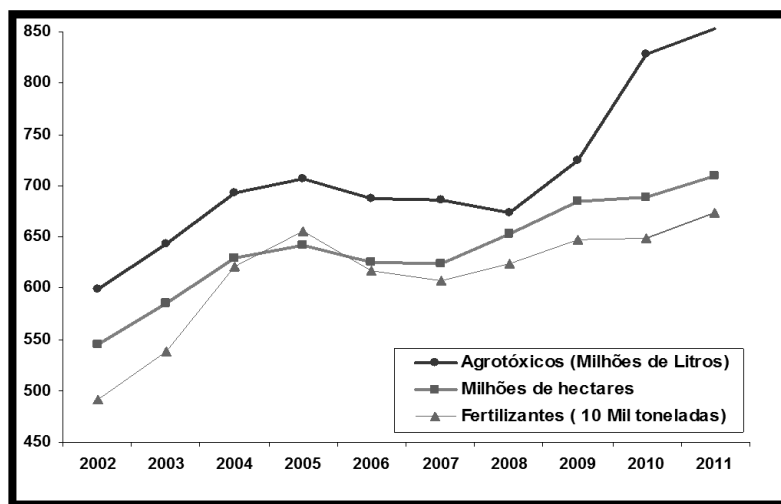
Embora o EIA sobreponha o argumento econômico aos impactos da expansão do uso de fertilizantes químicos nos solos brasileiros, sequer adentrando nesta questão, pesquisadores da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO já evidenciaram os impactos desta utilização, seja pelas inúmeras doenças causadas devido à exposição (de trabalhadores e comunidades vizinhas) aos agrotóxicos, pela danosa

ingestão de alimentos com resíduos tóxicos, pela contaminação da água de consumo humano, contaminação do leite materno, esgotamento da fertilidade dos solos, dentre outros (RIGOTTO et.al., 2012).

As pesquisas possuem, ainda, uma preocupação com as propostas de regulamentação do uso de micronutrientes contaminados com resíduos industriais na produção de fertilizantes, pois ao invés de considerar estes processos aceitáveis “seria melhor e mais factível tratar de remover os poluentes dos resíduos industriais para se fazer a reciclagem com a devida segurança, uma vez que existem tecnologias para isto”. (RIGOTTO et.al., 2012, p.85)

Os pesquisadores observam a extrema dependência do modelo de produção do agro-hidronegócio com o consumo intenso de fertilizantes e agrotóxicos para cumprir às metas de produtividade, o que vem provocando o aumento significativo do consumo nacional, conforme demonstra tabela abaixo:

Quadro 3: Produção agrícola e consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil, de 2002 a 2011



(RIGOTTO et.al., 2012, p.19).

O uso intensivo de tais produtos, além dos danos já mencionados, é realizado de maneira indiscriminada nos solos e territórios do país, facilitado pelo contexto de vulnerabilidade social, ambiental, política, econômica e científica das populações do campo, deixando uma herança de degradação, doença e dependência nos territórios em que se estabelece (RIGOTTO et.al., 2012, p.48).

Entretanto, o acúmulo científico crítico não é apresentado no estudo de impacto ambiental. Nas audiências, observamos a mesma linha argumentativa nos discursos dos empreendedores. A INB, na audiência de Santa Quitéria, afirma que

Profissionais dizem que em 2020 o Brasil estará produzindo, aproximadamente, 40% da demanda de produtos agrícolas do planeta. E isso é devido à competência técnica existente na Embrapa e o forte impulso dado pelos governos à agricultura brasileira. Mas é um gigante com pés de barro, porque importa quase a totalidade dos insumos necessários para os fertilizantes, que são o fosfato e potássio.

A Galvani, por sua vez, trouxe “alguns dados do Brasil para vocês: o Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo. O agronegócio é extremamente importante para a economia do Brasil”.

O projeto de mineração justificado pela produção de fertilizantes químicos inclui-se, portanto, no rol das ações de fornecimento de bens naturais para sustentação do agronegócio brasileiro, classificado como “extremamente importante” sem que tenha sido confrontado com: uma análise crítica de seus impactos para o ambiente e a saúde; uma análise crítica e comparativa em relação às outras formas de agricultura, como a familiar e agroecológica.

Na audiência de Itatira, a Secretária de Agricultura do município, relatando a preocupação com a queda das vendas dos produtos da região devido à possível contaminação radioativa, questionou como o projeto iria favorecer a agricultura familiar da região.

Na resposta, a Galvani afirma que tem parcerias com instituições de pesquisa para “fomentar esse incremento de tecnologia na agricultura familiar” para melhorar a produtividade.

É o nosso papel também, inclusive pela proximidade fazer com que esse fornecimento de fertilizantes ele seja cada vez mais acessível. A gente tem esse interesse, a agricultura familiar dentro da representação da agricultura brasileira ela é bastante importante.

Sob esta concepção, fortalecer a agricultura familiar significa investir em produtividade; aqui o critério econômico se sobrepõe à valorização do modo de vida local. Significa, também, investir em tecnologia, modernizando as práticas sociais, o que termina em sua descaracterização. Ainda, o estímulo que se pretende dar é tratado sob os moldes do “interesse” da empresa, o que implica em transformar os agricultores em mercado de consumo para os produtores de fertilizantes.

A alternativa ofertada, portanto, é a da descaracterização e da mercantilização das complexas relações sociais que envolvem o modo de produção camponesa e familiar. Consiste, assim como foi explorado no primeiro tópico deste capítulo, em trazer um projeto industrial, modernizado, que alterará profundamente os traços daquele território.

Sob a lógica de expansividade do capital não existe, entretanto, a possibilidade de uma alteridade radical, de convivência com o que lhe é externo nos termos do outro. “Desta perspectiva, os excluídos do sistema são chamados ou à inclusão ou ao desaparecimento lento ou acelerado, imediato ou tardio, não à sobrevivência como externos, como alteridade radical” (MORENO, 2005, p.89), estas perspectivas de integração ou desaparecimento consubstanciam as únicas alternativas que o discurso da inexorabilidade põe para o futuro da região. O mercado, portanto, desprovido de alteridade, significa no caso a inclusão sob a forma “moderna” de trabalho e de modelo de agricultura.

Ainda que existam trocas comerciais na agricultura camponesa, a apropriação por mercado não rege o modo produtivo, que mais se caracteriza pelas relações de uso com o ambiente, pelos vínculos comunitários e pela subsistência, conforme apontamos na introdução desta pesquisa.

A ideia de uma agricultura de mercado, com uso de fertilizantes, tecnologias e para atender a mercados externos, embora talvez já não se possa chamar de agricultura camponesa, também adentra, ainda que de forma parcial e plurissignificativa, nas perspectivas de futuro das comunidades.

Por diversos mecanismos este discurso encontra ressonância dentre os moradores das comunidades da região. Na audiência de Lagoa do Mato, o presidente da associação comunitária de Morrinhos inscreveu-se para sugerir ao consórcio que

os produtos a serem adquiridos com fins alimentícios de origem agropecuários, ou seja, da agricultura e pecuários que seja dada preferência à aquisição dos produtos produzidos pelas famílias dos agricultores residentes nas comunidades próximas ao empreendimento. Destacando o risco de preconceito que estas famílias poderão a vir sofrer quando da comercialização dos seus produtos nas feiras.

Diante da ressalva “se a licença for dada” e diante do “risco de preconceito”, o líder comunitário opta por um caminho de construção de possíveis benefícios para as comunidades, ainda que seja pela via da integração no mercado de consumo da empresa.

As posições assumidas foram, entretanto, diversas e complexas, seja diante da pluralidade de participantes das audiências públicas, seja “internamente” nas comunidades com as quais estivemos durante a fase de campo.

Uma posição mais crítica do projeto convive no mesmo tecido social e foi relevante durante as audiências públicas. Representante do MST afirmou categoricamente a recusa ao modelo do agronegócio e ao empreendimento, inserindo em sua fala o resgate e a valorização da agricultura familiar:

Então o que nós queremos dizer é que vocês parem de querer nos explorar, vão embora do Ceará, porque vocês não são daqui e deixe que a população resolva e o governo invista na agricultura familiar, porque nós sim sabemos produzir comida e alimento para o nosso país.

As entidades e pesquisadores presentes também se posicionaram e trouxeram as questões, “Produzir fosfato para fortalecer o agronegócio que tem expropriado os camponeses de suas terras e intoxicado com agrotóxicos vale a pena?”.

A crítica acentuada envolve a questão das finalidades do empreendimento, afinal, a quem ele servirá? Que opções e modelos econômicos ele defende?

Associada à defesa do agronegócio e, com mais ênfase nos discursos das audiências, houve também a defesa da diversificação da matriz energética brasileira pelo modelo nuclear, outro elemento que apareceu enquanto uma razão de interesse público para a aceitação do empreendimento.

#### **4.4.2 “E o Brasil é um país em desenvolvimento que não pode prescindir de nenhum tipo de energia”<sup>71</sup>: a retomada do projeto nuclear brasileiro**

O segundo objetivo central do empreendimento de Santa Quitéria consiste na produção de urânio para fomento da indústria de geração de energia nuclear. Sem questionar a que(m) serve esta energia, o argumento da geração de desenvolvimento aparece como legitimador das políticas energéticas. Estas, por sua vez, incorporando o discurso das ‘fontes limpas e renováveis’, investem na idéia de uma diversificação da matriz brasileira pautada nas fontes hidrelétricas, por biomassa, eólicas e nucleares.

Considerando o modelo produtivo e de consumo predominante na indústria brasileira, tem-se que “praticamente 30% da energia elétrica ofertada pelo país é consumida por seis setores industriais: cimento, siderurgia, produção de alumínio, química, o ramo da metalurgia que trabalha com ferro e papel/celulose” (COSTA, 2014,

<sup>71</sup> Fala de José Roberto, representante da INB, em Seminário realizado em 11 de outubro de 2013.

p.2). Nos setores eletro-intensivos se evidenciam o destino e os motivos da suposta de demanda por acréscimo de energia no país, em contraponto a um projeto alternativo de decréscimo e transformação no padrão de consumo energético.

A produção de urânio ocorre devido a sua capacidade de liberar radioatividade, que será fonte de energia. O processo se inicia com a extração da rocha do solo, sua submissão a um processo de lixiviação que resultará na produção de um licor de urânio que será beneficiado e quimicamente transformado até que se torne em um material concentrado de urânio, conhecido como *yellowcake*. Deste concentrado até a geração de energia, o material é submetido ao chamado “ciclo do combustível nuclear”, que consiste na “conversão em gás, o enriquecimento isotópico, a produção de pó de  $UO_2$ , a fabricação de pastilhas e a montagem do elemento combustível.” (INB, online,).

Nas fissuras das promessas de desenvolvimento, situam-se múltiplas dimensões de impactos subestimados. Um deles, afirmado claramente no estudo do projeto em análise, baseia-se na compreensão de que se trata de uma fonte de energia que, embora não renovável, não emite gases de efeito estufa e, portanto, é considerada limpa. Já os seus críticos vão além das considerações acerca das possibilidades de acidente nucleares e apresentam uma teia de argumentos opostos, abaixo sintetizados:

As críticas à utilização de energia nuclear vão além das desconfianças e incertezas suscitadas em relação aos efeitos decorrentes da exposição humana à radioatividade. Em geral, as mobilizações sociais antinucleares também destacam: **os problemas de segurança, os altos custos relacionados, a falta de solução para a destinação final dos rejeitos nucleares, e a possibilidade de utilização da tecnologia nuclear para a construção de artefatos bélicos** (Goldemberg e Lucon, 2011; Greenpeace, 2008) (FIRPO E FERREIRA, 2013, p.18).(grifo nosso)

Na cartilha “Mais alimentos, desenvolvimento e energia”, produzida pelo consórcio empreendedor, também se afirma que a energia nuclear é limpa pois não produz gases que provocam o aquecimento do planeta.

Sob o argumento de que a energia nuclear seria “limpa”, o Greenpeace, no relatório “Cortina de fumaça”, expõe o resultado de estudos que problematizam a não emissão de gás carbônico na energia nuclear.

A questão primordial colocada se refere a não consideração de todas as emissões durante o ciclo do urânio, apenas a geração de energia na usina em si. A extração da terra e rochas, o transporte do minério, o enriquecimento (etapa que mais consome energia), a construção da usina com materiais eletrointensivos, a energia demandada para acondicionar e monitorar os resíduos gerados e todo o processo de

descomissionamento da usina, tudo isso geralmente é desconsiderado neste cálculo de carbono (Greenpeace, 2007, p.9).

O Massachusetts Institute of Technology publicou em 2005 o cenário “The future of nuclear power”, que mostra a baixa efetividade da geração nuclear para a contribuição à redução de gases de efeito estufa. Já o Oxford Research Group afirma que, para reduzir as emissões em 50%, seria necessária a construção de até 2.500 reatores nucleares de 1.000 MW de capacidade cada. Isso equivale a colocar em operação três novos reatores nucleares por mês durante os próximos 70 anos (GREENPEACE, 2007, p.2).

Outro fator relevante diz respeito à qualidade e concentração do minério urânio. Com o desgaste da qualidade das reservas e quanto menor a concentração deste minério, mais carbono é gerado em seu enriquecimento e proporcionalmente em relação à energia que produz. Estima-se que a exploração de minérios pobres, entre 0,1 e 1% de concentração, deve aumentar o gasto de energia no trabalho do minério para que se obtenha uma mesma quantidade de seu concentrado.

Segundo a análise, o custo energético de toda a cadeia nuclear, incluindo a etapa de descomissionamento, é capaz de repercutir em emissões equivalentes de CO<sub>2</sub> superiores à quantidade das emissões de termelétricas a gás, ou 400 gCO<sub>2</sub>/kWh, considerando a exploração futura de minérios pobres em urânio (abaixo de 0,01%). No Brasil, a concentração de minério de urânio nas minas de Caetité e Lagoa Real (BA) são de 0,25% e **na mina de Itataia<sup>20</sup> (CE) é de apenas 0.085%**. (grifo nosso) (GREENPEACE, 2007, p.11)

O estudo de impactos, ignorando estes fatores e ocultando a informação de que é baixa a concentração de urânio na mina de Itataia, parte do pressuposto de que se trata de energia limpa, não abrindo margens para crítica ou questionamento das consequências ambientais de todo ciclo produtivo.

Complementando o exposto, percebe-se que a produção de energia nuclear possui alto índice de consumo de água, pois “um único reator consome entre 35 e 65 milhões de litros de água por dia. Segundo relatório do Parlamento Australiano, as necessidades de água para centrais nucleares são entre 20 e 83% mais altas que para outros tipos de usinas” (GREENPEACE, 2007, p.13). Para o projeto de Itataia, estima-se o uso de 50.000 litros/dia durante as obras; de água potável, estão previstos três caminhões-pipa de 30.000 litros cada por dia nesta fase; para a mineração, o balanço hídrico calcula uma demanda de 911.800 litros/hora, que serão transportados via adutora a ser construída a partir do açude Edson Queiroz, isto no semi árido do sertão cearense que há três anos encontra-se vivenciando uma das piores secas da história, sem que lhe seja oferecida uma política hídrica eficaz de abastecimento (ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p.242).

Sob a perspectiva econômica, aponta-se que a fonte nuclear consiste em uma das mais caras. Apenas para a finalização de Angra 3, estima-se um gasto de cerca de R\$ 7,2 bilhões, além dos 1,5 bilhões já investidos em equipamentos comprados há vinte anos. Ademais, lembra-se que “historicamente, a construção de usinas nucleares em diversos países chegou a ultrapassar em até 50% os valores previstos originalmente nos projetos” (GREENPEACE, 2007, p.3) e que esta fonte não poderia ser competitiva sem os subsídios estatais, tendo em vista que é mais cara que usinas hidrelétricas, termelétricas e de carvão. Nos custos das instalações dos reatores nucleares, entretanto, não se contabilizam os custos da mineração, que apenas para a usina de Santa Quitéria chega aos R\$ 850 milhões.

Do ponto de vista econômico, o custo de uma central nuclear é enorme, da ordem de R\$ 10 bilhões. Geralmente este valor está aquém dos valores finais da obra. Nas planilhas de custos é subestimado (até não levado em conta) os custos de armazenamento dos resíduos, da desmontagem da central após sua vida útil e limpeza de locais contaminados, o reforço da linha elétrica para distribuição, e os serviços de fiscalização e segurança, entre outros. [...] Desde 2008, o custo de instalação por kW de Angra 3 subiu 44%, de R\$ 5.330/kW para R\$ 7.700/kW. (COSTA, 2014, p.2)

Sob o ponto de vista econômico, precisa-se destacar que os gastos para construção da mina superam a receita do município de Santa Quitéria em dez vezes. Ademais, pesquisadores do painel acadêmico popular que estudam o EIA, vem mostrando preocupação com os impactos na economia local após os vinte anos de funcionamento da mina, com as demissões de empregados, a desestruturação da produção da agricultura camponesa, o aumento do fluxo de migração, prostituição, uso de drogas, especulação de aluguéis, dentre outros, como é característicos de áreas que recebem grandes empreendimentos.

Somando-se a estes questionamentos, não são desprezíveis os gastos de energia para instalação e funcionamento da mina. Desconsiderando todo o ciclo produtivo da energia nuclear, olhando apenas para o abastecimento na fase de operação da mina, será necessária a instalação de um turbo gerador que produzirá 18 MWh/ano, a metade da demanda energética, cuja outra metade será via suprimento externo pela Coelce – Companhia Energética do Ceará.

Temos, portanto, que diversos são os questionamentos a esta compreensão de que a energia nuclear é “limpa”, ou “barata”, minimizando os impactos que ela gera.

Tais impactos, são observados desde a década de 1970, quando esta fonte de produção de energia sofreu diversos abalos em sua continuidade, motivados pelas descobertas de reservas de petróleo e gás, pelo alto de custo de investimento que exige,

pelo investimento e uso de novas fontes energéticas, além da dificuldade em estabelecer um consenso público acerca de sua viabilidade ambiental (NUNES, 2013).

Muito dos riscos e perversidades foram evidenciados por um histórico de acidentes, dentre os quais se destacam o acidente na usina de Chernobil<sup>72</sup>, na Ucrânia, e de Fukushima<sup>73</sup> no Japão, despertando para as profundas dimensões de danos causados à saúde, ao ambiente, às populações residentes nas proximidades das instalações, aos trabalhadores das usinas, etc.

Além disso, a íntima relação da produção de energia com possíveis projetos de desenvolvimento de armamentos nucleares gera um cenário de tensão mundial que acirra conflitos geopolíticos e ameaça a sobrevivência de populações inteiras.

A traumática experiência com o bombardeamento das cidades de Hiroshima e Nagasaki no Japão, em 1945, realizado pelos Estados Unidos, evidenciou o potencial destrutivo de armas deste porte. Após essa experiência, foi assinado, em 1978, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, com o intuito de impedir a transferência e desenvolvimento desta tecnologia para países que não a possuíam. Destarte, manteve-se permitida a pesquisa e exploração pacífica da energia nuclear, com o devido acompanhamento da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), criada em 1957, como organização internacional autônoma.

Diante de complexos cenários político e econômicos apontados, vários países europeus vem anunciando o desligamento de reatores nucleares. Tais decisões vêm sendo impulsionadas pelo fortalecimento de discursos críticos ao modelo nuclear, associado as reação de movimentos sociais e entidades civis em face dos impactos da utilização desta matriz.

A Alemanha já assumiu o compromisso de desativar seus reatores até 2022, incentivando a incorporação de fontes renováveis. O Japão também garantiu o

---

<sup>72</sup> O acidente consistiu no desligamento do sistema de refrigeração do reator gerando uma explosão do bloco de grafite em que se encontrava combustível nuclear, ocasionando um incêndio com duração de mais de uma semana, liberando imensas quantidades de radiação sem nenhuma contenção. Embora não seja possível determinar ao certo a quantidade de atingidos e os impactos da radiação para saúde, sabe-se que grandes lavouras foram contaminadas, cidades foram evacuadas, permanecendo, atualmente, uma zona de exclusão de um raio 30km do local do acidente. Informações obtidas em <http://fawe.com.br/958-cidade-fantasma-de-pripyat-o-resquicio-acidente-nuclear-de-chernobyl/>, acesso realizado em 20.05.2014.

<sup>73</sup> O acidente de Fukushima, em 2011, ocorreu devido à associação de um terremoto e uma tsunami que atingiram a usina nuclear, provocando vazamento de material radioativo no ambiente. Estima-se que cerca de 150 mil pessoas tenham sido removidas e que uma pessoa morre, por dia, em decorrência do acidente. Tem-se, ainda, que a usina não possuía plano de emergência e não estava devidamente preparada para acidentes desta magnitude. Informações obtidas em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-28/acidente-de-fukushima-causa-uma-morte-por-dia-segundo-pesquisador-japones>, acesso realizado em 20.05.2014.

encerramento dos seus 50 reatores até 2040. As minas da Espanha foram desativadas em 2002 e também a França já anunciou o encerramento da exploração de suas minas (FIRPO E FERREIRA, 2013, p.18; SANCHES VASQUEZ, 2011).

Não obstante os efeitos dos acidentes e demais contaminações radioativas ainda estejam vivos na memória e na vida de muitos, a opção pela fonte energética não fora descartada na política mundial. Ao contrário, sofre um novo fluxo de incremento, principalmente com a mineração em países do sul global. Justificada por uma crescente demanda de energia e a necessidade de diversificação das matrizes energéticas, pela suposta redução das emissões de CO<sub>2</sub> e pela crise de preços dos combustíveis petrolíferos, a energia nuclear coloca-se no cenário das opções alavancadas por diversos países, dentre os quais o Brasil ganha destaque. Alguns dos motivos que ensejam esse incremento podem ser percebidos em:

Pero las inestables circunstancias que han rodeado a la producción petrolífera históricamente; ciertas dificultades en el acceso a las reservas de gás natural; la decadencia del carbón; y la poca inversión en investigación que han recibido las energías renovables en comparación con otras alternativas, han contribuido a que la opción nuclear nunca fuera definitivamente descartada. (SANCHES VAZQUEZ, 2011, p.7)

Além destes fatores, observa-se a pressão sofrida por estes países, seja pelas corporações econômicas interessadas em vender seu aparato tecnológico<sup>74</sup>, seja pela posição histórica de dependência econômica que os submetem às trocas desiguais e ao papel de receptores de políticas e indústrias intensivamente poluentes e arriscadas, considerando uma geopolítica de distribuição dos custos ambientais já abordada.

Ademais, a retomada destes projetos vem buscando aceitação na difusão da noção de “perigo zero”, a partir dos estudos para criação de novas usinas de 4ª geração, que utilizaria o conceito de “falha para segurança”, em que automaticamente as falhas poderiam ser corrigidas, conforme ensina Heitor Costa. O autor demonstra, entretanto, desconfiança em relação a plenitude de segurança destas usinas, lembrando o acidente de Fukushima em 2011, além de apontar para um problemático cenário, já que estes novos reatores “em construção na Finlândia (Olkiluoto 3) e na França (Flamanville 3), apresentados como a vanguarda do renascimento do nuclear, têm registrado uma série

---

<sup>74</sup> Observam-se, aqui, os interesses comerciais que permeiam as relações entre Alemanha e Brasil, e França e México, nas quais as primeiras, embora estejam fechando seus reatores e usinas, pretendem exportar suas tecnologias para os países dispostos a investir e dar continuidade à geração de energia nuclear.

de atrasos, derrapagens orçamentais e problemas técnicos de segurança” (COSTA, 2014, p.6).

Analisando sob a perspectiva locacional, observa-se o que foi mencionado anteriormente em relação à injusta distribuição, em um cenário global, dos empreendimentos com maior potencialidade de impactos socioambientais. Diversos pesquisadores já constatarem a tendência de migração da indústria nuclear, com ênfase na exploração de minas de urânio, para os países do sul global.

Esta migração para países do sul ocorre geralmente facilitada por subsídios estatais, pelo interesse econômico e militar no poderio nuclear, pela flexibilização das legislações ambientais e trabalhistas e pelo histórico déficit democrático que inibe ou interdita uma efetiva incidência de suas populações na definição das políticas energéticas adotadas. Legitimam-se sob o argumento de que é preciso viabilizar o desenvolvimento de suas economias emergentes e que o desenvolvimento tecnológico teria suprimido os riscos de acidentes e contaminações.

Para observarmos este fenômeno, podemos destacar que das 31 minas de urânio abertas no período entre 2009 e 2012, apenas cinco foram localizados na Austrália, nos EUA e no Canadá, enquanto que trinta e quatro países africanos concedem inúmeras licenças para exploração mineral de urânio:

Globally, of the 31 mines that were planned to open from 2009 to 2012 only five were located in Australia, the US and Canada (OECD, 2009). Thirty-four countries in Africa have already granted exploration licenses (Wise uranium, 2011) with Niger issuing more than 100 exploration permits in two years and Botswana issuing 138 (MME, 2010). During the period 2009–2012, uranium production was expected to increase 118% in Niger, Namibia, Malawi and South Africa (Kate and Wilde-Ramsing, 2011). (CONDE & KALLIS, 2012, p.600)

Recentemente, a Bolívia também anunciou a exploração da energia nuclear até 2020, justificando o acréscimo de demanda interna e o intuito de ampliar as exportações de energia<sup>75</sup>. O Brasil, com seu Plano Nacional de Energia - PNE 2030, retoma o projeto de construção da usina de Angra 3, já recomendada pelo CNPE – Conselho Nacional de Política Energética em 2007, e anuncia o intuito de garantir a “necessidade da implantação de 4.000 MW nucleares adicionais no período após a implantação de Angra 3 (2015-2030), sendo 2.000 MW no Nordeste e 2.000 MW no Sudeste”

<sup>75</sup> Ver mais em < [http://www.hidrocarburosbolivia.com/bolivia-mainmenu-117/energia/68634-evo-confirma-utilizacion-de-energia-nuclear-hasta-2020-en-bolivia.html?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+hidrocarburosbolivia%2FARpe+%28HidrocarburosBolivia.com+++Bolet%C3%ADn+Informativo%29](http://www.hidrocarburosbolivia.com/bolivia-mainmenu-117/energia/68634-evo-confirma-utilizacion-de-energia-nuclear-hasta-2020-en-bolivia.html?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+hidrocarburosbolivia%2FARpe+%28HidrocarburosBolivia.com+++Bolet%C3%ADn+Informativo%29)>, acesso em 01 de julho de 2014.

(ELETRONUCLEAR, online), o que consistiria na instalação de novas usinas nucleares. Entretanto, setores do governo já vêm anunciando que estudam reavaliar a proposta, deixando ‘em espera’ a definição das novas das fontes e metas para a ocasião da divulgação do Plano de Energia 2050<sup>76</sup>.

Para subsidiar a ampliação da matriz nuclear, amplia-se a necessidade de uso do minério de urânio. O intuito anunciado pelo Ministério de Minas e Energias é que a demanda seja suprida pela oferta nacional. O EIA da mina de Santa Quitéria traz a informação de que “com a operação das usinas de Angra 1, 2, e 3 a demanda será de 750 t em 2018 podendo atingir 1800 t a 2800 t em 2030” (ARCADIS LOGOS, 2014, V.1, p.37), ainda desconsiderando a demanda de possíveis novas usinas além de Angra. Sabe-se, ainda, que o “o Brasil possui a sexta maior reserva de urânio do mundo, com um total de 309 mil toneladas de minério de urânio (U<sub>3</sub>O<sub>8</sub>), com apenas 25% do território nacional prospectado” (GREENPEACE, 2007), o que aumenta o interesse no fomento do setor.

Nas audiências foram apresentadas as utilizações para o urânio que se pretende extrair. Elas seriam: aplicação na saúde, com a produção de rádio fármacos; aplicação para propulsão naval no deslocamento de submarinos e, a que ganhou mais destaque, produção de energia nuclear, embora o representante da CNEN tenha afirmado que a demanda não era necessária “uma vez que nós temos produção em Caetité, na Bahia, suficiente para abastecer os reatores de Angra dos Reis e mais quatro reatores por sessenta anos”.

Em diversos momentos das audiências foi discutido o cenário da produção nuclear no mundo. Os que se posicionam contra a matriz, colocaram o risco de acidentes, os impactos do processo produtivo e da mineração, a incapacidade de gestão dos rejeitos radioativos, o fechamento de usinas em diversos países e o deslocamento da matriz para os países do sul global:

Primeiro porque eu acho que o Brasil, ele está fazendo a opção por um modelo energético que tem mostrado no mundo inteiro a destruição e a morte. E aqui nós estamos pagando para ver isso. E estamos pagando para ver, da pior forma, porque estes políticos, o governo, empresas, né fica aí botando tapete vermelho, água mineral, comida, pensando que o povo é besta [representante do MST na audiência de Itatira]

---

<sup>76</sup> Informações obtidas em < <http://economia.ig.com.br/2013-09-15/brasil-recua-de-usinas-nucleares-e-vai-privilegiar-energia-eolica.html>>, acesso realizado em 14.07.2014.

A INB e a CNEN contra argumentaram, seja em relação às críticas oriundas da platéia, seja em relação à crítica tecida durante a apresentação de professora do Núcleo Tramas.

Sob os objetivos de “esclarecer” ou “corrigir informações”, foi encampada uma defesa argumentativa do projeto nuclear, em discurso marcado por dubiedade, a exemplo de quando o presidente da CNEN afirmou que gostaria apenas de esclarecer a população, que não iria dizer “se a opção nuclear é boa ou ruim”. O presidente da INB, por sua vez, foi assertivo ao afirmar “eu particularmente tenho posição favorável”. Ambos trouxeram dados sobre a naturalidade da radiação e sobre países que permanecem estimulando a fonte de energia nuclear.

Eu tenho dados aqui, só para lhe dar uma ideia. Em 2006 o mundo produziu em torno de 40 mil toneladas de urânio. Em 2013 produziu 60 mil toneladas, quer dizer o urânio continua em produção em vários lugares do mundo. Só para o senhor ter uma ideia o Cazaquistão é o maior produtor de urânio hoje. Segundo é o Canadá e terceiro é a Austrália. Então eu acho que é importante dizer, poxa, esses países estão buscando o melhor para sua população. [Representante da INB na audiência de Santa Quitéria]

A narrativa centrou-se em duas questões: afirmar a segurança do modelo diante da possibilidade de gestão dos riscos com os avanços tecnológicos e discutir o cenário mundial de produção, enumerando países que estavam optando pelo desenvolvimento da matriz nuclear ou pela produção de urânio. O debate, portanto, foi marcado por uma dualidade de posições entre os que se manifestaram sobre o tema em específico.

Outro ponto de destaque, mais relacionado com as preocupações em torno da saúde, foi a naturalização da radiação. Em item específico, trabalharemos à abordagem que foi dada à radiação, por termos identificado que a disputa em torno do assunto tinha centralidade do viés epistemológico.

Neste item, encerramos a discussão acerca dos modelos de economia. Em seguimento ao estudo das narrativas de justificação do projeto, partimos para a próxima ferramenta identificada: a parceria entre Estado e empreendedores e o acesso às políticas públicas como conseqüências das “oportunidades” e do “desenvolvimento” a ser gerado com o projeto.

#### **4.5 O Estado como parceiro do projeto e o acesso às Políticas Públicas:**

Neste tópico, abordaremos a questão da parceria entre o consórcio e o Estado do Ceará e os Municípios da região, trabalhando sobre o apoio fornecido ao projeto; de outro lado, tentaremos entender o cenário de fragilidade das políticas públicas de acesso a direitos básicos e como os empreendedores parecem “negociar” a “oportunidade” de acessar direitos pela via da implementação do projeto; veremos, também, os discursos que mesclam os papéis do Estado com os papéis da empresa e como estes assuntos, inclusive sob uma perspectiva crítica, foram abordados nas audiências públicas.

#### **4.5.1 “O Estado do Ceará é parceiro deste projeto”: a disponibilidade e o subsídio das mãos do Estado**

O Estado do Ceará, conforme já foi apontando, subsidiará o projeto com um aporte no fornecimento de serviços de eletricidade, encanamento de água, construção de uma estradas e via férreas.

Além do aporte em infraestrutura, o Estado se coloca publicamente favorável ao projeto. O contrato que firmou o consórcio entre as empresas empreendedoras foi celebrado no Palácio Iracema, sede do governo estadual, contando com a presença do então Governador do Ceará, Cid Ferreira Gomes e do então Ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende. Na ocasião, o governador declarou que “Considero Itataia como um grande projeto do Governo, comparado a Siderúrgica, Refinaria e Transnordestina. Que, além de gerar emprego e renda a população do município e regiões vizinhas, elevará positivamente o PIB do Ceará”, enquanto que o Ministro afirmou que o Projeto Santa Quitéria é de “extrema relevância para o Sertão Central, para o Ceará, e ainda mais para o Brasil”, destacou<sup>77</sup>.

Na audiência de Santa Quitéria, o representante da Secretaria de Recursos Hídricos foi categórico ao afirmar “Então o Estado do Ceará é parceiro desse Projeto, certo? E se coloca aqui na posição de fiscalizador e na mesma forma de parceiro”.

A ambiguidade entre “estimular” e “fiscalizar” é naturalizada no discurso. Ainda que por diferentes aparatos, o Estado possa exercer tais funções de estímulo e de regulação/fiscalização, do ponto de vista ideológico e político, o que se observa no contexto é um posicionamento que carrega uma ambigüidade discursiva mas uma intencionalidade clara. O apoio ao projeto é nítido, ao tempo em que se pretende

---

<sup>77</sup> Informações obtidas em <http://pge-ce.jusbrasil.com.br/noticias/1584763/contrato-para-exploracao-da-usina-de-itataia-e-assinado>, acesso realizado em 25.07.2015.

resguardar um ideário de “responsabilidade estatal” na fiscalização dos possíveis impactos.

Estes impactos, entretanto, parecem não funcionar como motivações legítimas para a recusa do projeto – ou do subsídio que lhe é conferido com recursos públicos. Antes de analisada sua viabilidade socioambiental, já existe um suporte material e simbólico fornecido pelas mãos do Estado.

Na fala inicial de apresentação da Galvani, seu representante destaca positivamente a parceria com o Estado e as infraestruturas “que já foram discutidas com o governo”: água, energia elétrica, acesso rodoviário, educação básica, capacitação técnica e estudo urbanístico da região. Um a um, o empreendedor explica a teia de suportes que dada ao projeto: a construção de uma adutora de água a partir do açude Edson Queiroz<sup>78</sup>, ressaltando que ela também beneficiará as comunidades de Morrinhos e Riacho das Pedras e que a prioridade de consumo será humano; sobre a geração de energia, explica que serão 50km de linhas de transmissão elétrica que servirão não apenas para o empreendimento, mas para a região e para a instalação de novas indústrias; quanto à pavimentação de estradas, relata a melhoria da rodovia CE 366 e, por fim, as parcerias para cursos de capacitação de mão de obra.

Para a empresa, investir no projeto também é interesse do Estado, e por ele fala quando afirma que “Governo de Estado tem todo um interesse de desenvolver a região e tem todo o interesse em viabilizar esse empreendimento, como uma grande oportunidade de desenvolver da região”. O discurso da “oportunidade” se direciona também para o Estado, aportado na idéia de desenvolvimento, já trabalhada nesta pesquisa.

Configura-se então uma confluência dos “interesses” do consórcio e do Estado; o consórcio, pelo interesse econômico diretamente envolvido; o Estado, sob a justificativa dada, pelo interesse em desenvolver a região, captar recursos, gerar renda. Resta, então, traçar (ou forjar) uma confluência também com as comunidades e a população do entorno.

Chama atenção a influência, ou o acesso facilitado que os empreendedores têm com as gestões estatais. Reuniões com o governador do Estado, algumas noticiadas pela imprensa; reuniões com os prefeitos e o legislativo dos municípios da região, abordadas

---

<sup>78</sup> Em item específico, trataremos sobre o conflito em torno do acesso à água. Neste momento, menos do que adentrar em cada uma das políticas ou disputa por bens e serviços, importa perceber a narrativa de parceria e melhorias para a região que serão, segundo o discurso dos empreendedores, levadas com o projeto.

no seminário de Canindé e mencionadas nas audiências, bem como “diálogos” e apresentações do projeto aos órgãos estaduais são alguns exemplos das relações institucionais tecidas entre Estado e empreendedores que se situam fora da cena pública de debate.

No início deste ano, participando de um seminário realizado na Semace sobre o projeto de mineração, soubemos por informação dos técnicos que a empresa já tinha ido conversar com os profissionais para apresentar o projeto e adiantar assuntos referentes ao licenciamento de transportes perigosos, etapa segregada do licenciamento ambiental que será conduzida pelo órgão ambiental estadual.

Existe, portanto, uma assimétrica relação de força e de possibilidades de acessar os canais institucionais que decidem e gerem as políticas públicas. Entretanto, não se trata apenas de uma incidência sobre as tomadas de decisões estatais, mas sim de um palco de negociações em que os interesses e concepções econômicas do Estado e das empresas se mesclam. Não estamos, portanto, diante de uma anuência estatal passiva, mas sim de uma zona de compartilhamento na qual não se pode distinguir, nem fragmentar, os critérios políticos dos econômicos que determinam a realização do projeto. Além disso, a ausência de passividade estatal se reflete nos estímulos de diversas naturezas, o que implica na partilha de uma afinidade ideológica e de modelo econômica que termina por confundir os papéis e os discursos do Estado e dos empreendedores. Compreender esta dimensão nos ajuda a dimensionar o tamanho e o real impacto que as audiências públicas podem, de fato, ter sobre a decisão ambiental.

Os gestores municipais também demonstram seu apoio. Em seminário realizado em Canindé<sup>79</sup>, a prefeita de Caridade, um dos municípios próximos à região, afirmou que “o município de Caridade está de portas abertas no sentido de contribuir como parceiro no desenvolvimento desse grande projeto”.

O prefeito de Itatira, assim como a prefeita de Caridade, também afirmou que “nós estamos à disposição, o município está de portas abertas pra que a gente possa fazer um grande trabalho” justificando seu ponto de vista sob a “certeza que nós juntos daqui a 10, 15 anos, depois que essa mina começar a funcionar, nós vamos ser um dos

---

<sup>79</sup> “PREFEITOS DA REGIÃO APOIAM A EXPLORAÇÃO CONSCIENTE DA MINA - Diversos prefeitos da região também estiveram presentes ao seminário sobre a mina de Itataia, objetivando dar apoio ao projeto, bem como saber o que poderá ser proporcionado à população que reside no entorno da mina, como a transformação social que poderá oferecer melhor qualidade de vida a todos.”, anunciou a reportagem que divulgou a realização do Seminário. Informações obtidas em < <http://www.oestadoce.com.br/noticia/itataia-revolucionara-economia-dos-sertoos>>, acesso realizado em 02.08.2015.

municípios mais ricos do estado do Ceará”. Novamente, desenvolvimento, riqueza e benefícios são associados ao projeto.

As “portas” e as *veias abertas* para extração dos bens ambientais historicamente marcam regiões cuja idéia de “atraso” ganha uma força simbólica estruturante, portanto, estamos diante da repetição de um passado de expropriação e violência sobre os territórios. Aqui, esta abertura se corporifica na idéia de “parceria”.

Entretanto, nas audiências públicas cujo público estava mais diverso e com posicionamentos mais crítico, o prefeito de Itatira não demonstrou qualquer apoio expresso. Limitou-se a dar as boas vindas para todos, saudando-os e desejando um bom trabalho. Aqui, temos uma pista de que a *cena participativa* do licenciamento não apresenta com nitidez as intencionalidades e os espaços em que ocorrem os processos de convencimento, negociação e deliberação.

Nas idas a campo, moradores das comunidades do entorno da mina já observam uma variação entre os discursos dos prefeitos da região. Se, segundo seus relatos, existe um apoio dos prefeitos a este projeto, este apoio nem sempre aparece com toda a nitidez, “para não perder voto”, explicam. O acirramento da crítica ao projeto, portanto, vem interferindo nas falas públicas das alteridades locais que passam a se apresentar de forma ambígua.

Em Santa Quitéria, o prefeito acentuou que estava ansioso por aquele debate para que “a gente possa sair definitivamente com aquela percepção que o município realmente vai crescer, vai se engrandecer com esse passo importante”, que consiste neste “esse grande empreendimento que vai se instalar aqui em nosso município”. A expectativa é de que as audiências aumentem a segurança e, portanto, a confiabilidade e aceitação do empreendimento que “vai se instalar”, narrativa que entrelaça desenvolvimento-fatalismo-parceria estatal.

A consultoria ambiental ao tratar das vantagens do projeto para a região, na geração de emprego e renda, acentua também que “empreendimentos dessa natureza são muito importantes para esses municípios”, em decorrência do aumento da arrecadação de impostos. Sob esta métrica, os impactos sobre o ambiente e a saúde da população, os custos com o aumento da pressão sobre as políticas de saúde, moradia, educação, etc, bem como as conseqüências de uma possível desterritorialização dos camponeses das comunidades, não são contabilizadas com o mesmo peso, e recebem o tratamento de entraves que podem ser contornados por meio dos diversos programas e ações de

monitoramento. Há, portanto, uma alta carga valorativa e ideológica sobre a legitimidade do projeto.

Nas idas às comunidades após as audiências, os moradores relataram a evidência do apoio que o Estado dá ao empreendimento. “Porque é um projeto nacional”, “porque os prefeitos querem ganhar dinheiro” ou “porque eles são tão a favor que vão até fazer estrada”, identificam os sujeitos da região. Estas motivações são descritas e reveladas pela interpretação das comunidades, que procuram encontrar um caminho para garantir seus interesses, o que oscila da anuência com o projeto até movimentações rumo a uma resistência organizada.

A crítica ao Estado, ou o “Estado como inimigo”, embora não esteja coletivamente construída de fora homogênea, pode ser apreendida em diversas falas. Um morador de Morrinhos relata que gostaria das “força do poder público”, mas que eles

num pensa na nossa saúde, eles pensa é no dinheiro, eles fica tudo caladim, num vai ser A nem B que vai ser a favor, eles são contra nós, eles fica em cima do muro, não falam nada, isso aí é uma grande coisa de gente que precisa de voto, que se alimenta de voto e eles num lembro que depois vão pedir voto a nós, mas num são por a gente, mas meu medo é esse aí.

Existe, então, uma distância de representatividade entre os interesses da população e os interesses dos gestores públicos. Caracteriza-se, também, um cenário de injustiça ao se perceber que, para o projeto, terá adutora de água, estrada e energia, enquanto que as comunidades, consolidadas em assentamentos há várias décadas, sempre reivindicaram o acesso a estes direitos. Para os moradores, a ausência de um Estado que agora “é contra nós”; para os empreendedores, o Estado eficiente, parceiro, investidor, materializado por diversos aparatos, órgãos, esferas, e execução de serviços e obras. O Estado, portanto, tem lado, reforçando a assimetria de capital institucional e de poder entre os distintos sujeitos envolvidos no conflito ambiental.

Se o Estado apresenta-se como parceiro do projeto, a reciprocidade também é verdadeira: os empreendedores se intitulam como parceiros do Estado, das comunidades, do desenvolvimento. Essa mescla se desdobra em uma confusão de papéis entre as posições e competências do Estado e do consórcio, fazendo com que pareçam um só.

#### 4.5.2 Os empreendedores como “parceiros” do Estado e das comunidades: Os direitos pelas mãos do consórcio?

Se a parceria do Estado é marcada pelo subsídio em infraestrutura e pelo apoio simbólico ao projeto, a parceria que os empreendedores sustentam apóia-se em uma “união”, ou *unificação*, dos sujeitos sociais em prol do “desenvolvimento” da região que, segundo sua concepção, traduz-se na chegada da mineração.

Os empreendedores, portanto, narram os benefícios que o projeto trará. Afora a ênfase na geração de emprego e impostos, na urbanização e industrialização do local e no estímulo à modernização agrícola, já explicitadas, estas outras “vantagens” do projeto consistem genuinamente na oferta de políticas sociais básicas.

Quais são essas benfeitorias que a gente poderia listar aqui para vocês? Melhorias em educação, em saúde pública, educação já foi comentado, saúde pública, acessos, enfim uma série de melhorias que a gente poderia listar como sendo revertidas em benefícios públicos para vocês. [representante da Galvani na audiência de Santa Quitéria]

Para reforçar esta imagem, a empresa viabilizou a ida de um morador da comunidade Riacho da Vaca, próxima a Caetité/BA que, conforme suas próprias palavras “eu só tenho que dizer, só tenho que declarar o que é de bom”, seguindo em uma narrativa que acentua repetidamente os benefícios que a INB gerou, pois ela “construiu estrada, fez água, encanou água pra todo mundo. Tem transporte para todo lado, tem médico, tem ‘sistência’, porque eu mesmo já fui medicado muitas vezes e a minha família também”. Segundo o relato, além da empresa vestir as roupas e apresentar uma imagem similar a do poder público implementando “políticas” como “benefícios” da mineração, percebe-se uma ênfase acentuada na percepção da empresa como uma “provedora” de serviços sob uma perspectiva de relação paternalista, a exemplo de quando afirma que a INB “Não me deixa faltar nada, tudo o que eu procuro eu sou recebido. Então aquilo que eu sei e estou sendo beneficiado”.

O exagero da fala evidencia processos de imposição simbólica e a internalização da idéia da empresa como “salvadora” das comunidades, que, nos ditos do participante “a INB para mim é uma luz. É uma luz a INB. Eu vivia no escuro e hoje eu estou no claro, porque a INB nos clareou e eu estou claro por causa disso”.

A luz, a oportunidade, a provedora: por esta semântica, a partir do seu lugar de fala privilegiada, a empresa utiliza-se da linguagem como instrumento de poder para a

imposição de significados que culminem numa representação positiva. No próximo tópico, avaliaremos esta dimensão de forma mais específica.

Ademais, do exposto, observa-se a incidência processos de *fragmentação*, como a segmentação de grupos que poderiam desafiar os dominantes (RIGOTTO, 2004, p.130), e de tentativas de *cooptação*. Importa destacar, por enquanto, a centralidade da estratégia de expor a empresa, seja como “porta de entrada”, seja como a própria “provedora” de políticas sociais, utilizando das necessidades da população local para acoplar os seus interesses à chegada do empreendimento.

A consultoria ambiental também acentua a “parceria entre a empresa que chega aqui, o consórcio que chega, o setor público e as comunidades para que isso seja desenvolvido”, na geração de melhorias para o local.

Essa mescla de papéis nas audiências, interferiu na própria compreensão da platéia sobre a organização do espaço, sobre “quem era quem”, como funciona o licenciamento e quais as competências dos órgãos órgão e das empresas que compõem o consórcio.

O que foi posto no debate, em sua raiz, foi o acesso a direitos garantidos constitucional e legalmente que, portanto, deveriam ser providos pelo Estado. Tais direitos, entretanto, chegam entrelaçados ao empreendimento, como mais uma das “oportunidades” ou das “vantagens” que lhe são apresentadas como intrínsecas, estabelecendo discursivamente uma relação direta entre políticas de educação e saúde, por exemplo, e a chegada da obra.

Retira-se, portanto, o sentido da natureza de “direitos”, dos quais os cidadãos são portadores pela simples existência, de acordo com os fundamentos constitucionais e a dignidade da pessoa humana, para transformá-los em uma espécie de moeda de troca e subordinar a população a um processo de chantagem: ou o empreendimento, com toda a complexidade de seus impactos associado às promessa de fomento das políticas sociais, ou uma espécie de destino condenado ao “atraso”, à ausência de oportunidades e de investimentos na região. O desafio da crítica foi, então, formular uma via que pense a melhoria das condições de vida local fora da dependência destes grandes empreendimentos.

Em síntese, este discurso procura atrelar a chegada do projeto com um impulso automático das políticas sociais. Além de não existir esta relação imediata, oculta os processos de expropriação, desterritorialização e o impacto negativo do projeto no aumento da demanda sobre as políticas e infraestrutura já existentes.

Sua força simbólica, entretanto, não pode ser descartada. Demandas históricas por saúde, educação, pavimentação de estradas, acesso à água, dentre outras, parecem ter alguma chance de se concretizarem por meio das transformações provocadas pelo projeto. Distintos participantes das audiências, portanto, em vários momentos se interessaram por saber com mais detalhes como seria esse estímulo. Em uma das perguntas escritas, questionou-se “Qual é o incentivo que a Galvani e a INB se comprometem em fazer para o município na área de saúde, segurança pública e educação?”.

Os participantes passam então a acreditar que compete à empresa assumir a responsabilidade com os serviços públicos. O debate nas audiências foi marcado por uma ambigüidade implícita a este discurso: se, de um lado, os empreendedores afirmam que o projeto trará “direitos” como benefícios, de outro, ao serem interrogados sobre os detalhes de como e quando será a melhoria da saúde, educação, etc, reconduzem o debate para as competências e a “parceria” com o Estado.

Neste momento, é a consultoria ambiental quem cumpre o papel de “esclarecer” a população sobre as distintas responsabilidades. Expõe, então, que o empreendimento ainda sob análise, que não está certo de acontecer por que a licença ainda não saiu; o que existem são planos “para o município se preparar junto com o empreendedor”, não há, portanto, concretude no que fora enfatizado como benefício certo do projeto. A proposta concreta apresentada é que o consórcio ajude a elaborar projetos para os municípios captarem recursos, ou seja, que ofereça uma espécie de “assessoria” às gestões.

O consórcio antecipou, portanto, os possíveis impactos positivos como plenamente factíveis.

Em seguida, a consultora passa a distinguir as responsabilidades: “É óbvio que o empreendedor não é responsável pelo atendimento à saúde da população, cada tema tem a sua responsabilidade mas ele vai buscar ajuda e colaboração e fazer projeto para trazer dinheiro pra cá”. Trata-se o tema como se fosse uma “óbvia confusão da platéia” descontextualiza o cenário de construção simbólica encampado pelos próprios empreendedores e consultoria, que atrelam diretamente o empreendimento à chegada de políticas e de direitos.

Esta narrativa das “parcerias” que culminaria com a chegada de políticas para a região, entretanto, não adentra de forma homogênea e acrítica entre os sujeitos sociais que participara das audiências. Questões sobre os critérios de prioridade da ação estatal,

até uma visão crítica e de rejeição ao discurso da parceria Estado-Empreendedores foram levantadas durante os debates.

“E a gente não vê nessa mesa uma distinção de quem é governo, de quem é empresa, de quem é consultoria, é uma palhaçada só”, afirma uma liderança do MST na audiência de Lagoa do Mato, em uma crítica firme ao projeto e à postura do Estado, “porque estes políticos, o governo, empresas, né fica aí botando tapete vermelho, água mineral, comida, pensando que o povo é besta”.

Já o representante da Cáritas, na audiência de Itatira, questionou a prioridade dos investimentos levados para a região: “Infelizmente o governo federal só fala de políticas públicas, quando é para implantar uma mineradora, quando é para implantar o agronegócio. E infelizmente as políticas públicas que nós precisamos de fato, elas são falhas, como é o caso da água.”

Um morador da comunidade de Morrinhos também questionou a prioridade das políticas, dizendo que

as apresentações que eles fazem é muito importante, mas pra nós não é importante, porque nós somos filhos de agricultores, nascemos e se criamos naquela região, o nosso pai, o que é nosso equipamento? É uma enxada, é um machado, que criou todos os filhos e não precisamos de exploração de mina de Itataia, nós precisamos é de água, de recursos humanos para nós sobreviver naquela comunidade.

Reafirmar o modo de vida local, portanto, aparece novamente como uma ferramenta de enfrentamento às narrativas de justificação do projeto, agora, na dualidade entre políticas que lhe estimulam e políticas que priorizam as demandas dos moradores das comunidades.

O cerne da crítica, aqui, foi o perfil de intervenções que chegam ao território, descontextualizadas das demandas e do modo de vida da população local.

Na primeira ida a campo, ouvindo sobre as percepções dos moradores acerca da chegada da adutora de água, muito bem vinda diante da crise hídrica da região, observamos também a afirmação da responsabilidade do Estado em garantir o acesso a direitos básicos, como à água, afinal, “nada que vier da coisa pública não é dada, nem é presente. A gente paga imposto e é pra isso”, afirmou uma moradora de Morrinhos.

Em síntese, existe uma crítica fundada na: mistura de papéis entre Estado e consórcio; revelação do aporte que o Estado dá aos empreendedores, em detrimento da população local; e, por fim, da compreensão de que as políticas sociais são direitos e, portanto, obrigação do Estado e não uma “dádiva” ou “concessão” do projeto. Neste

sentido, acentua-se o caráter público dos recursos investidos, em contraponto a uma idéia privatizada do Estado como “parceiro” da atividade econômica que se pretende explorar.

Entretanto, não podemos afirmar que predomina esta percepção crítica. Em suma, o que nos parece é que a percepção destas estratégias discursivas do consórcio não necessariamente aniquila sua eficácia, pois gera uma expectativa de um caminho para a melhoria dos serviços que a população necessita.

Na fala de uma moradora de Riacho das Pedras, percebemos a repetição de que eles “precisam ouvir os dois lados” e que lhes interessa receber membros da empresa. Em um dos momentos, a moradora afirma que precisa receber na comunidade o pessoal da empresa porque “junto deles vem o pessoal da prefeitura”, se referindo aos técnicos encarregados de selecionar projetos de biocompostagem e melhorias ao sistema produtivo local. Aqui, a assimetria de poderes denota uma fragilidade do acesso institucional das comunidades e o empreendimento como uma via factível de provocar uma atenção maior para a região.

Ao tempo em que o consórcio anuncia uma expectativa sobre o crescimento destas políticas, houve também um debate sobre o aumento da demanda e dos problemas sociais com os impactos negativos da obra. Este ponto funcionou como um contra ponto crítico à narrativa de que o projeto traria, inequivocamente, a melhoria das políticas. Por isso, estudaremos esta dimensão no intuito de compreender como se opera o conflito em torno destas narrativas, ressaltando, entretanto, que não há uma perspectiva monolítica acerca da negatividade do aumento da demanda sobre os equipamentos públicos, tema que também foi controverso.

#### **4.5.3 Pressão sobre políticas: o outro lado da narrativa do projeto como o caminho para direitos**

A precariedade das políticas, dos equipamentos e da infraestrutura pública foram acentuadas durante as audiências, seja pelos empreendedores e consultores, seja pela platéia, entidades e movimentos sociais. A um só tempo, a fragilidade do Estado foi utilizada para uma caracterização da “precariedade” ou da “carência” da região, o que contribui para o discurso do projeto como “oportunidade” de desenvolvimento e, de outro lado, esta mesma fragilidade foi situada dentro de uma crítica ao projeto, à incapacidade do Estado de gerir seus impactos negativos e à distorção de prioridades

dos investimentos públicos, reivindicando o fortalecimento da agricultura e modo de vida local. Neste tópico, não pretendemos repetir as considerações em relação ao funcionamento destas estratégias de legitimação no que tange à disputa sobre os projetos de futuro para o território, ou a matematização desta exposição como forma de abstrair as teias sociais vividas, importando analisar especificamente o aumento da pressão sobre as políticas e equipamentos públicos para situar a crítica à narrativa de que o projeto ampliará o acesso a direitos.

De início, na apresentação do EIA, a consultoria ambiental expôs o panorama observado acerca das políticas presentes na região. Trazendo dados sobre o saneamento, coleta de lixo, serviços de educação e saúde, situação das estradas de acesso à mina e comunidades do entorno, a consultoria caracteriza uma região que “necessita” de “oportunidades” para desenvolver-se<sup>80</sup>.

O projeto, portanto, trará grandes benefícios: a geração de impostos para desenvolvimento dos municípios, de emprego para aumento da renda, a vinda de infraestruturas subsidiadas pelo governo estadual, dentre outras que já mencionamos.

Em seguida, a consultoria pondera os impactos sobre os serviços e equipamentos públicos, para posteriormente apresentar os programas de mitigação e monitoramento e a parceria Estado, empreendedores e comunidade como um caminho de contorno a esta consequência<sup>81</sup> do empreendimento.

Observamos que a consultoria não caracteriza este como um impacto necessariamente negativo, diferente de alguns participantes da platéia. No discurso da consultoria as transformações sociais, por exemplo, são amenizadas e vistas até como positivas, desde que realizado um planejamento<sup>82</sup> e esforço conjunto para que a “oportunidade” não se transforme em problema.

Tem também o aumento da população. Vai chegar gente aqui em busca de emprego. Isso é bom, porque isso dinamiza a economia tem gente que vem buscar emprego, tem gente que vem montar um negócio aqui, mas também isso significa mais gente procurando serviços, né? Vai ter mais criança que

---

<sup>80</sup> Em relação ao saneamento básico, para ficar com este exemplo, a consultoria afirma que “Santa Quitéria tem 60% aproximadamente dos seus domicílios com abastecimento de água, 10% com coleta de esgoto e aproximadamente 45 com coleta de lixo. Itatira tem uma situação similar 50% dos domicílios com abastecimento de água, coleta de esgoto um pouco menor 4% e a coleta de lixo, 40%.”

<sup>81</sup> Utilizamos a expressão “consequência” pois não nos pareceu que, sob a ótica da consultoria ambiental, as transformações e o aumento da demanda sobre a oferta de moradia, serviços de saúde e educação, por exemplo, foram narradas como impactos necessariamente negativos ao projeto. A ênfase na “solução” via programas e parcerias construiu uma via de gestão que “naturalizou” estas mudanças como parte, não necessariamente ruim, das transformações trazidas – transformações estas marcadas sob uma territorialidade urbano-industrial que foi seguidas vezes elogiadas pela consultoria e pelo consórcio.

vai, vai ter mais matrículas nas escolas, as pessoas vão procurar mais os postos de saúde, isso é uma pressão sobre os equipamentos.

Um traço simbólico de seu discurso consiste na estratégia da eufemização – “ações ou relações são descritas ou re-descritas de modo a despertar uma valoração positiva” (RIGOTTO, 2004, p.130), mesmo quando implicam em desdobramentos práticos negativos.

O paradigma da gestão, que será analisado no próximo capítulo, tem uma influência decisiva nesta *eufemização*, na medida em que parece ofertar uma resposta de “segurança” para o gerenciamento e, até mesmo, o aproveitamento destas transformações, de forma que os “impactos negativos” do projeto se transformem em novas “oportunidades” dentro de um contexto de crescimento.

A articulação destas idéias, nas audiências públicas, foi encampada prioritariamente pela consultoria ambiental, e a resposta sobre o aumento de demandas na região foi dada com a oferta de um “apoio técnico institucional à administração pública para planejar de forma adequada o uso dos recursos que têm justamente para prevenir essa pressão e melhorar esses serviços”, argumenta, novamente situando os empreendedores como uma espécie de “consultoria técnica” do Estado, evidenciando o protagonismo que as empresas vêm assumindo no desenho da racionalidade e dos planos de ordenação territorial.

No debate, alguns moradores da região pontuaram a questão sob a perspectiva de que “o que é ruim pode piorar”, em relação aos serviços públicos, outros demonstraram interesse e confiança nas vantagens que o consórcio apresentava ou, ainda, faziam sugestões dos serviços que julgavam prioritários.

A pavimentação da CE 336, a expansão da melhoria para Itatira e outros municípios da região foi um dos exemplos de políticas que foram demandas à empresa, que, por sua vez, assumiu o compromisso de “levar o pleito ao governo”, assumindo aqui uma figura de mediação entre a população o Estado, o que só se torna possível devido ao seu acesso (e interferência) privilegiado às instâncias estatais. O que é um “privilégio” de um grupo social dominante apresenta-se, sob sua narrativa, como um “favor” ou uma “oportunidade” das empresas partilharem seu capital institucional com a população, gerando empatia pelos empreendedores e adesão ao empreendimento.

As críticas, entretanto, também funcionaram como uma ferramenta de desconstrução desta empatia. O Núcleo Tramas também levou às audiências relatos de experiência com outros conflitos ambientais, inclusive de Caetitê, nos quais se

observam: o aumento da migração, o encarecimento da vida, aumento da especulação imobiliária, de problemas sociais relacionados às drogas e prostituição, de demanda sobre os serviços de saúde, por exemplo.

Com os dados do EIA, um dos pesquisadores do grupo, na audiência de Lagoa do Mato, aponta que sobre este município, atualmente com cerca de cinco mil pessoas terá um aumento populacional de cerca de 50%, ou seja, espera-se que aproximadamente 2.239 mil (duas mil duzentos e trinta e nove) pessoas se instalem em Lagoa do Mato, o que aumentará a pressão sobre os equipamentos de saúde, moradia, educação, lazer, mobilidade, segurança, dentre outros. Antevendo a resposta da consultoria, cuja narrativa foi marcada pela idéia de gestão dos impactos, o pesquisador conclui afirmando que “mesmo pensando os programas, imagino que a mesa deve colocar que existe programa para pensar tudo isso, é importante deixar muito claro, a responsabilidade do provimento de infraestrutura é do poder público, né?”.

A consultoria então agradece o participante por ter “ressaltado que as questões sociais como a gente tem dito aqui, estão contempladas como impactos e que têm medidas previstas pra isso. Porque até agora a gente ouviu que tinha lacunas. Então obrigada.” Os impactos estão contemplados e, para eles medidas de mitigação. Ademais, o uso do recurso da ironia foi um traço nos momentos de maior acirramento do conflito nas audiências. Sobre este assunto, nos deteremos posteriormente.

Ao fim, o participante destacou que era importante deixar claro que não existe “nenhuma segurança de que o poder público vai resolver esses problemas”, quando foi Ibama quem respondeu à réplica do participante, encerrando o assunto: “Ok, está registrado. E depende muito desta questão de política pública, depende muito dos governos.” O encerramento do debate nestes termos “externaliza” um dos principais impactos sociais do empreendimento para fora dos limites de atuação do consórcio. E o impasse colocado fica sem resposta: ao tempo em que o consórcio se situa como “parceiro” do Estado e de forma despossoalizada sugere a todo momento que o projeto irá ampliar o acesso às políticas públicas, quando se trata da gestão destes impactos negativos ocorre uma demarcação das competências estatais, a quem caberia mitigá-los, sem que se discuta a (in)capacidade e os mecanismos de injustiça ambiental pelos quais o Estado e a população local internalizam as “conseqüências” de grandes empreendimentos. A análise da viabilidade ambiental, portanto, não deveria incluir uma análise da dimensão dos impactos sociais e da capacidade das políticas em ofertar uma resposta às novas demandas?

Algumas das preocupações ganharam ênfase no debate, dentre as quais percebemos a questão da água, da saúde e da terra como prioritárias. Consistiram, assim, em nós centrais no processo conflitivo dos debates das audiências, motivo pelos quais serão analisadas no último capítulo deste trabalho.

Os planos, os benefícios e o compromisso de parceria do consórcio com o Estado e as comunidades envolve uma quinta narrativa que se opera na construção da legitimidade do projeto, esta direcionada para a geração de empatia e confiabilidade dos empreendedores: a noção de responsabilidade social da empresa. Passaremos, então, para a análise desta dimensão.

#### **4.6 A responsabilidade socioambiental: “um compromisso com o desenvolvimento do Estado”**

A nova ética empresarial (BOLTANSKI & CHIAPELO, 2009; BRONZ, 2011) relacionada aos conflitos ambientais baseia-se em dois pilares, o do desenvolvimento sustentável, já abordado nesta pesquisa, e o da responsabilidade socioambiental das empresas, que ganhou ênfase no desenho da imagem do consórcio durante as audiências públicas.

Em estudo sobre a performance e o posicionamento das empresas nos licenciamentos ambientais, Deborah Bronz destaca que a “atuação de empreendedores no licenciamento ambiental é guiada por um conjunto de *estratégias* reunidas em torno do que se denomina no meio empresarial de *posicionamento socioambiental*.” (BRONZ, 2011, p.85). Este *posicionamento* consiste em um planejamento, um roteiro da atuação dos empreendedores e consultores de forma a adequar sua postura com a nova ética empresarial. Em seu processo de formulação, o *posicionamento* se caracteriza por um processo de transmissão de valores morais da consultoria para os empreendedores, de consolidação de um discurso para ser apresentado nas cenas públicas e de definição de estratégias de relacionamentos com outros sujeitos sociais, as “partes interessadas”, como se chama na linguagem empresarial (BRONZ, 2011, p.85).

Nas audiências, observamos a materialização deste *posicionamento* no discurso do consórcio e da consultoria ambiental. Na cena pública, a ênfase na “credibilidade”, “seriedade”, “capacidade técnica”, na “responsabilidade” e no “histórico de boas práticas” são algumas das expressões do modelo de gestão e de ética empresarial que foram largamente utilizadas, inclusive, pelos órgãos licenciadores (Ibama e Cnen).

Essa estratégia de apresentar um *posicionamento* marcado pela responsabilidade socioambiental da empresa desdobra-se em uma seqüência de narrativas associadas a esta gramática.

Na primeira audiência, a Galvani apresentou-se como uma empresa “genuinamente brasileira”. Após ser contestada, passou a utilizar a expressão “empresa de origem brasileira”, sempre seguida de uma afirmação de um orgulho nacionalista. Aqui, observamos uma primeira estratégia de aproximar a empresa da população e gerar um sentimento de empatia por meio de um sentimento de pertencimento e de nacionalismo.

Em seguida, mostra-se o histórico de atuação da empresa. A Galvani “está há 75 anos, tem aproximadamente 80 anos de vida. E trabalhando como fertilizantes há 40 anos”, enfatiza. Na última audiência, após várias críticas em relação a omissão da venda da empresa para o grupo Yara, o representante acrescenta a apresentação do grupo como uma referência mundial: “A Yara é uma referência no setor mundial de fertilizantes, ela é uma das enormes no mundo e é um grande prazer estarmos como parceiros.” A crítica, portanto, é incorporada e ressignificada pelo empreendedor, que reformula seu discurso para expandir a criação da imagem de credibilidade e experiência não apenas para a Galvani, mas também para o grupo Yara.

Em sua apresentação, a INB partilha do mesmo marco semântico da Galvani. Inicia afirmando que ela é “uma empresa do Estado Brasileiro”, ou uma “empresa que é ligada ao governo, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que é ligada a Presidência da República”. Explica, ainda, que a atividade de mineração de urânio só pode ser exercida por essa empresa estatal.

“A INB atua nessa área de mineração há mais de 30 anos, desde 1982”, segue a narrativa de seu representante, construindo um histórico de responsabilidade e confiabilidade em torno da empresa.

Esta gramática presente no início das apresentações foi reafirmada reciprocamente pelas empresas componentes do consórcio. A Galvani, quando diz que “a Galvani é uma empresa que está no setor de fertilizantes há 40 anos e a INB também há mais de 30 anos no setor de urânio fazendo com que a gente tenha operações bastante confiáveis e seguras”, e a INB, ao afirmar que “E a Galvani? A Galvani é uma empresa que já atua também na área de fertilizantes há bastante tempo. Quase 40 anos na produção de fertilizantes. Responsável por mineração, beneficiamento, produção e

também pela distribuição deste fertilizante. Esse foi um traço contínuo das três audiências públicas.

Em seguida, os discursos traziam de forma explícita a idéia de responsabilidade socioambiental. “Nós assumimos com vocês também uma responsabilidade socioambiental ao empreender”, afirma o representante da Galvani, para em seguida mencionar que o produto desta responsabilidade consiste nos diversos “programas” e “medidas” que serão necessários adotar.

Essa responsabilidade perpassa diversas dimensões ao longo da apresentação. Do investimento de recursos da Galvani, “Este recurso ele é responsabilidade da empresa, da Galvani, é uma responsabilidade, é um capital privado que vai ser empreendido”, até o compromisso com “as gerações atuais e futuras”. O empreendedor passa, então, a listar os compromissos que assume com a população nas audiências:

o respeito ao meio ambiente, respeito a opinião do outro, respeito ao contraditório, nós temos interesse em esclarecer os pontos que hoje estão divergentes, que não estão claros, então nós entendemos que uma postura de forma transparente, nos relacionando de forma respeitosa ela é fundamental neste processo para que a gente possa construir um futuro com oportunidades mais interessantes para todos nós.

O teor moralizado e moralizante do discurso elege eixos de prioridade para a eficácia da idéia de responsabilidade e o empreendedor passa a listar os valores que a empresa acredita: o desenvolvimento da região, meio ambiente, relação transparente, relação respeitosa e um senso democrático com as opiniões divergentes, todas elas associadas a idéia de um “futuro de oportunidades” que se pretende construir como expectativa sobre o local.

Dialogando com as análises de Porto-Gonçalves sobre a hegemonização da idéia de gestão ambiental, observamos que o discurso do consórcio se enquadra no que define como modelo da ecoeficiência, definida como uma “política estratégica que incorpora a responsabilidade corporativa; encoraja as empresas a se tornarem mais inovadoras e competitivas; propaga a ideia de autorregulação – em contraposição à ação regulatória e fiscalizadora do Estado – e amplia a adesão voluntária”. (Porto-Gonçalves, ANO, p.1450)

O desenvolvimento, então, além de oportunidade, de salvação, de crescimento, surge também como um compromisso dos empreendedores: “Com relação ao desenvolvimento local: nós entendemos que é um compromisso nosso”. Compromisso assumido diante da perspectiva de que o consórcio não irá apenas “empreender e fazer

um investimento acontecer, mas também garantir que a região também aproveite essa oportunidade”. Ou seja, o consórcio investe, empreende; a região aproveita a oportunidade. Nesta *sublimação* (SELIGMANN-SILVA, 1994), realiza-se uma abstração da lógica econômica regida pela exploração de recursos naturais com vistas a um lucro. A imagem do consórcio como “investidor” na região oculta os ganhos econômicos e os interesses diretos que os empreendedores têm no projeto, bem como sublimam a injusta distribuição dos impactos negativos entre os grupos sociais sob a fórmula de que “todos possam aproveitar esta oportunidade”.

Este desenvolvimento, como já foi trabalho, deve ser, entretanto, sustentável, conforme a nova gramática da ética capitalista<sup>83</sup>.

No Relatório Brundtland<sup>84</sup>, aparece a definição de desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Na declaração da Conferência Rio 92 das Nações Unidas<sup>85</sup>, afirmou-se no Princípio 4 que “Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste”.

Conforme trabalho no primeiro capítulo, esta gramática ambiental encontra-se internalizada, significada e direcionada para uma concepção de gestão ambiental que pretende adequar a natureza com a lógica de grandes projetos desenvolvimentistas, terminando por assumir uma postura de mercadorização da natureza.

Os termos foram incorporados nos discursos da audiência.

“Em relação a segurança e meio ambiente, nós temos uma série de cuidados necessários e esses cuidados necessários eles são, é o mínimo que nós temos que fazer é um, esse é o mínimo é uma obrigação básica”, afirma representante da Galvani na audiência de Lagoa do Mato, explicitando a ética ambiental com base nestes “cuidados” que a empresa garante ter. Na prática, o que está em questão é a implementação de planos de monitoramento e de mitigação de impactos, e não uma concepção ampla do cuidado enquanto prevenção e precaução.

---

<sup>83</sup> Sobre a ambientalização dos discursos, suas distintas perspectivas e a internalização do “desenvolvimento sustentável” nos padrões de mercado, ver o primeiro capítulo desta pesquisa.

<sup>84</sup> O relatório, cujo título original é “Our Common Future” foi publicado em 1987 pela World Commission on Environment and Development, uma comissão das Nações Unidas e pode ser acessado na íntegra em <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>, acesso realizado em 27.07.2015.

<sup>85</sup> <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>

Ademais, “nós temos todo o interesse de fato que esse momento de fato seja aproveitado e que as gerações futuras possam usufruir desses benefícios”. Esta fala do representante da Galvani foi presente nas três audiências e se insere na construção de uma ética pautada pela responsabilidade socioambiental.

Outro traço identificador desta ética é uma valorização discursiva da “conversa, do diálogo”: “A empresa acredita num posicionamento transparente, na conversa, num diálogo. Nós estivemos aqui ao longo de um ano e meio, conversando com diversas pessoas da população, esclarecendo vários pontos com relação a diversas dúvidas”, segue o representante da Galvani.

Estes espaços de “diálogo”, entretanto, são marcados por uma relação assimétrica de poder que já podemos antecipar pela própria concepção de que a empresa irá “esclarecer” a população, ou seja, de que existe uma hierarquia cognitiva entre o conhecimento técnico da empresa e o conhecimento da experiência vivida das comunidades.

Ademais, estes espaços não oficiais do licenciamento, são conduzidos por explicações unilaterais do projeto, por uma intencionalidade de gerar convencimento, pela ênfase na geração de benefícios, por uma concepção de gestão e não resistência aos impactos, por uma linguagem tecnicista, profissionalizada, pela fragmentação das opiniões nas comunidades, dentre outros elementos que estudaremos posteriormente.

A percepção que as comunidades relatam destas reuniões refletem um contexto de pouco diálogo e bastante exposição com vistas ao convencimento: queixam-se de que “eles são apresentados o que é bom”, “o que é ruim ninguém diz nada”, de perguntas não respondidas, de muitas vezes não compreenderem a linguagem técnica utilizada, apenas para ficar com as principais percepções.

Este imaginário da empresa com uma ética democrática, além de apresentar suas fissuras a partir da forma de contato estabelecida com as comunidades, revela um pressuposto que orientará a própria condução das audiências públicas, qual seja, a crença no consenso, que incorre no risco de silenciar o conflito e as disputas de interesses envolvidas e as relações de poder que marcam as expressões discursivas.

Por fim, o último elemento que teve destaque dentro da narrativa da construção da responsabilidade socioambiental da empresa foi a referência às *boas práticas* que ambas reivindicam ter no desempenho de outros projetos.

Como já foi dito aqui em outros momentos, a Galvani é uma empresa que está no setor de fertilizantes há 40 anos e a INB também há mais de 30 anos no setor de urânio fazendo com que a gente tenha operações bastante

confiáveis e seguras. E com essas boas práticas a gente tem condições de, essas boas práticas adquiridas nos outros projetos que hoje estão em atuação a gente tem condições de adequá-las no projeto Santa Quitéria. [representante da Galvani, audiência de Lagoa do Mato].

Essas *boas práticas* são associadas à modernidade do parque industrial, aos avanços tecnológicos na área de radiação, aos cuidados com o ambiente e com a segurança dos projetos que desenvolvem.

Esta construção de responsabilidade como a soma do caráter nacional e o histórico de atuação das empresas, do compromisso com o desenvolvimento sustentável, com os benefícios para as presentes e futuras gerações, com uma postura de diálogo e transparência e, por fim, com a adoção de boas práticas empresariais, resume as estratégias que legitimam o empreendimento pela narrativa de que ele está comprometido com a segurança e o bem de todos.

Em sua pesquisa, Deborah Bronz identifica algo que nos parece bastante relevante para compreender a similaridade da gramática apresentada por ambos empreendedores, bem como a construção do *posicionamento* do consórcio. Para a pesquisadora, cabe à consultoria um papel de educação ou moralização dos empreendedores, apoiando a criação de discursos de posicionamento que transmitam uma carga valorativa compatível com a ideia de responsabilidade socioambiental e “capazes de legitimar os modos de ação e as disposições coerentes com as opções econômicas desenvolvimentistas dos grandes empreendimentos industriais e com o conjunto de crenças a estas associadas”. (BRONZ, 2011, p.87)

#### **4.6.1 O histórico ambiental da INB como o contra ponto à responsabilidade socioambiental**

Tecida esta construção sobre a idéia de responsabilidade, nas audiências, foram acentuadas as críticas durante as audiências públicas, especialmente dos participantes que tiveram contato ou conheciam o histórico de atuação da INB em Caetitê.

O histórico da empresa apresentou-se como um nó sobre o qual incidira disputas sobre a construção do que era como enquanto verdade.

Ainda na fase de preparação para as audiências públicas, o Núcleo Tramas produziu uma representação ao Ministério Público Federal, na qual destacou o histórico de atuação da INB, em Caetitê, Bahia onde funciona, desde os anos 2000, a única mina

de urânio em operação em toda a América Latina. Em parceria com pesquisadores do Painel Acadêmico Popular, também foi produzido um Parecer sobre o estudo de impacto ambiental e as possíveis violações que o projeto traria ao direito à saúde.

O grupo esteve em Caetité, realizou intercâmbios entre as comunidades de lá com as do entorno do projeto Santa Quitéria, participou e promoveu eventos sobre o tema com lideranças e entidades da região baiana e, dentre outras atividades, realizou um documentário sobre a exploração de urânio no Brasil.

Com o aporte que o grupo elaborou nestes mais de quatro anos de pesquisa, percebemos que Caetité vive, atualmente, uma dura realidade de contaminação e de desarticulação do sistema produtivo baseado na agricultura camponesa, dentre outros motivos porque a terra ficou mias árida e porque os moradores não conseguem mais vender os alimentos cultivados no local, que já estão estigmatizados como contaminados.

Ademais, é acentuado o histórico de acidentes e de contaminações, que foi sistematizado por pesquisadores da Fiocruz, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 4 – Cronologia dos principais eventos da mineração de urânio em Caetité.

DATA	EVENTOS	LOCAIS	ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS
Abril de 2000	Vazamento de 5 000 m <sup>3</sup> de licor de urânio das bacias de sedimentação para o ambiente	Bacias de sedimentação da URA-Caetité	Ministério Público Estadual da Bahia denuncia o episódio e o órgão ambiental federal suspende a licença de instalação do empreendimento, ficando as atividades da INB paralisadas de novembro de 2000 a julho de 2001.
Abril de 2002	Vazamento na área [de entamboramento] de concentrado de urânio mantido em segredo, o qual pode ter contaminado a água subterrânea	Área 170 da URA-Caetité, onde ocorre o entamboramento do concentrado de urânio produzido na URA-Caetité	Dois trabalhadores denunciaram o vazamento à Rádio Educadora de Caetité e ao Ministério Público Estadual da Bahia.
Entre janeiro e junho de 2004	A bacia de barramento de “finos” transborda sete vezes, liberando efluentes líquidos com concentração de urânio-238, tório-232 e rádio-226 no ambiente, causando mortandade de peixes em lagoas próximas	Leito do Riacho das Vacas	Funcionário da INB, em entrevista ao Greenpeace, denuncia que, durante rotina de manutenção, foi possível identificar 236 furos nas mantas de isolamento da bacia de finos, as quais deveriam impedir o contato do líquido com o solo a fim de evitar a contaminação do lençol freático. Mesmo com ciência do fato, a CNEN permite que a mina continue operando

2006	Rompimento em mantas da bacia de contenção, com paralisação das atividades por cerca de 60 dias	Bacia de licor uranífero	Apesar do problema verificado, da falta de equipamentos de radioproteção e de outras pendências de engenharia, a CNEN renova a Autorização de Operação Inicial (AOI)
Junho de 2008	Denúncias de vazamentos dos tanques de lixiviação	Não há maiores informações quanto aos locais atingidos por estes vazamentos	Fato publicitado por Greenpeace (2008)
Outubro de 2008	É publicado o relatório “Ciclo do Perigo”, no qual se denuncia a contaminação por radionuclídeos em dois poços de água utilizados para abastecimento humano em Caetité, correlacionando-a com as atividades	Os poços localizam-se a cerca de oito quilômetros a sudeste da mina, na comunidade de Juazeiro.	A autoria do relatório é de Greenpeace
Maio de 2011	Bloqueio humano para evitar a entrada na cidade de 13 caminhões carregados com material radioativo desconhecido vindo de São Paulo, para armazenamento nas instalações da URA-Caetité	Caetité, no início da estrada que dá acesso ao distrito de Maniaçu, onde se localiza a mina de urânio.	Cerca de três mil cidadãos participaram do bloqueio popular, que contou com a presença ostensiva da polícia militar baiana. Após quatro dias de negociações entre representantes da sociedade civil local, da prefeitura e da INB, foi estabelecido um termo de compromisso, segundo o qual o material radioativo seguiria para a URA-Caetité, a fim de ser reembalado

Fonte: FERREIRA; PORTO, 2013

No período de funcionamento da mina, percebe-se a ocorrência de cerca de dez acidentes de materiais radioativos, na maioria das vezes omitidos pela empresa que não tinha um plano de comunicação com a população; a constatação de contaminação dos poços da região, que chegaram a ser interditados mas foram brevemente liberados; a constatação, pela AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que em visita ao local identificou a dificuldade de conhecer o total da produção de urânio produzido, o que aponta para sérias preocupações tanto com os níveis de produção de rejeitos e materiais radioativos, como também em relação às questões de segurança no controle da produção exata e destino do urânio; o descumprimento das condicionantes das licenças ambientais, o que não impediu, diante do complexo quadro apresentado, que as licenças fossem mantidas e renovadas, o que fortalece as desconfianças com a capacidade do órgão ambiental e do processo de licenciamento em avaliar riscos, impactos e injustiças, e fazer efetivar uma tutela que vise eminentemente preservar a qualidade de vida e os bens socioambientais .

Ainda, a INB é acusada de compra de estudo, em 2008, para cumprir uma das determinações condicionantes do licenciamento, a de realizar o monitoramento da saúde dos trabalhadores e da população que convivem com a mina. O estudo epidemiológico teria sido encomendado ao pesquisador da FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz, Arnaldo Lassance Cunha, e a empresa anunciava que ele comprovava que não houve aumento de casos de câncer, por exemplo. Apenas em abril deste ano, após anos de denúncias dos movimentos sociais da região, a Fiocruz se manifestou, afirmando que o trabalho era ‘inconclusivo’ e teria sido usado indevidamente (VILASBOAS, 2013).

Este histórico foi trazido para o debate das audiências. Um participante membro da Comissão Pastoral da Terra – CPT da Bahia destacou, nas duas primeiras audiências, o histórico de contaminação e a perversidade das transformações causadas com a chegada da mineração. A falta de escoamento da produção agrícola local devido à preocupação dos consumidores com a contaminação, o aumento da violência, a escassez hídrica e a contaminação da água dos poços da região e a ausência de um centro de referência de saúde, foram os elementos pontuados pelo representante da CPT.

Na audiência de Lagoa do Mato, um jornalista inscreveu-se para questionar o histórico de atuação da empresa. Com base nas informações por ele mesmo coletadas, levantou questões sobre: a notícia do Greenpeace, confirmada pela CNEN, de que em novembro de 2009, o Greenpeace denunciou um vazamento de 30 mil litros de concentrado de urânio, questionando que tipo de medidas a CNEN tomou em relação ao ocorrido; sobre a omissão de informações deste vazamento pela INB; relata que em maio de 2011, 3 mil moradores de Caetité fecharam uma rodovia onde iriam passar cerca de 9 caminhões com urânio que chegariam de São Paulo, com a justificativa de que o transporte da carga não tinha autorização do Ibama e pergunta se estes fatos são verdadeiros e diz que queria “entender se existe realmente algum tipo de relacionamento de amizade por parte da INB com esses moradores? Porque afinal de contas foram 3 mil moradores que impediram que esses caminhões entrassem na mina”. Nas questões, levanta ainda o fato de que a mina de Caetité começou a funcionar em 2000, antes da licença do Ibama; pede informações sobre uma auditoria solicitada pelo Ministério Público Federal na mina de Caetité e indaga sobre o pagamento de uma indenização de 50 milhões de reais para os moradores que tiveram prejuízos com a mineração.

As respostas foram protagonizadas pelo representante da CNEN, que chegou a desqualificar os relatórios do Greenpeace como “levianos” e “não científicos”.

O tensionamento gerado no debate, entretanto, alargou a discussão sobre a responsabilidade socioambiental da empresa, trazendo para esfera pública a controvérsia de informações – e de ciências – em disputa.

Em resposta às questões levantadas, portanto, o representante da Cnen inicia reconhecendo a ocorrência de vazamento “Bom, vamos começar compreendendo a questão. A questão do vazamento que ocorreu, acho que foi em 2002 realmente”. Nos debates, surgem questões que antes estavam invisibilizadas nos discursos dos consultores e empreendedores. Em seguida, conta que a partir do vazamento, a Cnen realizou uma investigação e constatou que as mantas não resistiram ao sol e às condições na instalação. A partir daí, a operação foi suspensa e se exigiu, após o vazamento, que a INB utilizasse uma manta dupla com detectores para novos vazamentos. Entretanto, não soube informar os dados sobre a quantidade do vazamento, contrapondo, entretanto, o que o participante mencionou.

Em relação à auditoria permanente, a Cnen afirma que mantém um inspetor residente em Caetité, além de inspeções periódicas realizadas por uma equipe maior.

A INB passa, então, a tecer suas considerações, chamando o gerente da empresa em Caetité. De acordo com o funcionário,

nunca ocorreu vazamento de 30 mil metros cúbicos, nunca ocorreu um vazamento dessa natureza, se acontecesse a gente, acho que jamais voltaria a operar. O episódio que o doutor Ivan Salati se referiu realmente ocorreu no ano 2000, é, conforme ele disse houve é, o sistema de solda das mantas que recobrem a bacia onde ficava licor de urânio houve uma falha nessa solda e passou uma pequena quantidade de licor e ficou retida na argila compactada. Não houve nenhum tipo de contaminação ambiental.

A argumentação da INB em muito se aproxima da que foi exposta pela Cnen. O “episódio”, como chamam o vazamento, é descaracterizado como uma situação de risco. A quantidade de material vazado não é informada sequer pelo gerente da empresa, embora ele mesmo afirme que já ocupada este posto na época do vazamento. Eufemizando o ocorrido, a empresa limita-se a afirmar que passou uma “pequena quantidade”, sem esclarecer que quantidade foi essa e que, entretanto, “não houve contaminação ambiental”, contrariando, por exemplo, o que afirma o relatório da Plataforma Dhesca sobre a missão Caetité<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> O documento encontra-se disponível em <[http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/499\\_Dhesca\\_Brasil\\_-\\_Missao\\_Caetite\\_-\\_Meio\\_Ambiente\\_-\\_2011.pdf](http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/499_Dhesca_Brasil_-_Missao_Caetite_-_Meio_Ambiente_-_2011.pdf)>, acesso realizado em 27.07.2015.

Sem responder todas as questões, a INB encerra sua fala e o Ibama intervém no debate para tratar sobre o transporte dos materiais, sendo interrompido pelo representante da Cnen que pede a fala para explicar o assunto.

Segundo sua narrativa, o problema é que “houve um boato” que chegariam rejeitos para Caetité, o que fez a população se mobilizar para impedir o transporte do carregamento. “Em um segundo momento”, segue, houve um questionamento sobre as interpretações das licenças da Cnen e do Ibama e

“o que houve foi uma interpretação no meu ponto de vista errado feito pela INB no processo que havia sido acordado entre a CNEN e o Ibama através de um termo de referência que dizia quais eram os limites que dava, quais eram os casos em que a licença poderia ter sido considerada dentro dos planos geral de transporte, então isso depois foi resolvido, esse material foi processado e foi juntado ao material que seria enviado, ou que foi enviado para a Europa para fazer o processo de enriquecimento.

A fala confusa não esclarece acerca do que de fato ocorreu. O participante, que não teve todas suas questões respondidas, reforçou em seguida duas questões já levantadas: queria saber sobre a data da concessão da licença do IBAMA e sobre uma possível condenação judicial da empresa ao pagamento de indenização por contaminação ambiental.

As questões, entretanto, não foram respondidas. O representante do Ibama afirmou não ter “esse histórico de cabeça”, em relação a denúncia de que a mina teria iniciado a instalação antes da concessão da licença, e que não tinha conhecimento acerca de nenhuma indenização no valor de 50 milhões. “Não, a gente não tem conhecimento porque isso é o Ministério Público que conduziu isso na justiça, né?”, afirma o representante do órgão ambiental, enquanto que o funcionário da Cnen complementa a explicação dizendo que os processos são conduzidos pela procuradoria federal. A INB, possível condenada na ação que, pelo montante da indenização não deve ser comum, entretanto, não se manifestou sobre a pergunta, cabendo aos órgãos licenciadores assumir a condução da (não) resposta para a platéia.

Por fim, destacamos o trecho em que são confrontadas as informações trazidas de acordo com o relatório do Greenpeace. Enfatizando sua fala, em um tom de contrariedade, o representante da Cnen se apressa em responder (a pergunta que era direcionada para INB), e garante:

Até hoje eu posso afirmar, não houve nenhuma contaminação fora dos limites da instalação de Caetité. Isso é, eu posso garantir. Isso faz parte do nosso controle. Não adianta, por exemplo, relatórios que disseram que a água estava sendo contaminada não levaram absolutamente em conta, em consideração

que a parte hidrológica da mina, da usina, ela vai do outro lado, não teria a oportunidade. Aqueles que gostam de ouvir coisas que não são verdade, não tem base científica tudo bem. Faz parte do processo.

A “base científica” aqui, foi explorada para conferir credibilidade a sua fala e para desqualificar as críticas. Sob esta ciência, as “verdades” se afirmam e se constroem. Embora o Greenpeace, cujos dados também foram relatados pela Plataforma Dhesca, constitua em uma organização internacional respeitada, a disputa de verdades sobre o histórico da empresa é conduzida sob argumentos de desqualificação da crítica.

Observamos, ainda, que em poucos momentos a INB deu as respostas de imediato. A crítica a sua gestão ambiental pareceu atingir mais diretamente os órgãos de fiscalização, do que a empresa em si, preservando-a do desgaste em torno de um dos momentos mais desgastantes das audiências. Quando se posicionava, a exemplo do debate sobre a contaminação dos recursos hídricos em Caetité, também reafirmou a posição trazida pela Cnen, pois, “na verdade, a Cnen conhece os dados e as monitorações que a gente faz e mostrou que essas águas não estão contaminadas.”

A crítica à capacidade de gestão ambiental, entretanto, já se apresenta no território do projeto Santa Quitéria. Em 2011, a Rede Nacional de Advogados Populares – RENAP elaborou uma Representação ao MPF de Sobral para que investigasse sobre as más condições de armazenamento dos resíduos de rocha de colofanito utilizadas durante as lavras de pesquisa do empreendimento. Em outubro de 2014, técnicos da 4ª Câmara do MPF elaboraram o Laudo Técnico nº 030/2014, no qual

Na área da sede foi dada atenção especial ao depósito temporário de minério explotado para a realização de teste de beneficiamento, que aguarda autorização para transporte, e aos três depósitos de testemunho de sondagem<sup>1\*</sup> produzidos na fase de pesquisa mineral. Segundo informação prestada pelo Sr. José Roberto, para a prospecção da jazida foram realizados 243 furos de sondagem, com um total de 56.800 metros de rocha perfurada (profundidade média de 233 metros). (4ªCCR/MPF, 2014, Laudo Técnico 030/2014, p.42)

No laudo, os técnicos do MPF apontam que não possuem equipamento para medição da radiação do local, sendo utilizado os equipamentos da INB. Os técnicos, ainda, realizaram a vistoria acompanhados por um funcionário da empresa, o que nos parecer ser um apontamento sobre a capacidade técnica e estrutural dos órgãos estatais em fiscalizar e monitorar os possíveis impactos da mineração.

Neste laudo, os peritos detectaram furos nas mantas que cobriam os minérios, mas informaram que não houve vazamento para o ambiente. Já no laudo 034/2015 da 4ª CCR-MPF, que complementa o aludo anterior, os técnicos afirmaram

que “a forma de armazenamento do minério é inadequada e potencializa o risco de dispersão acidental desse material com eventual prejuízo ao meio ambiente e moradores das vizinhanças”, (4<sup>a</sup>CCR-MPF, Laudo Técnico 034/2015, 2015, p.6). Ao final, o documento recomenda que o MPF solicite explicações à Cnen sobre as condições de armazenamento das 62,5 toneladas de minérios depositadas de forma provisória na sede da empresa INB, próxima à jazida.

Dito isto, observamos que os riscos do projeto são atuais no que tange às atividades de pesquisa e testes de beneficiamento e, de imediato, existem críticas à capacidade de cuidado e gestão destes riscos pela INB.

A exposição das controvérsias sobre a gestão ambiental realizada pela empresa permitiu apontar a divergência entre as expectativas lançadas sobre o empreendimento (muitos benefícios e poucos impactos, estes geridos e controlados pela empresa) com a experiência real de sua atuação (benefícios privatizados e impactos ambientais e sociais em grandes escalas), evidenciando uma dimensão relevante do conflito ambiental no que tange às justificativas e contestações do empreendimento.

\* \* \*

Neste capítulo, procuramos identificar as narrativas que funcionam como justificativas para o empreendimento, relacionando-as com as críticas e resistências que apareceram nas audiências públicas e na observação participante durante as visitas de campo nas comunidades de Morrinhos, Riacho das Pedras e Saco do Belém.

Estas narrativas, expressão da construção de um *posicionamento* da empresa, recorrem a ferramentas discursivas e epistemológicas. Sua eficácia depende de fatores que variam do lugar de fala, da legitimidade social e do poder de que diz, e também dos artefatos discursivos que utiliza.

Neste contexto de disputas em torno do conflito ambiental, corresponde à assimetria de poder uma assimetria de poder cognitivo. Às narrativas de justificação do projeto, bem como às posturas dos empreendedores e consultoria ambiental, também correspondem uma racionalidade específica, que funda uma também específica concepção de ciência.

A injustiça cognitiva e as disputas do campo científico, portanto, são cruciais para a compreensão do conflito ambiental apresentado. Sobre esta dimensão, portanto, se estrutura o próximo capítulo que reflete as análises de campo da pesquisa.

## 5 Injustiça cognitiva no conflito ambiental: epistemologias, estratégias e disputas em torno das distintas valorações dos conhecimentos

As críticas à ciência moderna, as lutas e injustiças cognitivas, as estratégias de imposição de ideias por meio do capital científico, a disputa deste próprio capital, as práticas do *conhecimento-regulação* e do *conhecimento-emancipação*<sup>87</sup> na dimensão epistemológica e cognitiva do conflito em torno do projeto Santa Quitéria: estes são os assuntos abordados neste capítulo, o que se justifica diante da relevância desta dimensão epistêmica para compreensão dos entraves e contestações no licenciamento ambiental, bem como para compreender as racionalidades dos discursos envolvidos nas audiências públicas.

O capital científico consiste em uma espécie de capital social transmitido pelas “trocas de reconhecimento” autorizada entre os que lhe detém e os que lhes aspiram (BOURDIEU, 1976, p.106). Sua eficácia torna o campo científico alvo privilegiado de disputas sociais que reivindicam uma ciência mais ou menos acertada, mais ou menos legítima, mais ou menos política, mais ou menos rigorosa e, portanto, credível.

Bourdieu define o campo científico como um jogo, o espaço de uma luta concorrencial na qual está em disputa o monopólio da autoridade científica, que é a um só tempo capacidade técnica e poder social. Podemos dizer também, de acordo com o autor, que isto significa a disputa pelo monopólio da competência científica, que é a capacidade de falar e agir legitimamente enquanto autoridade científica socialmente reconhecida, embora seja relevante destacar que o grupo que produz este reconhecimento tende a reduzir-se ao conjunto dos cientistas na medida em que cresce a autonomia deste campo e a concentração de recursos que os seus membros acumulam (BOURDIEU, 1976, p.88).

Esta luta não é equânime e os participantes não possuem a mesma quantidade de capital científico. Trata-se de uma luta “mais ou menos desigual” na qual os agentes possuem capitais desiguais e são desigualmente capazes de se apropriar dos produtos do campo, de incidir sobre suas regras, de valorar as obras científicas. A estrutura de

---

<sup>87</sup> Para Boaventura de Sousa Santos (2010, p.32) estas são duas formas de conhecimento da modernidade ocidental, na qual o conhecimento-regulação se caracteriza por uma trajetória em que a ignorância é vista como caos e o saber como ordem, caracterizando a ignorância colonialista como aquela que se recusou a reconhecer a igualdade no que lhe era diferente e exterior, principalmente nas figuras do selvagem, da natureza e do oriente. Já o conhecimento-emancipação assume uma trajetória em que o saber é visto como solidariedade e a ignorância assume as formas do colonialismo. O autor pondera que a hegemonização moderna restringiu os termos do conhecimento-emancipação, afirmou sua supremacia e permitiu a sobrevivência das relações sociais colonialistas após o fim do colonialismo político.

distribuição de forças do campo orienta a desigualdade entre os capitais de seus participantes e o conseqüente nível de homogeneidade do campo, o que corresponde à distância entre dominantes e dominados (BOURDIEU, 1976, p.104). Quanto mais homogêneo o campo, ainda, perdem força as oposições e tensões entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão dentro do campo.

Na competência científica, não há uma dissociação entre o que é poder simbólico ou representação social com o que é capacidade técnica. Para Bourdieu (1976, p. 89), entrar nesta distinção seria adentrar na armadilha da própria competência que se legitima ao se apresentar como puramente técnica. Nos conflitos pela dominação do campo científico estão presentes tanto a dimensão política como a dimensão intelectual, e é com este aporte que faremos as análises deste capítulo.

Dentro do campo científico se determinam as regras de distinção do científico e do não-científico. Observaremos, no conflito em análise, a disputa pela hierarquização e pelo acúmulo de capital científico entre consultores ambientais e os pesquisadores que contestavam o projeto e o estudo ambiental.

Os próprios critérios de julgamento de legitimidade científica estão em disputa e se produzem no interior do campo. Desta forma, não há alguma instância que legitime a instância que outorga legitimidade aos participantes do campo científico, e há uma tendência de que os critérios de legitimidade e hierarquia sejam aferidos internamente, pois “os produtores tendem, quanto maior for a autonomia do campo, a só ter como possíveis clientes seus próprios concorrentes”, pois somente os cientistas “engajados no jogo” têm os meios de avaliar os méritos das obras científicas (BOURDIEU, 1976, p.94). “O capital leva ao capital”, afirma Bourdieu (1976, p.100). Este mecanismo vem contribuindo na distinção entre “leigos” e “especialistas”, aprofundando as hierarquias entre os conhecimentos científicos e não-científicos, sacralizando os primeiros e distanciando-os de um controle social efetivo de seus resultados.

Por meio da estrutura do campo, definida pelo “estado das relações de força entre os protagonistas em luta” (BOURDIEU, 1976, p.100), funciona uma espécie de ‘mercado’ do que é cientificamente produzido, que atribui distintos valores aos produtos e seus produtores – os participantes do campo. As injunções do campo também orientam o que é problematizável como objeto de estudo e designam os problemas e os métodos de estudo para os pesquisadores em função das posições que ocupam (BOURDIEU, 1976). No conflito, observaremos as tentativas de desqualificação e

redução do valor relativo do capital científico dos pesquisadores com distintas posições em disputa.

Diversas são as epistemologias em disputa dentro do campo científico (disputa interna, entre pares, cujos critérios o próprio campo produz). Concordamos com Bourdieu quando afirma que as teorias da ciência cumprem funções ideológicas nas lutas pela dominação do campo científico principalmente porque “elas universalizam as propriedades ligadas a *estados particulares* desses campos” (BOURDIEU, 1976, p.109).

A esta capacidade de universalização vem correspondendo a eficácia da teoria epistemológica que sustenta determinada forma de fazer ciência. Com isto, entretanto, o conhecimento científico não é situado em seu contexto de produção. Esta ferramenta ideológica esconde o teor particularizado, interessado, socialmente orientado, internamente estruturado da ciência.

A partir destas noções sobre o campo científico, procuraremos compreender as estratégias de disputa de capital científico envolvidas no conflito do Projeto Santa Quitéria.

Sobre as operações de universalização e sacralização, nos interessa refletir inicialmente sobre aquelas realizadas pelo que se consensuou chamar de “ciência moderna”, diante influências e determinações que ela infere ao nosso modo de pensar, pelas consequências que suas características tiveram para a potencialização da autonomia (e hermetismo) do campo científico, pelas distinções que operou em relação aos saberes não científicos.

Se a ciência moderna forneceu e, ela mesma, consistiu em um dos grandes metarrelatos da modernidade, podemos daqui apreender algumas das raízes e dos caminhos disponíveis para a ciência na atualidade, seja em termos de nutrir uma reconfiguração ideológica que sustenta a continuidade e os processos adaptativos do desenvolvimento capitalista, seja em termos de possibilitar construções dialógicas acerca de parâmetros epistêmicos e práticas sociais que visem sedimentar os caminhos contra-hegemônicos e as propostas de transformação social.

Em contextos de desmobilização e despolitização da vida, a ciência e o direito são muitas vezes chamados a dar respostas para conflitos sociais complexos, seja por meio da oferta de soluções técnicas, seja por meio da judicialização destes conflitos. Neste cenário, torna-se ainda mais reduzida a possibilidade de ampliar os campos de

problematização social acerca destes conflitos e de democratizar as respostas a serem construídas com os sujeitos sociais envolvidos.

Evidenciar o funcionamento do campo científico e, por exemplo, o teor ideológico da idéia de neutralidade científica, pode funcionar como uma estratégia de ampliação dos marcos de legitimidade dos conhecimentos não-científicos.

Queremos dizer, com isto, que existe uma disputa interna e externa ao campo científico<sup>88</sup> e que este, por via do capital simbólico que detém, soma-se como ferramenta e como estratégia a ser mobilizada por distintos sujeitos sociais em conflito. Tal disputa, entretanto, estará marcada pelas assimetrias de poder, por distintas racionalidades, práxis e epistemologias.

Identificamos, no caso do projeto Santa Quitéria, a importância que esta dimensão assumiu para a compreensão do conflito ambiental. Por este motivo, faremos uma imersão no tema, para a qual, além de analisar as falas das audiências públicas e demais fontes informativas desta pesquisa, faremos um resgate teórico do contexto destas disputas que incidem sobre a ciência, apontando o lugar a partir do qual exercemos nosso olhar e pensamento.

### **5.1 Revisitando a crítica à ciência moderna: por outro ponto de partida para o olhar da ciência**

Os pilares clássicos de sustentação do dogmatismo da ciência moderna já não são imunes a uma diversidade de críticas, muitas oriundas do próprio campo científico<sup>89</sup>.

Evitando generalizações reducionistas, concordamos com SANTOS de Sousa Santos (2010, p.42) quando problematiza que, na transição paradigmática para as

---

<sup>88</sup> “o campo da ciência define-se por um conjunto de posições e relações através das quais os agentes nele atuantes concorrem pelo poder de estabelecer o que é e o que não é científico, quais são os temas relevantes, os objetos e métodos legítimos de pesquisa. Disputam a definição do tipo de ciência que deve ser feita” (ACSERALD, 2014, p.19)

<sup>89</sup> Sobre as críticas internas da ciência e a crise do paradigma moderno ocidental, cite-se o pensamento de Einstein e sua Teoria da Relatividade, demonstrando que tempo e espaço não são categorias absolutas; existe, portanto um caráter local das medições. Heisenberg e Bohr demonstraram que não é possível observar um objeto sem interferir nele, o que implica na adoção do princípio da incerteza e na idéia de que o rigor metodológico é limitado e o conhecimento é uma aproximação da realidade. Godel questionou o rigor da matemática com o Teorema da incompletude e teoremas sobre impossibilidade. Ilya Prigogini formulou uma teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ‘ordem através de flutuações’: em sistemas abertos, a evolução explica-se por flutuação de energias que desencadeiam reações espontâneas que, de forma não linear, pressionam o sistema e o conduzem a um novo estado, cuja transformação é irreversível. (SOKAL, Alan; CHALMERS, A. F; SANTOS, Boaventura de Sousa e PRIGOGINE, Ilya).

teorias críticas, a ciência moderna é tanto indispensável como insuficiente para compreender o mundo, precisando articular-se com outras racionalidades, culturas e conhecimentos.

Se, de um lado, não seria adequado negar a relevância o conhecimento da ciência dita como moderna, de outro, procuramos compreender como seus pilares terminaram por contribuir em processos de desqualificação e inferiorização de outras formas de conhecimento.

Em obra do final da década de 80, quando ainda não tinha aprofundado acerca de sua teoria sobre a epistemologia do sul e a ecologia de saberes, Boaventura de Sousa Santos (2009) sintetiza as seguintes características da ciência moderna eurocêntrica:

- A ciência moderna se distinguiu e se defendeu de duas formas de conhecimento não científico: o senso comum e os chamados estudos humanísticos.
- Pretendeu constituir um modelo global e, portanto, totalitário. Assim, negou o caráter racional de todas as formas de conhecimento que não se pautavam por seus princípios epistemológicos.
- Adotou o paradigma cartesiano da simplificação e fragmentação do problema. Lastreou-se em reducionismos e dualismos (separação mente corpo, singular universal, mental material) que não respondem à complexidade de questões atuais.
- Dentre as rupturas, distanciou sujeito e objeto, submetendo este àquele.
- Compreende a natureza como algo passivo, organizado, passível de plena explicação por meio de leis científicas.
- Ciência apoiada na matemática, que se torna instrumento de análise e lógica de investigação. Como conseqüências, o método científico se torna a redução da complexidade e conhecer torna-se um ato de divisão.
- Apóia-se sobre a causalidade, a formulação de leis e a previsibilidade de fenômenos.
- Expulsa a intenção e acredita na neutralidade e objetividade do conhecimento científico, situando-o fora das relações sociais concretas.

Tais características sintetizam a crítica que SANTOS tece à ciência moderna. Elas se associam a outras críticas vêm sendo formuladas tanto pelo campo interno, ou seja, por outros cientistas e especialistas, como por sujeitos externos ao campo científico. Tais críticas perpassam não só o método, mas também chegam à questão sobre os limites e possibilidades do conhecimento humano:

Será o sujeito realmente capaz de apreender o objeto? Essa é a questão sobre a *possibilidade do conhecimento humano*. [...] A fonte e o fundamento do conhecimento humano é a razão ou a experiência? Essa é a questão sobre a *origem do conhecimento*. [...] Da relação entre sujeito e objeto (...) podemos chamar esse problema de questão sobre a *essência do conhecimento humano*. [...] O que se pergunta é se, além desse conhecimento racional, existe um outro, de um outro tipo, um conhecimento que, por oposição ao conhecimento racional-discursivo, poderíamos chamar de intuitivo. Essa é a questão sobre os *tipos de conhecimento humano* (HESSEN, 2003, p. 27-28).

O positivismo da ciência moderna caracterizou-se, portanto, por fragmentar os objetos de estudo, ignorando inter-relações e inter-conhecimentos, desconsiderando a complexidade do real. Tais fragmentações conduzem a um conhecimento descontextualizado, que se pretende des-subjetivo (objetivo) e neutro, apto, segundo seus defensores, a fundamentar uma narrativa epistêmica universal.

Realizando o mito do ‘cientificismo’, instaurou-se a crença de que por meio de procedimentos de lógica e de causalidade, seria possível à ciência descrever, analisar e compreender o mundo em sua totalidade. Tinha-se a fórmula de ‘dominação’ da natureza, o que implicou em sérios problemas éticos diante dos resultados históricos desta ciência que, junto do avanço do capitalismo, contribuiu e se somou aos processos de colonialismo sobre os povos e a natureza.

Ademais, a separação sujeito/objeto, além de ter ignorado as influências que um exerce sobre o outro, significou para as ciências sociais a reificação e inferiorização de sujeitos históricos. A ciência colonialista, que extrai em vez de trocar, que explica o outro em vez de dialogar, ignora que seus ‘objetos’ também constituem sujeitos históricos produtores de saberes. Esta é uma forma de colonialismo científico – ou colonialismo do saber, que se acentuou e acentuou o colonialismo político – ou colonialismo do poder<sup>90</sup>.

A distinção entre ‘nós e os outros’ operou-se subalternizando o que o projeto hegemônico de modernidade desqualificou enquanto irracional. Esta violência recaiu fortemente sobre o que lhe era externo e radicalmente diferente, especialmente com a inferiorização da natureza e a inferiorização das populações colonizadas do Sul. Nestas bases epistemológicas, construiu-se uma ciência que, muitas vezes, negou valor ao outro e arbitrou-se a capacidade de realizar as narrativas da história, das invenções, dos

---

<sup>90</sup> Boaventura propõe, como caracterização do colonialismo, a idéia de que ele consiste em um “conjunto de trocas extremamente desiguais que assentam na privação da humanidade da parte mais fraca como condição para sobreexplorar ou para excluir como descartável”. (SANTOS, 2010, P.37)

critérios de legitimidade de conhecimento, do que é ‘universal’ e do que é ‘particular’, transformando o diferente em ‘exótico’.

Santos (2007) considera que a modernidade se caracteriza pela prevalência de um pensamento abissal, ou seja, um pensamento que produz distinções visíveis e invisíveis e tem como característica primeira a não convivência entre os dois lados desta linha distintiva, ou os dois universos que ela funda: os do lado de cá e os do lado de lá.

O lado de lá desaparece como realidade possível, é produzido não só como invisível, mas também como inexistente, devido a sua incomensurabilidade com as linhas distintivas traçadas pelo lado de cá do pensamento abissal. Para SANTOS, as manifestações deste pensamento abissal se materializam no conhecimento e no direito, pois “cada um cria um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal modo que as últimas se tornam o fundamento das primeiras” (SANTOS, 2007, p. 72).

A ciência traça esta linha abissal estabelecendo a lógica do verdadeiro ou falso. O direito, pelo legal e o ilegal. Fora destes marcos ou, do lado de lá da linha abissal, a ausência, a inexistência do que não se rege por estes traços distintivos.

Produz-se, assim, a invisibilidade de conhecimentos populares, camponeses, indígenas, que passam a ser classificados como “exóticos”, “excêntricos”, “crenças”, “magias”, cuja racionalidade moderna ocidental não considera como um conhecimento legítimo, retirando-lhe, portanto, a sua potencialidade existência enquanto credíveis e capazes de formular críticas a outros conhecimentos. Cria-se, portanto, os não-conhecimentos, tidos como irrelevantes ou incomensuráveis “por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso” (SANTOS, 2007, p.73). Na “melhor” das hipóteses, estas crenças se tornam “objetos” de estudo científico, este sim portador legítimo de conhecimento.

Sob esta racionalidade se funda o “desperdício da experiência” (SANTOS, 2010), a qual desperdiça não apenas as experiências mas também os modos de reprodução simbólica e material que lhes são correlatos.

Retirando-lhe a existência presente, o pensamento abissal converte o que é simultâneo em não-contemporâneo, “inventando passados para dar lugar a um futuro único e homogêneo” (SANTOS, 2007, p.75). Desta forma que a vigência dos princípios legais na sociedade civil ocidental não impedem a tensão entre apropriação e violência com o lado de lá. A não aplicabilidade das normas jurídicas em relação aos que não existem enquanto sujeitos não impede, portanto, a afirmação de sua universalidade. A

produção de uma “subumanidade moderna” produz uma ausência radical que permite a imposição da lógica da violência sobre povos e seus territórios.

A apropriação e a violência assumem formas diferentes nas linhas abissais jurídica e epistemológica, mas em geral a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana. Na prática, é profunda a ligação entre a apropriação e a violência. (SANTOS, 2007, p.75)

Esta “negação sacrificial” de que fala Santos (2007, p.75) se entrelaça com os mecanismos de colonialidade presentes na imposição de modelos econômicos e ideológicos que aportam os projetos de desenvolvimento e que, portanto, interferem nos conflitos ambientais de forma a produzir as zonas de sacrifício que geram as injustiças ambientais.

Em síntese, uma parte da humanidade, do pensamento e das formas de organização social se afirma como universal, se põe no centro, no lugar de referência a qual todas as outras se tornam periféricas e desqualificadas.

Contribui para esta inferiorização de saberes o metarelato europeu que imprime uma noção de desenvolvimento histórico a partir de sua experiência, tal como se toda a humanidade caminhasse de estágios primitivos a estágios desenvolvidos, espelhando-se na idéia de ‘progresso’ e no exemplo do atual modo de vida preponderante no mundo ocidental. Desta forma, socialmente perde-se a oportunidade de aprender com outras culturas, de realizar uma ‘auto-crítica’ histórica desta experiência ocidental (a ter em vista, por exemplo, desde as perversidades do imperialismo até os avanços da degradação ambiental). Epistemologicamente, perde-se a oportunidade de reconhecer a validade de outros saberes e de enriquecer, em termos de diversidade, as possíveis construções de alternativas tanto de modelos de gestão/relação social, como de modelos explicativos/analíticos do mundo. Em síntese, a noção de modernidade abrange quatro dimensões:

1) a visão universal da história associada a ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas) 2) a ‘naturalização’ tanto das relações sociais como da ‘natureza humana’ da sociedade liberal-capitalista 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (‘ciência’) em relação a todos os outros conhecimentos (LANDER, 2005, p.13).

A noção de progresso, articuladora da modernidade, confere importante suporte na legitimação dos projetos desenvolvimentistas e, ainda, estende a suposta hierarquia

cognitiva da ciência moderna para uma hierarquia das relações e formas de organização sociais que lhes são específicas. O narrador moderno atribui ao seu olhar o ponto universalizante, o que vem levando autores do descolonialismo a falar da importância de se “desprovincializar” a Europa, o que significa provocar “o deslocamento do lugar de enunciação e, assim, proporcionar que outros mundos de vida ganhem o mundo, mundializando o mundo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.42). Com isto, não se trata de rejeitar o pensamento moderno, reproduzindo a lógica da produção da inexistência e do descrédito; trata-se de travar com ele um diálogo a partir de seu local periférico, específico e não universal, ainda que se deva ressaltar que:

(1) essa especificidade não é igual a outros lugares de enunciação pelo lugar que ocupa na contraditória estrutura do sistema mundo moderno-colonial, (2) nem tampouco que esse lugar de enunciação europeu seja homogêneo e não abrigue perspectivas contraditórias, seja de afirmação da ordem, seja de perspectivas emancipatórias (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.42).

Ao mundializar o mundo, insistimos no direito à voz qualificada e amplificada dos povos e seus modos de vida, metarelatos, valores, cosmovisões, interesses e conhecimentos, ainda que tenhamos como desafio toda a estruturação cognitiva e um lugar de fala que também deve ser reconhecido como específico e contextualizado.

Vale registrar a atualidade destes processos de extração de saberes, reformulados no colonialismo econômico e na constante expansividade do capital sobre a natureza e as populações, marcado sob uma direção Norte-Sul global, dentre do que Santos (2010) denomina de ‘Imperialismo Ecológico’ e exemplifica a partir das práticas de patenteamento de riquezas, de precificação dos bens ambientais, de reprimarização e superexploração de suas economias.

Santos (2007, p.76) argumenta, então, que “essa realidade é tão verdadeira hoje quanto era no período colonial”, o que implica na permanência das formas subumanas que convivem e não alteram os princípios de humanidade postos do lado de cá do pensamento abissal.

As linhas abissais, entretanto, se redesenharam. Estes deslocamentos, para o autor, consistiram no “regresso do colonial e do colonizador”<sup>91</sup> e no “cosmopolitismo subalterno”<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup> Para Boaventura, consiste na “resposta abissal àquilo que é percebido como uma intromissão ameaçadora do colonial nas sociedades metropolitanas. Esse regresso assume três formas principais: a do terrorista, a do imigrante indocumentado e a do refugiado”, o que gera uma “cartografia confusa” devido a maior mobilidade que o colônia tem contemporaneamente. Para combatê-lo, cresce uma postura de “estado de exceção” que junto do colônia combate também os pressupostos dos direitos humanos, da democracia e da vida. (SANTOS, 2007, p.76).

Este cosmopolitismo subalterno, para ele, dá as pistas de um caminho para uma crítica e transformação do mundo. Trata-se de um cosmopolitismo que acentua sua incompletude e não pretende a completude; que denuncia que a compreensão ocidental do mundo é apenas uma parte das compreensões existentes, que devem ser identificadas e consideradas em sua dimensão híbrida entre os elementos ocidentais e não ocidentais. (SANTOS, 2007, p.84). O pensamento pós-abissal é, portanto, um pensamento ecológico.

Aqui, aponta-se para o reconhecimento das insuficiências científicas. O fracasso das promessas da modernidade de garantir progresso e certeza plena já vem sendo apontado por críticos do próprio campo científico, embora isto ainda não seja hegemônico dentro do campo. Ganha espaço o desconhecido, o rompimento da causalidade formal, a impossibilidade de ‘dominar a natureza’, tampouco quantificá-la ou identificar todos os elementos de uma realidade. Tal processo se ampliou diante da descoberta do aumento contínuo da entropia e da desordem, da complexidade, da totalidade intensiva (o todo constitui algo mais que a soma das partes), da resignificação do espaço-tempo, das interferências microatômicas do sujeito sobre o objeto, dos limites da razão humana, da mudança sobre o conceito de verdade, etc.

Dentre as concepções que afirmam a falência da modernidade, vale ainda destacar as contribuições da ciência pós normal. A ciência normal hegemônica, como fenômeno moderno ao qual já nos referimos, não estaria apta a dar conta de problemas complexos, propor soluções ou contribuir na tomada de decisões políticas para os problemas difíceis. Os conflitos ambientais revelam com precisão as insuficiências da ciência normal: alto nível de complexidade, urgências, incertezas e distintos interesses em disputa (Renan Finamore Gomes da Silva, tese, 2015). Desta forma, a ciência pós normal consiste

em uma proposta metodológica voltada para a gestão de problemas complexos. Sua abordagem destaca aspectos geralmente negligenciados pela ciência clássica ou normal, como: incertezas, a influência dos valores nos processos decisórios e a pluralidade de perspectivas legítimas existentes. (GOMES DA SILVA, 2015, p.12)

---

<sup>92</sup> Destacando seu caráter embrionário, Boaventura relaciona o cosmopolitismo subalterno com sua proposta da “sociologia das emergências”, “a qual consiste numa amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido referentes tanto à compreensão como à transformação do mundo. O cosmopolitismo subalterno se manifesta mediante os diversos movimentos e organizações que configuram a globalização contra-hegemônica”, iniciativas estas que se animam por um “um *ethos* redistributivo” no sentido mais amplo da expressão — compreendendo a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos —, e como tal baseado simultaneamente nos princípios da igualdade e do reconhecimento da diferença” (p. 83-84)

Para problemas complexos, com incertezas elevadas, propõe-se não ocultar ou procurar diminuir estas incertezas, mas sim ampliar a qualidade das decisões a serem tomadas, o que seria feito por meio de uma “comunidade ampliada de pares” que, envolvendo uma diversidade de sujeitos sociais, especialistas e não especialistas, poderia contribuir para uma visão contextualizada e democrática do problema.

Embora tenhamos acordo com as críticas que faz à ciência normal, com a importância do reconhecimento das incertezas científicas e com a ampliação da democratização das decisões ambientais, a proposta da ciência pós-normal não nos parece adequada por não considerar as relações de poder envolvidas no que designou, genericamente, enquanto “comunidade de pares” (GOMES DA SILVA, 2015, p.15). Nesta “comunidade” irão existir sujeitos sociais com seus interesses, racionalidades, poderes, acessos diferenciados às instâncias econômicas, institucionais etc, e isto precisa ser evidenciado. A proposta também pode encontrar dificuldades em relação aos nós de uma concepção voluntarista da “participação na tomada de decisões” e os obstáculos que se observam nos espaços de gestão e participação oficiais para uma real valorização das vozes e das deliberações dos sujeitos sociais em processo de vulnerabilização.

Para finalização deste tópico, mencionamos também a Teoria da Complexidade, de Edgar Morin (2004) que contribui na formulação de um pensamento amplo, inter-relacional e integrado, ainda que não nos pareça o melhor referencial para esta pesquisa também por não explorar a dimensão das assimetrias de poder. O autor oferece, entretanto, relevantes contribuições para compreender como a complexidade não pode ser dissociada dos fenômenos de estudo, tendo em vista que a realidade é um todo estruturado, dialético, dotado de inter-relações. Morin apóia-se em três vertentes para elaborar seu pensamento: discutir sem dividir, respeitando o complexo que se forma para além das partes; a imprevisibilidade e a adoção de uma racionalidade aberta. Identifica o paradigma da simplificação, como aquele que realiza disjunções, reduções e abstrações<sup>93</sup>. Considera o simples um momento fundamental das etapas do conhecimento, mas que não pode ignorar a complexidade dos fenômenos.

Existem, portanto, um acúmulo crítico em relação à ciência produzida hegemonicamente pela modernidade e diversas propostas de sua superação, que variam

---

<sup>93</sup> MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.11.

entre teorias que reivindicam a pós-modernidade até proposição de uma afirmação epistêmica que se trava com base na luta por justiça cognitiva<sup>94</sup>. Situando-nos neste segundo eixo, discutiremos os termos em que se discutem a proposta de Ecologia de Saberes, de Boaventura de Sousa Santos, e de uma Racionalidade de Resistência, proposta por Joaquim Herrera Flores.

#### **4.2A luta por justiça cognitiva, a Ecologia de Saberes e uma Racionalidade de Resistência**

Os desafios para pensar a transformação social são múltiplos e para eles não pretenderíamos encontrar uma resposta certa e fechada. Ao contrário, estamos dentre os que consideram que estes desafios devem ser pensados de forma ampla, plural e democrática.

Neste contexto desafiante, iniciamos por reconhecer, junto de Boaventura, que à injustiça social global corresponde uma injustiça cognitiva global, e a luta contra uma não prescinde ao enfrentamento da outra. Esta injustiça cognitiva consiste no reconhecimento de uma hierarquia epistemológica que funciona como uma dimensão de dominação dos povos cujos conhecimentos foram transformados em “locais”, “alternativos”, “periféricos” (SANTOS; 2010;2007).

Esta injustiça cognitiva operou, e ainda vem operando, processos de hegemonização e universalização de uma epistemologia particular (não necessariamente relativa), que produziu a inexistência cognitiva sob cinco formas principais: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. “O que não existe, não existe porque é tido como alternativa não credível ao que existe”. (SANTOS, 2010, 100)

---

<sup>94</sup> A falência do paradigma moderno e a necessidade de um novo modelo são defendidas por diversos autores, como Edgar Morin (2004), Bauman (2013), Boaventura de Sousa Santos (2010), e outros com os quais não concordamos com o ponto de partida, tal como Popper (2009). Sobre a ideia de pós modernidade, observamos um intenso debate com distintas definições do que ela represente. Zygmunt Bauman, utiliza-se da expressão "modernidade líquida" - uma realidade ambígua, multiforme, na qual, *tudo o que é sólido se desmancha no ar* (2013). Gilles Lipovetsky prefere o termo "hipermodernidade", por considerar não ter havido de fato uma ruptura com os tempos modernos. Para o autor, os tempos atuais exacerbam características da modernidade, dentre as quais estão o individualismo, o consumismo, a ética hedonista, a fragmentação do tempo e do espaço. Habermas (1990), por sua vez, relaciona o conceito de Pós-Modernidade a tendências políticas e culturais neoconservadoras, determinadas a combater os ideais iluministas. Para Jean-François Lyotard, a "condição pós-moderna" caracteriza-se pelo fim das metanarrativas, ou seja, pelo descrédito dos grandes esquemas explicativos (SOKAL, Alan; CHALMERS, A. F; SANTOS, Boaventura de Sousa e PRIGOGINE, Ilya; HABERMAS, Jünger;).

A luta contra esta injustiça cognitiva, seja a global, seja a territorial, necessita de um pensamento pós-abissal e de um marco principiológico que o autor vem chamando de Ecologia de Saberes.

Em sua *Gramática do tempo*, Santos (2010) estabelece alguns dos princípios iniciais que guiam esta Ecologia de Saberes. Inicialmente, parte-se de uma compreensão de que todo conhecimento é parcial e situado, e eles devem ser comparados por sua capacidade de cumprir tarefas em determinados contextos sociais. A ecologia de saberes parte, então, de dois pressupostos: o primeiro, de que não existem epistemologias neutras e o segundo, de que a reflexão epistemológica deve incidir sobre a prática dos conhecimentos e não tomá-los abstratamente. (SANTOS, 2010).

Dentre as teses sistematizadas por Boaventura de Sousa Santos, em uma proposta hermenêutica e epistemológica em construção, merecem destaque as idéias de que: a luta pela justiça cognitiva não se trata de uma distribuição do saber científico e, com ele, de sua ignorância científica; a credibilidade dos saberes não científicos não envolve descredibilizar os saberes científicos; todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos e, a partir destas práticas, devem ser investigados; a ecologia de saberes deve ser produzida de forma ecológica, acolhendo distintos sujeitos e seus saberes; trata-se de uma epistemologia construtivista e realista; é preciso combinar as dimensões cognitivas com a ética-política, tendo em vista que o conhecimento é mais uma intervenção do que uma representação sobre o real; é preciso descortinar as relações de poder que se centram sobre os saberes; a ecologia de saberes busca convergência, sem aniquilação, de conhecimentos múltiplos; ela é uma “epistemologia das conseqüências” que implica em um profundo ato de vigilância epistemológica e auto-reflexividade; ela se constrói sobre um diálogo de saberes, que pode ser exercitado por meio da hermenêutica diatópica<sup>95</sup> (SANTOS, 2010, p.154).

---

<sup>95</sup> A hermenêutica diatópica proposta por Boaventura pretende criar mecanismos de tradução de saberes e pode ser sintetizada pelos princípios que consistem em: 1. Identificar preocupações isomórficas nas distintas culturas e epistemologias. Boaventura sugere uma preocupação isomórfica com a dignidade humana, traçando convergências entre o conceito islâmica de umma e o conceito hindu de dharma. 2. Admitir a relatividade de culturas não implica adotar um relativismo filosófico, mas sim reconhecer o universalismo como particularidade ocidental. 3. Conferir primazia às aplicações dos saberes. Boaventura propõe a tradução entre práticas sociais e seus agentes, criando inteligibilidade entre formas de organização e objetivos de ação de movimentos. 4. Esta hermenêutica é um trabalho intelectual, emocional e político, que procura traduzir zonas de contato entre as culturas, considerando que elas não são monolíticas. Dentre as dificuldades da proposta, o autor menciona a ausência de um *topoi* comum, a impronunciabilidade de algumas aspirações centrais, a existência de silêncios, o próprio colonialismo como relação de poder (SANTOS, 2010, p.447).

Para a ecologia de saberes, a proposta de um relacionamento horizontal entre saberes não implica em igualá-los ou relativizá-los. Tomá-los como horizontalmente existentes não significa ignorar as relações concretas de hierarquia entre eles, o que, entretanto, deve ser verificado no contexto das práticas sociais. As desigualdades, portanto, são resultados dos objetivos do que se pretende atingir, do propósito ao qual aquele saber se determina. Não se valora um conhecimento em abstrato, e sim sua intervenção real; combate-se a hierarquia em abstrato, aquela naturalizada pelas hegemonias históricas, mas isso não implica no reconhecimento relativista de que tudo é igualmente válido, o que implicaria em assumir que tudo é igualmente inválido e, assim, não seria possível traçar critérios para avançar sobre uma epistemologia do sul e da transformação social (SANTOS, 2010, p.156).

Para este diálogo, Joaquim Herrera Flores, embora partindo de um lugar diferente de Santos, também nos ilumina sobre os possíveis rumos para uma epistemologia crítica e, em específico, para as perspectivas das lutas de direitos humanos.

Sobre o debate acerca do multiculturalismo e do universalismo, Flores identifica que as discussões sobre direitos humanos centram-se sob duas racionalidades, às quais correspondem práticas e visões.

A primeira é uma racionalidade jurídico/formal, à qual corresponde uma visão abstrata, fundada na concepção ocidental de direito e que implica em práticas universalistas. A segunda, crítica à primeira, consiste em uma racionalidade material/cultural, à qual corresponde uma visão *localista* que enfatiza as diferenças culturais e implica em práticas particularistas, que terminam por criar um “universalismo de retas paralelas” que acentuam as diferenças culturais como se elas jamais fossem se entrecruzar (HERRERA FLORES, 2002, p.13). Ambas recorrem a centralismos e pretendem, em vez de ampliar, encerrar as discussões impondo seu ponto de vista específico.

O acirramento do debate corresponde também a um acirramento destas posturas, que se traduz na reflexão jurídica sob a fórmula do universalismo *versus* o relativismo cultural e nas práticas que procuram garantir neutralidade ao direito ou hermetismo às culturas. Embora esta discussão não esteja no centro das categorias utilizadas nesta pesquisa, dentro deste debate autores veem pensando novos passos para afirmação dos direitos humanos, novas epistemologias e a superação das injustiças sociais e cognitivas, sobre as quais os direitos humanos podem consistir em uma

ferramenta desta luta. Ademais, compreender o contexto epistemológico nos ajudará a compreender os desdobramentos sobre as estratégias de poder identificadas no conflito ambiental em estudo.

Em tempos de avanço da expansividade do capital sobre a natureza e sobre os povos, de avanços das crises econômicas, de representatividade e ambiental e um conservadorismo social é, portanto, necessário avançar na construção de uma cultura de direitos. Para Herrera Flores<sup>96</sup>, esta cultura deve recorrer “à universalidade das garantias e ao respeito pelo diferente” (FLORES, 2002, p.14). Para isso, seria necessária uma nova visão e outra racionalidade. Uma prática intercultural, portanto, demanda uma visão complexa sobre a realidade e uma racionalidade de resistência (FLORES, 2002, p.14).

Tanto a afirmação da universalidade de direitos como da particularidade das culturas, incorre em visões reducionistas pois pressupõem um olhar que se situa sob um *centro* a partir do qual interpreta a realidade e criam medidas de exclusão. A visão complexa, portanto, deve situar-se a partir da *periferia*; para J. H. Flores, “Não estamos no entorno. “Somos o entorno” (FLORES, 2002, p.15). Não é possível realizar uma auto-descrição descontextualizada, assim como não seria possível abdicar da violência e da dominação permanecendo em um lugar de *centro*.

De forma similar ao que propõe a sociologia das emergências (SANTOS, 2010), Flores propõe que ampliemos “a incorporação dos diferentes contextos físicos e simbólicos na experiência do mundo”, assumindo as múltiplas vozes e seu direito à existência e à expressão, passando de “uma concepção representativa do mundo a uma concepção democrática que prima pela participação e pelas decisões coletivas” (FLORES, 2002, p.16).

A racionalidade de resistência, fruto da visão complexa, seria, então

Uma racionalidade que não nega que é possível chegar a uma síntese universal das diferentes opções relativas aos direitos. E tampouco descarta a virtualidade das lutas pelo reconhecimento das diferenças étnicas ou de gênero. O que negamos é considerar o universal como um ponto de partida ou um campo de desencontros. Ao universal há de se chegar – *universalismo*

---

<sup>96</sup> Para Herrera Flores, um *multiculturalismo* que acentue as diferenças, criando um “universalismo de retas paralelas” entre culturas que supostamente não se entrecruzam, termina por reafirmar uma concepção pós-moderna que inibe revelar as dominações embutidas nas revelações sociais. Para o autor, “O multiculturalismo respeita as diferenças, absolutizando as identidades e esfacelando as relações hierárquicas – dominados/dominantes – que entre elas ocorrem. [...] A mesma posição pós-moderna, com sua insistência, na falta de discursos globalizadores, não é mais que outra forma, quiçá indireta ou inconsciente, de aceitar essa fragmentação e essa coisificação das relações sociais.” Por isto, o autor se situa dentre os que defendem a interculturalidade, que pressupõe um diálogo horizontal e que não descaracteriza os saberes (FLORES, 2002, p.20).

*de chegada ou de confluência* – depois (não antes) de um processo conflitivo, discursivo de diálogo ou de confrontação no qual cheguem a romper-se os prejuízos e as linhas paralelas. Falamos do entrecruzamento, e não de uma mera superposição de propostas. (FLORES, 2002, p.21)

Se esta universalidade é uma construção, a diferença deve ser valorizada, e não restringida, permitindo o contraste, as mesclas, os entrelaces de sistemas culturais sob uma prática de luta e ampliação de direitos. Sob os aportes da ecologia de saberes e de uma racionalidade de resistência, portanto, que nos situamos no debate epistêmico.

Clarear estas compreensões, para esta pesquisa, assume relevância a partir da compreensão de que nenhum lugar de fala, de análise, de escuta, é neutro em si, universal a priori, certo por abstração. Partimos de um marco epistêmico que guia nosso fazer-pesquisa e, também, guia nossa interpretação sobre o conflito do projeto Santa Quitéria.

Contra a injustiça cognitiva, portanto, temos que ampliar o campo social de problematização para descortinar os limites e as incertezas do científico, denunciando as arbitrariedades de um conhecimento que se pretende neutro, canonizado, sacralizado e assumindo o desafio de construção de novas práxis que tenham como horizonte os princípios da ecologia de saberes e de uma racionalidade de resistência.

Retornando à problemática dos conflitos ambientais, percebemos que as estratégias de afirmação do capital científico são intensamente utilizadas em um contexto de disputa, cujas distintas estratégias servem para fazer prevalecer os interesses de um ou outro grupo social – o que implica no exercício de poder entre grupos sociais antagônicos.

Nestes conflitos, travam-se, então lutas cognitivas marcadas por fortes desigualdades de acesso ao capital científico e de distintos critérios de valoração dos conhecimentos em jogo. Tais lutas são:

Lutas cognitivas para desconstruir as epistemologias etnocêntricas e evidenciar as dimensões políticas do campo do conhecimento – ao lado da ecologia dos saberes pretendem uma ecologia dos poderes. *Este saber leigo – dito “situado” pelos estudos culturais da ciência – não é simplesmente um saber que complementa e democratiza a decisão no plano cognitivo; é também um saber político que situa os demais sujeitos, inclusive o sujeitos epistêmicos dominantes.* (ACSERALD 2014, p.101) (grifo no original)

No caso em estudo, observamos distintas estratégias desta luta cognitiva, que perpassa a hierarquização de saberes, a disputa pelo capital científico mais “legítimo”, a definição das fronteiras entre o “técnico” e o “político”, as operações de fragmentação,

subdimensionamento e invisibilidade de riscos e incertezas, apenas para mencionar algumas.

Partimos, portanto, para análise das injustiças e das lutas cognitivas e sobre o campo científico que perpassaram o conflito ambiental. A primeira dela diz respeito aos questionamentos em torno das idéias de ecoeficiência e do paradigma da adequação, segundo o qual o licenciamento deve produzir programas e medidas para minimizar os impactos negativos do empreendimento e “adequar” o território para recebê-lo com a menor carga de impactância.

### **5.3 As conseqüências da ciência moderna: Mitigar, compensar e monitorar - Paradigma da adequação e a gestão ecoeficiente nos licenciamentos ambientais**

Diante da problemática que já começamos a desenhar no capítulo anterior, percebe-se que um paradigma norteia a elaboração dos estudos de impacto ambiental, a condução do licenciamento e os discursos dos empreendedores e da consultoria ambiental (e, de forma diferenciada, de outros sujeitos sociais) nas audiências públicas que pretendem justificar os projetos neodesenvolvimentistas: trata-se do paradigma da adequação, que se sustenta sobre as idéias de gestão segura dos riscos.

Pelo *paradigma da adequação*, a natureza é passível de se adaptar às intervenções humanas. Trata-se de uma inversão do princípio da precaução e de um menosprezo dos riscos e efeitos negativos sinérgicos dos impactos das alterações naturais. Sob esta concepção, trata-se apenas de “incorporar algumas externalidades ambientais e sociais na forma de medidas mitigadoras e compensatórias, desde que essas, obviamente, não inviabilizem o projeto” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p.97).

Este paradigma funda-se na crença nos ajustes tecnológicos (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p.100). Os riscos que as intervenções da ciência, junto a este modelo de desenvolvimento, cria, podem ser por ela contornados. O licenciamento torna-se, portanto, um espaço para promover a adequação do território para a chegada do empreendimento. A política ambiental se descaracteriza em função de uma política desenvolvimentista, “temos, então, uma política ditada pelo paradigma da adequação sob a chancela de uma estrutura institucional democrática” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p.112).

A idéia de que a natureza e as populações podem sempre se adequar aos grandes empreendimentos ignora a desestruturação dos ecossistemas e dos modos de vida locais como algo irreparável, opcional, cujas conseqüências sociais se mostrarão sob diversas dimensões.

Sob este paradigma, parte-se do pressuposto da viabilidade destes empreendimentos e a hipótese de não realização da obra praticamente desaparece das opções possíveis e a análise de sua viabilidade socioambiental, antes mesmo de realizada, já tem uma resposta positiva em aceno.

Associada ao *paradigma da adequação* encontra-se a concepção de uma *gestão ecoeficiente* dos territórios em conflitos ambientais (PORTO & SCHUTZ, 2012, p.1448). Neste sentido que faremos referência à ideia de gestão, não como uma dimensão social equânime de organização produtiva e distributiva, mas sim como uma lógica de ecoeficiência que se sustenta sob uma concepção de ciência objetiva, neutra, correta, capaz de respostas aos riscos com previsibilidade e mitigação.

Entretanto, da forma como se apresenta, este modelo de gestão passa a ser visto “não como uma ação política que busca dar sustentabilidade ao capitalismo e a interesses do “mercado” (oikonomos), mas como uma maneira neutra de administrar os ecossistemas que dão suporte à vida (oikopóios) e controlar riscos”, se tornando uma espécie de “fetiche” da ecoeficiência (PORTO & SCHUTZ, 2012, p.1448).

O efeito deste paradigma sobre os licenciamentos ambientais consiste em tecnicizar, ocultar as incertezas, despolitizar e excluir de seu campo a pluralidade de questões envolvidas em um conflito ambiental e, em última instância, em torno dos modelos de desenvolvimento e de suas versões “sustentáveis”.

Esta perspectiva tem, ainda, grande influência sobre a condução dos conflitos e dos licenciamentos, definindo estratégias de atuação do Estado e das consultorias.

Na perspectiva hegemônica, a gestão ambiental restringe o espaço de solução de conflitos às instâncias institucionais consolidadas e à busca de consensos por mecanismos como composição, negociação ou decisão por maioria. Tais mecanismos, contudo, assumem que as demandas sociais consideradas legítimas são apenas aquelas cujas soluções não implicam transformações radicais ou estruturais da ordem social instituída. Portanto, há um processo social de ocultar dissensos e isolar as reclamações (PORTO GONÇALVES, 2012, p.1450)

Nas audiências, diversos sujeitos sociais apresentaram, de distintas formas a noção de gestão e de adequação. As idéias de “segurança”, “monitoramento” e

“mitigação” ganharam ênfase neste discurso, encampado prioritariamente pela consultoria ambiental.

Os representantes do Estado tendem a partilhar desta compreensão, que está irmanada da própria concepção normativa do licenciamento. A administração do Estado do Ceará, por meio do representante da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH, afirmou na audiência de Santa Quitéria que

o governo vem para que todos os cuidados sejam tomados para que a gente tenha o melhor uso desse bem que a natureza colocou perto da gente que ele precisa ser seguro e faz parte da segurança as pessoas entenderem que o processo está sendo feito como a boa técnica manda

O governo estadual, conforme dito no capítulo anterior, teria a um só tempo as tarefas de estimular e fiscalizar, apoiar o projeto e garantir sua segurança. Para o representante da SRH, as audiências seriam o espaço para as pessoas entenderem que o projeto será ambientalmente adequado e que saiam de lá com uma “posição segura para exploração do minério que aqui está”.

Adequação, segurança, boa técnica: estes elementos se entrecruzam em diversas narrativas. Como suporte, as ideias de certeza, previsibilidade, controle e superioridade da ciência moderna.

Este marco descritivo chamou atenção e consistiu em um traço acentuado da caracterização da CNEN em sua apresentação. O órgão que, ao tempo em que é licenciador e fiscalizador da atividade, trabalha na intimidade deste paradigma, principalmente quando afirma que se sua missão é “garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear”.

A comissão responde que segue os “padrões internacionais de segurança”, que usa a “melhor técnica”, que confia no desempenho dos “especialistas”. O representante da CNEN segue sua apresentação: “Como é que controlamos as fontes de radiação do país? Nós temos a instalação, tem que ser licenciada. O pessoal tem que ser qualificado e a fonte de radiação tem que ser autorizada.” O licenciamento, portanto, surge como o método e a materialização do espaço institucional sob o qual o “controle” das fontes de radiação irá se desenvolver, em detrimento de uma avaliação plural, complexa e epistemologicamente diversa que pudesse ampliar e politizar o conteúdo da questão acerca da viabilidade socioambiental destes projetos. Seguindo seu discurso, o representante da Cnen afirma que esta avaliação “passa pelo recebimento de

documentos formais que são analisados à exaustão”, para posterior avanço nas etapas do licenciamento nuclear<sup>97</sup>.

O marco discursivo compreendido pelo paradigma da adequação e da gestão, portanto, trabalha com as seguintes noções de segurança: a formalização de documentos, sua análise pelos técnicos dos órgãos do Estado; a ideia restritiva dos “limites” da atividade, das doses permitidas, seja nos efluentes para o ambiente, seja na exposição da população; a análise da viabilidade técnica, o “conceito de segurança” do projeto e sua “compatibilidade com o local”.

Procurando pensar um pouco além desta ideia de gestão, nos parece que ficam de fora deste desenho de segurança as seguintes questões: por quais critérios, e interesses, se definem as doses de poluição e exposição humana “aceitáveis” (considerando, por exemplo, exemplos históricos de reavaliação destas doses após as comprovações dos danos que algumas substâncias provocam, a exemplo do amianto<sup>98</sup>)? Como ampliar a discussão formalizada e técnica, restrita aos aparatos do Estado? Como pensar um conceito de viabilidade que não seja apenas técnico, mas social, ambiental, que envolva a viabilidade como uma discussão dos modelos de desenvolvimento e dos projetos de futuro para os territórios atingidos? Como incorporar a perspectiva dos sujeitos sociais atingidos na análise da “compatibilidade com o local” a ser realizada no licenciamento?

Algumas destas questões, formuladas também nas audiências públicas, foram respondidas com a reafirmação da seriedade e do rigor técnico, da referência internacional que a comissão possui, na ênfase da qualidade de formação acadêmica dos profissionais, no desejo de dialogar com a população local.

Este eixo de contestações provocou o acirramento das tensões durante as audiências, na medida em que a crítica aos critérios, à política, ou mesmo à capacidade de gestão e fiscalização dos órgãos, foi compreendida como afirmação de incapacidade técnica dos profissionais que ali estavam, de falta de rigor científico, quando se estava questionando os modelos científicos e os marcos daquela discussão<sup>99</sup>.

---

<sup>97</sup> As etapas do licenciamento nuclear serão estudadas no capítulo seguinte.

<sup>98</sup> Informações obtidas em < [http://www1.inca.gov.br/conteudo\\_view.asp?ID=15](http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?ID=15)>, pesquisa realizada em 29.07.2015.

<sup>99</sup> Com isto não queremos homogeneizar as contestações levadas as audiências mas, em sua maioria, elas questionavam mais os modelos e políticas adotadas e menos, ou raríssimas vezes, insinuavam ataques pessoais aos representantes dos órgãos públicos ou das consultorias. Dentro destas disputas, entretanto, existiam estratégias de desqualificação do outro e de seu capital científico, como forma de disputar a própria ciência e seus limites. Em alguns momentos existiram enfrentamentos mais diretos aos órgãos e

“Então eu quero dizer é que existe competência, existe técnica e conhecimento”, conclui o responsável pela apresentação da CNEN. Durante o debate, a CNEN fundamentou sua argumentação se não diretamente em defesa do projeto, em defesa da segurança científica, em torno da existência de “um programa preliminar de monitoração ambiental pré-operacional”, da naturalização da radiação, dos avanços tecnológicos na área nuclear ou na seriedade das ações de fiscalização que serão realizadas.

Os contornos deste mesmo paradigma também estão imbricados nas falas dos empreendedores. O vídeo de apresentação do projeto, mostrado pela INB, utiliza-se de expressões como “estocagem segura” e “moderna unidade industrial”. A Galvani, ao justificar o investimento de recursos no projeto, afirmou que “nós só faríamos esse investimento se houvesse essa segurança e a gente tem plena segurança em relação a isso”, tratando, por exemplo, acerca da viabilidade ambiental da ‘segura’ separação entre urânio e fosfato.

Entretanto, a ênfase neste discurso coube à consultoria ambiental: ela corporifica o tecnicismo e a moralização do projeto por meio da ideia de que um “agente externo” promoverá os programas de monitoramento e mitigação.

Dos programas, existem 38 previstos e repetidamente eles foram mencionados nas audiências públicas. Esta ênfase nos programas nos pareceu pretender reafirmar a própria *competência científica* (BOURDIEU, 1976) da consultoria que, sob os marcos atuais que orientam o licenciamento ambiental, tem sua atuação focada nas soluções parciais, às mitigações, à apresentação do monitoramento, do “melhoramento” do projeto.

O discurso, portanto, corporifica a ideia de adequação da natureza e dos sujeitos dos territórios impactados, afinal, os impactos tidos como “inevitáveis” serão geridos, amenizados, mas não rejeitados. Ainda em sua apresentação introdutória nas audiências, a consultoria afirma que

aqueles impactos que não é possível evitar, aquelas interferências, principalmente as negativas que não é possível evitar, pra elas então são pensadas medidas de controle e ações que vão formar os programas ambientais. Com isso então o que se espera é mitigar e compensar esses impactos que não é possível eliminar.

A categorização dos impactos como “inevitáveis” se associa ao fatalismo do projeto (ver capítulo anterior) e tem a intencionalidade de reduzir as possibilidades de ação e mobilização dos sujeitos sociais atingidos.

As ideias de “mitigação” e “compensação” trazem embutidas em si uma falsa noção de comensurabilidade entre os valores em disputa no conflito ambiental. A desterritorialização, a perda da autonomia sobre o trabalho, da desestruturação da agricultura camponesa, as violações sobre a saúde e a possibilidade de perda material da terra, questões que envolvem as preocupações das comunidades do entorno da mina, nem sempre estarão “previstas” ou calculadas sob a métrica das compensações que o projeto traz. Vale ressaltar, entretanto, que esta ausência de valores e métricas similares para minimizar os impactos não é homogênea a partir das percepções dos sujeitos sociais: existem moradores que afirmam desejar ganhar algum dinheiro com o projeto, até outros que verbalizam uma rejeição clara às transformações urbano-industriais da região e propõem outro modelo e outras políticas de “desenvolvimento”.

Martinez Alier aborda esta discussão sob o foco da ecologia política. Para o autor, “a incomensurabilidade também surge da complexidade”, que são marcadas por “sinergias e incertezas” tornando inapropriados “os enfoques disciplinares dos(?) especialistas” (MARTINEZ ALIER, 2014, p.353).

Não observamos, entretanto, a emergência de métodos multivalorativos ou multicriteriais não compensatórios na avaliação de riscos promovida pela consultoria ambiental, e sim uma estratégia discursiva homogeneizada sob os marcos do *paradigma da adequação*.

Na audiência de Lagoa do Mato, a consultoria sintetizou quais seriam os 38 programas ambientais a serem implementados:

- 21 são de monitoramento e controle, que consistem no “acompanhamento da qualidade do ar, da fauna, da flora, de processos erosivos, da qualidade da água, da radiação, etc”;

- 7 são de “relacionamento”, ou seja, de “educação ambiental, de educação em saúde, de comunicação, etc, de treinamento”;

- 2 são de mitigação para a flora e fauna, envolvendo “coleta de semente, plantios, formação de mudas e recuperação de áreas”;

-1 é de compensação sobre os desmatamentos, com a destinação de uma área para unidade de conservação;

- 7 programas de descomissionamento.

Nas audiências, tais programas não foram detalhados, tampouco suas metodologias. O debate, entretanto, impulsionou a crítica e o detalhamento sobre alguns deles. Nas audiências, bem como na Representação elaborada pelo Núcleo Tramas, foi enfatizada a insuficiência de medidas propostas.

O programa que objetiva mitigar a emissão de radionuclídeos e de gás radônio na pilha de estéril, por exemplo, prevê que esta mitigação se dará por meio da plantação de uma cobertura vegetal sobre a pilha. Entretanto, os pesquisadores do Núcleo Tramas denunciaram a fragilidade desta medida, argumentando que: no semiárido, o crescimento da vegetação é irregular e condicionado às chuvas; que “mesmo que se consiga formar a cobertura vegetal, a perda de folhas é praticamente total no período da seca, o que reduziria enormemente sua capacidade de proteção contra a ação dos ventos” (RIGOTTO *et al*, 2014, p.13); ademais, que o estudo não menciona que a medida apenas será realizada quando as pilhas estiverem completas, ou seja, após os vinte anos de operação da mina e, até lá, ficarão a céu aberto, sofrendo a ação dos ventos com a dispersão do material radioativo. Vale destacar que na secção 5.5.1.14 - Efluentes e Rejeitos, o EIA reconhece que as pilhas de estéril e fosfogesso terão atividade radiológica devido aos radionuclídeos presentes.

Já a mitigação proposta para a pilha de fosfogesso consiste na criação de uma cerca verde, colocada à barravento, para controlar a emissão de poeiras e a contaminação atmosférica. Novamente, a medida foi contestada no debate, considerando que os pesquisadores apontam que esta cerca não evitará a fuga de particulados, e que o estudo não considerou a ocorrência de turbulências e de eventos de deslocamento de ar, os “pés de vento”, conforme denominam os moradores da região.

Neste momento, fazemos a ressalva de que não apenas os programas de mitigação e compensação materializam o discurso da adequação e da segurança. A consultoria apresentou, por exemplo, medidas de proteção do trabalhador fundadas sob esta ótica. Para o encerramento do projeto, um programa de monitoramento pós-fechamento. Em relação à preservação das espécies de animais, à perda de seu habitat e

ao desmatamento<sup>100</sup>, a consultoria propõe “fazer um desmatamento planejado, lento e procurando empurrar esses animais para as áreas onde a vegetação vai permanecer. Agora, alguns animais, eles não conseguem se locomover, então tem um programa que é de manejo dos animais”.

Em relação ao curso dos rios sobre os quais o projeto irá se instalar, existe também uma proposta prevista: “esse foi um problema levado para a engenharia e a solução que se tem é: fazer o desvio. Então se pensou em canais que desviam esses rios e das estruturas e trazem de volta para o açude e do açude pelo canal extravazador até o rio Cunha- Moti”.

As soluções apresentadas são concebidas sob a ótica do manejo, da engenharia, da intervenção – e adequação – sobre o ambiente. Procuram “mitigar” os impactos na medida em que for possível, sem que fique claro qual o limite do aceitável, do possível para empreendimentos deste porte.

Esta lógica da mitigação, ao tempo em que foi criticada, também foi incorporada por diversos participantes das audiências, que fizeram suas intervenções procurando sugerir ou tirar dúvidas sobre medidas de minimização dos impactos.

Na audiência de Lagoa do Mato, por exemplo, um participante estudante de engenharia ambiental e sanitária do Instituto Federal de Quixadá propôs a criação de um núcleo de acompanhamento ambiental na região, um laboratório fora da área do empreendimento que pudesse divulgar relatórios sobre possíveis contaminações para a população. Na resposta, a consultoria elogia a sugestão e diz que também já sugeriu a criação de um grupo de acompanhamento do projeto.

O presidente da associação comunitária de Morrinhos, por sua vez, propôs que as empresas, no abastecimento de alimentos para o desenvolvimento do projeto, adquirissem os produtos produzidos pelos agricultores da região. Sugeriu, ainda, um plano de uso de fertilizantes com custos mais acessíveis para os agricultores do entorno do projeto. “A gente vai precisar muito do apoio principalmente subsidiando alguns custos porque a gente vai sofrer preconceito sim na hora que a gente for comercializar”, finaliza sua fala, evidenciando as preocupações que o projeto provoca e o intuito de “minimizar” possíveis danos, de forma que alguns moradores optam por não romper um “diálogo” com a empresa como estratégia de obter possíveis vantagens para sua localidade.

---

<sup>100</sup> O EIA aponta que serão desmatados 381,41 ha de caatinga arbustiva e 13,52 ha de caatinga arbórea (ARCADIS LOGOS, 2014, v.1, p.243).

A desigualdade de poder entre os sujeitos sociais envolvidos no conflito nos ajuda a compreender como os discursos e estratégias de justificação do projeto podem ser incorporados até mesmo pela população atingida e até mesmo pelos que, dentre esta população, manifestam diversas preocupações com os riscos do projeto. Outros fatores explicativos deste processo consistem, por exemplo, na imposição da idéia de inexorabilidade, no capital científico dos consultores ambientais a serviço da construção do paradigma da adequação/gestão, na crença na capacidade técnica desta ciência e as promessas do desenvolvimento.

Entretanto, houve na crítica posta nas audiências os que reivindicaram os critérios multivalorativos de que fala Martinez Alier, denunciando as insuficiências da racionalidade adotada.

Entre a crítica posta, foram utilizadas estratégias de questionamento metodológico dos programas (a exemplo dos que foram supracitados); ironização da “capacidade de controle” da empresa (eu sei que eu vou falar “mas vocês já devem ter algum programa pra isso também”, ironiza um dos pesquisadores do Núcleo Tramas); denúncia das incertezas; denúncia de acidentes, da falta de previsibilidade e de segurança (a exemplo de quando o histórico ambiental da INB em Caetité foi discutido).

Uma liderança do MST, por exemplo, fundamenta sua crítica na valorização da territorialidade camponesa e do processo das comunidades de luta pela terra, evidenciando a existência de outro paradigma ético de relação com a natureza.

Então eu trago aqui a minha indignação porque nós os trabalhadores estamos há muitos anos aqui na região. Nós temos muitos assentamentos rurais. Conquistados na luta pela terra, que hoje, vem essas pessoas aqui de fora e vem dizer, nós vamos brincar de Deus, a gente vai controlar o vento, nós vamos controlar a água, que arrogância de vocês, que arrogância do nosso tempo histórico de não olhar para a natureza, de não olhar para o direito dos trabalhadores. [Liderança do MST na audiência de Itatira]

Representante da CPT da Bahia, por sua vez, questionou os planos de monitoramento a partir da experiência vivida em Caetité:

os trabalhadores não têm monitoramento da saúde e, outra questão que a gente tem que constatar, a INB é uma empresa que não apresenta nenhum monitoramento sobre a qualidade de água, demonstrando como característica justamente o silêncio e a ausência de informação. [representante da CPT/Bahia, audiência de Santa Quitéria]

Aqui, a desconstrução ocorre a partir da experiência e do histórico de atuação da empresa. Uma pesquisadora do Núcleo Tramas foi enfática no contra ponto à noção de segurança e, portanto, a idéia de que o projeto teria viabilidade socioambiental:

Nós queremos concluir que não existe medida de segurança, não existe nenhuma medida que possa ser adotada que prive esses trabalhadores, essas comunidades dos malefícios a saúde, dentre eles o câncer. E queremos terminar concluindo que nós somos, dizemos não a mineração de urânio em Santa Quitéria. [pesquisadora do Núcleo Tramas, audiência de Santa Quitéria]

Trazemos a abordagem da crítica de distintos sujeitos para mostrar os eixos em que se procurou desconstruir o paradigma da gestão, e suas correlatas afirmações de segurança e propostas de mitigação.

Ao fim do debate em Santa Quitéria, por exemplo, após diversos posicionamentos contra o projeto e contra sua concepção de gestão ambiental, uma participante norueguesa afirma que a empresa está querendo “criar um mundo perfeito”, momento em que a consultoria ambiental intervém durante a resposta e pede para fazer um comentário sobre “esse mundo perfeito”:

eu queria dizer que não tem nada perfeito. O projeto que a gente apresentou é um projeto ainda em desenvolvimento a prova disso é que ele começou de uma maneira e terminou o EIA de outra maneira, porque algumas modificações foram feitas em razão de informações que a gente coletou em campo. Então ele está sendo aperfeiçoado. Perfeito ele nunca será. Tanto não será perfeito, que tem 38 programas ambientais. [...] A perfeição não existe, mas o trabalho de gestão.

Esta fala nos parece especialmente interessante. De início, podemos intuir a função que a crítica desempenha sobre o debate, deslocando alguns de seus pontos, tensionando empreendedores e consultoria, provocando a emergência de afirmações que estavam fora das apresentações planejadas.

Para negar a crítica, a consultora reafirma o paradigma criticado. O projeto tanto não é perfeito, que sobre ele é necessário realizar um trabalho de gestão. A gestão substitui a perfeição e procura “aperfeiçoar” a proposta original. E sobre a gestão, que críticas ela acolhe? Se não há projeto perfeito, e não deve haver gestão perfeita, onde estão as lacunas do que foi apresentado?

O projeto “em desenvolvimento” implica a concepção de que, quanto mais planos, mais medidas, mais gestão, melhor ele será. Adentra-se em uma argumentação tautológica, que reafirma seus pressupostos como se eles fossem presumidamente dados e partilhados pelos envolvidos. Não gerir, não mitigar, recusar o projeto, são opções que não adentram no horizonte do possível. Reconhecer as incapacidades, incertezas e limites desta ciência que “aperfeiçoa” também não está no horizonte de sua

interpretação. Necessariamente, quanto mais técnica, quanto mais medidas e programas, “melhor” o projeto será. O papel da consultoria se define: a ela cabe adequar ambiente e projeto, moralizá-lo sob o marco da ecoeficiência, gerir seus impactos.

Em vias de finalização desta dimensão, trazemos a ambigüidade com a qual os moradores das comunidades do entorno receberam este “paradigma da adequação/segurança”, uns demonstrando confiança nas medidas de segurança mas, a maioria, demonstrando perplexidade com os intentos de “controle” do ambiente.

Entretanto, percebemos com mais ênfase a descrença nas medidas de contenção, narradas sob a ótica de uma vivência profunda com o ambiente da região que traz o ensinamento dos limites da ação e da previsibilidade humana sobre a natureza.

Uma das medidas de controle previstas pela consultoria, diz respeito à possibilidade de vazamento ou rompimento da barragem de rejeitos, cujo histórico de acidentes é consideravelmente problemático em áreas de mineração<sup>101</sup>. A população perguntou sobre este risco nas audiências públicas. O Núcleo Tramas também levou o resultado de suas pesquisas e das contribuições das comunidades do entorno, que narravam se lembrarem da ocorrência de chuvas torrenciais na região.

Sobre o assunto, um dos técnicos da INB afirmou, na audiência de Lagoa do Mato, que “só para tranquilizar um pouquinho” em relação às preocupações com as chuvas e enchentes, “os critérios de construção de barragem são os mais rígidos como foi falado pelo presidente da mesa, do Ibama”. Neste momento, o Ibama tinha interferido no debate para reafirmar o padrão normativo de segurança na construção das barragens, e o técnico da empresa lhe agradece o reforço. Em seguida, continua:

o critério que a gente fez dessa barragem é desviar todas as águas de chuva. Nenhuma água de chuva está prevista para, nem uma enxurrada está prevista para entrar nessa barragem. Todas as outras águas de contribuição de chuva, elas estão previstas para entrar no açude do Guaíras, você vê toda drenagem de chuva vai pra lá.

O discurso da gestão chamou atenção dos moradores das comunidades que, nas idas a campo, relataram “uma confusão danada” que, em síntese, estava entre o que foi apresentado nas audiências e as suas experiências na região. De acordo com seus relatos, em 1974 houve uma grande chuva (a exemplo de outras narradas em outros

---

<sup>101</sup> Nestes acidentes são comuns derramamentos e desabamentos de barragens, contaminando o ambiente e levando os trabalhadores a óbito. Um exemplo destes acidentes foi o de uma mineradora em Itabirito, que matou três trabalhadores. Informações obtidas em < <http://noticias.r7.com/minas-gerais/soterramento-em-barragem-de-mineradora-mata-trabalhadores-em-itabirito-mg-10092014>>, acesso realizado em 23.08.2015.

momentos da pesquisa de campo), e o exemplo destes eventos põe os moradores em diálogo, questionando, afinal “como é que eles vão poder ter essa água todinha pra num sair daqui, como é que o açude da serrota num vai receber essa água, porque quando esse açude sangrar, sangra pra dentro dessa barrage, essa barrage nem que ela vire o cão ela num segura essa água”. O coordenador da pesquisa, membro do Núcleo Tramas explica que a proposta do empreendimento é desviar uma parte do açude para evitar que ele transborde, e que para a barragem de rejeitos a proposta também é de desviar as águas, mas que não existem outros mecanismos para contenção da barragem. O grupo contesta a medida proposta:

Aí mexeu com a natureza, é uma palavra tão desanimada pra nós, vão mexer com a natureza, vai ter água que a natureza vai despejar aqui, então não fica retida não, ela vai ter que derramar, pra onde ela cair ela vai contaminar os açude, provavelmente a serrota, ou então arrombar pro Saco do Belém e vai esculhambar nós lá. (risos) [participante do segundo encontro do grupo de pesquisa formado com as comunidades]

“Quem foi que viu se reter água no rio desses, rapaz, num tem isso não”, intercede outro participante; outro, ainda, com tom de indignação diz que a empresa “tá fazendo nós de menino novo, num tem como reter essa barrage não”. “Eles pode fazer dez vezes maior, eles vão quebrar a cara, porque a natureza vai arrombar isso aí, eles num vão segurar”, conclui um dos participantes<sup>102</sup>.

Apenas em relação a este caso, podemos perceber que os argumentos dos moradores das comunidades fundam-se sob outra ética e sob outra racionalidade. Em seus discursos, os exemplos ganham mais força na narrativa, e a experiência contrapõe a abstração. A relação ética com a natureza se sobressai ao utilitarismo e a mercantilização, “mexer com ela é uma palavra desanimada pra nós”, e a essa dimensão de respeito se soma uma compreensão acerca dos limites da intervenção humana. Quando o morador afirma que “a natureza vai arrombar e eles num vão segurar”, sintetiza a oposição à idéia de gestão e adequação, de controle dos fenômenos, de previsibilidade, de uma engenharia inequívoca, características de uma racionalidade reducionista que absolutiza seus conhecimentos.

Se vai derramar, vai derramar sobre alguém e “ou vai ser sobre outro mundo, ou sobre nós de Saco do Belém”, afirma um dos moradores ironizando a abstração que é feita em torno da idéia de que os impactos não afetam sujeitos. Aprendemos por meio deste diálogo que é na relação com os rios, com as chuvas, com o ambiente

---

vivenciado<sup>103</sup> que ganha concretude a injusta distribuição dos impactos negativos do projeto. Em oposição a uma falsa homogeneização dos sujeitos sociais, nesta racionalidade ganham prevalência os sujeitos em seus territórios, a realidade das assimetrias de forças que revela quem suportará o ônus do desenvolvimento.

Outros moradores, entretanto, já demonstram confiança nos programas apresentados pela empresa, embora não de forma acrítica. A polarização em torno do debate foi avaliada pelas comunidades como algo que gerou “confusão”.

Por exemplo, as pessoas mostram mil maravilhas, outras vem e derruba, outros vem diz que é mentira, que é história, e aí a gente fica confuso, precisa da realidade pra gente saber. Eu não sei se ela é tão perigosa, o negócio é que se ela fosse tão perigosa não tivesse feito, pra começo não traziam né, mode a exploração né, era um escândo isso, aí a gente não sabe o que é aquilo não pode votar, dizer assim “Não, nós quer”, porque a gente não conhece.

Embora esta compreensão tenha se alterado ao longo dos encontros do grupo de pesquisa, ela nos revela a internalização da idéia de segurança, de que existe alguém realizando um controle daqueles riscos, o que também se pode caracterizar como uma estratégia de *sublimação* (SELIGMANN-SILVA, 1994) dos riscos.

O paradigma da adequação e da gestão é apenas um dos traços de um conhecimento que, para reforçar sua autoridade, se apresenta como capaz de realizar total controle e previsibilidade dos fenômenos. Associada à idéia de gestão, existe uma ciência – e uma prática cognitiva – que inferioriza saberes e, para isso, utiliza-se de estratégias de hipervalorização do capital científico. A seguir, procuramos observar como isto se operou no conflito em análise.

#### **5.4 A disputa por capital científico e a inferiorização de saberes na luta cognitiva**

A hierarquia epistemológica, identificada por Santos dentre os traços do pensamento abissal que caracteriza o conhecimento-regulação hegemônico pela ciência moderna, é inerente a toda discussão e elementos deste capítulo, posto que é parte e fundamento das lutas cognitivas. Só existe injustiça cognitiva porque existe uma hierarquização abstrata e injustificada dos conhecimentos do outro.

---

<sup>103</sup> Este, que foi o segundo encontro do grupo de pesquisa após das audiências públicas, realizou-se no local da mina, tratava-se do momento de “territorialização” do projeto, em que o grupo foi até o local para visualizar as estruturas que seriam montadas e discutir sobre seus impactos. Foi, portanto, olhando para o Rio Groáiras que as discussões se travaram.

Como decorrência ou como crítica a esta hierarquização, correspondeu uma disputa de capitais científicos e distintos modos de fazer ciência; conflitos em torno da afirmação do direito à voz e participação dos sujeitos sociais atingidos (esta dimensão estudaremos no capítulo seguinte); estratégias de resistência à inferiorização, que reafirmaram os valores não só dos saberes, mas das comunidades locais e de suas práticas sociais (esta dimensão se relacionou com mais ênfase sobre as disputas de territorialidades, assunto já explorado); discursos tecnicistas, de difícil acesso, que interditam a partilha de compreensões e geraram mais distância do que diálogo.

Neste tópico, faremos uma análise sintética desta disputa, compreendendo que ela é transversal a toda a pesquisa e que, portanto, não iremos esgotar o assunto por aqui.

Um dos elementos centrais dos discursos hegemônicos observados nas audiências, reprodutores de uma ciência que inferioriza o diferente, consiste em situar o outro em um estágio de vazio, de ausência de conhecimentos. Aqui, tecemos um paralelo com a *educação bancária* de Paulo Freire (2005), que se caracteriza pela noção de que os educandos, no caso, os participantes do debate, são como caixas vazias de conhecimento a quem caberia depositar o conhecimento científico. Talvez por isso a expressão “esclarecer” tenha sido utilizada tantas vezes pelos empreendedores e pela consultoria ambiental.

Isso não significa que, diversas vezes não tenha se afirmado, por parte da consultoria principalmente, o desejo de ouvir, respeitar, de contar com a participação da população. O que entra no campo das contestações é o pressuposto epistemológico desta escuta, desta participação, sobre a qual um participante “esclarece” o outro, detém mais técnica, mais profissionais e, segundo sua métrica, mais condições de avaliar o que se encontra em jogo.

Outra estratégia que ganhou destaque nas audiências foi uma espécie de “disputa curricular” em torno da potencialização dos capitais científicos entre os técnicos das empresas e consultoria ambiental e os pesquisadores que contestavam os estudos e as informações levantadas.

Observamos que a motivação desta estratégia deu-se pela entrada do Núcleo Tramas no debate, reivindicando um espaço de apresentação inicial com o apoio de entidades, movimentos sociais e das comunidades presentes. Com a participação do Tramas, seja na apresentação concedida, seja nas intervenções durante o debate, houve o acirramento da disputa em torno de quem era o porta voz mais legítimo da “ciência”

(quem detinha maior autoridade científica), ou, em torno de qual “ciência” era a mais legítima naquele conflito.

O Núcleo Tramas<sup>104</sup>, portanto, trouxe o capital científico oriundo das Universidades e contrapôs o que era apresentado, contestou dados, produziu contra-informações, convocou as comunidades a decidirem pelo seu próprio futuro, contribuiu na politização do debate, fundamentou-se com os saberes das comunidades.

Nas falas de apresentação do grupo, a professora que o coordena destacou um pouco de seu histórico, a diversidade de sua composição, a origem da pesquisa a partir da demanda dos movimentos sociais da região, os saberes partilhados e apreendidos com as comunidades da região, os impactos que o projeto geraria, os pareceres elaborados sobre o EIA-RIMA, a preocupação com a saúde humana e com o ambiente, as interfaces do projeto em análise com outros projetos de desenvolvimento já implementados. Houve destaque, ainda, para a dimensão da responsabilidade social da universidade pública com a produção e a partilha de saberes conectados aos problemas sociais reais.

O grupo apresentava outra concepção e outros métodos do fazer ciência, que envolvia desde a construção dialogada dos problemas de estudo até a partilha e validação de saberes com as comunidades com as quais dialogava. Faz-se importante destacar isto porque, a disputa pela autoridade científica envolve também uma disputa pelas próprias regras de funcionamento do campo científico. Na luta que os cientistas travam para impor o valor de suas obras e produtos disputando, por exemplo, qual análise sobre os riscos era mais precisa ou mais complexa, encontra-se em luta também a própria definição do que é ciência – com seus problemas, métodos e teorias que lhe sustentam (BOURDIEU, 1976, p.94).

A partir da apresentação do Núcleo na primeira audiência, acirrou-se o que estamos chamando de “disputa curricular”, ou seja, uma ênfase exacerbada nas titulações e formações profissionais dos membros dos sujeitos que era uma estratégia da disputa pela autoridade ou competência científica mais legítima (BOURDIEU, 1976). A Cnen, os empreendedores, a consultoria ambiental e até mesmo o Ibama (neste caso, de forma mais pontual) utilizaram-se desta estratégia. O Núcleo Tramas também se utilizou destas “disputas curriculares” em seus discursos posteriores, reivindicando a

---

<sup>104</sup> Este trabalho do Núcleo Tramas desenvolveu-se com o aporte e os acúmulos produzidos coletivamente no Painel Acadêmico-Popular, sobre o qual falaremos adiante.

diversidade de áreas de formação técnica, as titulações de mestrado, os parceiros pesquisadores que participaram da construção dos resultados apresentados.

Percebemos, principalmente após a segunda audiência, que toda apresentação inicial demorava-se na repetição dos currículos dos respectivos quadros técnicos, seja da empresa, da consultora ou da Cnen. O fenômeno incidiu, inclusive, sobre as apresentações pessoais dos representantes dos componentes das mesas das audiências, que passaram a descrever com afincos seus currículos, contando suas graduações, especializações, mestrados, doutorados e participações em universidades estrangeiras.

O representante da Cnen, na audiência de Lagoa do Mato, expôs detalhadamente seu currículo e dos membros da diretoria que coordena:

Nós temos dentro do nosso corpo técnico, como vocês podem ver, são 68 doutores e 66 mestres. Esses 68 doutores têm em média, 30 anos de experiência, dentro da área nuclear. São reconhecidos internacionalmente pela competência. Fazem parte dos comitês e das discussões nucleares. Além desses, além desses, nós temos 44 que estão sendo contratados.

A INB também explorou esta dimensão. Já na primeira audiência, seu representante apresentou sua formação e o grupo que lhe acompanhava:

sou engenheiro eletricista, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tenho Mestrado em Engenharia Nuclear no Instituto Militar de Engenharia e tenho meu Doutorado na França na área ambiental, na área de dispersão atmosférica. Eu trabalho há 30 anos na área nuclear. Nós estamos aqui, quer dizer, nós, isso eu ia pedir para vocês, nós temos aqui um grupo de 20 profissionais considerados os melhores profissionais dentro da área mineral de urânio, qualquer dúvida que vocês tenham, por favor, eles estão aqui para responder a qualquer questão.

A consultoria ambiental também enfatizou sua composição técnica desde a primeira audiência, em narrativa que se reproduziu, com a mesma literalidade, nas que se seguiram.

A equipe envolvida nos estudos ela foi composta por 47 profissionais, uma equipe multidisciplinar das mais diferentes áreas. Então geólogos, químicos, veterinários, biólogos, médicos, arqueólogos, etc. Estes profissionais foram do Ceará, da Paraíba, do Rio de Janeiro e de São Paulo. E aqui no estado do Ceará foi feito um convênio inclusive com a universidade Federal do Ceará que participou com análises de alguns animais.

As falas de apresentação já continham essa dimensão, posto que a ênfase na formação técnica foi uma das estratégias mais utilizadas para gerar credibilidade aos discursos gerando, assim, convencimento. Não estamos, então, dizendo que esta dimensão surgiu com a participação do Tramas, mas que ela se acentuou, principalmente após sua entrada no campo de disputas.

O Tramas foi, portanto, diversas vezes referenciado no debate. A “neutralidade” reivindicada pela postura “técnica” da consultoria, ou da Cnen, por exemplo, mostraram-se questionáveis, tendo em vista as posições sociais que ocupam: uma, empresa de consultoria contratada pelos empreendedores, estes, vale mencionar, possuem interesses econômicos diretos na exploração da mina; a Cnen, por sua vez, é órgão estatal acionista principal da INB e tem como missão estimular o uso seguro da energia nuclear. O Tramas, portanto, trazendo seu lugar de fala situado, político, com opções definidas no conflito ambiental, conseguiu contrapor-se à lógica da neutralidade sem que a legitimidade de sua competência científica fosse subtraída. “E assim, o pessoal do Tramas fizeram estudos, o pessoal da UVA fizeram estudos, eu acho que eles não estão mentindo, eles não iam estar precisando mentir aqui para enganar ninguém”, ilustra um estudante nos debates da audiência de Santa Quitéria.

Dando continuidade ao objetivo deste tópico, observamos que, além de uma concepção *bancária* do debate, e das “disputas curriculares”, houve também a utilização de uma estratégia de valorização simbólica que Rigotto (2004), com base em Thompson (1995), classificou como condescendência, que seria o elogio às “formas simbólicas de modo a rebaixar seus produtores e lembrá-los de sua posição subordinada” (RIGOTTO, 2004, p.130).

No debate, por exemplo, em diversos momentos a consultoria “agradecia” às participações, estimulava as pessoas a “tirarem suas dúvidas”, elogiava os que adotavam uma postura mais amistosa, que estavam “buscando informações”. A valorização da participação não se dava, entretanto, quando existia uma postura de crítica ou enfrentamento ao projeto.

Nos debates, uma estudante de Santa Quitéria relatou que fez uma pesquisa em sua escola e que 98% dos 36 entrevistados disseram que eram contra o empreendimento. Em resposta, a consultoria ambiental afirmou que fez diversas reuniões com a população e pesquisas de opinião com “dados científicos”, nas quais tiveram como resultado que 65% da população era favorável ao projeto.

Questionada sobre onde estariam essas pessoas favoráveis, na tréplica, a consultoria destaca a confiança que tem na pesquisa da participante, mas de outro lado nega esta confiança reafirmando seu capital científico lastreado no método “adequado” de fazer ciência

Eu acredito que sim, que com quem você conversou pode ter dado esse resultado. O que estou te dizendo é que nós contratamos um instituto de pesquisa, que fez uma amostragem, dentro de metodologias científicas e ele

ressaltou e trouxe esse resultado. [consultoria ambiental, audiência de Santa Quitéria]

Observamos, portanto, que à hipervalorização de sua forma específica de saber – o saber curricular, corresponde a desvalorização do outro. Mas as estratégias de *condescendência* não foram pontuais.

Nos debates com os membros do Núcleo Tramas esta estratégia também foi utilizada pela consultoria. Nas três audiências, foi comum a consultoria desqualificar a crítica recebida com apoio em uma postura aparentemente acolhedora, como das vezes em que dizia entender os equívocos dos participantes já que “o estudo era longo e muitas coisas passam despercebidas”, ou que “a primeira vista” tal elemento não foi identificado na leitura. Na audiência de Itatira, por exemplo, a consultoria diz que “a gente está à disposição da Tramas para conversar, esclarecer e apontar no estudo, onde estão as informações”. Esta postura condescendente, portanto, foi utilizada para reafirmar uma forma de superioridade técnica do que era apresentado pela consultoria.

Não estamos, com isso, afirmando que as intervenções da platéia ou do Núcleo Tramas estão imunes a equívocos ou falhas do ponto de vista técnico, ao contrário, acreditamos que os saberes postos em debate são incompletos e passíveis de contestação. A questão central é que os pontos de discordância, em vários momentos não foram apontados como tais. Dificilmente a consultoria, ou a empresa, respondia dizendo discordar do participante, ou que trabalhava com métodos e princípios epistemológicos distintos. Geralmente, a estratégia utilizada pela consultoria foi a convocação de especialistas do assunto para dar respostas que, discursivamente, se auto-proclamavam superiores e aparentavam uma certa benevolência com os “erros” dos participantes.

Em momentos pontuais, entretanto, observamos uma postura de arrogância mais nítida, direcionada de forma específica para determinados participantes. Dificilmente ela partiria da consultoria ambiental que tem como característica uma intencionalidade moralizadora do debate. O representante da Cnen, entretanto, se exaltou em diversos momentos, e tomamos como hipótese uma possível “surpresa” com o cenário conflitivo que se apresentou e, talvez, a ausência do suporte e orientações da consultoria ambiental na elaboração prévia de seu *posicionamento ambiental* (BRONZ, 2011), orientação esta cuja influência foi perceptível na padronização da postura e discurso dos empreendedores.

Quando um dos pesquisadores do painel acadêmico-popular se inscreveu para questionar a segurança dos trabalhadores expostos à radiação, reafirmou que estava preocupado com a operação do empreendimento em si, pois

a variação devido ao ambiente, as interações com o homem, com a máquina, com as tecnologias envolvidas são as mais diversas, com os mais diversos resultados. De certa maneira vocês ainda vão conhecer com o que está lidando de fato. De fato é isso. Tá certo? **Vocês não sabem direito com o que, como é que o ambiente vai lidar com, durante o processo de operação. Vocês vão aprender, tem muitos parâmetros.** (grifo nosso)

Imediatamente o representante da Cnen respondeu para afirmar que “Desculpe, nós não vamos aprender. Nós vamos analisar as informações que são dadas pela empresa.” O pesquisador do painel desculpou-se e esclareceu que estava se referindo à empresa, os empreendedores irão aprender com o ambiente.

O diálogo nos coloca diante de traços que distinguem duas formas antagônicas de fazer ciência. Uma delas aponta para a diversidade de contextos, de incertezas, reivindicando um conhecimento contextualizado a partir dos casos concretos. Denuncia, também, os limites do conhecimento científico e das abstrações realizadas. A outra se apóia em uma visão técnica, segura, certa de seus efeitos e previsões, uma ciência que não aprende com o ambiente.

Embora a crítica não tenha se dirigido à Cnen, seu representante apressou-se em responder, “nós não vamos aprender”, sinalizando uma compreensão totalitária sobre seus conhecimentos.

Ademais, os sinais desta arrogância científica também se mostram na concepção do estudo ambiental. A partir do diagnóstico sócio econômico e físico biótico, “é possível identificar todas as interferências”, afirma a consultoria. A idéia de previsibilidade absoluta e segurança dos planos também infere esta concepção de superioridade.

Durante seminário de Canindé, estes sinais se evidenciaram. A consultora responsável pelo plano de comunicação da empresa afirmou que as preocupações das comunidades seriam “fruto de informações não esclarecidas” e do “imaginário” da população local, estigmatizando, mistificando o outro, seus saberes e preocupações. A fala reflete com precisão a hierarquização de saberes que estrutura os processos de injustiça cognitiva.

Durante os debates, houve também participantes que apoiaram sua fala sobre uma hierarquização dos conhecimentos em jogo. O antigo dono da fazenda Itataia foi o

participante que mais enfatizou esta dimensão. Caracterizando a agricultura da região como “atrasada”, ele fez um fala de valorização do conhecimento técnico: “O corpo técnico todinho que está aqui tem responsabilidade. E sem o conhecimento técnico, ninguém sai do rami-rami, da ignorância que sempre nos atrasou, que sempre foi o atraso.”

Durante a pesquisa de campo, observamos que esta estratégia hierarquizante encontra resistência dentre os moradores das comunidades quando eles valorizam seus saberes e as experiências com o ambiente da região. Mas é relevante destacar que este sentimento de inferioridade cognitiva também adentra nos discursos destes moradores, das tantas vezes que se julgam “leigos”, “ignorantes”, que afirmam “precisar” dos pesquisadores pra levar informações, sem que estas informações estejam dialogadas sob trocas horizontais.

Então eu acho assim, essa questão desse urânio pra nós, pra mim que sou leigo, num entendo nada, é muito ruim até de discutir, eu tô falando aqui, assim, porque nós tamo nesse meio aqui, mas eu acho assim, é muito até triste eu discutir, só se perguntar “O que aquele véi tava discutindo, um analfabeto, num sabe porra nenhuma?” O que é que tá discutindo uma coisa que eu num sei nem o que é, sei lá o que diabo é urânio, sei lá o que é mina, sei lá o que é... Por isso é que eu perguntei naquele dia se tinha algum especialista de saúde, a pessoa da medicina né, porque quem vai saber isso mesmo, a quantidade que é perigoso, as pessoas sabe, nós, coitadinho, tamo aqui só falando que nem nós fala de onça, nós sabe que onça é valente né, mas num brigamo com ela, num sabe a quantidade de briga que ela sabe né, que ela tem. [morador de Saco do Belém, participando do grupo de pesquisa após as audiências públicas]

Da fala transcrita, observamos que a hierarquização de saberes na luta cognitiva implica não apenas em uma “disputa curricular”, mas sua conseqüência – e intencionalidade primordial – é inibir a participação dos sujeitos sociais, provocar uma subordinação que termina no silenciamento dos participantes “leigos” e no esvaziamento da possibilidade de um debate democrático sobre o projeto (no próximo capítulo veremos mais sobre esta dimensão). Aqui, não estamos querendo desconsiderar a existência de uma dimensão disciplinar dos conhecimentos e os motivos evidentes pelos quais trabalhadores camponeses desconhecem os efeitos da radiação do urânio. Se é certo que existem conhecimentos específicos e produzidos dentro de um campo científico, também é certo que inúmeros participantes deste campo se utilizam da autoridade legítima para inferiorizar outras formas de conhecer e viver a realidade, interditando os caminhos de construção intercultural e dialógica de saberes.

Vale destacar, por fim, que muitas vezes estas duas dimensões (internalização e resistência à hierarquia cognitiva) aparecem juntas. O mesmo participante da fala supracitada, afirmou que “de mina eu num entendo nada, agora de vida eu entendo, sou um pai de família, tenho dois filho, num quero ver eles morrer de desgraça não, se tem um jeito pra escapar vamo escapar né”. Desta forma, ele traça fronteiras entre o que ignora e o que conhece, mas inclui em seu discurso a valorização de sua experiência e de seus saberes – ainda que os reconheça como insuficientes para avaliar e prever os impactos do projeto.

Feitos estes apontamentos, seguiremos no estudo das estratégias utilizadas na luta cognitiva no conflito ambiental. A seguir, abordamos os processos de eufemização e fragmentação dos riscos, que se associam aos mecanismos de desconsideração das incertezas científicas.

### **5.5 Eufemizar os riscos, desconsiderar as incertezas, fragmentar a complexidade:**

Os traços do que se classificou como ciência moderna podem ser observados na racionalidade sob a qual se orienta o licenciamento do projeto Santa Quitéria: a amenização e a fragmentação dos riscos, associada à desconsideração das incertezas.

A fragmentação dos problemas consistiu em uma ferramenta utilizada durante as três audiências, principalmente pela consultoria ambiental. Para cada pergunta, um técnico especialista era convidado a dar a resposta. Ainda que as falas dos debates envolvessem múltiplas dimensões de preocupações com riscos ao ambiente, com preocupações sobre os modos de vida e territorialidade, a postura dominante foi a de eleger um dos temas, categorizá-lo sob o disciplinamento científico e chamar à fala o especialista responsável.

Sobre a eufemização de riscos, iremos compreendê-la como “ações ou relações que são descritas ou re-descritas de modo a despertar uma valoração positiva (suprimir violentamente um protesto é descrito como “manter a ordem”)” (RIGOTTO, 2004, p.130). Além da eufemização, que consiste em atribuir uma valoração positiva, observamos também estratégias de negação de riscos e de impactos negativos.

Como primeiro exemplo de uma negação explícita de riscos, trazemos a fala do representante da INB na audiência de Itatira que, ao falar sobre os riscos de desapropriações nas comunidades, disse para a população que “podem ficar tranquilos, pois não vai haver”. Em relação à contaminação e venda dos produtos da agricultura

“aqui também podem ficar tranquilos, nós temos todos os métodos de segurança para garantir que não vai haver impacto ao meio ambiente. Nós vamos fazer todo o controle ambiental”. O discurso da gestão e do controle se associa a estratégia de negação, afinal, se os riscos serão geridos e controlados, seus impactos não terão dimensões tão relevantes para preocupar a população.

Em outro momento, ao ser indagado sobre o risco de acidentes, o representante da INB traçou uma resposta que se baseava na argumentação de que: a empresa trabalha de forma transparente, e isto é importante para garantir a confiabilidade; que após qualquer evento, pois “deixa eu explicar, qualquer evento, **a gente chama de evento, não acidente**” (grifamos) seria elaborada uma comunicação imediata; após essa comunicação, é elaborado um relatório com as medidas a serem tomadas.

Ao processo de eufemização dos acidentes, que a técnica designa como “eventos”, corresponde também a formalização de um procedimento para relatá-los – e não preveni-los. A questão, portanto, é parcialmente respondida, uma vez que a empresa afirma como gerir e relatar os “eventos”, mas não como prevenir sua ocorrência<sup>105</sup>.

Em relação às comunidades, além do processo de invisibilização que será abordado adiante, há uma intencionalidade de reduzir os efeitos dos impactos. A consultoria, em suas apresentações iniciais, afirma que:

A área de influência direta corresponde ao município de Santa Quitéria, por que, é onde está a jazida e é o município que vai receber os impostos e por tanto vai ter maiores tributos, maior arrecadação. Não quer dizer que toda a área vai sentir esse empreendimento, **as comunidades que estão mais distantes, mal vão sentir. Vão apenas perceber que o município vai ter mais recursos, vai ter uma maior animação econômica.** (grifo nosso)

Além de reduzir a área de influência, conforme argumentaremos posteriormente, a consultoria *eufemiza* os impactos dos municípios da área de influência direta, já que as comunidades mais distantes “mal vão sentir” ou, apenas vão sentir o lado bom, a dinamização da economia local.

O EIA também recorre a esta ferramenta, especialmente quando trata da questão da radiação – cujos dados não aparecem no estudo sob argumento de que foram enviados à Cnen e a exposição dos trabalhadores ao gás radônio, afirmando que ela será

---

<sup>105</sup> Vale mencionar que as comunidades de Caetité relatam que não tiveram acesso aos relatórios e aos resultados de fiscalização da empresa.

“**em baixíssimas concentrações**, devido ao alto fator de dispersão atmosférica no local decorrente da ação dos ventos, uma vez que a lavra será a céu aberto, motivo pelo qual a dose provocada pelo mesmo no trabalhador será desprezível” (ARCADIS LOGOS, V. 1, p. 216) (grifo nosso), sem, entretanto, afirmar que doses são essas que considera “desprezível”. Em outro momento, ao tratar dos ruídos e vibrações provocados pela operação do empreendimento e aumento do tráfego de veículos, o estudo também caracteriza o impacto como um “incômodo” (ARCADIS LOGOS, 2014, V.4, p.251), evidenciando novamente que se fundamenta sob uma perspectiva urbano-industrial e pouco se aprofunda no modo de vida camponês.

Em outros espaços públicos esta estratégia foi utilizada, a exemplo do debate realizado em Canindé, ao qual já nos referimos, representante da Galvani apresentou a pilha de fosfogesso como uma pilha sólida a céu aberto mas que era “não contaminante”<sup>106</sup>.

Algumas destas observações foram pontuadas no debate das audiências, quando os participantes afirmavam que as empresas queriam esconder os riscos do empreendimento. Durante as idas às comunidades, observamos que também esta estratégia de *eufemização* contribuiu para os relatos de que as informações eram apresentadas de maneira muito confusa.

Em diversos momentos os moradores das comunidades agradeciam a presença do Núcleo Tramas para levar “outro conhecimento”, ou pra “informar do bem e do mal”, relatando que, “desde que a gente chegou aqui que a gente vê falar do movimento da mina né, só que a gente só vê falar ao bem né, não tem nada de ruim pra gente”. A ocultação dos impactos e a ênfase nos benefícios são, portanto, estratégias presentes nos diversos canais de comunicação da empresa com as comunidades.

Em relação à abordagem das incertezas científicas, o exemplo da tecnologia de separação do urânio e fosfato foi o que nos chamou atenção nos debates.

O colofanito, minério da região, mistura urânio e fosfato e, para que ambos tenham aproveitamento econômico, precisam ser integralmente separados. A tecnologia, desenvolvida para o empreendimento, será utilizada pela primeira vez. Uma das fontes da pesquisa, que domina conhecimentos e informações sobre o desenvolvimento desta

---

<sup>106</sup> O Parecer dos pesquisadores do painel acadêmico-popular, entretanto, diz que a pilha, oriunda de resíduos da produção de ácido fosfórico que alcançará 90 metros de altura, contendo cerca de 24.960.000 toneladas, sofre com riscos de contaminação do solo e das águas, e o próprio EIA propõe a instalação de barramentos para evitar a ação dos ventos sobre a pilha com a conseqüente emissão de partículas radioativas.

tecnologia, relatou para pesquisadora do Núcleo Tramas que as empresas não tinham obtido um nível de pureza satisfatório e que, portanto, havia o considerável risco de que os fertilizantes e a ração animal produzidos com o fosfato da região contivessem rejeitos de radioatividade. O EIA não informa sobre o nível de pureza dos elementos obtidos<sup>107</sup>. Este foi o contexto sobre o qual se desenvolveram os debates das audiências.

A INB apresentou a questão da seguinte forma: “Nós brasileiros desenvolvemos uma técnica para retirada desse urânio. Então, é uma grande vitória para o Brasil.”

A consultoria ambiental também reafirmou a origem nacional da técnica e que “Isso já foi desenvolvido, tem a segurança com relação à separação desses dois elementos, e é isso que faz sentido”. A Galvani, por sua vez, disse que não teria sentido investir no projeto se essa tecnologia não fosse totalmente segura.

Coube ao Núcleo Tramas questionar a confiabilidade da tecnologia, explicitando que ela seria utilizada pela primeira vez e que, caso a separação não fosse total, havia risco de um impacto incalculável com a presença de elementos radioativos nos fertilizantes e na ração animal que seriam produzidos. Quando pesquisador questionou sobre a presença de contaminantes no fosfato, representante da INB limitou-se a afirmar que existiria uma rota tecnológica “para remover as impurezas radioativas” e que esta tecnologia havia sido patenteada, expressando seu orgulho de participar da criação da técnica. Em réplica o pesquisador do Tramas critica a forma genérica com a qual afirmam que o fosfato será o “mais puro em nível de circulação no Brasil”, sem citar dados específicos e afirma que o urânio e o tório não serão totalmente removidos. Tensionado pela contestação, o representante da INB, pela primeira vez nas audiências reconhece que a remoção não é total, mas minimiza o questionamento ao recorrer às estratégias de naturalização da radiação e dizer que o radionuclídeo estará no fosfato assim como “está em todo o universo, está presente até dentro da gente”.

A crítica, entretanto, não pode apresentar nenhuma informação conclusiva tendo em vista que os pesquisadores da Universidade não conheciam ou tiveram acesso a esta técnica o que, por evidente, limita a possibilidade de uma posição com dados precisos – o que, entretanto, é responsabilidade da consultoria ambiental fornecer.

---

<sup>107</sup> De acordo com o Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária, por ofício expedido em 20/12/2005, não existem normas no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que definam níveis máximos de presença de elementos radioativos em fertilizantes.

A ciência que não mostra suas incertezas, é também responsável pela produção de conhecimentos imprudentes, que violam o conteúdo do princípio da precaução.

Ao apresentar as interferências do projeto sobre o meio físico e biótico, a consultoria adentrou na questão da poluição atmosférica, quando então explicou a análise realizada, a partir da edição dos ventos, velocidades, frequências, temperatura e que a conclusão foi que as concentrações não chegariam a afetar a saúde, mas que seriam tomadas duas medidas, a colocação de filtros nas chaminés e a elevação das chaminés para uma dispersão mais alta na atmosfera.

Quanto à dispersão mais alta na atmosfera, do ponto de vista ambiental, não nos parece uma mitigação razoável, considerando que não diminui os efluentes lançados, apenas retardam sua dispersão sobre o solo e as águas, lhes redirecionando sem minimizar sua lesividade.

Sobre o assunto, a conclusão da consultoria é que “se tiver algum aumento que possa chegar perto de níveis que possam causar algum problema então são revistos os filtros e são colocados, enfim são feitas medidas para se reduzir essas emissões”. As “baixas concentrações”, portanto, podem variar com o tempo de forma que ainda não é possível avaliar os níveis de poluição. Se não há certeza científica sobre os riscos impactos, seria prudente afirmar que não existirão danos à saúde humana?

Ademais, na elaboração do Parecer Saúde sobre o EIA, pesquisadores do Painel Acadêmico-Popular apontam que o estudo desconsiderou a liberação não-natural de gás radônio nas sessões sobre emissões atmosféricas e qualidade do ar (EIA, V.I, Secção 3.3.5, p. 70), não abrangendo, portanto, todas as possíveis fontes de poluição.

Além da imprudência, observamos momentos em que houve verdadeiramente a produção do ocultamento de informações sobre os riscos ambientais. Durante a audiência de Lagoa do Mato, o representante da consultoria ambiental chegou a afirmar que a barragem de rejeitos não possuía material radioativo, que era composta apenas por “areia”. Nos debates, um pesquisador do Núcleo Tramas questionou a informação e, após réplicas e trélicas, inclusive após a menção ao trecho que EIA que afirma a presença de radionuclídeos na barragem, o representante da consultoria voltou atrás e assumiu a presença destas substâncias.

A seguir, estudaremos como essa estratégia de naturalização dos riscos e desconsideração das incertezas se apresentou em relação a um dos temas que mais foi debatido durante as audiências: a (preocupação) com a emissão de radiação.

#### 5.4.1 Os mitos e os não-ditos sobre a Radiação:

A questão da radiação centralizou os debates acerca da previsibilidade dos riscos, das incertezas científicas envolvidas e da naturalização dos possíveis impactos.

De início, observamos que, nas apresentações da Cnen, houve um esforço discursivo para “naturalizar” a radiação e, assim, aproximá-la do cotidiano dos participantes.

“O homem vive no mundo cheio de radiação. E toda a raça humana sobreviveu e de certa forma evoluiu dentro desse ambiente”, inicia o representante da Cnen. Apesar de ela ser “invisível, inodora, insípida, inaudível e indolor”, ela faz parte do ambiente e é “é detectável, identificável e quantificável com o auxílio de detectores”, segue em narrativa.

Em seguida, o funcionário apresenta uma lista de exemplos de como a radiação compõe o ambiente, o próprio corpo humano e como a radiação natural afeta o bem-estar social positivamente. A radiação, portanto, encontra-se nos alimentos, no corpo humano, na esterilização das seringas descartáveis, nos tratamentos contra o câncer, na produção de cosméticos, nas pesquisas científicas, no exame de raio X dentário, na castanha do Pará, no solo, nos materiais de construção, nas indústrias de bebidas e de papel. Elaborar-se um marco discursivo baseado na associação entre radiação e elementos positivos do cotidiano. Em seguida, o funcionário da Cnen compara as doses de radiação entre alguns destes exemplos com aquela recebida por trabalhadores de usinas nucleares e com outras regiões do mundo que possuem alta radioatividade.

Para o radônio, ele apresentava regiões onde as doses naturais de radônio são altas. “A dose numa região do Reino Unido é 7,8 milisieverts. O limite, de uma tomografia computadorizada de corpo inteiro, a dose é 10 milisieverts”. Neste momento da fala, o representante da Cnen é interrompido pela platéia que reclama que ele não estava falando especificamente do projeto Santa Quitéria.

Com auxílio da presidência da mesa, o representante segue sua apresentação com os exemplos da lista acima. Em seguida, quando vai tratar sobre as doses de radiação esperadas no empreendimento, limita-se a afirmar que:

Bom, o que eu queria dizer é, alguns estudos falam de 1.000 milisieverts de danos determinísticos, realmente essa dose, são doses que não vão ocorrer dentro de uma instalação que nem a instalação dentro de Itataia. Doses de 5.000 milisieverts. A instalação de Itataia vai trabalhar com urânio não enriquecido, não tem jeito de ter esse tipo de dose esse tipo de acidente que chegue a esse tipo de dose.

Posteriormente, segue para falar sobre as aplicações industriais da radiação e apresenta as diversas áreas em que se utiliza radiação e a Comissão exerce as funções de licenciamento e fiscalização<sup>108</sup>. Sem especificar quais as doses na mina e nas unidades industriais do complexo do projeto, a Cnen limita-se a afirmar que “não tem jeito de ter esse tipo de dose”. Observamos, portanto, a omissão de informações precisas sobre o empreendimento e um esforço de amenizar seus impactos sem que todos os dados fossem disponibilizados para contestação pública.

Na cartilha “Radiação: o que é isso?”, produzida pelo consórcio empreendedor, a radiação é caracterizada novamente como algo natural e agora a comparação feita é com a radiação emanada pelo Sol. O texto também afirma que o urânio é um elemento natural e que o yellowcake produzido “continua sendo urânio natural, muito próximo do que existe na natureza”<sup>109</sup>.

O conteúdo da apresentação da Cnen não pode ser apreendido sob os critérios do verdadeiro ou falso. A precisão de dados levantados, das aplicações da radiação, da sua presença na constituição da vida e dos elementos de uso cotidiano, os índices sobre as médias de doses de radiação recebidas, embora possam corresponder a uma “verdade”, ou a dados sobre os quais existe um certo acordo científico, a um só tempo é também marcada por intencionalidades e por uma narrativa que gera desinformação.

Embora a Cnen seja o único órgão presente que teve acesso ao Relatório do Local<sup>110</sup> e aos dados radiológicos do empreendimento, não apresentou com precisão as

---

<sup>108</sup> Para que possamos registrar no texto, marcadamente pelo cuidado da Comissão em quantificar e dimensionar as diversas atividades econômicas que se utilizam da radiação, vale registrar que foram apontados, por seu representante, os seguintes dados: “Para vocês terem uma ideia de números, hoje são 2.821 instalações, esses dados são de agosto, já deve estar maior que isso, que estão ativas e algumas em processo de licenciamento. Na área médica nós temos 351 instalações de radioterapia. Hoje, 80 novos equipamentos de radioterapia estão sendo colocados pelo Ministério da Saúde. 48 novos centros. O maior programa de tratamento oncológico no mundo. 23 irradiadores de sangue no país. 491 instalações de medicina nuclear no país, sendo que 100 delas já têm esse equipamento mais sofisticado, que são os Pet-Ct. Tem 12 cíclotrons do país produzindo radiofármacos para serem usados dentro dessas técnicas. Na área industrial as pessoas não sabem, mas existe um número enorme de instalações com material radioativo. Cinco irradiadores industriais de grande porte de cobalto 60, 4 aceleradores que fazem essas esterilizações, tanto, inclusive de cosméticos que não podem estar contaminados, são tratados com radiação para matar as bactérias. São cerca de 4.500 medidores nucleares e 683 instalações. 440 fontes de petróleo em 25 instalações. 280 irradiadores de gamagrafia em 25 empresas. E mineradoras com urânio e tório associados. Tem 620 instalações e laboratórios que usam radiação”. [representante da CNEN, audiência de Santa Quitéria]

<sup>109</sup> A cartilha é disponibilizada pelas empresas por meio do site <<http://www.consorciosantaquiteria.com.br/arquivos/radiacao.pdf>>, acesso realizado em 19.07.2015.

<sup>110</sup> Documento inicial que o empreendedor deve enviar à CNEN para análise da obtenção da licença nuclear.

doses de radiação dos trabalhadores, por exemplo, ou as doses de gás radônio que seriam emitidas ao ambiente.

Ademais, vale destacar no EIA não consta análise de transferência de radionuclídeos no ambiente da mina, na unidade de fosfato, na barragem de rejeitos e nas pilhas de estéril e de fosfogesso, ou seja, tal análise apenas foi realizada considerando a unidade de processamento de urânio.

Tal lacuna foi observada no Parecer elaborado pelos pesquisadores do Painel Acadêmico Popular e entregue pelo Núcleo Tramas nas audiências públicas. De acordo com os pesquisadores, não se pode comparar os limites de doses de exposições eventuais (a exemplo dos exames de raio X, utilizados como exemplos em todas as audiências) com a de trabalhadores que estarão continuamente expostos a estas doses, sofrendo seus efeitos cumulativos.

A comparação da radiação com o cotidiano, embora não seja inverídica, revela a intenção de naturalizá-la. Se, por um lado, a radiação é natural e está presente em diversos produtos, no corpo humano etc, ao nos referirmos ao projeto estamos falando de um processo produtivo-industrial que irá explorar o minério, a céu aberto, por escavação mecânica e explosivos, o que implicará na dispersão de radionuclídeos e do gás radônio. Nas unidades industriais do projeto, seja na de fosfato, seja na de urânio, o processo de beneficiamento também gerará uma exposição laboral dos trabalhadores. Estas intervenções, portanto, ainda que não retirem o caráter “natural” do urânio, acentuam sua dispersão, a liberação de radioatividade para o ambiente, comunidades e trabalhadores e geram inúmeros impactos decorrentes do processo-produtivo.

O assunto, entretanto, não foi conectado às transformações geradas pelo projeto. A estratégia discursiva da Cnen sobre o tema da radiação envolveu, em síntese, a naturalização e a abstração do assunto. O tema não era integrado aos impactos do projeto em si.

A consultoria ambiental também reafirmou a idéia de que a radiação é natural e afirmou que “se ocorrer um aumento dessa radiação são tomadas medidas para que essa radiação não seja elevada”. Tais medidas, entretanto, não foram especificadas, o risco de que este aumento ocorra, entretanto, é assumido e naturalizado.

Em outro momento, a consultoria afirmou que mediu a radiação do local e que ela é “um pouco acima do que é pra média da região, mas as amostras mostram que não existe, esses níveis de radiação não oferecem risco a saúde”. Pretende-se, então, afirmar que não existe uma relação entre radiação e riscos à saúde. Da informação de que o

nível de radiação atual não oferece risco à saúde não se pode deduzir que, após a exploração da mina, os riscos serão os mesmos. Ademais, chamou atenção o fato de não terem sido apresentados dados esperados de radiação e que o tema foi tratado como uma preocupação abstrata a ser tratada em momento futuro, basicamente por meio dos planos de monitoramento e controle<sup>111</sup>.

A naturalização dos riscos da radiação não esteve presente apenas nos discursos da Cnen e da consultoria ambiental, mas também no discurso da INB. Durante os debates, o supervisor de radioproteção da INB, chamado à fala para responder as perguntas dos participantes, simplifica o processo produtivo do projeto

O que a gente pode falar da radiação? O urânio, o processo que a gente faz lá na mineração, simplesmente é minerar e produzir um concentrado. A gente não altera as características naturais dele. Ele não é enriquecido, ele simplesmente forma um concentrado. O concentrado é mais radioativo que o urânio que está na terra? Um pouco mais, mas não deixa, não tira o caráter natural dele, em termos técnicos.

Afirmar que o yellowcake será “um pouco mais” radioativo, sem os dados precisos dessas radiações, caracteriza novamente a estratégia simbólica que busca amenizar o problema e a estratégia política que gera desinformação durante o debate. Em sequência, o funcionário afirma, sobre a exposição dos trabalhadores: “A radiação dos trabalhadores, ela é exatamente equivalente à radiação natural. Eles tomam a radiação natural, fora da unidade e tomam um equivalente a mais um tanto na unidade”. A fala, confusa, abre margem para se compreender que a radiação dos trabalhadores, cotidianamente expostos na mina, pode ser equivalente à radiação atual do ambiente. Ou seja, que o processo de trabalho em um ambiente que sofreu interferências como escavação, britagem, beneficiamento, não alteraria o nível de exposição, ademais para os que estão continuamente em contato com estas substâncias. Ademais, qual este “equivalente a mais” que os trabalhadores receberão nas unidades industriais? As

---

<sup>111</sup> O especialista em análise de risco na área nuclear da consultoria ambiental, que inicia sua fala destacando que há 40 anos trabalha na área, descreve a utilidade destes levantamentos: “então é feito um levantamento do nível de radiação na região em função das características locais. Então é feito um levantamento da distribuição da população, dos hábitos alimentares, da produção, e consumo de alimentos na região e toda essa cadeia que pode ser é eventualmente contaminada, ela é monitorada. E todos esses fatores de transferência, de radionuclídeos de um meio por outro, por exemplo, da mandioca para uma pessoa, elas têm as taxas de transferência da radiação muito bem definidas e a gente comprova isso através de um programa de monitoramento que é continuado durante toda a vida do empreendimento.” Tais levantamentos são fundamentais para viabilizar a comparação entre dados. Entretanto, importante também que os dados fossem disponibilizados publicamente para que fossem submetidos a uma crítica e possíveis refutações.

mesmas doses da mina? Tais perguntas não foram respondidas, nem nas audiências, nem no estudo ambiental.

Durante os questionamentos da platéia, diversas vezes a questão da radiação foi abordada. Um dos participantes, por meio de pergunta escrita, questionou exatamente acerca dos riscos durante a exploração:

Apesar de nas apresentações ter sido abordado o impacto ambiental, considero as informações apenas superficiais. Os riscos considerados naturais já são conhecidos. Gostaria, portanto, de ouvir sobre os riscos durante a exploração mineral. Que níveis de radiação serão obtidos?

O Ibama considera que a pergunta já foi respondida e segue adiante. Sob nossa compreensão, entretanto, esta pergunta permanece em aberto, diante da omissão dos dados radiológicos e de uma análise sobre exposição continuada e dispersão de radionuclídeos e do gás radônio. O participante, portanto, trouxe uma questão relevante ao diferenciar o que chamou dos “riscos naturais”, da situação atual da mina, dos “riscos durante a exploração”, tendo em vista que eles não são equivalentes.

Um morador da comunidade de Morrinhos fez a metáfora da exploração da mina como “acordar um dragão adormecido”, que foi amplamente utilizada nas falas do Núcleo Tramas durante os debates das audiências. Enquanto a mina não está explorada, o nível de emissão de radiação não será o mesmo após as diversas transformações e geração de poluição do processo produtivo, ainda que, “tecnicamente”, conforme foi afirmado, o urânio em si não saia de seu estado natural. Vale destacar, ainda, que serão 118 milhões de toneladas de minério lavrados (RIGOTTO et al, 2014, p.11) o que, pelo grande volume, altera potencialmente os riscos de contaminação ambiental.

Os pesquisadores do Núcleo Tramas, durante as audiências, pontuaram algumas críticas sobre o que era apresentado. Na audiência de Santa Quitéria, durante sua apresentação inicial, a professora do grupo explicou acerca da liberação de radiação no processo produtivo de escavação, explosivos, britagem, etc, bem como por meio das chaminés das unidades industriais, “ressaltando que, de acordo com estudos realizados na Argentina e em outros países, com um vento de 16 km/h, o gás radônio que é um dos filhos do urânio pode percorrer distâncias de até 1000 km”. Apontou, ainda, que o EIA desconsiderou a emissão do gás radônio e a preocupação com a dispersão das partículas radioativas que podem se depositar sobre os telhados das comunidades, contaminando a água de consumo humano, já que muitas famílias são abastecidas via cisternas de placa. A professora traz para o debate, ainda, estudos científicos que atestam os malefícios da radiação para a saúde:

Por exemplo, a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos mostrou num estudo que nenhum nível de radiação, por insignificante que seja, pode ser considerado seguro. Mostrou também que tanto os cânceres quanto os defeitos genéticos podem aparecer anos ou décadas depois da exposição à radiação.

Já na sua apresentação de Lagoa do Mato, a professora enfatiza a desconstrução da naturalização da radiação, enfaticamente repetida pelos empreendedores e pela Cnen na audiência anterior.

Então o argumento, por exemplo, de que há aqui um urânio natural é importante da gente questionar. Porque não é como um iogurte natural, não é como um arroz natural, um milho natural... É natural no sentido de que não é fabricado no laboratório, ele está na natureza, mas ele está lá quieto na natureza e na medida em que a gente for extrair e gerar poeiras com isso que vão contaminar a água, que vão contaminar o solo, os alimentos, que nós vamos respirar elementos que lá dentro do nosso corpo vão liberar radioatividade, então, isso significa que nós vamos estar nos expondo a risco de vários tipos de câncer

Em outro momento do debate da audiência de Santa Quitéria, pesquisadora do grupo categoriza como “inverdades” as informações dadas pela consultoria e empreendedores, ao afirmarem, por diversos canais que não havia riscos para a saúde. Para a pesquisadora, a “mentira” da empresa está na comparação de um raio X com a radiação que os trabalhadores receberão na mina, apontando para estudos “da Alemanha, dos Estados Unidos, da Espanha, da República Tcheca já mostraram que todos os tipos de câncer estão aumentados diante da exposição a radiação ionizante por esses trabalhadores.”

Observamos, portanto, que o eixo radiação-saúde consistiu em um dos principais pontos de contestação durante o debate. Ainda, que se polarizaram distintos discursos sobre os riscos para o ambiente e a saúde da população e que, com a participação do grupo de pesquisa crítico ao empreendimento, trazendo o aporte da *autoridade científica* que dispunham, outras informações surgiram e redesenharam os rumos do debate.

Conforme já mencionamos, os materiais informativos produzidos pelo consórcio reproduzem esta lógica de naturalização dos riscos da radiação. Em outra cartilha produzida, intitulada como “Mais alimentos, desenvolvimento e energia”, disponibilizada no site do consórcio empreendedor<sup>112</sup>, repetidamente se reafirma que o urânio é natural, que a radiação também é natural, novamente tecendo a comparação

---

<sup>112</sup> Documento disponível em [http://www.consorciosantaquiteria.com.br/arquivos/Cartilha\\_Mais\\_Alimentos.pdf](http://www.consorciosantaquiteria.com.br/arquivos/Cartilha_Mais_Alimentos.pdf), acesso realizado em 19.07.2015.

com o exame de raio X dentário. Repetimos os documentos em que este discurso aparece para que possamos analisar a capacidade de imposição de idéias a partir da compreensão das diversas estratégias de comunicação utilizadas pelos empreendedores.

A cartilha afirma, ainda, que não haverá resíduos de urânio nos fertilizantes produzidos, informação que é parcialmente contestada por pesquisadores do painel acadêmico-popular no parecer desenvolvido, conforme vimos<sup>113</sup>.

O “auge” desta estratégia de naturalização dos riscos ocorre na página 8 da cartilha, quando indaga se o urânio é perigoso para a saúde humana e responde a questão da seguinte forma

Diversas pesquisas internacionais, realizadas em locais onde há exploração de grandes reservas desse minério, demonstram que **a radiação do urânio no estado natural, não é responsável por aumento do número de casos de câncer, nem de qualquer outra doença decorrente da atividade de mineração e manipulação do minério.** (grifo nosso)

Na cartilha sobre radiação, já citada, também observamos a repetição desta intencionalidade. Para ilustrar, mencionamos o trecho em que a cartilha pergunta “O urânio em estado natural pode provocar câncer?” e, da seguinte forma, responde: “Não. Ele é um elemento natural da face da Terra, portanto a energia emitida por esse urânio é um fato normal em nossas vidas.” (CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA-b, online, 2014, p.6).

As preocupações com a saúde serão analisadas em item específico. Entretanto, vale trazer os argumentos do campo científico que foram apontados nas audiências e nos documentos anexados ao licenciamento que contrapõem o que foi apresentado e argumentam a existência de riscos da radiação para a saúde humana.

No Parecer elaborado pelos pesquisadores do painel acadêmico-popular atestam que:

- O decaimento do urânio provocado pelo processo produtivo acentua a liberação de energia radioativa e do gás radônio;

---

<sup>113</sup> Os pesquisadores, no parecer em anexo, argumentam que “Não há garantia de que os fertilizantes produzidos no empreendimento e a ração animal preparada a partir do fosfato estarão livres da presença de elementos radioativos ou respeitarão os limites estabelecidos na legislação pertinente, já que tais elementos estarão presentes até no denominado “estéril”. Assim, ressalta-se que isso implica na difusão de radionuclídeos, especialmente o Rádio e o Tório por todas as regiões agrícolas do país onde os fertilizantes e a ração forem aplicados, o que terá o condão de contaminar o solo, os alimentos, os consumidores destes e os animais alimentados com a ração. Tais informações, todavia, não são veiculadas pelo EIA (RIGOTTO *et al*, 2014, p.14-15).

- Estas radiações ionizantes provocam agravos à saúde, e mencionam estudos científicos da área (Brugge & Gobble, 2002; Lemos et al., 2007; Grosche et al, 2006; Kreuzer et al, 2008; Mészáros et al, 2004

- Estes riscos à saúde já são normatizados e acolhidos pela legislação, tanto é que: a Portaria nº 1339/1999, do Ministério da Saúde e da Previdência Social, lista os agravos à saúde provocados pela radiação ionizante, dentre eles, neoplasias; o Instituto Nacional do Câncer – INCA, reconhece a radiação ionizante como agente cancerígeno; a Portaria Interministerial Nº 9/2014, expedida pelos Ministros de Estado do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social, inclui a radiação ionizante entre os agentes cancerígenos.

Diante destas evidências, portanto, a omissão de dados precisos sobre a emissão de radiação e gás radônio não se justifica, inviabilizando o aprofundamento do debate científico-político sobre os impactos do projeto.

## **5.6 As insuficiências e as racionalidades do EIA:**

As audiências do licenciamento procuram debater o estudo ambiental e este documento, embora denso, com quase 4.800 (quatro mil e oitocentas) páginas e composto por diversos conhecimentos técnicos, foi amplamente referenciado durante as discussões. A isto atribuímos o trabalho coletivo realizado pelo Painel Acadêmico-Popular que estimulou e realizou a análise do documento, partilhando os resultados com os parceiros da Articulação Antinuclear.

Neste tópico, traçaremos alguns nós críticos sobre o estudo ambiental, trazendo ao leitor uma breve comparação com seu respectivo Termo de Referência e as insuficiências apontadas pelo Painel, aprofundando uma das que mais ganhou destaque durante os enfrentamentos nas audiências públicas, a invisibilidade das comunidades da região. Outros temas como radiação, saúde, impactos ao ambiente, diagnóstico social, estratégias discursivas do EIA são analisados ao longo desta pesquisa, a partir da sistematização proposta nos eixos analíticos.

### **5.6.1 O Termo de Referência**

O Termo de Referência – TR apresentado pelo Ibama consiste em um documento de 46 (quarenta e seis) páginas que, de início, apresenta o projeto e o

procedimento do licenciamento ambiental. Nas suas primeiras páginas, o TR define o que é e quais os objetivos do EIA<sup>114</sup>.

A seguir, elenca os elementos gerais que devem conter no EIA<sup>115</sup> e no RIMA<sup>116</sup> do projeto. O rigor técnico é exigido pelo termo, quando afirma que “todas as bases e metodologias adotadas deverão estar de acordo com as normas específicas ou com práticas científicas consagradas” (TR, 2011, p.9), além de outros momentos em que essa dimensão é destacada.

Em um dos trechos que nos chamou atenção, o Termo determina que o estudo utilize metodologias que possam evidenciar “disputas e conflitos” sobre recursos naturais e como o empreendimento iria afetar os grupos sociais.

No caso do meio socioeconômico deve-se utilizar metodologias disponíveis que orientem a coleta de dados e informações que esclareçam disputas e conflitos acerca de recursos naturais e como o empreendimento afeta certos grupos sociais, além de determinar em que medida esses resultados são atribuíveis ao empreendimento e eventualmente propiciem avaliar as consequências não previstas. (TR, 2011, p.9)

O caso da água que veremos no próximo capítulo, bem escasso na região e cujo projeto prevê um intenso consumo, nos parece ser um dos exemplos de possíveis razões de um conflito pelo acesso a um bem natural entre sujeitos sociais. O EIA, entretanto, mais defendeu a tese do empreendedor de que o Estado do Ceará se comprometeu com a viabilidade hídrica do projeto, do que analisou a ocorrência de um possível conflito de uso entre o abastecimento humano e a demanda do empreendimento.

Ademais, o TR pedia, expressamente, informações sobre a “Disponibilidade hídrica na área de influência do empreendimento” (TR, 2011, p.31), dado que não foi plenamente avaliado, posto que o consórcio “transferiu” a responsabilidade de

---

<sup>114</sup> O Estudo de Impacto Ambiental constitui-se em um documento de natureza técnico-científica e administrativa que tem por finalidade embasar a avaliação dos impactos ambientais gerados por atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores, ou que possam causar degradação ambiental, de modo a permitir a verificação da sua viabilidade ambiental. (Termo de Referência projeto Santa Quitéria, 2011, p.7)

<sup>115</sup> Segundo o TR, o EIA deve conter, de forma geral: “a) Caracterização do Empreendimento, do empreendedor e da equipe responsável pelos estudos. b) Diagnóstico e Prognóstico Ambiental Temático. c) Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais. d) Análise Integrada das Informações. e) Medidas Preventivas, Mitigadoras ou Compensatórias e Programas Ambientais. f) Prognóstico Ambiental Global. g) Conclusão. h) Referências Bibliográficas. i) Anexos.” (TR, 2011, p.8)

<sup>116</sup> Segundo o TR, o RIMA deve conter, de forma geral: “a) Identificação do Empreendedor; b) características básicas do empreendimento; c) síntese do Diagnóstico Ambiental; d) identificação dos Impactos Ambientais mais relevantes e suas medidas mitigadoras; e) síntese dos Programas Ambientais; f) avaliação da região com e sem o empreendimento, comparando impactos positivos e negativos que trará para a região; g) cronograma detalhado de implantação do empreendimento.” (TR, 2011, p.7)

abastecimento para o governo estadual. Desta forma, o Ibama, em parecer prévio<sup>117</sup> sobre o estudo, considerou “essencial a comprovação da viabilidade hídrica do projeto”, bem como maiores explicações sobre a execução da obra que construirá adutora de água.

O TR segue elencando os requisitos do estudo, dentre os quais solicita que sejam apresentados: as certidões de conformidade emitidas pelas Prefeituras dos Municípios; Mapa de Localização Regional do Empreendimento<sup>118</sup>; as operações unitárias principais, as operações unitárias auxiliares e operações unitárias de controle da qualidade ambiental.

Para a unidade de fosfato, dentre demais requisitos, o termo pede que o estudo tenha, por exemplo, uma matriz energética com o detalhamento de uso no processo. Em despacho que encaminha o parecer prévio do Ibama sobre o EIA, disponibilizado em 14.07.2015, o coordenador do licenciamento aponta que o EIA não cita a fonte da biomassa que servirá como fonte energética para o empreendimento, bem como se existirão outras matrizes de energia.

Ainda na unidade de fosfato, o termo de referência solicita que o estudo apresente uma “Descrição e caracterização dos produtos gerados no beneficiamento”, que os pesquisadores do painel acadêmico-popular consideraram insuficientes devido à ausência de dados precisos acerca da presença de resíduos de urânio no material produzido à base de fosfato.

O TR recomendava, ainda, que o estudo abordasse dimensões padrões das análises ambientais, tais como sobre a geração de efluentes líquidos, de resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e vibrações, utilização de insumos e de recursos hídricos. Ademais, contempla a previsão da descrição dos produtos, da contratação da mão-de-obra, um cronograma do empreendimento e traz considerações sobre a definição das áreas de influência (assunto abordado em item específico). Em síntese, o Termo aponta ainda as normas para elaboração do diagnóstico e prognóstico ambiental, temáticos e globais.

---

<sup>117</sup> O parecer pode ser consultado no site do Ibama, localizando as janelas relativas a consulta de empreendimentos em licenciamento ambiental, sob o número do processo administrativo 02001005454/2004-24.

<sup>118</sup> No mapa, deve conter: “a) Limites da propriedade; b) drenagens principais; c) zonas urbanas; d) limites municipais, estaduais e nacionais; e) malha de coordenadas georreferenciadas; f) sistema viário; g) unidades de conservação, zonas de amortecimento, terras indígenas e de comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, sítios arqueológicos e demais áreas relevantes.” (TR, 2011, p.12)

Outro quesito questionado pelo parecer do Ibama, diz respeito à espeleologia. O termo de referência tinha solicitado que o estudo trouxesse “a possibilidade de ocorrência de sítios espeleológicos na área de estudo do projeto, deverão ser efetuadas campanhas de campo na AID para esta verificação” (TR, 2011, p.26).

Durante as audiências públicas, esta questão foi largamente questionada, devido à ausência de autorização do Iphan para o empreendimento. Na região foram encontradas 76 cavernas próximas à mina e, destas, apenas 10 foram analisadas, dentre as quais 07 foram classificadas como de alta relevância.

Ademais, em 05/09/2013<sup>119</sup>, o Consórcio empreendedor solicitou ao IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – autorização arqueológica para o empreendimento. Na época das audiências, entretanto, havia apenas um pedido de diagnóstico do local feito pelo Iphan, e o consórcio ainda não tinha apresentado o respectivo relatório.

O EIA, ao justificar a alternativa locacional das estruturas do empreendimento, verificou a interferência em ocorrências arqueológicas, conforme o trecho abaixo:

No entanto algumas fragilidades identificadas durante o estudo de alternativas devem ser ressaltadas tais como a interferência em drenagem, substrato rochoso em que as estruturas serão inseridas, ocorrências arqueológicas e a proximidade com comunidades, que foram categorizadas como críticas nesta análise (EIA, V.I, p. 109).

Em parecer prévio, o Ibama solicitou a complementação do diagnóstico e “alinhamento metodológico” para a classificação do grau de relevância das cavidades encontradas.

Podemos observar ainda, e incluímos estas observações na Representação que o Núcleo Tramas entregou a órgãos competentes, que a ausência deste estudo viola a portaria 230/2002 do Iphan, que entrecruza o procedimento de licenciamento ambiental com a autorização arqueológica e afirma, e seu artigo 1º e 2º que:

Art. 1º - Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistória da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

Art. 2 - No caso de projetos afetando áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam inferências sobre a área de intervenção do empreendimento, deverá ser providenciado o levantamento arqueológico de campo pelo menos em sua área de influência

---

<sup>119</sup> Processo administrativo número 01496.001189/2013-19.

direta. Este levantamento deverá contemplar todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever levantamento prospectivo de sub-superfície.

I - O resultado final esperado é um relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio da área de estudo, sob a rubrica Diagnóstico.

Ademais, outras orientações<sup>120</sup> do IPHAN reafirmam a importância de um diagnóstico denso para análise da viabilidade dos projetos. Observamos, portanto, mais uma dimensão da insuficiência do estudo levado às audiências.

No que tange aos aspectos econômicos e de uso e ocupação do solo, trazemos a crítica tecida no capítulo anterior, quanto à caracterização estigmatizante que o EIA teceu em alguns trechos sobre as comunidades e as atividades econômicas locais.

Observamos, ainda, que o TR também incorpora critérios de uma territorialidade urbana para análise de um contexto agrário e camponês. Ao disciplinar como deveria ser apresentado o quadro referencial do nível de vida da população, o termo inclui a caracterização de serviços tipicamente urbanos, elencando, para o meio urbano e rural, a descrição de “moradias servidas por redes de abastecimento de água, esgoto sanitário, energia elétrica e serviço de coleta de lixo; serviço de transporte, valor do aluguel e de venda dos imóveis e sua evolução” (TR, 2011, p.32).

Vale mencionar, para uma compreensão mais ampla possível de seu conteúdo, que o termo de referência também solicita análise sobre as estruturas produtivas, sobre a organização social, cultural e político-institucional da região, as relações de dependência da população com os recursos, a percepção da população sobre o projeto,

---

<sup>120</sup> O instituto afirma que o EIA deve conter: Avaliação do contexto de inserção macro-regional do patrimônio cultural (arqueológico, histórico, imaterial e paisagístico); Potencial espeleológico e paleontológico da Área de Influência Indireta; Caracterização arqueológica, histórica, imaterial e paisagística da Área de Influência Indireta, com ênfase nos aspectos da cultura material e arrolamento dos bens legalmente protegidos pela União, por intermédio do IPHAN, e daqueles protegidos pelo Estado de Pernambuco, por intermédio da FUNDARPE, bem como por órgãos municipais de cultura e/ou educação, encarregados da proteção de bens culturais, dentro de seu contexto histórico e de ocupação; Caracterização cultural e étnica da Área de Influência Indireta, com ênfase nos aspectos da cultura material e imaterial; Diagnóstico dos bens arqueológicos existentes na Área de Influência Direta, contendo, inclusive, a produção de conhecimentos sobre a arqueologia regional; Diagnóstico dos bens materiais, de valor cultural (históricos, paisagísticos, espeleológicos e paleontológicos), de interesse nacional, regional ou local, protegidos ou não, na Área de Influência Direta; Diagnóstico dos bens imateriais, de valor cultural, na Área de Influência Direta, contemplando suas tradições e manifestações populares, tanto em sua materialidade (artesanato, culinária, arquitetura vernacular e outros, especificando os espaços de ocorrência) quanto sua imaterialidade (folclore, danças, crenças, modos de vida tradicionais e outros, especificando os espaços de ocorrência). (Informações obtidas em <<http://es.scribd.com/doc/126008669/TR-5SR-Para-a-Portaria-Iphan-230#>>. Acesso realizado em 01.08.2015)

um plano de descomissionamento da mina, análise histórica de acidentes e um prognóstico ambiental global.

Requer, dentre estes elementos, uma avaliação integrada entre as dimensões temáticas, elemento que foi bastante criticado pelos pesquisadores do painel acadêmico-popular, ao denunciarem, inclusive nas audiências, que o EIA fragmentava as dimensões sociais das ambientais, além da fragmentação entre os impactos socioambientais e os dados sobre radiação, estes sob análise da Cnen.

### **5.6.2 As críticas apresentadas pelo Painel Acadêmico-Popular**

Nas proximidades de realização das audiências, os pesquisadores envolvidos com o painel elaboraram um Parecer Técnico que acompanhou uma Representação entregue ao MPF, DPU e EFTA, na qual estavam presentes as insuficiências percebidas no estudo. Em sua maioria, estas insuficiências foram abordadas nas audiências públicas e estão sendo analisadas de forma transversal durante esta pesquisa.

Para fins de sistematização, entretanto, registramos os principais eixos de questionamentos levantados, na ordem em que aparecem na representação elaborada:

- 1) Ausência de análise sobre as fontes de contaminação e os níveis de emissão dos materiais radioativos;
- 2) Omissão de informações quanto à emissão do Gás Radônio;
- 3) Desconsideração da liberação não-natural do gás radônio na sessão que analisa as emissões atmosféricas e a qualidade do ar;
- 4) Ausência de um completo Diagnóstico Radiológico Ambiental;
- 5) Ausência de normas específicas sobre a proteção radiológica dos(as) trabalhadores(as);
- 6) Ausência dos padrões de radioatividade para o Urânio, o Tório e o Chumbo;
- 7) Ausência de simulação computacional de dispersão de poluentes;
- 8) Ausência de Plano de Segurança para o Transporte;
- 9) Desconsideração de importantes situações de vazamento ;
- 10) Ausência de informações em relação à presença de elementos radioativos nos fertilizantes que serão produzidos pelo empreendimento;

- 11) Insuficiência e omissão de informações quanto às medidas de mitigação propostas para as pilhas de estéril e fosfogesso ;
- 12) Desconsideração da ação dos ventos em relação a uma das medidas de mitigação estabelecidas para a pilha de fosfogesso;
- 13) Desconsideração de eventos que podem causar vazamentos, derramamentos e desastres envolvendo a pilha de estéril, que estará localizada à montante do Açude Quixaba e sobre um curso d'água intermitente;
- 14) Insuficiências na definição das áreas de influência;
- 15) Imprecisões no diagnóstico ambiental<sup>121</sup>;
- 16) A ausência de autorização arqueológica;
- 17) Violações do direito à informação, devido às estratégias de eufemização e negação de riscos durante o estudo e materiais elaborados pelo consórcio;

Durante as audiências, as insuficiências do estudo foram levantadas por diversas organizações sociais. A maioria significativa dos representantes das comunidades centraram-se em apontar deficiências no diagnóstico ambiental e socioeconômico, além das preocupações com os temas de acesso à água, saúde, riscos de desapropriações e riscos de contaminação ambiental (tais assuntos serão vistos de forma específica no capítulo seguinte). Entidades, ONG's e pesquisadores abordaram outras dimensões destas insuficiências.

Na abordagem crítica, durante as audiências, diversos participantes reivindicaram a elaboração de um novo estudo. Para os pesquisadores do Núcleo Tramas, por exemplo, a complementação de dados não seria suficiente para dar conta de uma análise complexa, integrada, socialmente referenciada e ambientalmente responsável. Isso porque as lacunas do EIA estavam relacionadas com a sua concepção, sua racionalidade, não sendo, portanto, suprimíveis com intervenções pontuais.

Os pesquisadores reivindicaram uma análise integrada, principalmente no que tange aos impactos da radiação e os impactos ambientais. A fragmentação do estudo,

---

<sup>121</sup> O parecer aponta que “na análise de vegetação (EIA, V. III, p.729), não são explicitadas as partes das plantas analisadas, se foram realizadas em caules, folhas ou raízes. Coletas de folhas ou caules somente não são suficientes, pois elementos radiativos se concentram prioritariamente nas raízes, mas deve-se levar em conta o aumento das poeiras geradas na mina que acabarão por se depositar nos vegetais. (RIGOTTO *et al*, 2014, p.14).”

que também se evidenciou nas posturas durante a audiência, constitui sinal de uma ciência compartimentada, disciplinar e, portanto, inadequada para o estudo de conflitos ambientais complexos, com altos níveis de incerteza e profundidade da decisão política que necessita ser tomada democraticamente.

Diante da complexidade e até mesmo da quantidade de insuficiências percebidas, questionou-se também a validade das audiências realizadas, considerando que o estudo deve ser seu suporte de discussão. Diante de um estudo insuficiente, os pesquisadores consideraram que as audiências foram precipitadas (sobre os sentidos atribuídos às audiências, ver o próximo capítulo desta pesquisa).

Sobre os pedidos de elaboração de um novo EIA e de novas audiências, a consultoria limitou-se a argumentar que o estudo fora preliminarmente aceito pelo Ibama e que,

Eu vou comentar, vou fazer só um comentário que é o seguinte: o conteúdo do EIA, ele atende estritamente ao que está previsto no Termo de Referência que é assim que funciona o rito do licenciamento. (...)A empresa que faz o estudo é uma empresa que atua nessa área com a Galvani, com a INB e com muitos outros projetos no Brasil e fora do Brasil.

Ao reforço da seriedade da consultoria e a explanação de sua experiência na área ambiental, houve uma formalização do debate, ou seja, as insuficiências do estudo foram tratadas como “opiniões” e o fato a ser considerado era que, formalmente, estava de acordo com o termo de referência elaborado.

Esta postura acirrou o tensionamento sobre o órgão ambiental que, então, era quem deveria “decidir” acerca da necessidade ou não de um novo EIA. Veremos como este ponto de conflito foi abordado nas audiências, posto que foge ao eixo cognitivo do conflito. Veremos, posteriormente, as análises que o Ibama recentemente emitiu sobre o EIA, em parecer prévio lançado no dia 14/07/2015.

Seguimos, portanto, na análise de uma das insuficiências do estudo que mais chamou atenção durante as audiências e que se caracteriza por uma racionalidade de construção e de percepção dos “impactos ambientais” distanciada dos sujeitos e da complexidade do traçado de influências que um projeto deste porte provoca na região.

### **5.6.3 As áreas atingidas: subdimensionamento e invisibilidade**

O artigo 5º, III, da Resolução nº. 01/1986, do CONAMA, estabelece que o EIA deve conter a definição dos “limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente

afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza”.

A legislação não prevê, entretanto, uma definição para área de influência, ou áreas direta e indiretamente atingidas, tampouco estabelece procedimentos metodológicos para esta caracterização. Entretanto, a normatização do Conama oferece alguns critérios que devem ser observados. Dentre eles, a Resolução 01/86, define, no artigo 1º, impacto ambiental como aquele que afeta “I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais”. Ademais, em seu artigo 5º, inciso III, prever que a definição dos limites a serem direta ou indiretamente atingidos, a área de influência do empreendimento, deve considerar a bacia hidrográfica no qual ele está inserido.

Este cenário vem gerando inúmeros problemas nos licenciamentos ambientais brasileiros, o que motivou o Ministério Público Federal, por meio de sua 4ª Câmara de Coordenação - Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, a emitir a Nota Técnica nº. 39/2007, que procura sedimentar alguns pontos sobre o assunto, com o objetivo de facilitar a metodologia na definição destas áreas, o estabelecimento da competência dos órgãos ambientais e a participação dos sujeitos sociais atingidos pelo empreendimento. Segundo a Nota, estabelecer a definição das escalas temporais e espaciais dos eventos é fundamental pois, afinal, “quem decide as escalas de utilização tem o poder de admitir ‘o que’ ou ‘quem’ pertence ao fenômeno ou processo representado (NT nº. 39/2007 – 4ª CCR, p.10).

Paulo Afonso Leme Machado (2010) diz que, para definir a área de influência, é preciso observar vínculo indissociável entre ela e os impactos de um projeto:

A definição da área geográfica a ser estudada não fica ao arbítrio do órgão público ambiental, do proponente do projeto ou da equipe multidisciplinar. A possibilidade de se registrarem impactos significativos, que vai delimitar a área de influência do projeto. (MACHADO, 2010, p. 242).

Para a Agência Canadense de Avaliação Ambiental, mencionada na NT 39/2007 da 4ª CCR do MPF, impacto direto se compreende por aqueles em que a relação de causa-efeito não tem resultados intermediários. A nota firma, ainda, que “a cadeia de impactos nem sempre é evidente, pois decorre de como o sistema ambiental é examinado” (Nota Técnica nº. 39/2007 – 4ª CCR) e que não há uma hierarquia entre os

impactos diretos e indiretos. Necessário, portanto, avaliar os impactos sinérgicos e cumulativos dos projetos, pois

Muitos dos mais prejudiciais impactos ambientais podem não resultar de ações diretas de projetos, mas da combinação de efeitos de um só projeto ou de efeitos menores gerados por diversos, que ao longo do tempo podem causar um impacto indireto significativo (PARR, 1999). Os impactos indiretos podem representar riscos iguais ou maiores que os diretos de um projeto (VAINER, 2003). (Nota Técnica nº. 39/2007 – 4ª CCR, p.8).

A nota segue ainda descrevendo o contexto de dificuldades na definição destes impactos, especialmente os indiretos, que não têm sido bem identificados ou compreendidos, quer por insuficiência científica, metodológica ou por omissão intencional. (Nota Técnica nº. 39/2007 – 4ª CCR, p.8)<sup>122</sup>.

O critério mais comum de delimitação, segundo o estudo do MPF, consiste na utilização da bacia hidrográfica para a definição da área de influência indireta, e a área do empreendimento e seu entorno imediato como área de influência direta.

Quando às definições das áreas de influência tomando por base a dimensão socioeconômica, o estudo aponta quais os critérios comumente utilizados:

De modo geral, verificou-se que a AII para a socioeconomia foi prioritariamente delimitada com base na extensão territorial dos municípios, segundo os seguintes critérios: i) municípios que teriam partes de suas terras afetadas pelo empreendimento; ii) municípios que dariam suporte logístico às obras, inclusive com o fornecimento de insumos e mão-de-obra; iii) municípios que seriam pólos de atração regional; e iv) **municípios que fariam parte da bacia hidrográfica do rio a ser atingido pelo empreendimento.** (NTnº. 39/2007 – 4ª CCR, p. 28). (grifo nosso)

Dentre as críticas apontadas, a Nota Técnica comenta a insuficiência do critério da bacia hidrográfica para delimitar a área de influência indireta e a falta de integração entre os meios físico, biótico e socioeconômico.

Realizamos esta breve introdução para trazer a esta pesquisa os problemas característicos de diversos procedimentos de licenciamento, situando os limites metodológicos e normativos sobre o assunto, de forma a relacionar o que observamos

---

<sup>122</sup> Trazendo uma revisão de literatura, a nota aponta critérios para definição dos impactos: 1. impactos aditivos de empreendimentos que não requerem a AIA; 2. os impactos sinérgicos, quando o efeito total de diferentes projetos excede a mera soma dos individuais; 3. impactos de limite ou de saturação, onde o ambiente pode ser resiliente até um certo limite, a partir do qual se torna rapidamente degradado; 4. impactos induzidos, aquele em que um projeto pode estimular/induzir projetos secundários, sobretudo de infra-estrutura; impactos por estresse de tempo ou de espaço, ocorre quando o ambiente não tem tempo ou espaço para se recuperar de um impacto antes de outro; 6. impactos globais, sobre a diversidade biológica ou as mudanças sobre o clima do planeta (NT nº. 39/2007 – 4ª CCR, p.9).

no projeto Santa Quitéria com os eixos de condução e concepção do licenciamento ambiental como um todo. A crítica, portanto, revela mais uma falha do instrumento em questão do que uma especificidade do projeto analisado.

Adentrando no projeto específico, veremos como o EIA caracterizou as áreas de influências e as críticas que foram tecidas, observando que este foi um dos assuntos que mais foi explorado durante as audiências públicas e nos documentos entregues pelos pesquisadores do Núcleo Tramas ao Ibama.

De início, observamos as definições que o EIA (ARCADIS LOGOS, 2014, v.1, p. 375) fez:

1. Área diretamente atingida (ADA): um raio de 10km em torno do projeto, incluindo o distrito de Lagoa do Mato e os assentamentos de Morrinhos, Queimadas e Riacho das Pedras.

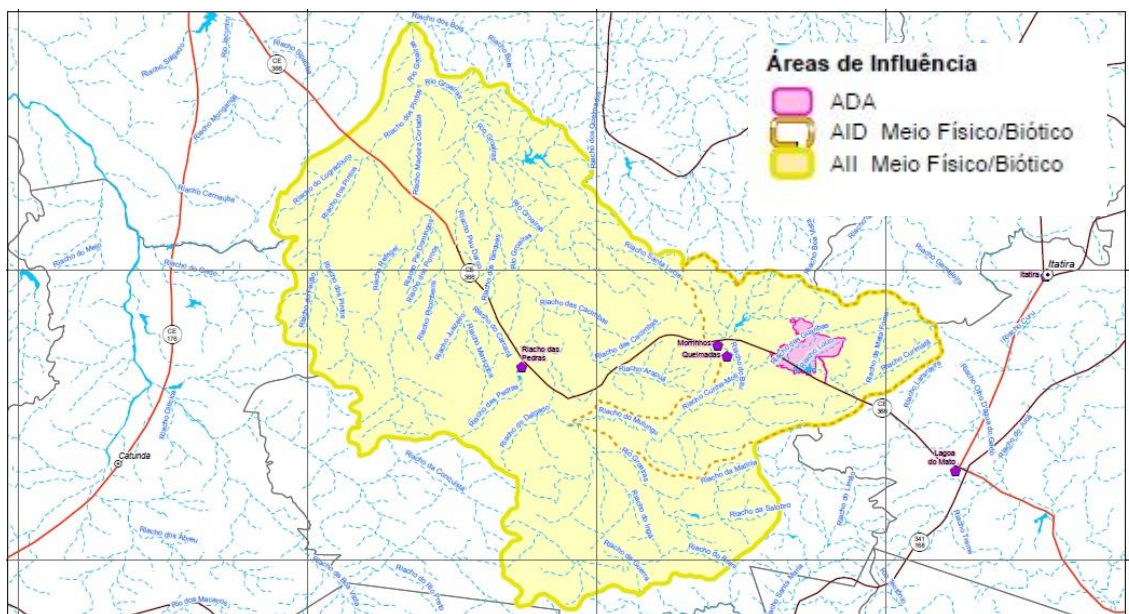
2. Área de influência direta quanto ao meio socioeconômico (AID): Municípios de Itatira e Santa Quitéria.

3. Área de influência indireta quanto ao meio socioeconômico (AII): Municípios de Canindé e Madalena.

4. Área de influência direta quanto ao meio físico-biótico (AID): Inclui a região compreendida pela sub-bacia do riacho Cunha-Moti, abarcando os divisores de águas das serras que ladeiam a Área Diretamente Afetada - ADA. Tem como limites: a norte, a crista da Serra do Céu; a leste, a Serra das Laranjeiras e a Serra do Quati; a sul, o divisor de águas do riacho Groaíras; a sul-sudoeste, o serrote Apapuá; a oeste, se estende pelo divisor de águas do riacho Cunha-Moti, margeando a serra do Gavião.

5. Área de influência indireta quanto ao meio físico-biótico (AII): Abrange as bacias hidrográficas da AID e o trecho a jusante da mesma, cuja área é formada pelas bacias do riacho Cunha-Moti, riacho dos Porcos e riacho dos Pintos, e parte da Bacia do rio Groaíras, delimitadas pelos divisores de águas dessas bacias com as bacias do riacho Jatobá e riacho dos Bois ao norte, e com as bacias do rio Groaíras, riacho do Frade e riacho do Cipó ao sul. Compreende também as respectivas unidades geológicas que abrigam os aquíferos presentes, com possibilidade de ocorrência de impactos negativos caso os eventuais processos de erosão, assoreamento e alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas não sejam devidamente mitigados e controlados na AID.

Figura 6: Áreas de Influências



Fonte: ARCADIS LOGOS, 2014, v.1, p. 378

As principais críticas referem-se a um subdimensionamento destas áreas e a invisibilização de comunidades do entorno da mina. Em relação ao subdimensionamento dos impactos, questiona-se a desconsideração de possíveis rotas de contaminação. Em parecer, pesquisadores apontam que:

Estas rotas podem amplificar sobremaneira o impacto desse minério sobre o ambiente e a saúde humana, através das bacias hidrográficas, do fluxo dos ventos e dos alimentos, e também por meio das vias de transporte do produto final (*yellow cake*) da Instalação Nuclear do Consórcio Santa Quitéria até o Porto do Mucuripe em Fortaleza. (RIGOTTO *et al.*, 2014, p. 2).

Os pesquisadores levantam a existência de fatores ambientais que podem ampliar o raio de impactos do projeto: a ação dos ventos na dispersão radionuclídeos e do gás radônio; poluição das águas e do solo, devendo-se considerar toda a rota dos rios Acaraú, curú e banabuiú; poluição de lençóis freáticos; rejeitos radioativos nos produtos finais; o risco de acidentes durante o transporte de insumos e dos produtos finais, o que põe na rota de possível contaminação todo o percurso que liga o empreendimento até o Porto do Mucuripe, em Fortaleza/CE.

Em atendimento ao que dispõe a Resolução 01/86 do Conama, a área de influência deveria contemplar os municípios da Bacia do rio Acaraú, dentro da qual está o riacho Groaíras, diretamente atingido pelo empreendimento. Tais municípios seriam: Acaraú, Alcântaras, Bela Cruz, Cariré, Catunda, Cruz, Forquilha, Graça, Groaíras, Hidrolândia, Ibiapina, Ipu, Ipueiras, Marco, Massapê, Meruoca, Monsenhor Tabosa,

Morrinhos, Mucambo, Nova Russas, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Santa Quitéria, Sobral, Tamboril e Varjota.

Durante as audiências públicas, entretanto, o foco do debate ocorreu diante da não inclusão de Fortaleza na área de influência indireta e, em maior grau, na invisibilidade de comunidades do entorno da mina.

Em relação à cidade de Fortaleza, apontou-se que o escoamento da produção seria feito via Porto do Mucuripe<sup>123</sup> e que, portanto, a rota de transporte e escoamento de materiais perigosos deveriam estar inclusas nas áreas de influência do projeto, ademais quando se considera os riscos de vazamentos e acidentes.

Apenas de concentrado de urânio, anualmente serão transportados em “quatro carregamentos de urânio por ano, sendo que cada carregamento contará com 25 contêineres de 15 toneladas cada um. Cada contêiner terá aproximadamente 40 tambores de 200 litros com cerca de 400 kg de urânio.” (ARCADIS LOGOS, V.1, p. 242).

Na audiência de Santa Quitéria, advogada da Rede Nacional de Advogados Populares - RENAP abordou a questão, enfatizando ainda que o Ibama havia negado o pedido de audiência pública em Fortaleza, pedido este realizado por organizações sociais durante o período legal de solicitação de audiências. Apontou, ainda, a ausência de um Plano de segurança de transportes: “O que é que é dito por esses caminhões que vão passar, qual é o plano de segurança, pode o EIA dizer? Tem um plano de segurança? Qual é o plano? Quais os critérios que estão sendo seguidos? Que normas estão sendo seguidas? Não diz”.

Em resposta, o coordenador de transportes da INB em Caetité, afirma que não há ocorrência de qualquer “evento” (acidente) e que “Nós temos todo um sistema de segurança em cima disso”. O funcionário argumenta, ainda, a baixa quantidade de urânio transportado em relação aos produtos totais:

ao todo, temos 1 milhão e 50 toneladas de fertilizantes. O urânio somente 1.600 toneladas. Isso significa que de 143, se for feita essa conta, de 143 caminhões que sairão daqui diariamente, apenas 80 caminhões sairão daqui por ano. Isso significa que nós temos todo um plano de segurança e a gente não tem qualquer registro em relação a isso.

---

<sup>123</sup> Segundo o EIA do projeto, “A expedição dos produtos será totalmente por via rodoviária, sendo o mercado consumidor formado basicamente pelos estados do nordeste, Tocantins e Pará, no caso dos fertilizantes e do fosfato bicálcico. No caso do concentrado de urânio, o mesmo será totalmente destinado para exportação pelo Porto de Fortaleza, também conhecido como Porto do Mucuripe, para processamento de “*yellow cake*” fora do país. Estão previstas para a utilização no escoamento de produtos as rodovias estaduais CE-366 e CE-456, e as rodovias federais BR- 020, BR-230, BR-135, BR-316, BR-266, BR-153, BR-122, BR-116 e BR-304. (EIA, Volume I, p. 131).”

Os riscos são, portanto, minimizados e a empresa não diz em que consiste o plano de segurança que implementará. Ademais, cumpre destacar os impactos do transporte das cargas pesadas sobre as precárias estradas estaduais, sobre comunidades, na poluição do ambiente, emissão de ruídos etc. Mas, ainda, que não apenas o concentrado de urânio envolve riscos de contaminação, mas toda uma série de insumos químicos (como enxofre elementar, cal hidratada, diatomita e água oxigenada) que serão transportados para o funcionamento do projeto. Em síntese, observamos o subdimensionamento de impactos na caracterização da área de influência.

Passamos, então, para a dimensão que mais chamou atenção nos debates das audiências: a (in)visibilização de comunidades do entorno do projeto, que corresponde a uma interface entre as falhas na definição das áreas atingidas e na elaboração do diagnóstico social da região.

Conforme apontamos, o EIA define a área diretamente atingida a partir de um raio de 10km da mina e, apenas inclui e estuda os impactos para as comunidades de Morrinhos, Queimadas e Riacho das Pedras, e para o distrito de Lagoa do Mato.

A resolução 01/86 do Conama, em seu artigo 6º, inciso I, alínea “c”, aponta que o diagnóstico ambiental deverá conter a descrição do meio socioeconômico, nas dimensões do “uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-econômica, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos”.

A ausência de referência, análise e visibilidade de diversas comunidades próximas ao local do empreendimento chamou atenção e foi diversas vezes questionada, seja nas audiências públicas, seja nos documentos elaborados.

Neste sentido, o grupo Tramas, a Cáritas Diocesana e as comunidades da região enfatizaram a existência de diversas comunidades que estavam sendo desconsideradas pelo EIA. De acordo com a produção de informações da Cáritas Diocesana de Sobral, sintetizadas em Cartilha, sob o título “No Ceará, a peleja da vida contra o urânio” existem na região:

aproximadamente seis mil famílias, distribuídas em 27 comunidades no município de Santa Quitéria e 15 no município de Itatira, que ficam a uma distância média de 20 km da Mina de Itatira; a estas, chamamos de comunidades diretamente impactadas. (CÁRITAS, 2013, p. 2).

Ademais, dados do INCRA e do IDACE apontam para a existência de assentamentos rurais federais (com 1.287 famílias) e 06 assentamentos rurais estaduais (com 188 famílias) em Santa Quitéria e 04 assentamentos federais (com 198 famílias) em Itatira, informações trazidas na introdução desta pesquisa.

Antes mesmo das audiências, as comunidades já discutiam a ausência de citação no estudo ambiental. Em oficina do Painel Acadêmico-Popular, os moradores de Morrinhos mostraram a insatisfação e a desconfiança com a ausência de comunidades como Saco do Belém e Alegre e Tatajuba, por exemplo. O RIMA apresentado também dizia que Morrinhos não possuía escola<sup>124</sup>, o que provocou indignação dentre os moradores:

Eles disseram que na comunidade não tem escola. Que os professores nenhum tinham capacitação. Onde a gente sabe que aqui a escola ensina do infantil ao fundamental II, que é o 9º ano. E todos os professores hoje tem um nível superior. Os que não tem estão em sala de aula buscando, né. Aí quando eles vieram aqui fazer uma reunião, a gente falou disso aí.

Quer dizer, quem detectou foi a comunidade, lendo as páginas detectou esse erro que tinha. Aí como a gente reclamou, aí vieram pedindo desculpas, dizendo que para cada órgão que foi destinado uma cópia do projeto, que vão mandar uma correção.

Ainda que com os limites impostos pelas assimetrias de poder e de *competência científica*, os moradores incidiram sobre a construção das críticas ao estudo ambiental e apontaram insuficiências. Em resposta, um representante da consultoria explicou para a comunidade que tinha consultado os órgãos oficiais para fazer o mapeamento dos estabelecimentos de ensino, o que demonstra a fragilidade de um diagnóstico social pautado por dados secundários.

As disputas de interesses, a polarização entre distintos “lados”, foram também percebidas pelos moradores. A expressão dessas invisibilidades e o debate sobre os nós críticos do estudo ambiental desaguavam, nas oficinas do Painel Acadêmico Popular, em uma discussão sobre o que se encontra em disputa no conflito. Um dos moradores afirmou que “eles também fazem esse cálculo aí baseado em que seja mais aprovado os interesses deles, do que os interesses das comunidades. Justamente eles diminuem o número de comunidades para dizer que não tem tanta importância aquela vizinhança em torno da mina”. A invisibilidade dos sujeitos de que falam os pesquisadores que estudam os mecanismos de *injustiça ambiental* (ACSERALD, *et al*, 2009) foi percebida

---

<sup>124</sup> O Relatório de Impacto ao Meio Ambiente menciona, que “O Assentamento Morrinhos não possui estabelecimentos de ensino” (RIMA,2014, p.69).

e verbalizada pelas comunidades, que identificam que esta é uma estratégia da empresa para fragilizar sua força e seu valor.

As audiências funcionaram como uma espécie de rito de celebração desta invisibilidade. A participação de inúmeras comunidades em um debate que lhes mencionava potencializou a crítica em relação às insuficiências do EIA e as discussões sobre os interesses envolvidos no conflito.

A invisibilização do assentamento de Saco do Belém foi o que mais chamou atenção. O assentamento, maior da região, localizado “por detrás” da mina, há cerca de 25 km, com mais de trezentas famílias, não foi sequer mencionado nos estudos ou nas apresentações das audiências, o que deixou a comunidade “intrigada”, conforme eles mesmos nomearam. Na audiência de Santa Quitéria, um morador de Saco do Belém, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, questionou a empresa:

Boa noite a todos e a todas! Eu sou [participante] e moro no Saco do Belém né. Infelizmente nossa comunidade não apareceu ali, vizinha a mina. Acho que estamos distante um pouco. Brincadeira gente. A gente é vizinho acho que, igual às comunidades de Queimadas e Morrinhos.

Ironizando a ausência de informações sobre sua comunidade, o participante questiona os motivos pelos quais o assentamento não apareceu nos estudos. Em resposta, a consultoria afirma que “não tem nenhuma via de circulação que leva direto, da mina entre a ligação da mina e Santa Quitéria ou Lagoa do Mato não passa por Saco do Belém” e que, portanto, ele é mais um assentamento que vai estar sujeitos ao mesmo contexto dos demais, que não foi percebida nenhuma especificidade. Para a consultoria, então, “pensando em algum impacto que poderia ser levado, por exemplo, por via aérea, impacto de alteração na qualidade do ar, não foi verificado nenhuma alteração que vá afetar esse assentamento.”

As avaliações da consultoria não condizem com as percepções dos moradores de Saco do Belém. Durante a pesquisa de campo após as audiências, os participantes do assentamento relataram preocupação e desconfiança com o fato de estarem querendo “isolar” o Saco do Belém. Mostraram, ainda, o estranhamento da perspectiva *do lado de fora* (MAGNANI, 2002) que descreveu e significou a comunidade.

Eu fiquei assim, esse pessoal não sabe nem essa história da Itataia, não falaram nem no Saco do Belém, Saco do Belém, rapaz, é as porta da Itataia porque se estourar uma bomba acolá e feder num vem pra cá o cheiro não, vai pra lá, quem morre é quem tá do lado de lá.

A população relata, por exemplo, que os sentidos dos ventos levarão as poeiras para o assentamento e que temem um vazamento da barragem de rejeitos e que isto pode atingir sua comunidade. Para a consultoria, entretanto, os impactos sentidos serão iguais aos de outros assentamentos mais distantes da região e, pensando em possibilidades de contaminação, “não foi verificada nenhuma alteração”.

Para a comunidade, entretanto, compreendemos que as audiências funcionaram como uma espécie de *imagem desestabilizante*, utilizando a analogia de Santos (2010, p.86), no sentido em que o contato direto com os discursos dos empreendedores, a forma de abordagem e o silenciamento sobre comunidades e elementos que pertencem à região, funcionaram como um motor de organização para o envolvimento da comunidade nas diversas discussões sobre o projeto. Após as audiências, uma moradora da região contou que ficava

muito revoltada com tudo isso que pode acontecer ao nosso redor porque eles só falam do Morrinhos, das Queimadas e do Riacho das Pedras, e nossas comunidade vizinha tá ficando tudo por fora e nós vizinhos daqui nós somos prejudicados do mesmo jeito, por isso, meus irmãos, nós temos mais é que lutar fortemente pra que isso não venha nos prejudicar, não venha acabar com o nosso viver, nossa tranquilidade, com a nossa paz

A indignação gerada com as audiências, ainda que não seja igualmente partilhada entre todos os moradores, vem funcionando como estímulo para uma ação organizada das comunidades para a “luta” contra o que irá prejudicar a todos. A identidade coletiva tece suas costuras e, nos pontos que entrelaça, ganha peso a valorização do “viver, da tranqüilidade, da paz”, que aparecem como suporte para afirmação de outro projeto de futuro do local.

Chama atenção quando o camponês de Saco do Belém diz que ficou “meio assim” porque eles “não sabem nem a história da Itataia”. Narrando sobre a história do local desde a década de 1970, passando pela luta pela terra, a luta dos trabalhadores de Santa Quitéria até a formação do sindicato rural, o morador nos ensina sobre a formação das teias sociais do lugar e, também, partilha sua indignação pelas interferências provocadas por sujeitos externos a essa história.

Nas conversas em grupo, prevaleceu uma compreensão de que havia um interesse em isolar a comunidade, já que Saco do Belém é o maior assentamento da região e que tem um histórico de lutas e de “se levantar” bastante na região, em contraponto a Santa Quitéria, que os moradores disseram ser mais “quieta”.

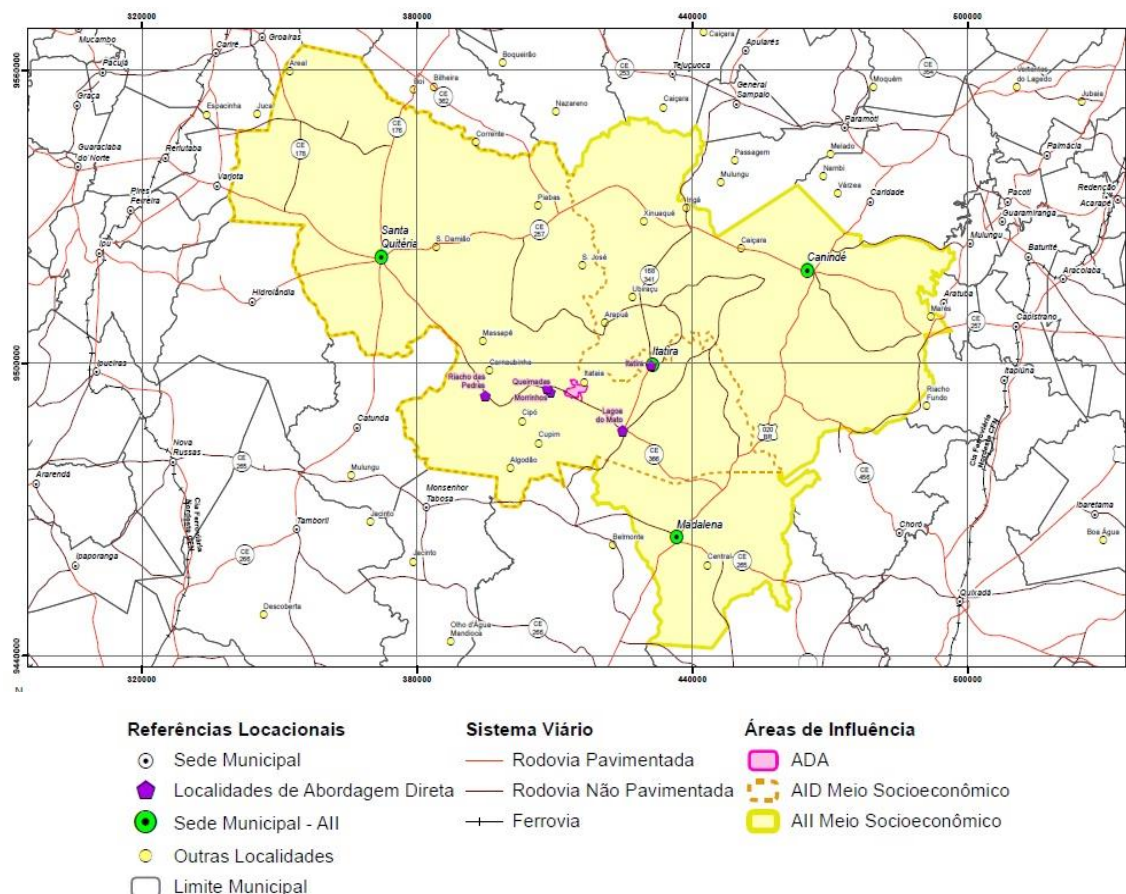
A expressão “interesse de isolar Saco do Belém” foi reafirmada diversas vezes, dando à conversa a tonalidade das expressões dos conflitos de poder. Enquanto os moradores de Saco do Belém se perguntavam porque não apareciam nos estudos, e reavivavam sua história de luta para acenar que a empresa não mostra a comunidade pois não quer que eles “se levantem” contra o projeto, os moradores das outras comunidades presentes no grupo saudavam a presença e participação de Saco do Belém nos encontros. A chegada do maior assentamento da região aos grupos de discussão reforçou o sentimento de união e força das comunidades, bem como o sentimento de que seria possível resistir ao projeto.

Em grupo, moradores de diversas comunidades partilharam as reflexões sobre este isolamento e encontravam-se “para unir forças”. A capacidade de organização das comunidades incluídas na área diretamente atingida com outros assentamentos da região, entretanto, sequer foi levantada como possibilidade no estudo ambiental quando tratou dos possíveis conflitos em torno da implementação do projeto.

O tema da invisibilidade foi recorrente nas três audiências. Outras comunidades também não foram mencionadas no estudo e, na audiência de Lagoa do Mato, questiona-se sobre os impactos da mineração para os moradores do sítio Juá, ocasião em que a consultoria responde que “o risco primeiro é essa expectativa” e que as dúvidas seriam respondidas por meio de “ações de comunicação”, postergando para fora das audiências públicas o debate sobre as regiões não classificadas como diretamente atingidas pelo empreendimento.

Foi, portanto, a muitas mãos e muitas mentes que as insuficiências do estudo foram levantadas. Durante os debates e durante a produção de conhecimento do Painel Acadêmico-Popular, o diálogo com as comunidades teve um papel primordial na construção de conhecimentos aproximados da realidade, respeitosos com os sujeitos sociais e que trouxessem a partilha da profundidade dos saberes que a vivência no território oferece.

Decidiu-se, portanto, mapear as comunidades do entorno da mina, e para isso o Núcleo Tramas, guiado pelo grupo de pesquisa composto por representantes das comunidades da região, visitou e georreferenciou as comunidades que não foram incluídas no EIA. Como resultado desta pesquisa, produziu-se o mapa abaixo:



Fonte: Acervo Núcleo Tramas (2015)

Os pontos em amarelo e roxo são as comunidades não mencionadas no estudo ambiental. Confrontar este mapa com o que aparece no EIA nos permite perceber como a cartografia também revela as relações de poder e de produção de invisibilidade dos sujeitos sociais atingidos pelo projeto. Ademais, vale destacar que os pesquisadores visitaram 156 localidades não identificadas no EIA.

## 5.7 Para além do EIA-RIMA: percursos de uma Ecologia de Saberes

Neste capítulo, procuramos fazer uma apresentação dos nós críticos da disputa cognitiva envolvida no conflito ambiental. Nesta disputa, distintos sujeitos utilizaram-se de estratégias simbólicas, discursivas e de práticas que criassem o ambiente de aceitação de seus projetos de racionalidade, de futuro e de desenvolvimento.

Entretanto, os distintos grupos não participaram igualmente, nem utilizaram os mesmos métodos ou ferramentas de construção dos conhecimentos. Podemos visualizar distintas racionalidades envolvidas, principalmente no contraste entre a caracterização

social feita pela consultoria e a percepção do modo de vida local feita pelos camponeses das comunidades envolvidas.

Podemos, ainda, visualizar distintos métodos do fazer ciência, um marcado por um conhecimento tecnicista, fragmentador, que se pressupõe hierarquicamente superior e utiliza de suas próprias regras metodológicas para afirmar sua superioridade, rigidez e completude. De outro lado, observamos a experiência (ainda que entrecortada por uma série de limitações) de construção de conhecimento dialógico, horizontal, que some as perspectivas do campo científico com os saberes dos movimentos, entidades e comunidades.

Sob uma racionalidade que mais se aproxima da resistência, em uma visão complexa, exercitando os princípios da ecologia de saberes, a experiência do Painel Acadêmico-Popular e da Articulação Antinuclear pontuam um marco cognitivo distinto em relação às práxis dos consultores ambientais.

Durante a construção das críticas e posicionamentos dos pesquisadores, a referência nos saberes comunitários foi diversas vezes pontuada. A crítica das comunidades envolvidas neste processo de pesquisa também pontuaram os saberes partilhados pelos pesquisadores. Ambos se alimentaram e construíram mutuamente, ainda que estes saberes tenham traços que lhes diferenciam, regras internas de formulação e reprodução distintas e que sejam apropriados de maneira não homogênea entre os sujeitos sociais. Não há, portanto, um processo de mescla ou de fusão, mas sim de soma de diferentes.

Com as comunidades aprendemos sobre as direções dos ventos, a ocorrência dos “pés de vento”, as oscilações do clima entre os dias e estações, um pouco sobre o histórico das chuvas, sobre o modo de vida local e convivência com o ambiente. Não cabe a esta pesquisa aprofundar as dimensões físico-biológicas do ambiente, tampouco tecer uma análise das formas como este conhecimento se constrói em diálogo. Nos interessa pontuar as perspectivas cognitivas envolvidas para compreender o conflito ambiental considerando os eixos de disputas que se evidenciaram nas audiências.

Queremos, portanto, partilhar a compreensão de que, no conflito, a crítica não foi apenas um revide do que era posto, embora fosse isso também. Este processo dialógico e coletivo de construção de saberes permitiu traçar apontamentos fora da lógica da inexorabilidade e da gestão do projeto. Permitiu a formulação e a anunciação de projetos de futuro pautados pela valorização da convivência com o ambiente, do modo de vida camponês. Houve, portanto, passos significativos na desconstrução da relação centro-periferia que caracteriza a relação entre projetos de desenvolvimento e seus críticos. Houve, ainda, a materialização de um conhecimento crítico que não só questiona ou contesta, mas que se posiciona e cria.

Esta crítica que não apenas revida, mas constrói saberes sob regras não hegemônicas no campo científico, contribui para os processos de resistência das comunidades e movimentos ao tempo em que, por si só, constitui também a própria resistência em forma de práxis cognitiva e epistêmica. A crítica tensiona o conhecimento-regulação e lhe força a evidenciar suas incertezas.

Algumas experiências merecem destaque: a construção do Parecer sobre o EIA do projeto, a entrada(?) de Representação com as contestações sistematizadas, a realização das oficinas do Painel, os processos anteriores de intercâmbio com as comunidades de Caetité, a produção de materiais didáticos, os muitos diálogos com as comunidades e a Articulação Antinuclear, a constituição do grupo de pesquisa após as audiências públicas.

As relações hierárquicas, entretanto, atravessam também estes espaços de diálogos. As múltiplas faces de expressão de poder, sejam as de gênero, sejam as epistêmicas ou as institucionais, se manifestam na complexidade destas relações. Durante a construção das pesquisas do Núcleo Tramas, entretanto, houve um esforço contínuo e um exercício de *vigilância epistemológica* para desconstruir uma possível hierarquia entre os saberes dos pesquisadores e das comunidades. Nas reuniões com as comunidades, diversas vezes os pesquisadores reafirmavam que os conhecimentos distintos não valiam mais ou menos, mas se complementavam; que os membros do Tramas “também tem muitas dúvidas, a gente do grupo Tramas não tem todas as verdades” e que “o papel que a universidade tem pra fazer é apresentar todas essas possibilidades para as comunidades e a gente trabalhar em cima de conhecimentos.”

De outro lado, em muitos momentos, alguns moradores das comunidades se identificavam como “do Núcleo Tramas”, o que compõe esta complexidade de relações construídas desde as primeiras pesquisas em 2010 até a dimensão de compartilhamento da crítica, de construção de referências de parcerias que se entrelaçam com os processos de criação de identidade coletiva durante as reuniões das pesquisas.

Esta experiência de construção dialógica de saberes também afeta os pesquisadores que nela se envolvem, por isso não acatamos a defesa de uma ciência neutra. O envolvimento com o território aporta as pesquisas mas também direciona as metodologias e os campos de estudo. Um dos pesquisadores do Painel Acadêmico-Popular, que não pertence ao Núcleo Tramas, diz em uma das oficinas que aquela “tem sido uma experiência reveladora por conta das várias disciplinas que juntam para tentar criar um conhecimento mais sólido que seja útil para vocês”. A percepção dos impactos

negativos e perversos do projeto orienta os caminhos das pesquisas tomando em consideração o desejo de contribuir com os processos de resistência, o que consiste em um marco que caracteriza este modo de construir saberes.

Representante da Cáritas de Sobral também narra os processos de construção e desconstrução coletiva de conhecimentos. Para ela, uma experiência reveladora dos impactos do projeto foi a participação em um Seminário em 2012 em Caetité, quando ouviu a partilha de diversas experiências de movimentos sociais com projetos de mineração em todo o mundo e conheceu a comunidade de Riacho das Vacas em Caetité e contou que eles “são proibidos, proibidos, de falar qualquer coisa que seja negativo na mina”.

Durante as audiências públicas e oficinas nas comunidades, diversas vezes a experiência de Caetité foi trazida como um sustentáculo das críticas ao empreendimento. Os intercâmbios, ou seja, as idas para as comunidades de Caetité e a participação em eventos com as entidades e os moradores cearenses e baianos funcionaram, sob nossa interpretação, como eventos que permitiram a emergência de *imagens desestabilizantes* (SANTOS, 2010, p.83).

Boaventura de Sousa Santos classifica as imagens desestabilizantes dentre as práticas do epistemicídio (ou o desperdício da diversidade de experiências cognitivas e epistêmicas), as trocas desiguais, a localização e a excentrização do outro.

Só as imagens desestabilizadoras nos podem restituir a capacidade de espanto e de indignação. Na medida em que o passado deixar de ser automaticamente redimido pelo futuro, o sofrimento humano, a exploração e a opressão que o habitam passarão a ser um comentário cruel sobre o tempo presente, indesculpável porque continua a ocorrer e porque poderia ter sido evitado pela iniciativa humana. (SANTOS, 2010, p.83)

– estes sim, tem muito a dizer.

esta separação veio a legitimizar a autonomia dos cientistas e dos especialistas na tomada de decisões sobre assuntos considerados de “especialidade”, ao mesmo tempo em que remeteu o cidadão para um espaço de

As partilhas de saberes e de experiências configuram então uma costura indispensável na construção dos posicionamentos críticos e das alternativas enunciadas durante as audiências.

No próximo capítulo, discutiremos os nós do rito do espaço participativo. As audiências, normatizadas como espaço de fomento à participação democrática, evidenciam contradições do modelo de licenciamento. Destas contradições, percebemos entrelaçamento entre os suportes cognitivos dos discursos, as práticas de “localização” e

inferiorização do outro e as justificativas de restrição do espaço de fala e do poder de decisão durante as audiências. Este capítulo, portanto, quis demonstrar não apenas os nós das lutas cognitivas, mas também as justificativas epistemológicas que geram entraves para uma participação ampliada e equânime no licenciamento.

A separação do conhecimento técnico pro conhecimento leigo, marcada por uma relação colonialista de afirmação da superioridade do primeiro, consiste em um dos principais nós do espaço participativo, uma vez que os participantes são “consultados” mas não deliberam sobre os rumos do projeto. Tampouco possuem o mesmo espaço quantitativo e qualitativo de fala durante as audiências, uma vez que seus conhecimentos são previamente considerados inferiores diante do conhecimento dos especialistas e consultores, atribuindo-lhes o estatuto de meros observadores e consumidores da ciência.

Santos, compreendendo que a ciência é parte da cultura e que ela nunca é totalmente neutra, considera móvel a fronteira entre os dois tipos de conhecimento, propondo uma desnaturalização desta distinção sob pena de “tornar legítima a suspeita de ela [a ciência] estar a serviço de um projeto específico de organização do saber e do poder” (SANTOS, 2005, p.35). Neste processo de desnaturalização da distinção, o autor destaca que

Quando as soluções técnicas se chocam com o conhecimento prático e a experiência sociocultural dos cidadãos envolvidos e esse choque é politizado por via da mobilização organizada dos cidadãos, é freqüente que essas soluções acabem por ser questionadas por outros cientistas e técnicos, dando assim testemunho da pluralidade interna da ciência, a que referimos antes. (SANTOS, 2005, p.55)

A este processo corresponde a democratização do campo científico com o aprofundamento dos interconhecimentos construídos dialógica e horizontalmente, que possuem uma “importância decisiva na construção de critérios mais amplos e seguros da avaliação dos riscos e das incertezas envolvidos em qualquer decisão técnica” (SANTOS, 2005, p.57).

\* \* \*

Democratizar o campo científico ou desvendar as relações de poder e as disputas que lhe constituem é também parte de uma dimensão considerável para compreensão dos conflitos ambientais.

Feitas estas considerações, passamos para o estudo do rito participativo, ou seja, das audiências públicas em diálogo com o licenciamento ambiental. Teremos nesta a grande última dimensão a ser analisada na pesquisa. Procuraremos analisar os pontos de contestação deste rito, acenando para contribuições críticas acerca da normatização dos mecanismos e etapas do licenciamento.

## 6 Os sentidos do lugar: o que é e pra que serve uma Audiência Pública?

O direito de participar<sup>125</sup> foi acolhido e encontra seu fundamento na Constituição de 1988, apelidada de “Constituição Cidadã”, que prever a cidadania como um dos fundamentos da República Brasileira e afirma que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Parágrafo único, art.1º, CF/88). Em outros dispositivos a Constituição corrobora a existência de tal direito, a exemplo da disciplina das iniciativas populares de lei (art. 14, III, CF/88), quando trata dos institutos do plebiscito e do referendo (art. 14, I e II, CF/88) e ao prever a participação da população na formulação de políticas sociais (art. 204, CF/88).

A audiência pública do licenciamento ambiental é disciplinada pela Resolução 09/87 do Conama, que em seu artigo 1º define que: “A Audiência Pública referida na Resolução/Conama/N.º001/86, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.”

Para a legislação, portanto, ela deve discutir o estudo ambiental, tirar dúvidas e colher críticas e sugestões. Trata-se do único espaço oficial em que a população interessada discute o projeto com o órgão ambiental e com os empreendedores. Constitui, portanto, o canal de participação institucionalizado no licenciamento ambiental, momento em que os conflitos sociais em torno do projeto podem ser evidenciados (a depender de uma série de fatores como mobilização, crença que os participantes possuem na efetividade do espaço, acessibilidade, etc).

De acordo com Paulo Afonso Leme Machado (2013, p.304), a Resolução 09/87 deve ser interpretada de acordo com a Constituição de 1988 e, portanto, não apenas o RIMA deve ser analisado, mas o próprio Estudo de Impacto Ambiental (art.225, §1º, IV CF/88). Sob esta ótica, ainda, podemos inferir que a audiência deve viabilizar o máximo de participação popular e deve ser conduzida considerando os princípios que regem a Administração Pública, em especial a impessoalidade, moralidade e publicidade.

---

<sup>125</sup> FERRAZ JR. (1978, p.81) atribui à participação “a possibilidade aberta a todos de exercer a tarefa de governar, de contribuir com parcelas proporcionais para as decisões máximas, de não submeter-se senão às regras que se ajudou a elaborar e sobre as quais se deliberou. (FERRAZ JR.,1979, p.81)”. A este direito corresponde o direito à informação, a voz, a ser ouvido e considerado. Sob esta compreensão, entretanto, é possível incorrer no risco de uma concepção voluntarista que não veja na incidência sobre as tomadas de decisões a desproporcionalidade dos poderes dos diferentes grupos e classes sociais e invisibilize os conflitos de interesses, as distintas racionalidade envolvidas a ausência de possibilidade de um consenso.

Para o autor supracitado, a audiência é uma via de mão dupla e objetiva que o órgão público preste informações aos participantes e vice-versa. Esta aproximação da administração com os sujeitos sociais interessados é desejável e deve ser aprofundada, entretanto, é preciso identificar os entraves e as relações de poder que perpassam esta “via de mão dupla” de forma que os empreendedores muito mais dizem do que escutam e, se escutam, a fala dos atingidos não interfere da mesma forma na toada de decisões.

Deborah Bronz (2011, p.40) classifica as audiências como os principais “ritos cerimoniais” dos licenciamentos e acentua a importância que estes espaços vêm ganhando para a obtenção das licenças ambientais, de forma que os empreendedores mobilizam cada vez mais recursos para elaboração de seu *posicionamento* ambiental. Para a autora, as audiências vêm contando com uma ampla participação dos sujeitos locais, o que tem feito com que a atuação das consultorias se mobilize para “a produção de informações sobre as comunidades locais com intuito de diminuir as imprevisibilidades das ocorrências no evento público, de modo que os empreendedores já consolidem um repertório de respostas para as audiências” (BRONZ, 2011, p.40).

As audiências devem ocorrer sempre que o órgão ambiental julgar necessário ou quando solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 ou mais cidadãos, ocasião em que o órgão ambiental deverá realizar a audiência, sob pena de invalidade de uma futura licença ambiental concedida. O prazo para solicitar as audiências será de 45 dias após a publicação de edital em que o órgão ambiental anuncie o recebimento do EIA-RIMA (artigo 2º, caput, §1º e §2º da Resolução 09/87 do Conama).

De acordo com o site do Ibama, “a audiência pública é uma das etapas da avaliação do impacto ambiental e o principal canal de participação da comunidade nas decisões em nível local” (IBAMA, 2015, online)<sup>126</sup>.

A audiência deve, ainda, ser realizada em local acessível para a população interessada, havendo a previsão expressa de que, em função da complexidade do tema, “poderá haver mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto”.

No caso do projeto Santa Quitéria, ocorrem três audiências, nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2014, respectivamente nos municípios de Santa Quitéria, Itatira (em ambos, às 19h) e no distrito de Lagoa do Mato (às 14h).

---

<sup>126</sup> Informações obtidas em <http://www.ibama.gov.br/licenciamento-ambiental/audiencias-publicas-por-ano>, acesso realizado em 19.09.2015.

Após a publicação do recebimento do EIA, no Diário Oficial da União em 29.04.2014, diversas entidades sociais se mobilizaram para solicitar a realização das audiências públicas.

Conforme apontamos na introdução da pesquisa, cinco pedidos de audiências foram encaminhados ao Ibama por entidades da sociedade civil e abaixo assinados. Em 30 de outubro de 2014, o Ibama<sup>127</sup> responde às entidades, informando que o EIA-RIMA estão em fase inicial de análise e que as audiências públicas constituem uma “etapa consultiva/informativa no procedimento de licenciamento ambiental na avaliação da viabilidade ambiental”. Negando o pedido de mais audiências e de que elas ocorressem nas comunidades, o ofício afirma que o Ibama determinou a realização das três audiências seguindo a legislação ambiental e que os locais foram escolhidos para favorecer a participação do maior número de pessoas da Área de Influência Direta definida no EIA, bem como que tivessem a logística necessária para acolher os participantes.

Durante as audiências, o Ibama apenas afirma que recebeu cinco pedidos de audiências – e não pedido de cinco audiências, “e nós já tínhamos a intenção de realizar”, emenda a fala sem evidenciar para a platéia que: foram solicitadas mais audiências do que as realizadas; que as audiências solicitadas deveriam ser nas comunidades e em Fortaleza e, ainda, apenas após complementações do EIA.

Nas vésperas da primeira audiência, o Ministério Público Federal, também solicitou que as audiências fossem adiadas para que fossem esclarecidas as evidências de possíveis irregularidades no EIA/RIMA do projeto. A recomendação, entretanto, não foi acatada pelo Ibama.

Se o estudo ainda não tinha sido analisado pelo Ibama; se este estudo deve fundamentar as audiências públicas, porém suas insuficiências não são motivos para o adiamento das audiências; se na ocasião das audiências, sequer os planos de monitoramento e segurança estavam elaborados; se o projeto é apresentado de forma genérica, e diversas questões da platéia (sobre medidas de mitigação, cronograma de capacitação da mão de obra, plano de segurança para o transporte dos materiais, ações de comunicação social, constituição de laboratório de análise ambiental, dentre outros) eram (não) respondidas sob o argumento de que “estas questões seriam elaboradas no momento posterior adequado”, diante deste cenário, o que resta, então, para cumprir as

---

<sup>127</sup> Ofício 020001.012367/2014-03 CGTMO/IBAMA.

finalidades do direito de participação das audiências públicas? Pra que servem estes espaços?

Com esta pergunta em mente, Bronz (2011, p.44) afirma que as audiências dos licenciamentos vêm cumprindo um papel de

**exibição de um discurso empresarial de um empreendimento “imaginado” com todas as soluções tecnológicas e medidas de controle possíveis de serem idealizadas.** A “participação” nas audiências públicas, eu diria, é mais um dos artefatos construídos pelas práticas de imaginação dos empreendimentos industriais. (grifo nosso)

A autora não desconsidera, como procuraremos não desconsiderar, o que está de dentro e de fora do rito, ou seja, a dimensão formal e ensaiada da performance dos empreendedores e sua dialética com as distintas estratégias de mobilização social e de intervenção espontânea sobre o “rito”.

Ao longo desta pesquisa, estamos procurando evidenciar os pontos de tensionamento das audiências. Neste capítulo, entretanto, procuraremos compreender as percepções e o desenrolar do próprio espaço, tomando-o como palco em que se relevam variadas e importantes facetas do conflito ambiental.

Antes disso, entretanto, fazemos um resgate ao aporte teórico que nos informa acerca das experiências com espaços oficiais de participação popular, dentro os quais as audiências públicas é um dos principais. Tecer esta introdução teórica nos auxiliará a compreender as críticas e contestações ao rito participativo.

### **6.1 O resgate da experiência: breves anotações sobre os instrumentos oficiais de participação política**

Para discutir o conceito moderno de democracia, Ellen Wood resgata a doutrina da democracia representativa americana e o processo histórico de constituição da supremacia parlamentar inglesa que restringia a noção de povo. Na medida em que a noção de povo foi sendo ampliada (e, nesta medida, os direitos políticos relacionados ao voto), ocorria “a despolitização do mundo fora do Parlamento e a deslegitimação da política ‘extraparlamentar’” (WOOD, 2011, p. 178). Ou seja, como as relações capitalistas exigiam indivíduos formalmente livres e iguais, esta liberdade, incluindo a de participação, a exemplo da democracia romana, foi realizada na medida em que “a democracia capitalista ou liberal permitia a extensão da cidadania mediante a restrição de seus poderes” (WOOD, 2011, p.180). A separação entre a condição cívica e a

posição de classes fez com que “a posição socioeconômica não determinasse o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista [mas também] a igualdade civil não modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo” (WOOD, 2011, p. 184).

A constatação fundamental consiste no reconhecimento de que esta democracia deslocou o poder de decisão para esferas formalmente ‘políticas’, ou seja, distanciadas da esfera econômica (onde se realizam múltiplas esferas de opressões) e divorciou do critério democrático qualquer parâmetro que envolvesse equilíbrio de poder de classes. Tornou possível, portanto, estabelecer um regime democrático sem alterar as assimétricas relações de poder que efetivamente interditavam (ou poderia interditar) uma partilha real da esfera decisiva e retirou do espaço de deliberação restrições ou alternativas ao modelo de produção que se consolidava.

Na medida em que o sufrágio foi ampliado, portanto, ampliando a participação por meio do voto, os abismos sociais do modelo produtivo capitalista também se enraizaram. Se o capitalismo afirma que ampliou e floresceu a democracia, com a mesma mão aprofundou suas contradições, afinal, “o impulso básico da democracia é um impulso igualitário. Os contra-impulsos são dois: o impulso do privilégio e o impulso do desempenho competente. Ambos os contra-impulsos resultam em hierarquia.” (WALLERSTEIN, 2001, p.115) e ambos são correlatos a estrutura do capitalismo.

À democracia moderna, formal e contratual, corresponde o conceito de ‘sociedade civil’ como uma ‘arena de liberdade’ que situa o capitalismo como só mais uma das esferas na pluralidade da sociedade, negando sua lógica estruturante e totalizadora.

Neste caso, o perigo está no fato de a lógica totalizadora e o poder coercitivo do capitalismo se tornarem invisíveis quando se reduz todo o sistema social do capitalismo a um conjunto de instituições e relações, entre muitas outras, em pé de igualdade com as associações domésticas ou voluntárias. (WOOD, 2011, p. 210)

Boaventura de Sousa Santos, ao descrever a concepção liberal da sociedade civil corrobora esta crítica, afirmando que:

A quarta característica da teoria liberal é que ela concebe a sociedade civil de forma monolítica. A sociedade civil é o mundo do associativismo voluntário e todas as associações representam de igual modo o exercício da liberdade, da autonomia dos indivíduos e de seus interesses (SANTOS, 2013, p.228).

Esta visão homogênea da sociedade civil sustenta uma concepção liberal de democracia e participação, negligenciando as relações de poder que atravessam as relações sociais e excluem (ou inclui de maneira muito diferenciada) sujeitos sociais dos mecanismos de tomada de decisão. Não há, portanto, um partilhamento real desta “esfera decisiva”, motivo pelo qual rejeitamos uma concepção voluntarista de participação nas tomadas de decisões, que termina por invisibilizar as relações de poder, as estruturas e as totalidades sociais.

Ademais, no contexto dos países latino americanos, estas instituições de “democracia” estatal chegaram associadas às condições de dependência econômica, violência dos povos e expropriação de riquezas. A consolidação violenta e tardia de suas instituições políticas se funda, ainda, nas heranças coloniais e no serviço ao mercado econômico externo. Categorizam as noções de democracia, cidadania e participação, ainda, ignorando ou desqualificando as distintas formas de participação e concepção da vida coletiva, em especial aquelas oriundas dos povos tradicionais de seus territórios.

Neste contexto, observa-se a perversidade com que a invasão da vida dos povos latinos americanos operou-se, procurando suprimir possibilidades de outras formas de viver, produzir, decidir, reconhecer legitimidade, que não se enquadravam nas noções homogeneizantes de *mercado* (como a única forma de troca) e *cidadania* (como a única forma de inserção política), impostas pelo colonialismo político e epistemológico que inferiorizou suas experiências e formas de organização social, aliados à expansividade do capital (e de sua lógica) que a tudo integra, mercantilizando. (MORENO, 2005, p.89).

Um dos efeitos perversos da concepção moderna de cidadania foi a desarticulação das solidariedades e dos sistemas de tomada de decisões locais, enfraquecendo sistemas comunitários deliberativos.

Sob esta concepção estabeleceu-se, ainda, uma compreensão do cidadão como uma figura abstrata e homogênea que procurava aniquilar ou desqualificar a existência do dissenso e dos conflitos no seio social. Tem-se que uma das estratégias hegemônicas constituiu-se em reduzir “os ‘conflitos’ político-sociais a conflitos de idéias e de opiniões” (POULANTZAS, 1985, p.7), particularizando os interesses em questão (e em oposição) como forma de deslegitimá-los. Na desqualificação do conflito, observa-se a constante referência de discursos em nome da ‘nação’ ou de um ‘interesse público’ para justificar políticas de flexibilização de direitos, de desterritorialização de comunidades,

de instauração de grandes empreendimentos, ocultando os impactos que o dito ‘interesse público’ possui para os diferentes grupos sociais.

Para Santos, “a igualdade da cidadania colide com a diferença da subjetividade”, tendo em vista que a cidadania significou uma bagagem de direitos ditos universais e abstratos, retirando as particularidades dos sujeitos. Sem esquecer a posição central do Estado para as relações de produção capitalistas, o autor destaca que é possível “pensar novas formas de cidadania (coletivas e não individuais; menos assentes em direitos e deveres do que em formas e critérios de participação), não liberais e não estatizantes, em que seja possível uma relação mais equilibrada com a subjetividade” (SANTOS, 2013, p.239).

Santos, diante da realidade dos países do Norte global, distingue a cidadania social daquela liberal, pois enquanto que sob a concepção liberal a cidadania significou um desenvolvimento hipertrofiado do princípio do mercado, sob a concepção do Estado Social ela lhe imprimiu importantes restrições: “a cidadania não é, por isso, monolítica; é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes” (SANTOS, 2013, p.234).

Pensando a historicidade da noção de cidadania, sabe-se que sua apreensão diverge para o Sul global, tantas vezes espoliados da concretização de direitos que foi possível com o pacto capital trabalho dos países do norte. Destarte, a prática de diversos movimentos sociais, inclusive dos países latino americanos após a redemocratização na segunda metade do século XX, sustentaram-se sob a reivindicação de direitos e de ampliação de mecanismos de participação popular nas políticas estatais, reivindicando e abrindo caminhos para as possibilidades de pensar novos conteúdos para as noções que envolvem democracia e cidadania.

Neste sentido, foram muitos os tensionamentos durante as experiências de ditaduras militares no século XX América Latina, em que a noção de cidadania serviu como escudo e bandeira nas lutas redemocratizantes dos movimentos sociais, a exemplo da tradição brasileira e a promulgação da Constituição de 88, a chamada “Constituição Cidadã”.

Eveline Dagnino identifica uma disputa histórica pela fixação dos significados e limites do conceito de cidadania. A autora resgata as pontes entre a noção de cidadania (chamando-a de *nova cidadania*) com as lutas e reivindicações por direitos, encampadas pelos movimentos sociais brasileiros da década de 80, destacando a ideia de que “a

própria determinação do significado de “direito” e a afirmação de algum valor ou ideal como um direito são, em si mesmas, objetos de luta política” (DAGNINO, 2004, p.104).

Essa luta política, portanto, não pode ser ignorada ou simplificada de forma a associar as pautas dos movimentos pela redemocratização com aquela mesma cidadania do Estado burguês. As gramáticas sobre cidadania aparecem também no palco das disputas de interesses, com seus significados, discursos e práticas sendo ressignificados, o que dialoga, em vez de rivalizar, com as críticas de uma cidadania abstrata e atomizada no indivíduo.

No quadro das disputas de significados para a noção de cidadania na década de 90, diante da convivência perversa de um projeto de participação social com um projeto neoliberal, Dagnino (2004) encontra dois significados em conflito para a noção de cidadania, um liberal e outro constituído no âmbito dos movimentos sociais, em que a nova cidadania implica

a constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que consideram ser seus direitos e lutando para seu reconhecimento enquanto tais. Nesse sentido, é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “desde baixo”. Um terceiro ponto é a idéia de que a nova cidadania transcende uma referência central no conceito liberal: a reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado. O que está em jogo, de fato, é o direito de participar na própria definição desse sistema, para definir de que queremos ser membros, isto é, a invenção de uma nova sociedade (DAGNINO, 2004, p.104)

Para a autora, a concepção neoliberal de cidadania reduzia seu significado a uma fórmula individualista, intimamente relacionada com a capacidade de consumo e com o mercado, instância substituta para a efetivação de direitos que deveria ser promovida pelo Estado. Os cidadãos portadores de direitos tornaram-se os vilões, os obstáculos ao progresso em que tudo se realiza via mercado, espaço das múltiplas possibilidades. Na esfera cidadã restava apenas um tratar assistencialista e filantrópico da pobreza, retirada das arenas públicas de discussões. A nova cidadania, por sua vez, supera sua concepção liberal que a percebe como uma relação entre o Estado e o indivíduo. O que estaria em curso seria um projeto (em disputa) por outra sociabilidade, com destaque para a noção de direitos operando como um parâmetro para as interlocuções nos debates públicos (DAGNINO, 2004).

Caracterizando esta nova cidadania, a autora destaca uma ênfase no aprofundamento da democracia, em uma estratégia de enfatizar os laços entre as dimensões da cultura e da política, ampliando o espaço da política e reconhecendo a transformação cultural como elemento da construção democrática; neste aspecto,

emerge-se em um questionamento acerca dos autoritarismos sociais que, por meio de sistemas de classificações, constituem determinantes para a ocupação de lugares sociais (DAGNINO, 1994).

Todos esses elementos são de muita relevância para compreender a década de 90 e a ampliação dos canais institucionais de participação social em políticas públicas. Entretanto, os anos seguintes denunciaram os limites destes canais e a sua ineficiência em momentos de maior tensionamento social. Quais são, então, os entraves que a experiência denuncia sobre estes canais de participação, dentre os quais se inserem as audiências públicas dos licenciamentos ambientais?

De início, consideramos que existe uma interface entre os entraves presentes nos diversos mecanismos de participação, sejam nos conselhos temáticos, nos orçamentos participativos, na deliberação de políticas urbanas, nas audiências públicas do licenciamento ambiental. Embora possuam objetivos, formas de organização e composição, linguagens e público diferenciado, estes espaços possuem momentos de aproximação, características comuns que podem situá-los em determinados eixos explicativos. Esta consideração motiva a presente análise, no intuito de refletir sobre os aprendizados com as experiências de inserção nos instrumentos participativos de políticas públicas.

Gabriel Feltran (2009), em sua pesquisa que buscava etnografar as fronteiras entre as periferias de São Paulo e o mundo público, traz importantes lições sobre os movimentos sociais nas periferias. O autor enfrenta a narrativa de como esses movimentos se inseriram na institucionalidade estatal a partir da década de 80. Embora a participação não seja o cerne do seu trabalho, não se pode deixar de considerar suas contribuições, traçando a forma com que no regime militar ocorria um “bloqueio seletivo do acesso à legitimidade pública” e a estruturação dos “novos movimentos sociais” na década de 80. A partir da redemocratização reconstituía-se uma esfera pública que fomentava a ação destes movimentos, que puderam ser representados, adentraram a cena pública e foram considerado portadores de interesses legítimos.

O autor destaca “um alargamento da política para além dos marcos institucionais e a elaboração em curso de uma ‘nova noção de cidadania’” (FELTRAN, 2009, p.27), em que os sujeitos das periferias constituíram-se enquanto legítimos no espaço público.

Houve, portanto, um processo no qual a noção de direito passou a ser alvo das reivindicações de movimentos. Esse processo foi acompanhado por uma ampliação dos

marcos jurídicos de proteção de grupos específicos e de direitos de cidadania, inspirados pela cultura democrática que efervescia. Tais elementos permitem perceber o desenho do direito de participar na formulação da Constituição de 88 e no na formação de um Estado Democrático de Direito que relacionava cidadania, justiça social e participação política em seus fundamentos.

Para trabalhar o *novo associativismo local* na América Latina, Leonardo Avritzer (2013) resgata as características da redemocratização do continente, marcada por uma continuidade dos padrões políticos e dos grupos no poder estatal, cuja distribuição desigual do poder foi acentuada por um processo de privatizações marcada pela falta de transparência das relações do Estado com os entes privados; mantendo um padrão clientelistas nas relações sociais.

Ao tempo em que identifica uma debilidade histórica no associativismo civil, percebe uma transformação deste cenário a partir da década de 70, que rompeu com um padrão homogeneizante da ação coletiva (a pluralização da ação social com novos atores – movimentos étnicos, pela questão de gênero, de sexualidade, a classe média – e novos temas), caracterizado pela renovação das práticas do movimento sindical e a emergência de novas questões como as da cidadania; a construção de solidariedades locais; a participação da classe média na esfera pública com suas próprias reivindicações e o surgimento de associações temáticas (direitos humanos, questões ecológicas, questões de gênero, etc) (AVRITZER, 2013).

Esse associativismo, porém, será depois alvo de críticas, fundamentalmente pelo auxílio que deram à gestão de políticas públicas em troca de pequenas melhorias locais ou da garantia de sua sobrevivência, em relação às associações de bairros ou às ONG's; em relação às associações de classe média, a crítica situa-se pela manutenção de um perfil elitizado e corporativo; também se verificam os riscos da profissionalização ou burocratização, mitigando (não sempre, tampouco necessariamente) seu potencial de enfrentamento às violações de direitos ou articulador de bandeiras de reivindicações.

Aprofundando a temática acerca dos então ‘novos movimentos’ da década de 80 (de indígenas, mulheres, jovens, artistas, em defesa do ambiente), Tilman Evers (1984) faz oportunas reflexões sobre sua relação com o poder político que predominava nas referências explicativas dos movimentos até então. Em suas teses sobre o assunto, afirma que “o potencial transformador dos novos movimentos sociais não é político, mas sócio-cultural”, gestando uma ‘face oculta’ entre as relações de dominação e

permitindo o amadurecimento de afirmação de identidades (superando alienações) e gestando os embriões dos novos sujeitos transformadores.

Em seus pontos de reflexão, Evers (1984) tece considerações sobre as chaves explicativas dos movimentos que o colocam sempre em órbita da esfera de poder. Para ele, existe um impasse entre incidir mais nas esferas de poder (estatais, no caso) e fortalecer a pauta do movimento, pagando o preço da diminuição do potencial sócio-cultural, da inserção nas bases comunitárias, na formulação de alternativas criativas. Este problema possui uma intrínseca relação com a questão da participação com os espaços públicos disponíveis, com a institucionalização das bandeiras, com as mutações que os movimentos sofrem ao adentrar nas esferas estatais. Vanguarda e retaguarda teriam que se encontrar nos mesmos caminhos, em que não se pode prescindir de expressões políticas, tampouco aceitar a formulação de únicas categorias de sujeitos e reivindicações determinados para dirigir os processos sociais.

Scherer-Warren (2006) situa a existência de “uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil”. Em sua caracterização dos movimentos sociais, persegue as transformações oriundas, em específico no que diz respeito às dimensões constituidoras: identidades, adversários e projetos. As novas identidades tendem a ser plurais e a se relacionar com as lutas por cidadania; as redes aproximam os atores; nota-se a passagem da defesa de um sujeito identitário único para um sujeito plural. Sobre estas múltiplas identidades, desenham-se pautas multidimensionas. Segue-se, então, para perceber a transversalidade dos temas e a reivindicação de novos direitos, alargando a noção de direitos humanos e ampliando as bases de mobilizações.

Após a fase de positivação de direitos, de reconhecimento de legitimidades destes movimentos da década de 80, entrecruzaram-se sintomas de arrefecimentos dos movimentos, de explosão de políticas econômicas neoliberais, de construção de referências negativas e ‘violentas’ sobre a favela, etc.

Feltran (2009), portanto, irá situar bem a questão apontando os três deslocamentos estruturais na relação entre sociedade e Estado, que limitaram a atuação dos movimentos populares, em suma: a profissionalização da sociedade civil (para manter relações de convênios e projetos, sustentados por entidades do terceiro setor ou pelas associações de bairro); os partidos de esquerda passam a mediar o fluxo do Estado para sociedade, não o contrário; a predominância da lógica dos governos que foram

instituídos, de gestão da questão social, preponderante também nas organizações de base com que tinham relações, em detrimento da lógica das reivindicações e enfrentamento (FELTRAN, 2009, p. 28).

O tensionamento entre gestão social e partilha efetiva do poder constitui em um dos principais eixos de conflitos. Ao passo em que os movimentos conquistaram a normatização de direitos e institucionalização de espaços de participação, sua capacidade real de incidir sobre as decisões diminuía progressivamente. Sobre os caminhos das organizações locais:

as ações coletivas diminuiram seu papel de mediar o acesso ascendente das demandas sociais populares ao mundo público, como fizeram os movimentos sociais, e passaram majoritariamente a intermediar o contrário, o acesso descendente dos atores relevantes na esfera política aos setores populares (FELTRAN, 2009, p. 30).

Percebe-se, aqui, uma necessidade de resgate da dimensão política e reivindicatória da participação, que considere os interesses, o tempo de formulação, empoderamento e formação de posicionamento pelas comunidades.

Dagnino (2004), olhando para os impactos do projeto neoliberal na sociedade brasileira, principalmente na década de 90, observa a “existência de uma *confluência perversa* entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, que marcaria hoje, desde nosso ponto de vista, o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira” (DAGNINO, 2004, p.95). Esta confluência é perversa por que “apontando para direções opostas e até antagônicas, *ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva*” (grifo da autora), o que operou um deslocamento de sentido das noções de participação e cidadania e uma disputa por seus significados e pela afirmação de suas diferenças de percepção.

Nestes deslocamentos, observa-se uma despolitização da noção de participação, com “a emergência da chamada “participação solidária” e a ênfase no trabalho voluntário e na “responsabilidade social”, tanto de indivíduos como de empresas. O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista” (DAGNINO, 2004, p.102). Essa despolitização é marcada por uma concepção de solidariedade transposta para o campo da moral, retirando dos espaços públicos a discussão sobre o que significa e quais os objetivos da participação. Observa-se um processo de compartilhamento das funções do Estado e de prestação de serviços, tratando questões como as desigualdades sociais de forma individualizada e com traços

assistencialistas, o que substituiu a idéia de participação como incidência efetiva na tomada de decisões sobre as políticas públicas do Estado.

Em pesquisas do Instituto Pólis<sup>128</sup> e do Inesc<sup>129</sup> sobre as Conferências Nacionais<sup>130</sup> para investigar o que se fala sobre a participação, especificamente, como pensam o desenho institucional da participação, a publicização das políticas e a idéia de gestão da participação social. Dentre os resultados, percebe-se que: as organizações presentes deliberam repetidas vezes sobre estratégias para o fortalecimento da participação, o que indica a preocupação com os limites destes aparatos; demonstram preocupações quanto à efetividade do controle social nas áreas temáticas consolidadas; nas conferências temáticas novas, como sobre os direitos da mulher ou igualdade racial, existe um foco para o reconhecimento da existência desses segmentos sociais; indicam reuniões descentralizadas para aproximar os conselhos das realidades locais; reivindicam mecanismos de participação direta, tais como plebiscitos, auditorias, tribunais populares, ação civil pública etc; reivindicam a capacitação e formação contínua dos atores sociais envolvidos; o fomento às iniciativas da sociedade civil, como fóruns; a afirmação da representação de segmentos pouco representados (PÓLIS & INESP, 2011).

As conferências demandam, ainda, a criação de indicadores que permitam avaliar a incidência das conferências nas políticas; o fomento às articulações e fóruns das organizações da sociedade civil e indicam, nas suas falas e diretrizes, cuidado com a autonomia das organizações e movimentos (PÓLIS & INESP, 2011).

A partir do levantamento realizado, pode-se inferir que as organizações e movimentos sociais, mesmo os que possuem histórico com a participação em espaços institucionais, imprimem desconfiança com tais espaços, questionam sua efetividade, preocupam-se com a preservação de sua autonomia, articulação e organização das entidades e movimentos sociais.

Em continuidade, merece destaque outra distorção na trajetória de constituição de espaços participativos, que diz respeito ao processo de culpabilização das vítimas. Na medida em que canais institucionais de diálogo são abertos, por mais que sua eficiência

---

<sup>128</sup> Instituto de Estudo, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

<sup>129</sup> Instituto de Estudos Socioeconômicos

<sup>130</sup> O estudo foi feito com base na análise de 178 deliberações de 13 Conferências Nacionais realizadas entre 2003 e 2010, nas seguintes áreas temáticas: Segurança Pública, Comunicação, Igualdade Racial, Políticas para as mulheres, Assistência Social e Direitos da Criança e do Adolescente. As conferências constituem espaços participativos que devem disputar e formular princípios e diretrizes das políticas públicas e que passaram por uma forte ampliação no período, chegando a contar com a participação de cerca de 5 milhões de pessoas. (PÓLIS & INESC, 2011)

de partilha de decisões seja constantemente questionada, representantes e aparatos do Estado passam a assumir uma dupla postura culpabilizadora dos movimentos sociais: a primeira baseada na idéia-discurso de que se houve algum espaço participativo, a política ou ação estaria socialmente legitimada, desconsiderando os entraves estruturais do Estado na garantia de uma participação empoderada e com real capacidade de decisão, e desconsiderando o dissenso, as disputas de interesses e assimétricas correlações de força entre os grupos envolvidos em um possível conflito.

A segunda forma de culpabilização, além de atribuir legitimidade a políticas que tenha passado por qualquer processo, ainda que formal, dito participativo, diz respeito à responsabilização das comunidades ou movimentos sociais quando, abertos os espaços de participação, eles permanecem esvaziados devido ao desinteresse ou desmobilização dos sujeitos envolvidos naquela política. O esvaziamento de conselhos, audiências públicas, reuniões de projetos etc, costumeiramente é invocado pelos órgãos do Estado como um elemento de descrédito da participação social ou de desqualificação das reivindicações que apareçam posteriormente aos momentos oficiais de participação. Neste discurso, não se ponderam os caminhos que levam a este esvaziamento, caminhos que perpassam, dentre tantos outros fatores complexos, a descrença nos mecanismos institucionalizados, as formas de interlocução adotadas pelo Estado, tantas vezes marcadas pela arrogância, pelo tecnicismo, pela burocratização do exercício político.

Essa proposta de integração nos instrumentos do Estado também desconsidera a autonomia dos movimentos em formular suas estratégias de intervenção, que podem incluir ações diretas e recusar espaços que, a partir de suas experiências, são vistos como pouco eficazes.

Desse lugar, desses grandes centros, vem-nos a mensagem que se supõe salvadora: **não se trata de mudar o sistema mas de capacitar a população para que se integre, se inclua nele.** [...] **Não se está com isso culpando a vítima?** Não seria que a culpabilização cumpre duas funções essenciais para uma eficaz governabilidade: sacralizar o sistema e submeter as vítimas, já que quem se sente culpado não se rebela? (MORENO, 2005, p.90) (grifo nosso)

Outro fator a ser avaliado na eficácia dos momentos de participação, diz respeito ao resgate de um campo de possíveis, ou seja, a saída da naturalização das opções dadas institucionalmente, que muitas vezes apresenta um dado modelo de desenvolvimento, determinada política ou normatização como inevitáveis. Aqui fazemos referência à capacidade que os discursos hegemônicos tem de categorizar e agir

sobre a construção simbólica da realidade, sendo produto e produtor das percepções sociais (BOURDIEU, 2011).

Em síntese, a experiência mostra alguns dos entraves característicos dos canais oficiais de participação política: a individualização da negociação de conflitos coletivos; a institucionalização de entidades e movimentos sociais; a sobreposição da lógica da gestão ambiental e de conflitos em relação ao tensionamento político; o silenciamento dos atingidos na crença em que poderes constituídos, órgãos do sistema de justiça ou entidades de apoio, mediadoras e/ou apoiadoras no conflito, tenham à disposição ações mais efetivas que as suas; a crença de que o espaço de participação deve apenas produzir consensos; a repressão das ações reivindicativas diretas; o atropelar do tempo de apropriação da comunidade, pelo ritmo funcional e específico da burocracia do Estado; a profissionalização das organizações civis; o tecnicismo dos espaços de deliberações, que deveriam prezar pela facilidade de acesso e entendimento; e, ainda, a adoção de práticas despolitizantes, como cooptação e clientelismo.

Embora este cenário pareça desmobilizador, Dangnino (2004) não deixa esquecer a importância de experiências participativas, principalmente no reforço da configuração de cidadãos-sujeitos e de uma cultura de direitos.

Além disso, os espaços públicos evidenciam (ou evidenciam em maior grau) as assimetrias de forças, os interesses envolvidos, os sujeitos que se beneficiam e os que se prejudicam com determinada política/empreendimento, amplia o acesso às informações, põe as especificidades dos projetos de sociedade em confronto, permite a visibilidade de conflitos, implicando, por todas estas formas, em um potencial de ampliação democrática.

Feita esta breve introdução teórica, procuraremos perceber os sentidos, os ritos, as disputas e as compreensões sobre os espaços das audiências públicas. Antes disso, entretanto, consideramos que as audiências se inserem como uma etapa da avaliação de riscos do licenciamento ambiental, motivo pelo qual a análise do procedimento também nos ajudará na compreensão do conflito ambiental em estudo.

Passamos, portanto, a pensar sobre as questões: quais os sentidos do licenciamento ambiental? quais os sentidos das audiências públicas? como estes sentidos foram atribuídos e percebidos no contexto conflitivo em torno do projeto Santa Quitéria?

## **6.2 Pra que serve um – ou dois – licenciamentos?**

Durante a introdução desta pesquisa, apresentamos uma breve contextualização e problematização acerca do licenciamento ambiental brasileiro. A um só tempo, este procedimento vem passando por um processo de flexibilização de suas exigências, mudanças encampadas pelos que defendem que o licenciamento é “burocrático” e que se constitui em um “obstáculo ao desenvolvimento” e, sob outro ângulo, vem sendo objeto de críticas por grupos de pesquisa e movimentos sociais que denunciam sua incapacidade de realizar uma avaliação complexa e equânime dos distintos impactos causados por estes mesmos projetos de desenvolvimento.

Este cenário já foi apresentado no início da pesquisa e, porque o licenciamento vem sendo palco de conflitos ambientais, que optamos por estudá-lo na análise do conflito em torno do projeto Santa Quitéria.

Neste momento, objetivamos perceber os sentidos (e as disputas de sentidos) que se atribuem ao licenciamento, e observar, com ênfase nas audiências públicas, como se dá a condução do procedimento no caso em análise em diálogo com a legislação ambiental.

O licenciamento consiste, portanto, em um procedimento administrativo para que se verifica a viabilidade de concessão de licença ambiental<sup>131</sup> para instalação de empreendimentos<sup>132</sup>. Existe, na doutrina jurídica, uma divergência acerca da natureza jurídica da licença e, sob nossa compreensão, ela deve ter natureza de autorização<sup>133</sup>. Licenciamento é o procedimento, composto por uma soma de atos administrativos e de instrumentos da política ambiental. Já o estudo de impacto ambiental é um dos

---

<sup>131</sup> A licença ambiental é definida pelo artigo 1º da Resolução 01/86 do Conama, que assim dispõe: “Licença Ambiental – ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.”

<sup>132</sup> O artigo 1º da Resolução 01/86 do Conama também define o licenciamento ambiental, caracterizando-o como “procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.” Já o artigo 2º da LC nº 140/2011 define-o como o “procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.”

<sup>133</sup> A divergência ocorre porque o ato administrativo “licença” seria vinculado e definitivo, enquanto que a autorização seria um ato discricionário, unilateral e precário. Considerando que a “licença” ambiental se submete ao interesse público que será avaliado pelo órgão ambiental, que não há direito subjetivo à obtenção da licença (e que, portanto, o ato não é vinculado) e que ela pode ser suspensa a qualquer tempo, de forma motivada, compreendemos junto com Paulo Afonso Leme Machado (2013, p.323) que a licença, aqui, tem natureza de autorização.

instrumentos da política ambiental. O licenciamento e o estudo são autônomos, embora interligados. O conteúdo e normatização acerca do EIA foram analisados no capítulo anterior.

A licença ambiental, por sua vez, se subdivide em três. De acordo com a Resolução 237/86 do Conama, são elas<sup>134</sup>:

- I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;
- III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. (artigo 8º, Resolução 237/86 Conama)

Neste procedimento, o órgão ambiental conduzirá as etapas<sup>135</sup>, que vão desde a análise prévia da intervenção até a elaboração de termo de referência<sup>136</sup> e determinação que se produza um EIA/RIMA; análise prévia do estudo em relação ao termo de referência; possível realização de audiências públicas; parecer sobre o conteúdo do estudo, podendo pedir complementações; concessão ou rejeição da licença e suas

<sup>134</sup> O artigo 19º do Decreto 99.274/90, dispõe que: “I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo; II - Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e III - Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação.”

<sup>135</sup> A Instrução Normativa nº 184/2008 do Ibama, estabelece que a instalação do licenciamento atenderá as seguintes etapas iniciais: Inscrição do empreendedor no Cadastro Técnico Federal - CTF do Ibama (<http://www.ibama.gov.br/cogeg>) na categoria Gerenciador de Projetos; Acesso ao Serviços on line - Serviços - Licenciamento Ambiental pelo empreendedor, utilizando seu número de CNPJ e sua senha emitida pelo CTF e a verificação automática pelo sistema da vigência do Certificado de Regularidade, em consonância a Instrução Normativa 96/2006; Preenchimento pelo empreendedor do Formulário de Solicitação de Abertura de Processo - FAP e seu envio eletrônico ao Ibama pelo sistema; Geração de mapa de localização utilizando as coordenadas geográficas informadas na FAP, como ferramenta de auxílio a tomada de decisão; SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA Verificação da competência federal para o licenciamento. Abertura de processo de licenciamento. Definição dos estudos ambientais e instância para o licenciamento (DILIC ou NLA).

<sup>136</sup> A Instrução Normativa nº 184/2008 estabelece, ainda, que: “Art. 10 O Ibama providenciará agendamento para a apresentação do empreendimento pelo empreendedor, convidando os órgãos intervenientes quando necessário; § 1º Neste momento serão discutidos preliminarmente o teor do TR e a necessidade de realização de vistoria ao local pretendido para o empreendimento”

respectivas condicionantes; monitoramento das condicionantes, programas, medidas de mitigação e compensação e prazo de validade da licença concedida.

Durante as audiências, o licenciamento foi apresentado pelo Ibama como um “procedimento administrativo que tem como objetivo disciplinar previamente a construção, instalação, ampliação e funcionamento de empreendimentos”. O que o Ibama caracterizou como “disciplinar” consiste, na verdade, em analisar os empreendimentos. A idéia de disciplina contém um teor de regulamentação, de adequação do empreendimento quando, em verdade, se está buscando uma análise técnica e valorativa acerca sua implementação ou não. Dizer que o licenciamento “disciplina” reduz, portanto, as possíveis margens de ação dentro do procedimento.

Em seguida, ao explicar as etapas do licenciamento, o representante do Ibama segue afirmando que:

Então a fase de licenciamento prévio busca avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento. Considerando os aspectos relacionados não só com os recursos naturais, mas também com o próprio ser humano. O licenciamento ambiental ele tem o objetivo de buscar a melhoria da gestão ambiental dos empreendimentos.

“Avaliar a viabilidade” e “buscar a melhoria da gestão” aparecem associadas dentro do discurso de forma que uma conforme a outra. A contradição entre avaliar algo que se pretende gerir, ou seja, de realizar uma análise de viabilidade de algo que já se pressupõe viável e, portanto, gestionável, é diluída e ocultada no discurso.

Uma análise real, profunda, complexa da viabilidade de um empreendimento não poderia ter por limite um “melhoramento” de sua gestão, nem mesmo de sua concepção. A forma como o órgão ambiental caracteriza o procedimento evidencia a ideologia que carrega acerca da questão ambiental, marcada pelo paradigma da gestão e da adequação ambiental. Evidencia, mais do que um traço particular da concepção do interlocutor, um modelo de licenciamentos em que a idéia de “aproveitar” e “garantir” o projeto se hegemoniza sobre a própria avaliação de seus impactos, tornando-o insuficiente e previamente determinado por uma categorização particular de gestão e por uma racionalidade, também particular, acerca da questão ambiental (a ecoeficiência). Opera-se, portanto, uma aparente universalização do ponto de partida para a análise do empreendimento, naturalizando-se a escolha da concepção ambiental adotada (BOAVENTURA, gramática).

Ao se naturalizar esta escolha, aniquilam-se as alternativas, pois estas não aparecem no campo do debate. Ou não aparecem como credíveis. Isto porque, se o

órgão ambiental constrói uma categorização do licenciamento como um espaço de “gestão” do projeto ainda que, diante das críticas ao longo do debate, afirma que “não há licença concedida”, que “nem se sabe se a licença será concedida”, já existe uma concepção prévia que limita o campo do debate e do problematizável, evidenciando a existência de posicionamentos anteriores ao debate público. Há, portanto, uma disputa sobre os sentidos do procedimento em si.

Em relação a explanação sobre o histórico do licenciamento, podemos também inferir algumas. Durante as três audiências, o representante do Ibama mencionou que a primeira tentativa de licenciamento ocorreu ainda em 2004 (ver resgate deste histórico na introdução), porém *eufemiza* as irregularidades que geraram a anulação das licenças anteriormente concedidas. Sob seu discurso, “

Esse processo é um processo antigo, é um processo de 2004, desde a época que foi feito um licenciamento pela Semace, aí teve uma série de medidas que foram acontecendo, mas em dezembro de 2010, que é o que importa, foi quando foi iniciado o processo de licenciamento junto ao Ibama.

“Uma série de medidas que foram acontecendo” refere-se a um longo processo de questionamento administrativo e judicial, que chegou a anular as licenças prévias e de operação já concedidas, tendo em vista que o empreendedor alegava que a exploração de urânio “era residual” e que não seria necessário um licenciamento no órgão federal. Refere-se, ainda, a inúmeras reuniões e correspondências entre os órgãos ambientais estadual e federal, entidades administrativas, empreendedor e Ministério Público Federal.

“O que importa”, sob sua ótica, não inclui o histórico de questionamentos ao projeto, tratando-o como relevante apenas após o seguimento do trâmite perante o Ibama. Na audiência de Lagoa do Mato, o Ibama já apresenta que o licenciamento se iniciou em 2010.

Na continuidade, afirma que foi elaborado um Termo de Referência em 2011 e que houve a “entrega do EIA, da segunda versão, porque a primeira versão não foi aceita pelo Ibama”. O conteúdo desta primeira versão ou os motivos pelos quais não foi aceita não foram discutidos.

Os estudos, portanto, “são analisados pelo Ibama que avalia, logicamente considerando a manifestação dos órgãos envolvidos e da realização da Audiência Pública, pela viabilidade ou não do empreendimento”. Neste momento, assim como em

outros, insere-se a ideia de uma decisão ambiental fundada na avaliação do órgão ambiental tomando em consideração as contribuições de outros sujeitos sociais.

Em relação ao licenciamento ambiental do projeto Santa Quitéria, foi acordado que seria concedida uma licença prévia para o conjunto do empreendimento e duas licenças de operação, uma para cada unidade (unidade minero-industrial e unidade de urânio). De acordo com a decisão nº 71/2006 da Cnen, apenas a unidade de urânio foi considerada como instalação nuclear.

Ademais, pensando sobre os distintos capitais dos sujeitos sociais envolvidos no conflito, chama atenção o relato dos acordos realizados entre empreendedores e os órgãos de licenciamento do projeto. Por meio da Nota Técnica 85/2012/DILIC-IBAMA, o órgão ambiental explicita uma série de reuniões realizadas com os empreendedores para acordar os termos do licenciamento como, por exemplo, a unidade da licença prévia e a separação das licenças de instalação.

Para as comunidades, pesquisadores ou entidades que se posicionam contrárias ao empreendimento, entretanto, a comunicação é escassa, formalizada por meio de ofícios e provocada estritamente pelos sujeitos sociais. Desta forma, enquanto os empreendedores tem uma “agenda” de discussão do projeto, os demais sujeitos envolvidos no licenciamento tem apenas a oportunidade das audiências públicas – e os três minutos de suas falas – para dialogar diretamente com o órgão ambiental, o que evidencia uma assimetria entre os *capitais institucionais* dos sujeitos em conflito.

Durante as audiências, a Cnen também explica o processo de licenciamento nuclear que, conforme aponta o Ibama, “são licenciamentos distintos, mas são, acontecem de forma paralela. Um depende do outro.”

A interface entre estes licenciamentos foi um dos grandes temas de discussão das audiências, principalmente no que tange às provocações realizadas pelos pesquisadores e entidades presentes.

Isto porque a ausência dos dados sobre radiação no EIA foram explicadas a partir da compreensão de que estas informações deveriam ser analisadas no licenciamento nuclear, e não no ambiental. Ibama, Cnen e empreendedores defenderam a concepção de que os dados radiológicos<sup>137</sup> seriam avaliados pela Cnen. Já os pesquisadores do Núcleo Tramas, por exemplo, defenderam que os dados sobre a

---

<sup>137</sup> Referentes à emissão de radioatividade, de dispersão de radionuclídeos e gás radônio, por exemplo.

radiação consistem em uma imprescindível fonte de análise dos impactos sobre a saúde e o ambiente e que, portanto, deveriam estar disponíveis e integrados ao EIA.

### 6.2.1 Divergências sobre o licenciamento nuclear

Segundo o site da Eletronuclear, empresa subsidiária da Eletrobrás, o licenciamento nuclear objetiva garantir que as instalações nuclear não “impliquem em riscos indevidos”<sup>138</sup>. Mais uma vez, retira-se do procedimento seu teor de análise da viabilidade e concepção de projetos, situando-o sob uma ótima de gestão de riscos

Durante as audiências, portanto, a Cnen explicitou o procedimento do licenciamento nuclear, assim sintetizadas:

O processo de licenciamento nuclear brasileiro é basicamente semelhante a todos os processos dos principais países em termos de licenciamento nuclear, existe uma aprovação de local, uma licença de construção que pode ser parcial e total, uma autorização para uso de material nuclear, a autorização para a operação inicial, a autorização para operação permanente e o descomissionamento.

O representante da Cnen segue explicando que, no caso concreto, seria cabível um licenciamento para a atividade de mineração de urânio e tório associados, e um licenciamento de instalação nuclear para o processamento e separação do fosfato e do urânio. Tomando em consideração que o licenciamento nuclear é mais rigoroso, este será aplicado ao projeto, segundo seu entendimento.

A legislação pátria, por meio da norma CNEN 1.04<sup>139</sup>, estabelece que o licenciamento nuclear se compõe das seguintes etapas:

- 1- aprovação de local (momento em que deve ser aprovado o “Relatório do Local”, documento entregue pelo empreendedor contendo a descrição do local do empreendimento);
- 2- licença de construção total ou parcial (momento em que deve ser aprovado o Relatório Preliminar de Segurança);
- 3- autorização para utilização de materiais nucleares;
- 4- autorização para operação inicial;

---

<sup>138</sup> O licenciamento de uma instalação nuclear visa, em última análise, garantir que a localização, a construção e a operação dessa instalação não implicarão em riscos indevidos para os trabalhadores, o público em geral e o meio ambiente. O licenciamento é um processo ininterrupto, que se inicia com os estudos de seleção do local da instalação e só termina após o seu descomissionamento. <http://www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/Licenciamento/Nuclear.aspx>

<sup>139</sup> Disponível em < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/396388.pdf>>, acesso realizado em 05.08.2015.

- 5- de autorização para operação permanente;
- 6- cancelamento da autorização para operação.

De acordo com as informações da consultoria ambiental e da Cnen, durante as audiências públicas, o Relatório do Local já teria sido entregue à Cnen e estaria sob análise, sendo esta a atual fase do procedimento.

Finalizando sua apresentação, o representante da Cnen reforça a confiabilidade do procedimento, já que “Tudo isso passa pelo recebimento de documentos formais que são analisados à exaustão e todas as dúvidas têm que ser tiradas antes de concedida as licenças.” As dúvidas, entretanto, são as dos técnicos, bem como a análise exaustiva, já que no licenciamento nuclear não existem instrumentos de participação social e, no caso em apreço, as informações sobre radiação não foram incluídas no estudo ambiental. Esta é, portanto, uma das dimensões que mais preocupa a população e as entidades da região mas que está descoberta da apreciação, discussão e refutabilidade dos sujeitos sociais envolvidos.

Destaque-se, portanto, que um dos elementos destacados nas audiências era o de que o projeto ainda não teria autorização da Cnen. Antes das audiências, esta informação foi solicitada pelo Ministério Público Federal via ofício<sup>140</sup>, ocasião em que a Cnen respondeu, por meio do ofício 99/2014, em 04.10.2014, que “não há autorização ou licença expedida pela Cnen até o momento”. O órgão argumentou, ainda, que o licenciamento nuclear apenas terá prosseguimento quando “definida a via de obtenção do urânio como subproduto do processamento do fosfato”.

O argumento de que o urânio seria um subproduto do fosfato foi judicialmente superado por meio de sentença transitada em julgado na ACP nº 2005.81.00.013905-6, que determinou a anulação das licenças ambientais concedidas estadualmente por considerar que a produção de urânio não poderia ser considerada residual e que, portanto, o licenciamento do projeto estaria incluído dentre as competências do órgão ambiental federal. Entretanto, a Cnen insiste nesta argumentação para postergar o momento de análise nuclear do projeto, desvinculando o licenciamento nuclear do licenciamento ambiental. Segundo afirma no ofício supracitado,

O projeto é destinado à obtenção do fosfato como produto principal, ao qual está associado o urânio, que será obtido como subproduto desse processamento. Como se trata de instalação com mineração de fosfato com

---

<sup>140</sup> Documentação referente ao Inquérito Civil nº 1.15. 001.000235/2012-55, aberto com o objetivo de estudar os impactos ambientais do Projeto Santa Quitéria.

urânio associado e não mineração direta de urânio, portanto não incluída diretamente no monopólio da União, o procedimento inicial para autorização de lavra cabe ao DNPM, bem como a demais órgãos com competência sobre a matéria, para os quais quem o consórcio INB/Galvani deve ter solicitado as licenças e autorizações necessárias.

No documento, portanto, a Cnen reafirma a posição de que o urânio seria um “subproduto” do fosfato, que a mineração seria de fosfato com urânio associado, como se fosse possível hierarquizar, apenas pelo volume dos minérios, qual deriva de qual. A questão, como está tratada atualmente no EIA e perante os debates, é que haverá mineração de urânio e fosfato que, associados, compõem o minério colofanito, não havendo justificativas para “hierarquizar” um como subproduto do outro, ademais, quando se considera o interesse econômico de exploração de ambos os minérios, bem como a ênfase que é dada na justificativa do projeto sobre o argumento da diversificação da matriz nuclear brasileira, inclusive, pela própria Cnen.

Do exposto, imprimi-se a concepção de que a Cnen considera o licenciamento nuclear deverá ser concedido apenas para a unidade do urânio, classificada como unidade nuclear. Ou seja, segundo seu entendimento exposto no ofício, a comissão não está realizando o licenciamento nuclear por ele “ser mais rigoroso”, e sim está suprimindo o licenciamento da etapa da exploração mineral, que considera estar “fora do monopólio da União” e que, portanto, apenas lhe caberia licenciamento a partir da etapa de extração do urânio do ácido fosfórico.

Este entendimento foi questionado pelo Parecer Técnico 034/2015/4<sup>a</sup>-CCR do Ministério Público Federal. O parecer faz menção à Lei 6.189/74, que dispõe em seu artigo 5º que:

Art 5º Verificada a ocorrência de urânio ou tório em quantidade de valor econômico superior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a jazida será incluída no monopólio e a CNEN, além do reembolso das despesas efetivamente realizadas ou indenizações cabíveis, poderá conceder ao titular um prêmio condizente com o valor da descoberta, na forma a ser regulamentada.

De acordo com os cálculos apresentados pelo Parecer, o valor econômico do urânio é superior ao do fosfato, o que incluiria a jazida no monopólio da união e sugere que a Cnen explicita os cálculos que ensejaram o entendimento divergente. Concluindo, o Parecer da 4<sup>a</sup>CCR compreende que

é evidente que o licenciamento nuclear seria necessário para todas as etapas do empreendimento, inclusive a mineração. E não somente a etapa de extração do urânio do ácido fosfórico e subseqüentes, como parece ser o

entendimento do empreendedor e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Parecer Técnico 034/2015/4ª-CCR, p.4)

Na época do início do licenciamento ambiental na Semace, quando surgiram os primeiros questionamentos sobre a competência e o procedimento a se adotar, o Ibama<sup>141</sup> considerou, entretanto, que o valor econômico do urânio estaria em torno de um terço do valor do fosfato, na relação de 29 milhões de dólares ano para 59 milhões de dólares ano. Tais cálculos, entretanto, são do ano de 2004, existindo diversas flutuações no mercado internacional desde então. Pelas limitações técnicas desta pesquisa, não conseguimos produzir os cálculos necessários para verificar as informações trazidas, sendo necessário, entretanto, que o Ministério Público Federal demande os cálculos que subsidiam a posição da Cnen.

Caso exista a prevalência econômica do urânio, portanto, a jazida deveria ser incluída no monopólio da União e explorada pela INB. A autorização de lavra concedida pelo DNPM, por sua vez, seria inócua, pois seria necessário realizar licenciamento de mineração nuclear pela Cnen (e não apenas o licenciamento de instalação nuclear, conforme a comissão argumenta).

Cumprido destacar que tais informações não foram debatidas durante as audiências públicas, ocasião em que mais se questionou a ausência de integração dos dados de radiação no estudo ambiental e, portanto, a correlação entre o licenciamento nuclear e o licenciamento ambiental, pouco se discutindo acerca do licenciamento mineral.

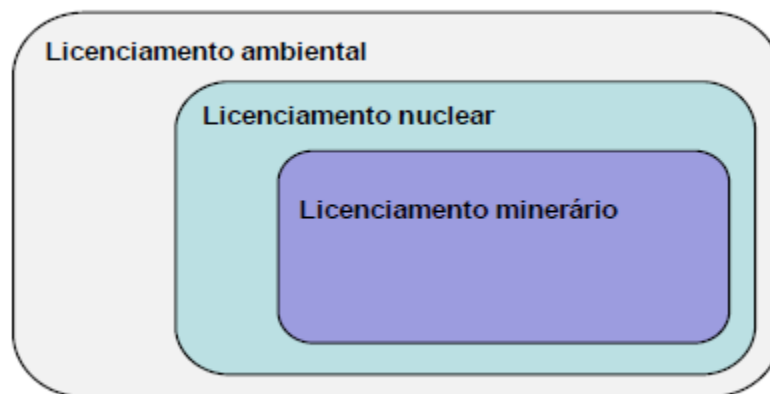
Sobre este tema, ainda que não exista uma vinculação entre as etapas do licenciamento ambiental e as etapas do licenciamento nuclear, compreendemos que eles devem estar integrados. O próprio estudo ambiental do projeto, ao dispor sobre o tema, expõe que:

Não obstante as considerações específicas sobre o arcabouço legal que norteiam o licenciamento ambiental, é importante destacar que o licenciamento específico do bem mineral radioativo, junto com o fosfato, impõe o licenciamento minerário que tem como base o Decreto Lei nº 227/67, sem prescindir da exigência de licenciamento da instalação nuclear pela CNEN, sendo certo, no entanto, que ambos os processos de licenciamento, quer do setor minerário quer do setor nuclear, estão abrangidos pelo processo de licenciamento.[...] Assim, pode-se dizer que o licenciamento ambiental alcança o licenciamento nuclear que, por sua vez, alcança o licenciamento minerário, que lhe dá validade (EIA, Volume 1, p.44-45).

---

<sup>141</sup> Nota Informativa 47/2004 da CGLIC/IBAMA.

Figura 7: Abrangência e relação entre os licenciamentos



(...) **Figura 3-1 – Abrangência do Licenciamento**

Fonte: EIA, Vol. I, p. 45-46.

A legislação ambiental, por sua vez, apenas determina que:

Art. 4º Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental, a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber:

(...)

IV- destinados a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN. (Art. 4º, inciso IV, da Resolução CONAMA nº 237/1997)

O Ibama procederá ao licenciamento ambiental, portanto, “mediante parecer da Cnen”, não havendo especificação da fase em que este “parecer” deverá ser emitido. Ademais, não há previsão se este parecer coincide ou não com a concessão de autorização (de aprovação do local) ou da licença de construção a ser concedida pela comissão. No caso do projeto Santa Quitéria, embora não exista qualquer autorização ou licença da Cnen, o Ibama solicitou, em 14.07.2015, via parecer prévio emitido sobre o EIA, que a comissão apresentasse um parecer sobre o projeto, conforme dispõe o artigo supramencionado.

Acreditamos, portanto, que o licenciamento da instalação nuclear deve ocorrer em paralelo ao licenciamento ambiental, de que forma que este último possa considerar o tramito e as informações analisadas perante a Cnen anteriormente à concessão das licenças ambientais. Parece-nos, ainda, que a aprovação do Relatório do Local deva ser um critério para análise da viabilidade socioambiental do empreendimento e, portanto, anterior à avaliação sobre a licença prévia. Ademais, compreendemos que os dados

radiológicos deveriam estar presentes e integrados no estudo ambiental, tendo em vista que os impactos da radiação são de alta relevância para que se possa dimensionar sobre os impactos socioambientais do projeto e, a partir daí, decidir sobre sua viabilidade.

### **5.2.2 O parecer prévio do Ibama e o licenciamento como entrave**

E 14.07.2015, o Ibama lançou um parecer prévio tecendo considerações sobre o EIA do projeto. No texto, o órgão sintetiza o estudo elaborado e aponta eixos nos quais devem ser realizadas complementações. Em síntese, o órgão solicita:

1. Manifestação do IPHAN;
2. Manifestação da CNEN;
3. Que o empreendedor comprove a viabilidade de abastecimento hídrico e da instalação e operação da adutora de água, criticando o fato dela ter sido considerada como uma estrutura dissociada do projeto principal e que, esta análise é essencial para análise das avaliações ambientais;
4. Questiona a localização da pilha de fosfogesso e de parte da planta industrial e sua interferência sobre os recursos hídricos da região, quais sejam, sobre o rio Groáras. Determina que o empreendedor avalie novamente as alternativas técnicas e locais em relação a esta pilha.
5. Complementações do diagnóstico espeleológico, bem como solicita o “alinhamento de sua metodologia”;
6. Reapresentação dos estudos de fauna, comunidades aquáticas e áreas de proteção ambiental, tendo em vista as novas legislações sobre fauna ameaçadas;
7. Informações sobre medidas de drenagem e proteção da cava quanto à recepção das águas pluviais para minimizar os riscos de contaminação das águas subterrâneas durante o descomissionamento;
8. Medidas de mitigação para as comunidades de Morrinhos e Queimadas sobre a possibilidade de contaminação por radionuclídeos;
9. O coordenador de mineração e obras civis acrescenta, ainda, questão sobre a fonte energética para o funcionamento do projeto. O EIA afirma que serão necessárias 105 mil toneladas/ano de biomassa.

Por fim, o órgão considera que as alterações sugeridas irão alterar o diagnóstico ambiental realizado e que, portanto, deve ser feita uma “adequação do prognóstico, análise integrada, avaliação dos impactos ambientais e respectivos programas ambientais” (despacho 02001.019631/2015-11 da COMOC/IBAMA, p.2).

Chama atenção o fato de que, após a liberação do parecer prévio, diversas notícias foram veiculadas nos jornais estaduais. Em sua maioria, tratam de explicitar os benefícios do projeto e reforçar a idéia de “demora” no seu licenciamento. A idéia do licenciamento como “entrave” é novamente evidenciada.

Tal concepção de que os licenciamentos são “burocráticos” e que constituem barreiras ao desenvolvimento não são exclusivas do caso em apreço e vem, inclusive, justificando diversos projetos de lei que propõe a “simplificação” ou a flexibilização das exigências ambientais. O assunto foi abordado no primeiro capítulo desta pesquisa.

No caso estudado, os empreendedores se referem ao licenciamento como um procedimento que culminará, ao certo, na obtenção de mais um dos requisitos para prosseguimento do projeto, ou seja, como um mero entrave burocrático. Em entrevista, o representante da INB chegou a afirmar que o maior entrave para o início das obras já tinha sido superado, qual seja, a obtenção de financiamento, agora restava apenas seguir com o licenciamento (GOVERNO DO CEARÁ, online, 2014). No seminário de Canindé, o representante da Galvani tratou a questão também como um mero procedimento burocrático, afirmando que teriam “duas audiências públicas previstas para poder fazer a validação desse processo de obtenção da licença prévia”. A ‘validação’ do projeto, portanto, não comporta dissenso, alternativa, democratização da esfera decisória ou recusa ao projeto.

### **6.3 Os sentidos do lugar: o que é e pra que serve uma Audiência Pública? Percepções dos sujeitos sociais**

Destas considerações sobre o licenciamento e sobre o direito de participar, estreitamos nossa análise para o estudo dos espaços das audiências em si. Que sentidos têm as audiências? Como os diferentes sujeitos sociais lhe perceberam? Quais foram os principais pontos de contestação ao rito participativo? Em relação ao projeto, que pontos foram mais contestados durante o debate? Que comentários surgiram após as audiências?

Estas questões irão guiar nosso percurso a partir de então, tendo como suporte a análise das narrativas que procuraram justificar o projeto, os traços que caracterizaram as disputas cognitivas nas audiências e uma breve contextualização acerca dos espaços oficiais de participação e do procedimento de licenciamento.

A audiência pública, muitas vezes, acaba por concentrar e evidenciar os conflitos ambientais em torno da chegada de um grande projeto. Isto não é, entretanto, “automático”, existindo também diversas audiências que pouco contam com a presença da população local, por motivos que envolvem, por exemplo, o nível ou a forma de organização dos sujeitos sociais, como eles enxergam as audiências e podem deliberar por estratégias de não legitimação do espaço oficial, que compreensão ou que informações tem sobre o licenciamento ambiental, como percebem o projeto e se relacionam com os empreendedores, como foi feita a divulgação, a acessibilidade do local, dentre outros fatores.

No caso em estudo, as três audiências contaram com relativa participação, especialmente a de Santa Quitéria. As audiências de Lagoa do Mato e Itatira não preencheram as quadras em que se realizavam. Embora não estivessem esvaziadas, alguns participantes criticaram a pouca participação, principalmente dos moradores do município.

Houve uma diversidade de sujeitos sociais envolvidos, estando presentes moradores das comunidades de Morrinhos, Queimadas, Riacho das Pedras, Alegre-Tatajuba, Sítio Juá, Saco do Belém, de Itatira, Santa Quitéria, Lagoa do Mato, Canindé. Entretanto, se considerarmos os 42 assentamentos da região, além da população dos municípios do entorno, a diversidade de representações locais poderia ter sido mais ampla.

Estiveram presentes, ainda, agentes das prefeituras municipais, representantes do sindicato dos trabalhadores de Caetité e da Câmara dos vereadores de Caetité, movimentos como o MST, entidades como a Cáritas Diocesana, a CPT do Ceará e da Bahia, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, a Renap, o Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar, o Comitê Norueguês em solidariedade à América Latina, além de pesquisadores do Núcleo Tramas, da Fiocruz, da UEVA e da Universidade Nacional Argentina.

A participação das comunidades mais próximas à mina, entretanto, foi prejudicada pelo horário das audiências e pela necessidade de deslocamento<sup>142</sup> até o local. As audiências de Santa Quitéria e Itatira se iniciaram por volta das 19:30h e se estenderam até quase 2h da madrugada. A maioria dos participantes das comunidades, portanto, voltavam nos ônibus (providenciados pelos empreendedores) antes mesmo que os debates se iniciassem, considerando que foram prolongados os tempos de fala de exposição da Cnen, da consultoria ambiental e dos empreendedores (que tinham de vinte a quarenta e cinco minutos de fala para cada), além das exposições do Ibama e do Núcleo Tramas (estas com cerca de dez a quinze minutos cada). No próximo tópico, analisaremos um pouco dos ritos e procedimentos das audiências, cabendo agora procurar compreender as distintas percepções que os sujeitos sociais detinham do espaço.

A um só tempo, as audiências são espaços para exposição e discussão do estudo ambiental mas, também, se constituem no espaço em que o conflito ambiental tende a ganhar voz e, ainda, que as comunidades e sujeitos locais podem acessar e “informar” o Ibama suas impressões sobre o projeto. Nelas apareceram, então, as justificativas e as críticas à concepção do projeto, as distintas racionalidades envolvidas, os temas de maior preocupação da população, as críticas ao estudo ambiental, além de evidenciar a postura dos órgãos públicos e dos empreendedores, consistindo em uma *cena* por meio da qual muitas das assimetrias de poder podem ser observadas. Nelas se ocultam (ou pretendem ocultar), entretanto, as intencionalidades e os beneficiados com o projeto, o campo de decisão política e econômica fora do rito do licenciamento, as concepções não ditas sobre o lugar e o território, a escolha anteriormente deliberada sobre a forma de condução do espaço, apenas para citar estas dimensões. Temos, portanto, um espaço que costura dimensões visíveis e invisíveis do conflito.

Fazemos, entretanto, uma ressalva. As audiências nos auxiliam a evidenciar as dimensões do conflito ambiental, mas se apresentam como um ritual que não se explica por si mesmo, mas sim pelo que lhe fundamenta. Constituem, ainda, um fragmento muito específico da realidade social e sua análise só pode nos auxiliar na compreensão do conflito ambiental se pensarmos no que se situa “fora” do ritual e lhe legitima, estabelecendo-lhe como um espaço significativo nos quais os sujeitos envolvidos se dirigem para expor suas impressões, significados, anseios e questões.

---

<sup>142</sup> Algumas comunidades ficam há mais de uma hora dos locais das audiências e tiveram que se transportar durante a madrugada em estradas precárias e não pavimentadas.

Para compreender os distintos posicionamentos e os significados atribuídos às audiências precisamos pensar nas relações de poder e de estruturação social que lhe constituem. Estas relações não envolvem apenas o que se mostra, o que é dito, mas fundamentalmente o que se esconde nos discursos – na formulação dos que foram ditos e no silenciamento dos não-ditos.

Isto porque uma das operações sociais sobre os discursos consiste em sua *interdição* (FOUCAULT, 1970,p.5). O tabu do objeto (um estudo de impacto ambiental em um processo de licenciamento sobre um projeto de mineração de urânio-fosfato), o tabu do ritual da circunstância (a ritualização e a formalidade das audiências) e o direito privilegiado dos sujeitos que falam (os que ocupam o lugar à mesa, os que detêm capital científico para “saber do que falam”) são três tabus que Foucault atribui aos processos de *interdição* e que podemos observar nas reflexões acerca das audiências.

Ao tempo em que se constitui como espaço de visibilidade do conflito ela funciona, também, como espaço de silenciamento ou de interjeição sobre tudo que poderia ser dito – mas não foi. Estas interjeições, entretanto, revelam relações assimétricas de poder, porque o tabu do objeto e das discussões tidas como “técnicas” sobre os impactos ambientais, funcionam de forma diferenciada para os pesquisadores, consultores ambientais que possuem certas ‘exigências específicas’ para aquela ordem de discursos, em relação aos representantes de organizações da sociedade civil, por exemplo (FOUCAULT, 1970, p.6). Também o tabu do rito, por exemplo, não funciona para um funcionário público ou um empresário da mesma forma que funciona sobre um agricultor do sertão central cearense. O ritual impõe coerções sobre os discursos e, portanto, gera silenciamentos. Ele define a qualificação que os indivíduos devem possuir para falar, bem como os gestos e comportamentos que devem se associar ao discurso, contribuindo, assim, para a fixação de seus limites e de seus valores (FOUCAULT, 1970, p.15).

Entre o dito e não-dito, situamos nossos esforços para compreender o que se encontra em disputa no conflito e quais assimetrias atravessam estas disputas em torno do projeto.

Trazemos como hipótese a afirmação de que uma das significações – e as palavras só existem para compor e incidir sobre a realidade – em disputa era exatamente sobre os diferentes sentidos (enquanto objetivos) e percepções (enquanto ‘sentires’) de estar ali, participando das audiências. Os interesses econômicos, políticos, institucionais, comunitários, individuais, também estavam presentes e influenciam na

caracterização que os distintos sujeitos fazem do espaço, porém, neste momento, procuraremos perceber as distinções de sentidos atribuídos ao espaço em si.

Para perceber uma possível disputa, reconhecemos primeiro a prevalência da *nomeação oficial* (BOURDIEU, 2010), ou seja, da definição oficializada do que é e para que serve uma audiência pública. A legislação traz esta definição e ela foi partilhada pelo órgão ambiental, empreendedores e consultoria ambiental, conforme veremos abaixo.

A eficácia desta nomeação é o que prevalece, e isso se dá pelo poder e reconhecimento da legitimidade da autoridade que nomeia, autoridade que é transferida aos discursos dos representantes dos órgãos oficiais que apresentavam “pra que serve uma audiência” (BOURDIEU, 2007, p.100). Esta categorização solenizada pela nomeação oficial, dita por um *porta-voz autorizado* (BOURDIEU, 2007, p.101), prevalece enquanto categorização dos sentidos sobre os objetivos daquele lugar. Estas categorizações, devido a sua eficácia, passam muitas vezes despercebidas do campo do que é problematizável em um determinado conflito.

Entretanto, percebemos a existência de contestações ao que era nomeado oficialmente. O rito, os discursos hegemônicos, as verdades científicas e, também, os sentidos das audiências foram questionados por alguns participantes da platéia durante os debates, que diziam que ali se trava de “um teatro”, de uma “palhaçada”, ou questionavam a noção de que a platéia deveria “tirar dúvidas” ou ser “ser esclarecida”.

A contestação não ocorreu, de forma imediata, sobre a autoridade legítima para estabelecer aquela categorização, ou sobre o poder de nomeação em si. Não se questionou ao Ibama de onde vinha sua capacidade para definir os objetivos e ritos da audiência, tampouco a legislação que lhe imprime normatividade foi posta em questão. A contestação, ainda, não foi homogênea, não perpassou todas as falas, tampouco foi uma das marcas centrais do debate (como foram as preocupações com a saúde, a desapropriação das terras e a questão hídrica). No entanto, ela esteve presente de uma forma significativa em alguns discursos.

Devemos situar, mesmo que pareça evidente, as diferenças de acúmulos e experiências prévias com o tipo de rito de audiências públicas. Não se pode equiparar o acúmulo que tem os consultores ambientais, profissionalizados na elaboração de informações e posicionamentos para audiências, em relação ao acúmulo de moradores dos municípios ou das comunidades do entorno, muitos que desconheciam o rito e, da mesma forma, o procedimento do licenciamento ambiental. Esta diferença interfere

sobre as expectativas que os sujeitos lançam sobre o espaço, bem como sobre sua preparação e articulação de argumentos, idéias e posturas. Muita da ‘preparação’ das comunidades mais próximas à mina se deu em diálogo com o que a empresa anunciava que as audiências seriam, ao convocar a participação, organizar o transporte e a logística necessária para levar os moradores, ou em diálogo com as organizações da Articulação Antinuclear, especificamente no caso de Morrinhos e Riacho das Pedras.

Pelos limites desta pesquisa, não podemos sistematizar com maior precisão as estratégias e instrumentos utilizados na preparação dos distintos sujeitos que participaram das audiências, embora possamos observar por meio do que foi exposto algumas pistas destes processos, como a elaboração de um *posicionamento ambiental* por parte da consultoria e empreendedores (BRONZ, 2011).

Dito isto, retomamos ao tema deste tópico, no qual pretendemos perceber os significados hegemônicos atribuídos às audiências e os momentos em que eles tiveram alguns de seus fundamentos contestados ou ressignificados.

Para o Ibama, durante a apresentação das audiências, sua expectativa era de que

Espero que todos possam receber as informações necessárias acerca da Audiência Pública, acerca do projeto, que é muito importante. Explicar que esse **aqui é um espaço democrático, para que todos possam ouvir do empreendedor, aquilo que vai ser, está sendo proposto, para ser implantado aqui no município** e entender todos os estudos que estão sendo feitos. [...] Então, é com muita satisfação que agradeço a presença de todos que estão aqui e peço que todos tenham muita paciência disposição para aguentar a jornada de trabalho. (grifo nosso)

Na fala, observamos uma concepção “bancária” do “diálogo” nas audiências, em analogia ao que comentamos no capítulo anterior. A “invisível” hierarquização de saberes suporta uma concepção de que os empreendedores e consultores têm muito mais a dizer e, as comunidades, mais a ouvir. A ênfase da discussão no estudo ambiental, embora seja de extrema relevância, termina por não privilegiar as discussões sobre os projetos de futuro para o território, sobre as demandas dos sujeitos locais, seus saberes sobre a região e, portanto, não privilegia um compartilhamento mais equânime do espaço de voz.

Na fala do órgão ambiental, aquele é um “espaço democrático” mas que serve para que todos possam “ouvir do empreendedor” o que está sendo proposto. Esta idéia de escuta foi enfaticamente criticada durante e posteriormente às audiências. As comunidades do entorno da mina e os movimentos sociais diziam que não estavam ali apenas para ouvir, mas também para falar sobre o empreendimento, o território e as

demandas reais da população local. Conforme especificaremos adiante, o espaço de fala foi objeto de disputa entre diferentes grupos sociais. Observamos, então, que para o Ibama, embora se afirme o desejo de “ouvir a todos”, esta escuta é diferenciada e não equitativa em relação aos diferentes interesses em disputa no conflito.

Na sua apresentação, o órgão ambiental segue explicitando que

É importante ressaltar não é, e informar que, o objetivo principal dessa audiência pública nos termos do Licenciamento Ambiental **é o expor conteúdo que o Estudo de Impacto Ambiental o EIA/RIMA, relativo ao Projeto Santa Quitéria, como já foi dito aqui, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões** dos presentes a respeito do empreendimento. (grifo nosso)

A audiência, portanto, deverá debater o estudo ambiental, “dirimindo dúvidas e recolhendo críticas e sugestões”, conforme dispõe a literalidade da Resolução 09/87 do Conama. E qual a sua importância? Indaga o órgão ambiental, respondendo que o objetivo do espaço é “conhecer o projeto e para poder discutir os aspectos relacionados a esse projeto, principalmente em relação aos impactos e as medidas mitigadoras e compensatórias. Além dos programas ambientais propostos.” Novamente, a ideia de que o licenciamento funciona como palco para viabilizar a gestão ambiental dos projetos é explicitada.

O conteúdo do discurso do Ibama em relação à apresentação dos objetivos – e sentidos – das audiências foi similar durante os três eventos. Na abertura das audiências, a palavra era oferecida às autoridades locais, geralmente prefeitos e vereadores. Em sua maioria, saudavam a platéia, demonstravam um desejo de “esclarecimentos” e, em alguns casos, demonstravam apoio ao projeto. Na primeira audiência, o prefeito de Santa Quitéria disse que o espaço era importante “para que a gente possa sair definitivamente com aquela percepção que o município realmente vai crescer, vai se engrandecer com esse passo importante. Fecha-se um ciclo. Abra-se outro.”

O discurso do projeto como desenvolvimento surge associado aos sentidos dados para o espaço público – ele deve ser o local de “defesa” da noção de desenvolvimento. Local, ainda, “definitivo”, que dirime, soluciona dúvidas e conflitos, criando “consensos” por meio dos mecanismos de convencimento.

Por sua vez, a INB diz que a audiência é uma “oportunidade de informar”. “Então a INB hoje está aqui, com esse objetivo e com também o interesse de esclarecer a população de Santa Quitéria.” O objetivo e o interesse são de esclarecer, de emitir informações, de ‘levar luz’, reforçando o sentido de convencimento atribuído ao espaço.

O representante da Galvani também diz que gostaria de “esclarecer” as dúvidas e que são legítimas as preocupações da população. “E, por favor, a gente gostaria muito que vocês se candidatassem se inscrevessem com as suas perguntas para poder tirar as dúvidas e direcione a mesa para que a gente possa esclarecê-las dentro de um processo democrático e necessário de licenciamento.” Aqui, novamente surge a estratégia de *condescendência* discursiva (RIGOTTO, 2004, p.130) que procura assegurar a “legitimidade” das preocupações ao mesmo tempo em que lhe desqualifica, ao insinuar que estas preocupações só existem diante da falta de informação e esclarecimento.

Dos trechos mencionados podemos observar que o órgão ambiental, empreendedores e consultoria partilham de um mesmo universo de significados às audiências públicas. Os termos “esclarecimento”, “tirar dúvidas”, “debater de forma democrática” são comuns nas caracterizações. Se falar é também construir uma parcela da realidade (BOURDIEU, 2010) e toda fala expressa uma posição social e uma intencionalidade (BOURDIEU, 2007), observamos que existe uma partilha discursiva que opera sobre a construção simbólica do conteúdo do “rito” participativo do licenciamento.

Nos debates, outras percepções se somam ou se chocam com esta gramática. Os participantes da platéia oscilam suas falas entre saudações a importância do espaço, elogios às apresentações dos técnicos (estes em menor quantidade), lamento pela pouca participação dos sujeitos locais, até críticas a forma de condução das audiências, do excesso de tempo de fala dos empreendedores, da distância do local às comunidades e, também, pedidos de mais audiências.

Diversos participantes saudaram as intervenções dos movimentos sociais e do Núcleo Tramas. Em vários momentos, foi elogiada a apresentação da professora coordenadora do grupo que expôs um contra ponto crítico ao projeto. Outras falas, principalmente das comunidades e entidades com as quais o Núcleo já estabelecia um contato anterior, se referenciavam nas pesquisas para conduzir suas críticas.

As informações e as críticas levadas pelo Tramas não foram contestadas pelos participantes das audiências (exceto pelos participantes da mesa expositora), ainda que uma minoria deles se manifestassem favoravelmente ao projeto. Em apenas um momento, um participante lamentou que as opiniões viessem mais “de pessoas de fora” do que dos moradores da região, o que aparentou conter um tom de crítica ao fato de que o grupo de pesquisa e algumas entidades presentes não vivenciavam o território.

Os saberes dos sujeitos locais e as críticas trazidas pelas entidades e pesquisadores também foram vistas como forma de “tirar dúvidas”. Uma participante de Lagoa do mato, Secretária de Trabalho e Meio Ambiente de Itatira, agradeceu ao Ibama pela oportunidade das audiências e parabenizou “a todos que fazem os movimentos sociais por esta disponibilidade por este conhecimento que vocês vieram nos dar aqui para a região dos municípios, não só de Itatira e de Santa Quitéria, mas sim para toda a região do sertão central”, convocando a platéia presente a se manifestar sobre o projeto.

Na medida em que os conflitos foram aparecendo, podemos perceber a polarização de sentidos atribuídos à audiência. Um deles marcado pela idéia de que era um espaço “democrático”, para esclarecimentos sobre o projeto, para escuta do empreendedor e para tirar dúvidas e ouvir contribuições. Outro, marcadamente crítico às insuficiências do estudo e à concepção do projeto, afirmava que as audiências funcionavam para “enganação” do povo, que os participantes não queriam perguntar pois “já tinham suas respostas”, que aquele era um espaço de mentiras, de produção de silêncios, em que as falas não se partilhavam igualmente.

Com o acirramento do debate, o órgão ambiental, seja pelo exercício da presidência do espaço, seja pela sua posição de “licenciador” (quem aparecia como portador do poder de decisão) foi tensionado e provocado a dar respostas sobre seu posicionamento.

Desta disputa de significados, percebemos uma polarização entre uma concepção das audiências como espaço para explorar as críticas e o conflito, e outra que as concebia como espaço de uma democracia fundada sob o consenso, em que as “opiniões” poderiam adentrar no debate sem que isso implicasse no acirramento de um conflito de posições.

Contra a concepção “bancária” das audiências, a afirmação de que não existiam dúvidas, mas sim posicionamentos contra o empreendimento: “Eu uso meu tempo não para perguntar, porque eu já sei todas as respostas que eles dão. Eu já participei já de outras audiências. E assim, é o que eles mostram para gente, não é o que realmente é”, afirma um estudante nas audiências de Santa Quitéria. Assim como ele, diversos participantes se organizaram para afirmar em suas falas que não queria levar dúvidas, mas sim posições sobre o projeto.

Contra esta mesma concepção bancária, a valorização dos conhecimentos locais, a denúncia da insuficiência dos conhecimentos científicos (estratégia já exposta nos capítulos anteriores) e a denúncia das distintas posições sociais dos sujeitos que

parecem se equivaler no debate: “porque vocês vêm lá dos seus escritórios, no seu ar condicionado e agente que vai ficar aqui” expõe uma militante do MST.

Contra a concepção “democrática”, a denúncia da desigualdade da oportunidade de fala e de que ali se apresentava um falso rito, uma falsa oportunidade de deliberação. Contra o rito e a ordem, o improviso (organizado ou desorganizado previamente), as provocações à formalidade do espaço. Contra o consenso, o dissenso e a afirmação de que os movimentos sociais resistiriam ao projeto. Os sentidos das audiências foram, portanto, contestados.

O rito participativo não se caracterizou apenas pela ritualização das formas, mas também pelo improviso, pela resistência, pelo conflito com o que era exposto. A contestação do projeto e do espaço se mesclaram na consolidação de um contraponto ao projeto, o que fez implicou em uma polarização de “lados”, ou de posicionamentos, nas audiências.

#### **6.4 Ensaio, improviso, consenso e conflito: os elementos do rito participativo**

Nos rituais, existe uma celebração das cerimônias, uma formalização dos ritos. A repetição e a normatização prévia das condutas imprimem uma dimensão solene aos rituais. Nesta solenidade, alguns sujeitos são protagonistas, outros eventualmente chamados a uma participação coadjuvante. Há, ainda, os que atuam espontaneamente, sem convite, rompendo a cena ensaiada. Ou os que, convidados, fogem do roteiro de suas falas. Há os que ensaiam detalhadamente sua participação (ou *posicionamento*), coreografando seu texto e suas posturas. Há também os que conversam nas coxias, procurando organizar sua ação, e os que agem sob a forma de ímpeto, espontânea ou provocadamente. Temos os atores que falam pra si, e aqueles que falam com a platéia e, rompendo a ‘quarta parede’, interagem e dialogam mais com o público do que com o palco. Na platéia, existem os que cochicham, os que silenciam, os que assistem e os que sobem ao palco para atuarem juntos.

As audiências públicas constituem o principal ritual público dos licenciamentos ambientais. Recepção, inscrição, mesa, regulamento, disposição espacial, abertura, apresentações, cumprimentos, exposições, relógios, formulários, perguntas-respostas-réplicas-trélicas. Não pretendemos tecer uma narrativa antropológica para etnografar as audiências. Tampouco queremos ‘autonomizar’ o rito de forma a valorizar mais as performances do que as condições de sua legitimidade. Compreendemos que o discurso

sobre os empreendimentos tem sua eficácia atrelada aos contextos rituais de sua enunciação (BRONZ, 2011), mas também que as condições litúrgicas são apenas o elemento mais visível de um sistema de condições que produz “a disposição ao reconhecimento como crença” (BOURDIEU, 2007, p.91).

Queremos, portanto, contextualizar o cenário de enunciação dos discursos sobre o empreendimento, bem como analisar a condução do procedimento das audiências, espaços que foram alimentados pelo ideário participativo que se firmou como alargamento da democratização política nas últimas três décadas (BRONZ, 2011).

No cenário, traços constantes das três audiências. Na mesa, a presidência do Ibama e ao seu lado, a Cnen e os empreendedores. Na ponta da mesa, a consultoria ambiental, ao lado das empresas empreendedoras. Uma mesa marcadamente masculina, apenas uma consultora ambiental fugia à regra. Na platéia, as duas primeiras fileiras ocupadas pelos técnicos da consultoria ambiental e da INB, que recorrentemente foram chamados ao debate para “esclarecer” a população. Entre a mesa e a platéia, um púlpito com microfone para os participantes. Ao lado, um grande relógio digital marcando o tempo de fala.

Na entrada, cortinas brancas sobre as quadras esportivas nas quais as audiências se realizavam, um tapete vermelho, e um serviço de cerimonial que recebia e recolhia os dados de identificação dos participantes, que tinham que assinar a lista de frequência das audiências. No fundo da quadra ou nos corredores de saídas, mesas com funcionárias que serviram os lanches durante os intervalos. Em mesas laterais, funcionárias com os formulários de inscrição para o debate. Mais adiante, o regulamento anexado nas paredes e mesas com toalhas brancas expondo os cinco volumes do estudo ambiental. Em uma ocasião, uma militante do MST resolveu que levaria um dos volumes para estudar em casa “já que eram públicos”, ironizando a acessibilidade dos estudos que, com suas mais de 4.500 páginas, não poderia ser estudado por nenhum dos presentes durante a ocasião. O cerimonial e a polícia intervieram e conduziram a participante a devolver o estudo, sob pena do caso se ‘resolver’ na delegacia. O aparato policial chamava atenção. Além dos ônibus que traziam os moradores das comunidades, logo na entrada existia um volume considerável de carros, dentre os quais diversas viaturas do “Ronda do quarteirão”<sup>143</sup>.

---

<sup>143</sup> Programa de segurança pública da política militar do Estado do Ceará.

Na primeira audiência, em Santa Quitéria, o MST organizou um ônibus independente para levar os membros do movimento da região. Sentaram-se de forma mais concentrada no lado esquerdo da platéia. Havia cartazes e palavras de ordem que, em alguns momentos, foram levantadas na platéia.

As comunidades sentavam-se próximas, mais para o centro e o fundo da quadra. Os pesquisadores e as entidades críticas ao projeto também se organizavam em proximidade entre si e entre as comunidades ou movimentos com os quais tinham contato.

As audiências foram gravadas pelo órgão ambiental e por diversos participantes, a exemplo do Núcleo Tramas e do comitê norueguês em solidariedade à América Latina. Embora tenhamos participado das audiências, este material serviu de fonte para sistematização desta pesquisa.

Os regulamentos normatizaram a ritualização das audiências. Eles previam os ritos e os poderes dentro da audiência. Em breve síntese, os regulamentos das três audiências estabeleciam que:

- Os participantes devem assinar a lista de presença, diz seu artigo 2º.
- A audiência é constituída por uma “mesa diretora” e um “plenário”. O Ibama coordena e preside a mesa, “que mediará os debates”.
- Os documentos recebidos pela mesa diretora serão juntados no processo de licenciamento ambiental.
- Nos debates, a mesa será simplificada, ficando composta apenas pelo presidente, secretário, representantes do empreendedor e da consultoria ambiental.
- O presidente conduzirá o debate respeitando rigorosamente a ordem das inscrições, podendo os questionamentos serem feitos em bloco.
- Os questionamentos deverão ter duração máxima de três minutos, tempo que poderia ser prorrogado a critério do presidente da mesa. As inscrições serão feitas por escrito.
- O IBAMA falará por 10 minutos, para apresentar o estado do licenciamento ambiental.
- A Cnen falará por 20 minutos, tempo ampliado para 25 minutos nos regulamentos das audiências de Itatira e Lagoa do Mato.
- O empreendedor apresentará o empreendimento por 30 minutos.

- A consultoria ambiental apresentará o estudo ambiental por 40 minutos, tempo ampliado para 45 minutos nos regulamentos das audiências de Itatira e Lagoa do Mato.

- A audiência terá um intervalo de 15 minutos após as exposições da mesa, momento em que serão abertas as inscrições para o debate.

- Os questionamentos poderão ser por escrito ou de forma oral e serão realizados de acordo com a ordem de chegada das fichas de inscrição. As manifestações orais deverão ter duração máxima de três minutos, bem como suas respostas. É possível solicitar esclarecimentos em tempo adicional de dois minutos, esclarecimentos que deverão ser prestados por igual período.

- Caso o questionamento não possa ser respondido na hora, o Ibama fará com que o participante receba a resposta posteriormente em seu endereço.

- Será lavrada Ata da audiência, que também será filmada e transcrita.

- Por 15 dias úteis após as audiências, o Ibama continuará recebendo sugestões e comentários.

- O presidente da audiência resolverá os casos omissos.

- O presidente “conduzirá os debates com firmeza não permitindo a partes ou manifestações extemporâneas de qualquer natureza”.

O regulamento oficializa as escolhas que estabelecem o formato do rito das audiências, naturalizando as escolhas do Estado e tornando as opções descartadas como praticamente impensáveis (BOURDIEU, 2010, p.94). Oferece, ainda, um aporte normativo de justificação para a conduta do órgão ambiental. A ordem das falas, os tempos de falas, as interrupções durante o debate, são justificadas pelo “respeito ao regulamento”, o que consiste em um processo de sacralização do rito.

Entretanto, as audiências não se constituem apenas do rito oficial, mas do rito em dialética com o que lhe foge – o improviso, a desobediência. Nem na teia social, nem nas audiências públicas (uma parcela reduzidíssima desta teia), concordaríamos com uma visão enrijecida, estática, amorfa da realidade, tampouco quando estamos trabalhando com situações conflitivas. Com aporte em Thompson (1995, p.121), Rigotto (2004, p.430) critica o “mito do receptor passivo”, segundo o qual as pessoas seriam uma soma obediente dos processos de socialização aos quais estão sujeitos. As pessoas, como sujeitos constituídos mas também constituintes do campo social,

refletem, agem, criticam, ridicularizam, rejeitam e ressignificam, pelo menos até um certo ponto, os lugares e as idéias que lhes são inculcadas.

Fora do ‘rito do consenso’, temos o conflito, que se expressou de formas extremamente variadas. Os questionamentos sobre o tempo de fala foram dos que mais se evidenciaram nas audiências e, por conta disso, faremos um tópico em separado.

Ainda no início das audiências, o Ibama apresentou as audiências dizendo que esperava que os trabalhos fossem feitos “de forma organizada, ordeira, da melhor maneira possível, que a gente possa conduzir nossos trabalhos.” A ideia de ordem foi diversas vezes reforçada: “Eu peço para que a gente não faça manifestações extemporâneas e seja tudo tratado de forma mais organizada possível”, ainda antes das situações conflitivas. Durante os debates o órgão manteve o discurso da ordem, do respeito, da calma para evitar o tensionamento das posições distintas.

Questionamentos ao rito, verbais e não verbais, foram observados nas três audiências. A de Santa Quitéria, possivelmente pela presença em maior densidade do MST e também por ser a primeira, a da “sede” do projeto, foi a que a platéia mais pulsou fora do rito. Entretanto, muito do que descreveremos ocorreu nas três audiências, e pontuaremos quando se tratar de um caso específico.

As apresentações das empresas e da consultoria ambiental ocorreram de forma relativamente contínua. Em alguns momentos a platéia se manifestava em contrariedade ao que era dito, principalmente quando as empresas ou a consultoria descreviam as comunidades da região ou ao narravam experiências positivas de Caetité. Durante o debate, quando os representantes de Caetité tomavam a fala para tratar o empreendimento como uma espécie de ‘benção’ e destacavam seus inúmeros benefícios, muitos participantes da platéia se voltavam contra o que era dito, gritavam que era mentiras, falavam para que ele se retirasse. Muitos, seja de entidades ou das comunidades, visitaram Caetité ou receberam pessoas de lá, por meio das atividades de intercâmbios e os seminários promovidos pela Articulação Antinuclear. Outros, assistiram o documentário em que são narradas diversas violações de direitos e impactos ambientais. Atribuímos a resistência às informações que eram levantadas ao processo de diálogo de saberes estudado no capítulo anterior (SANTOS, 2010). O episódio permitiu, ainda, florescer reflexões acerca dos interesses envolvidos naquele cenário. Afinal, por que um trabalhador de Caetité viria para o interior do Ceará apenas para falar bem do empreendimento? O que estariam ganhando, ou deixando de perder, com isso? Que sujeitos elaboraram o discurso daquele que, na cena, falavam?

A apresentação que foi mais interrompida pela platéia foi a do representante da Cnen, seguida das “explicações” da consultoria ambiental.

Quando o funcionário da Cnen comparava a radiação emitida pelo projeto com a radiação de um raio X dentário, ou de um pacotinho de castanha, ou do corpo humano, a platéia se manifestava para que ele “deixasse de mentir” ou que falasse do projeto em específico, e apresentasse os dados sobre a emissão de radiação no projeto Santa Quitéria – dados que, até o presente momento, não foram disponibilizados.

O representante da Cnen, pelas comparações que fazia, pela transparência da intencionalidade com a qual defendia a energia nuclear, talvez também por ter se envolvido diretamente nos debates – respondendo questões direcionadas às empresas, por exemplo, defendendo a lisura e a rigidez do monitoramento realizado e Caetité – e pela assertividade de suas falas, foi um dos sujeitos que mais protagonizou cenas de conflito com as comunidades, os movimentos e as entidades sociais que estavam na platéia.

Durante sua fala inicial de apresentação na audiência de Santa Quitéria, o Ibama interveio quatro vezes para pedir que a platéia respeitasse a fala da Cnen, permitindo continuidade à apresentação. Em um destes momentos, o representante da Cnen se exaltou e interrompeu sua apresentação para descrever seu currículo, solicitando respeito sobre a posição que ocupava<sup>144</sup>. A contestação que se dava em um debate político sobre o empreendimento foi vista como desagravo pessoal, particularizando o que estava na dimensão do debate público sobre os futuros em disputa no conflito ambiental.

As falas da professora do Núcleo Tramas, em oposição, foram extremamente aplaudidas nas três audiências. Durante o final de suas apresentações, a professora foi diversas vezes interrompida pelo Ibama, pois estava ultrapassando o tempo de 12 minutos concedidos. Ao final de sua primeira apresentação, concluída em 15 minutos, o presidente da mesa lhe ‘parabenizou’ por ter ganhado três minutos a mais, ironizando sob a difícil ‘negociação’ prévia acerca do tempo que a professora disporia (veremos com mais detalhes no próximo item).

---

<sup>144</sup> “Tá bom eu vou dizer. Meu nome é [representante da Cnen]. Eu sou diretor de radioproteção em segurança da CNEN. Sou formado em Física pela Universidade de São Paulo. Formado em Engenharia Econômica em especialização pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, lá de São Francisco. Mestrado e especialização em Administração pela PUC-RJ. Mestrado em Engenharia Nuclear pelo INE no Rio de Janeiro. E doutorado em Engenharia Nuclear pela UFRJ. Obrigado. Além disso, temos o apoio dos Institutos da CNEN”, afirmou.

Em suas apresentações, a pesquisadora apontava os motivos que justificavam o empreendimento (empregos, impostos, desenvolvimento) e comparava com seus impactos (para a saúde, agricultura camponesa, para o ambiente) denunciando as injustiças ambientais e questionando, ao fim, se aquele empreendimento valeria a pena. “Depois de examinarmos, criteriosamente, esse processo, temos uma resposta: não vale a pena”, finalizava sob palmas da maioria da platéia.

Suas falas também traziam conhecimentos *desestabilizantes*, em analogia às imagens desestabilizantes de que fala Boaventura de Sousa Santos (2010). Ao falar sobre os riscos da radiação para a saúde, por exemplo, a professora citava estudos que diziam que o risco é duas vezes maior para as mulheres do que para os homens e, ainda, quarenta vezes maior para as crianças, afirmação que sempre arrancava uma interjeição de espanto e sensibilização na platéia.

A platéia, portanto, manifestava-se de acordo com a concordância ou não do que era exposto. Alguns pediam silêncio aos que se manifestavam. Os técnicos e consultores aplaudiam com mais ênfase as respostas dos empreendedores e da consultoria ambiental. De forma geral, todas as falas de apresentação foram aplaudidas e respeitadas mas, durante os debates, houve um acirramento do conflito entre os distintos posicionamentos.

Houve, ainda, quem questionasse o próprio ritual e a liturgia montada. A fala veio, por exemplo, de uma militante do MST, que afirmava já conhecer espaços como aquele, que seriam uma “palhaçada” para enganar a população. Na audiência de Lagoa do Mato, representante do MST problematizou a legitimidade do espaço participativo:

porque estes políticos, o governo, empresas, né fica aí botando tapete vermelho, água mineral, comida, pensando que o povo é besta. E a gente não vê nessa mesa uma distinção de quem é governo, de quem é empresa, de quem é consultoria, é uma palhaçada só. Então, o que eu quero dizer, é que o que nós vamos assistir aqui, olhando essas palavras enfeitadas, essa arrotando a técnica, nós aqui somos técnicos, 20 anos. Eu tenho 20 anos de militância no MST destas enganações todas.

Este questionamento sobreveio em diversos momentos. O representante da CPT do Ceará, por exemplo, disse que se vive em uma “falsa democracia”. O próprio rito e seu marco democrático são questionados, e são expostas as experiências de movimentos sociais que vivenciam o tensionamento entre participar de espaços de formulação ou consulta acerca de políticas, ou se constituírem como sujeitos autônomos de pressão (Scherer-Warren, 2006). Percebemos, portanto, que alguns movimentos e entidades com experiência em espaços participativos questionaram de forma mais

incisiva o rito das audiências, em relação a, por exemplo, funcionários municipais ou trabalhadores camponesas das comunidades da região (o que não significa que estes não tenham críticas ao rito, mas sim que estas críticas não foram expostas com a mesma ênfase em seus discursos). Quando a militante do MST diz que “nós estamos cansados de mentiras, cansados de enganação, por isso que o povo daqui não veio pra cá hoje”, representa este sentimento de desconfiança (ou, às vezes, de desconhecimento) em relação aos canais oficiais de participação política. Este sentimento se reforça diante do caráter consultivo, e não vinculativo, das audiências dos licenciamentos ambientais.

Após esta fala de contestação do espaço, o representante do Ibama pediu que a participante “respeitasse as instituições, que o Ibama é um órgão sério, com várias pessoas sérias, ta?”, dando seguimento às próximas inscrições. Observamos que, em diversos momentos do conflito, o Ibama se remeteu a idéia de seriedade, neutralidade e competência técnica dos órgãos envolvidos.

Um senhor pecuarista da região questionou o Ibama sobre as “mentiras” que estavam sendo ditas ali. Disse que não queria pedir nada a ninguém, que não precisava da empresa, mas que estava indignado, pois “não é possível, o sujeito conviver com uma mentira desse povo, com essa lavagem cerebral, que eles vieram para cá, para dar no povo de Santa Quitéria.” O participante disse que a população estava sendo condenada a morte por aquelas quarenta pessoas que vieram e que “trouxeram um vereador pra mentir aqui” (se referindo ao vereador de Caetité que participou dos debates elogiando o projeto e a INB). Ao fim de sua fala, recorreu ao presidente do Ibama, pois tinha “o Ibama como uma entidade séria” e para ele “não é possível presidente [da mesa, representante do Ibama] que o senhor não esteja vendo essa sem-vergonhice, que o senhor vai dar licença para esses mentirosos”. Durante a sua fala fez, ainda, referência expressa ao representante da Cnen, “o homem pensa que é professor de universidade do Rio de Janeiro, vim para cá pelo dinheiro, para mentir. Isso é um absurdo.”

Esta fala exemplifica os momentos de acirramento do conflito, quando o Ibama intervinha para pedir respeito e acalmar os ânimos. Reforçava, ainda, a lisura dos órgãos e empresas presentes. A ideia de consenso, tranquilidade, boa fé dos envolvidos e seriedade dos profissionais marcaram a linha de argumentação do órgão ambiental.

O representante da Cnen, diretamente mencionado e taxado como “mentiroso”, pediu tempo de resposta e reforçou valores similares aos do Ibama. Em contra ponto, irritado com a situação, disse que “eu estou dentro dessa área nuclear há 40 anos. Sou

funcionário público. Faço questão de ter a minha vida limpa, não tenho um rabo preso e não aceito de jeito nenhum, nenhuma afirmação desse tipo.” Em sua fala, fez referência ainda há outros valores: a sua ‘competência’, a opção pelo serviço público mesmo que para ‘para ganhar menos’, a ‘seriedade’, seu grande volume de trabalho e que sua motivação de estar ali era ‘simplesmente o amor’.

Observamos que, nestes momentos de maior tensionamento, algumas características foram marcantes: a platéia questionando a legitimidade do espaço e a legitimidade das informações apresentadas; faziam provocações ao órgão ambiental, para que se posicionasse diante do conflito; as respostas, seja do órgão ambiental, sejam da Cnen ou da consultoria, reforçavam valores como a ‘seriedade’ dos envolvidos, a ‘competência técnica’, a ‘isenção’ diante dos interesses em disputa e o pedido de respeito.

De forma mais acentuada, o Ibama intervinha ou interrompia a fala dos participantes pedindo que houvesse ‘respeito’ e ‘calma’. Em resposta à fala supracitada, disse que os órgãos estavam ali para ‘esclarecer’ sobre o empreendimento e seus impactos e que “ninguém está aqui querendo fazer mentira, ninguém está nesse clima”. Ao final, sugeriu que o participante pedisse desculpas por ter ‘chamado uma pessoa de mentirosa’. Repetiu que o participante deveria se desculpar e, diante de sua recusa em fazê-lo, seguiu com o debate, “sente lá no seu lugar e vamos passar pra frente”, encerrou.

Observamos, portanto, que o órgão ambiental procurava conter as manifestações mais incisivas de crítica ao projeto e resguardar o cumprimento do rito sem maiores interferências da platéia. O órgão evitou, ainda, posicionar-se sobre o projeto ou adentrar no mérito do que era discutido, fazendo intervenções genéricas de que ‘ninguém estava mentindo’, reforçando os mecanismos de coerção sobre o dissenso.

Sob seu discurso percebemos também o reforço ao que o Ibama categoriza como sendo os objetivos das audiências públicas. “Gente, a Audiência Pública é uma oportunidade de esclarecer dúvidas, não é uma guerra do bem contra o mal”, disse o representante do órgão ambiental na audiência de Santa Quitéria, neste caso, referindo-se às diversas intervenções da platéia sobre as apresentações do empreendimento. As audiências são, portanto, classificadas como o lugar do não-conflito, e a idéia de respeito aparece de forma abstrata e pouco questionada – afinal, seria respeitoso as diversas estigmatizações dos camponeses da região? A ausência de informações sobre os riscos de radiação para a saúde e o ambiente? As limitações do espaço de debate?

Sob nossa interpretação, as estratégias discursivas do órgão ambiental para “igualar” todos como iguais merecedores de confiança trazia a intencionalidade de evitar o acirramento de posturas de conflito, inibindo a denúncia das assimetrias de poderes envolvidos e as contestações aos sentidos e forma de condução do rito participativo.

O rito, portanto, só pode ser compreendido em relação com sua contestação, para que assim possamos perceber os mecanismos que procuram lhe reforçar a legitimidade, bem como os principais pontos de conflito.

A oficialidade e a formalidade das audiências, ainda que funcionem como *tabus* na coerção dos discursos, não realizam este processo de *interdição* de forma a silenciar todas as possibilidades de contestação e realizar a *exclusão* de um potencial crítico (FOUCAULT, 1970, p.5). Encontramos o questionamento dentro e sobre o rito. As audiências se marcaram sob um traço conflitivo e a perspectiva do lugar do ‘consenso’ não prevaleceu durante os debates, embora tenha reforçado a sujeição implícita ao lugar de ‘escuta’, ‘esclarecimentos’ e ‘sugestões’ (que não implassem em discordância ou acusações explícitas) que se atribuía aos participantes da platéia.

Houve, portanto, muito para além do ‘ensaiado’ – muito foi dito fora dos três minutos, fora do microfone e fora da perspectiva de ‘escuta e sugestões’ passivas. O conflito se apresentou e, diante dele, o Ibama teve uma condução “firme” para inibir as ‘manifestações extemporâneas’, conforme previa e oficializava o regulamento das audiências.

Ademais das “manifestações” da platéia em rejeição às afirmações da mesa, o rito participativo também foi contestado sob a dimensão do procedimento em si. Os tempos de fala foram constantemente questionados, sob o argumento de que três minutos não seriam suficientes para abordar a complexidade da problemática. Os tempos de resposta dos empreendedores, ou de tréplica, não cumpriam o limite de três e dois minutos, respectivamente, o que também levou alguns participantes a questionar os motivos que o órgão ambiental era mais permissivo com os empreendedores e consultores.

Durante as audiências, o regulamento foi alterado para acrescentar cinco minutos de fala da Cnen e da consultoria ambiental. Na audiência de Santa Quitéria, ambos detinham vinte e quarenta minutos, respectivamente. Nas audiências de Lagoa do Mato e Itatira, vinte e cinco e quarenta e cinco minutos. Não houve explicação sobre a alteração do regulamento. Relacionamos a mudança para permitir mais tempo de fala e de ‘respostas’ à apresentação da professora do Núcleo Tramas que não estava

inicialmente prevista no regulamento mas que, por solicitação de entidades e movimentos sociais presentes, foi concedida com a duração de doze minutos.

Podemos observar, ainda, que o regulamento não era estritamente observado ao se preservar a presença do membro da Cnen durante a mesa e o tempo de debate, quando a previsão era de que estariam apenas do Ibama, consultoria e empreendedores.

A ordem das perguntas no debate também foi questionada. Segundo o regulamento, elas seriam feitas de acordo com a “a ordem de chegada das fichas de inscrição” (art.7º do regulamento).

Durante as duas primeiras audiências, entretanto, diversos participantes relataram o desrespeito da ordem de inscrição. Na audiência de Itatira, o descumprimento estava evidente, pois no momento do debate a platéia já estava em um tamanho reduzido e era possível verificar participantes que tinham se inscrito juntos falando em momentos extremamente distanciados. Conversamos com o cerimonial que auxiliava as inscrições e solicitamos que a questão fosse levada até a mesa. Em sua fala, uma participante do Núcleo Tramas pediu que o órgão “cumprisse o regulamento que vocês mesmo elaboraram”, pois sua inscrição era a de número quatro e apenas estava falando ao final dos debates. O Ibama interrompe sua fala para explicar o procedimento de inscrições, que pelo fato de serem quatro mesas recebendo as fichas, estas acabaram sendo lidas por ordem em que chegaram à mesa debatedora, “não foi uma coisa intencional de selecionar esta ou aquela pessoa”. As dificuldades com a logística do procedimento, portanto, também provocaram desconfianças sobre a lisura com a qual o debate era conduzido.

Após as audiências, solicitamos ao Ibama que nos enviasse as Atas a que se refere o artigo 5º da Resolução 09/87 do Conama, que dispõe que “A ata da(s) audiência(s) pública(s) e seus anexos, servirão de base, juntamente com o RIMA, para a análise e parecer final do licenciador quanto à aprovação ou não do projeto.”

As atas nos foram disponibilizadas por email, entretanto, não constam no site do Ibama dentre os documentos anexados no processo de licenciamento ambiental. Causou estranhamento a extrema síntese das atas, que contém cerca de duas folhas cada uma e, em seu conteúdo, apenas aponta os órgãos presentes, a condução do rito – abertura, apresentações, intervalo, debates e documentos anexados – sem, entretanto, fazer qualquer menção sobre o conteúdo do que foi exposto, sobre o projeto, o estudo ambiental ou sobre os questionamentos durante o debate. A única exceção foi quando a ata da audiência de Santa Quitéria fez referência ao pedido de que tivessem mais

audiências públicas para debater o projeto. Ou seja, exclusivamente a fala que solicitava de forma expressa que fosse incluída nas atas foi descrita.

Observamos, portanto, que as atas foram elaboradas de forma genérica e são insuficientes para cumprir o disposto no artigo 5º, da resolução 09/87 do Conama. Isto porque não contém a descrição do projeto, os elementos apresentados sobre o estudo ambiental, tampouco faz alguma referência às críticas, sugestões e posicionamentos sobre o empreendimento, objetivo primeiro daquele momento.

Ainda que possamos considerar que as transcrições e as gravações das audiências contenham estas informações, o papel de síntese dos debates e de fundamento para a decisão ambiental não poderá ser atendido. Quem desejar compreender o que ocorreu nas audiências terá de solicitar as 285 páginas de transcrição das falas das três audiências.

O rito, portanto, conteve discordância sobre sua forma e sobre o que era dito. Um dos principais pontos desta discordância, que pela ênfase que ganhou destacaremos no próximo item, foi exatamente a forma como o espaço de fala era desigualmente partilhado entre os participantes.

### **6.5 O tempo de fala é espaço de poder: o que dá pra dizer em três minutos?**

Os discursos são práticas sociais que se constituem nos marcos da relação de poder (BOURDIEU, 1977). O rito no qual os discursos se enunciam contribuem para sua eficácia ou para sua interdição. Foucault (1970) aponta que um dos tabus de coerção dos discursos é o tabu do rito. A distribuição do tempo de fala nas audiências foi alvo de questionamentos que apontaram a prioridade dada para determinados sujeitos sociais envolvidos no conflito ambiental, especialmente empreendedores e consultoria ambiental, sob a justificativa de que fizessem as apresentações do projeto e do EIA. A ausência de uma partilha maior dos tempos de fala durante as audiências foi um dos pontos mais contestados durante e após sua realização, pondo em questão a legitimidade do espaço de debate.

Antes de adentrarmos na análise das contestações expostas, observamos que a Resolução 09/87 do Conama não prever a exposição da consultoria ambiental ou do empreendedor, entretanto, este tem sido o rito comum nas audiências do licenciamento ambiental. Durante a audiência de Santa Quitéria, a Cnen obteve vinte minutos de fala, o empreendedor trinta minutos e a consultoria ambiental, quarenta. Nas audiências de

Itatira e Lagoa do Mato, o Ibama acrescentou cinco minutos ao tempo de fala da Cnen e da consultoria ambiental. Embora não esteja normatizada, portanto, é a fala dos empreendedores e consultores que ganha destaque, ocupando a primeira parte das audiências públicas, que durou aproximadamente duas horas e meia.

A opção do órgão ambiental é formalizada no regimento das audiências e ganha, com isso, a naturalização e a legitimidade dos processos oficiais de instituição de ritos. O formato da distribuição das falas passa a se apresentar ocultando os sujeitos e as decisões previamente estabelecidas. Os tempos de fala passam a ser justificados sob o regimento por si, e o órgão ambiental referencia sua postura na obediência ao regimento. Desta forma, não são debatidas e avaliadas publicamente as razões sob as quais o órgão ambiental procedimentaliza as audiências sob este formato.

A distribuição do tempo de fala mostrou-se como um elemento relevante para compreender o conflito e as assimetrias de poder, provocando a contestação de movimentos sociais, entidades e comunidades da região, que procuraram reivindicar um espaço maior aos grupos que traziam críticas ao projeto.

Logo na primeira audiência, em Santa Quitéria, a Articulação Antinuclear (Cáritas Diocesana, CPT Ceará, Núcleo Tramas e MST) e entidades parceiras (Renap, Fiocruz, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Escritório Frei Tito, CPT da Bahia), reivindicaram que a professora coordenadora do Núcleo Tramas tivesse um espaço de apresentação das pesquisas do grupo.

O pedido foi feito ao Ibama antes do início da audiência, e foi um tortuoso processo de negociação para que o espaço fosse concedido. O órgão argumentava que a concessão não estava prevista no regulamento, que poderia gerar precedentes para que outros participantes reivindicassem tempos maiores de fala, que não havia critérios para privilegiar a fala de determinado participante e que o estudo ambiental seria apresentado pela consultoria que lhe elaborou.

Os movimentos e entidades, por sua vez, questionavam o formato das audiências e argumentavam que a importância da apresentação seria para apresentar um contra ponto ao empreendimento e que o Ibama detinha competência para resolver sobre casos omissos, o que não violaria o regimento da audiência. Tiveram, ainda, de se comprometer que seria o único pedido e reforçar a legitimidade dos sujeitos que construía a Articulação Antinuclear. Durante as negociações, houve um momento em que o Ibama não aceitava conceder o tempo e os movimentos e entidades passaram a

não reconhecer a legitimidade da audiência e a colocar em questão a própria realização do evento.

O representante do Ibama, inicialmente, ofereceu quinze minutos. Houve, de início, reticência entre os funcionários do Ibama sobre o pedido e, ao longo da negociação, as posturas se exaltaram e houve um tensionamento principalmente entre o Ibama, o MST e as advogadas presentes.

A conversa não avançava para uma resolução do pedido, e o representante do Ibama resolveu que iriam conversar internamente para decidir. Os funcionários do órgão ambiental chamaram em um canto em frente ao palco representantes das empresas e da consultoria ambiental (dentro dos que pudemos reconhecer) e, após alguns minutos de conversa, voltaram com a decisão. O tempo concedido seria de 12 minutos após a ‘aprovação’ da platéia por consenso, pois se algum participante não aceitasse, não haveria a apresentação.

Novamente existiram tensionamentos, pois os movimentos argumentavam que o próprio Ibama tinha dado uma proposta inicial de 15 e não de 12 minutos, que o tempo era insuficiente e desproporcional em relação às outras apresentações e que o critério do consenso não era justo, pois alguma discordância pontual não poderia colocar em questão a diversidade e a legitimidade dos grupos que estavam demandando o espaço de fala.

O Ibama estava, entretanto, irredutível a seguir negociando e as audiências foram iniciadas logo em seguida. Nos três dias de audiência, portanto, foi concedido o tempo de doze minutos, com anterior consulta aos participantes presentes se ‘aceitavam’ que a professora fizesse sua exposição. Não houve contestação em nenhuma das audiências. No entanto, este processo de desgaste fez com que a primeira audiência se iniciasse já sob tensão de parcela considerável dos participantes.

Os argumentos do Ibama reforçam o que havíamos comentado anteriormente sobre um mecanismo simbólico de *naturalização* e *sacramentalização* dos ritos a partir dos seus regulamentos. O órgão tinha competência (jurídica e política)<sup>145</sup> para conceder espaços de fala, alterar a composição da mesa, alterar o regulamento em si, como chegou a fazer para acrescentar tempo de fala para a Cnen e a consultoria ambiental.

---

<sup>145</sup> Na audiência de Lagoa do Mato o Ibama, ao submeter novamente o pedido à platéia, destacou que “como prevê o regulamento, o presidente pode, a critério do presidente, definir a participação de outros, neste caso, que é uma regra que não estava estabelecida no regulamento, mas nos casos omissos, o Ibama pode definir uma forma de dar oportunidade para as pessoas falarem”, argumento que o próprio órgão recusava durante as negociações para que o tempo fosse concedido.

Chamou atenção, ainda, ao ir ‘negociar’ ou ‘dialogar’ com os empreendedores sobre o pedido feito pelos movimentos sociais. Não podemos pretender saber o que foi dialogado, sob pena de realizar uma interpretação equivocada da realidade. Entretanto, o fato da decisão ter sido tomada em conjunto com os empreendedores e a consultoria ambiental pode se rumar para compreendermos a forma como são conduzidas estas audiências.

Durante a exposição, o Ibama apresentou o pedido à platéia dizendo que “recebeu essa sugestão, essa solicitação” [de concessão de tempo de fala] e que o órgão resolveu submetê-la à platéia “em respeito a todos que estão aqui presentes, pra saber se vocês tem concordância.” Disse, ainda, que a apresentação seria “com o tempo determinado de doze minutos, que foi combinado com os solicitantes”.

Alguém tem alguma objeção? Será apenas essa apresentação que será incluída. Ninguém mais aqui tem esse direito. Eu acho que é importante todo mundo, se manifestar. Se alguém não... Bom, então está concedido às organizações o prazo de 12 minutos, ao final da apresentação do empreendedor, ao final da apresentação da empresa de consultoria. [Ibama na audiência de Santa Quitéria]

Alguns trechos da fala do Ibama merecem destaque. De início, o órgão explicita que a concessão de fala para as organizações sociais devem ser submetidas à platéia em respeito, mas não adota a mesma postura sobre a elaboração da proposta que previu tantas apresentações (não obrigatórias via resolução do Conama), das quais apenas a da consultoria discutia o estudo ambiental; ademais, também não adotou a mesma prática ao aumentar os tempos de fala da Cnen e da consultoria ambiental a partir da segunda audiência. A concordância dos participantes foi solicitada, portanto, com critérios diferenciados para os distintos sujeitos que se apresentavam.

O tempo de doze minutos também não foi exatamente “combinado” com os solicitantes, tendo em vista que inicialmente o pedido foi de vinte minutos, passando para o tempo de quinze minutos e, quando o representante do Ibama anunciou para as organizações a decisão de que concederia sob submissão da platéia, já apresentou o tempo de doze minutos como inegociável. Vale destacar, ainda, que a apresentação não ocorreu no final da apresentação da consultoria, mas sim antes das falas da Cnen, do empreendedor e da consultoria. A INB, na audiência de Lagoa do Mato, chega a exaltar o fato de que a professora fez sua apresentação anteriormente porque assim já poderiam ir desconstruindo os principais pontos, conforme afirmou em público.

Por fim, a expressão “Ninguém mais aqui tem esse direito” nos leva a refletir sobre os sentidos da audiência pública. Por que nenhum outro participante poderia solicitar a fala e que isso fosse posto à aprovação da platéia? Por que o órgão ambiental enfatizou essa questão, o que nos parece uma possível insinuação de que o tempo concedido tratava-se de um “privilégio” (conforme argumentou nos bastidores da audiência)? Ademais, por que o órgão não adotou idêntica postura com outros sujeitos presentes que tiveram tempos de fala e apresentação, a exemplo de representantes do poder público local ou os empreendedores e a Cnen?

O tempo de fala concedido foi desproporcional em relação às apresentações das empresas e da consultoria ambiental, que possuíam de trinta a quarenta e cinco minutos. Esta diferença foi observada durante e depois das audiências.

Na audiência de Santa Quitéria, uma participante, professora de uma escola pública do município, questionou o fato de a professora ter tido “dez minutos sofridos para mostrar a realidade do estudo que eles da UFC fizemos, enquanto os outros levaram trinta minutos para expor, sem a gente ter direito de resposta, cadê o contraditório?”, indagou.

Embora a participante não faça parte do Núcleo Tramas ou da Articulação Antinuclear, observamos o sentimento de identidade com as entidades que apresentaram críticas ao projeto, tanto é que ela se inclui ao afirmar que “a gente não teve direito de resposta”, se referindo ao fato de que as empresas fizeram apresentações posteriores que contra argumentavam o que tinha sido exposto pelo Núcleo Tramas. A idéia de conflito, de embate, também se apresenta com a noção de ‘contraditório’, relevando que o discurso oficial de que o espaço era de diálogo e consenso não foi igualmente partilhado entre os participantes.

A forma como a professora apressou sua apresentação para finalizá-la no tempo concedido também foi destacada nas falas e nos comentários durante as visitas de campo. “A coitada” da professora não conseguiu falar, “a gente via ela se apressando”, ou o tempo “sofrido”, foram algumas expressões utilizadas.

“Bom seria se a professora tivesse pelo menos uma hora aqui pra expor as irregularidades que tem no EIA/RIMA”, disse um participante do MST. Outro participante, que não pertencia a nenhum dos movimentos da Articulação Antinuclear, questionou diretamente o Ibama o motivo de a primeira palestrante ter tido só sete minutos por que ela foi interrompida quando iria explicar melhor a possibilidade de casos de câncer na região. O representante do Ibama interrompeu o participante para lhe

corrigir, dizer que foram doze minutos concedidos e que “ela teve oportunidade de falar um pouco mais”, se referindo, pela segunda vez durante a audiência, que a professora tinha utilizado três minutos a mais do que o concedido. O participante pede que a professora retorne porque “ela tinha coisas realmente importantes pra falar pra gente”, quando o Ibama responde que ela, como qualquer outro participante pode se inscrever para fazer os questionamentos, “é livre, franqueado, fazer quantos questionamentos ela quiser. Se ela quiser, ela pode participar.”

Observamos que diversos participantes da audiência levantaram a demanda por mais informação sobre o projeto, por tempo hábil para que se apropriem do assunto e possam compreender as implicações do projeto. O reforço que participantes que não tinham contato anterior com o Núcleo Tramas fizeram à fala da professora demonstra, ainda, que existe certo grau de desconfiança em relação às informações apresentadas pelos empreendedores, e que estes não são diferenciados da consultoria ambiental que, por sua vez, se situa no campo do conflito como sendo ‘do lado do empreendimento’. Há um desejo de “ouvir os dois lados”, expressão que escutamos de forma recorrente durante a pesquisa de campo.

O pouco tempo não é só pra falar, é também pra decidir suas vidas, afirmam alguns dos participantes. Na audiência de Santa Quitéria, uma participante pergunta quanto tempo eles levaram para fazer o EIA/RIMA e diz que questiona porque “eu acredito que não foi dentro de poucas horas, de cinco, seis horas, o tempo que a gente que nós estamos aqui. E vamos decidir o nosso futuro dentro de poucas horas.” A empresa de consultoria responde que o estudo está sendo elaborado desde 2011 e conta com a participação de quarenta e sete profissionais. A participante enfatiza a impossibilidade de a população decidir sobre algo tão sério em poucas horas de audiência e, em tréplica, o Ibama finaliza o assunto afirmando que o estudo estava disponível desde abril de 2014.

Estes momentos de tensionamentos pelos espaços de fala envolviam diretamente o Ibama, por ser o órgão que preparava, conduzia e decidia sobre o rito participativo. Seu representante constantemente interrompia as falas dos participantes para enfatizar que determinada postura era “da dinâmica das audiências”, que estava “previsto no regulamento”, ou que “todos tinham igual direito de fala”.

Durante as idas a campo após as audiências, observamos que os moradores das comunidades com as quais dialogamos enfatizaram a impressão de que foi injusta a distribuição do tempo. Comentando sobre a audiência de Itatira, disseram que as

audiências “deixou alguma coisa a desejar”, que a pessoa que dirigia dava “mais oportunidade aqueles que era a favor” e os que os que eram contra “o momento era mais pequeno, era questão de dois minutos, de quinze minutos, de vinte minutos”, exemplificando pela professora da universidade que “explicaram muito bem, mas deixaram muitas coisa a falar porque o tempo não deu”.

Outro participante reforça a narrativa dizendo que em Santa Quitéria não foi diferente. Um terceiro, por sua vez, diz que se sentiu prejudicado e que eles tem “que entrar mesmo é na raça, três minuto pra uma pessoa falar e eles passaram quatro ano organizando quando é a opinião deles, que quando vem pra nós vem dá três minuto pra nós decidir, aí o que é que a pessoa há de fazer?”. “Dentro de três minutos é só dizer não, chega lá e diz não e pronto, de três minutos”, responde outro morador.

Antes mesmo das audiências, em oficina do Painel Acadêmico-Popular na comunidade de Morrinhos, os moradores já comentavam que seria muito pouco tempo de fala nas audiências. Correu na comunidade a informação de que seria apenas um minuto para cada participante. Nas audiências do Painel, discutimos que geralmente são concedidos três minutos, tempo ainda julgado insuficiente para todas as questões que o empreendimento gera.

Dos diálogos travados, observamos que a disputa pelo tempo de fala não se dá apenas para reivindicar ‘espaço para si’, embora também se apresente desta forma, mas também como forma de pedir espaço de escuta, de diálogo. Representa, também, o desejo e o direito por mais informação, por conhecimentos que sejam expostos com uma linguagem acessível à população, e a vontade de “ouvir os dois lados”, diante da polarização de posições que marcou as impressões sobre as audiências.

Reflete, ainda, o desejo de que “com mais conhecimento”, as pessoas possam elaborar seus posicionamentos com calma, amadurecendo as discussões, conversando, elaborando reflexões, dialogando e traduzindo saberes, sob uma temporalidade distinta do procedimento do licenciamento.

Para o órgão ambiental, entretanto, o fato de o EIA estar disponível aos seis meses anteriores da audiência supriria esta demanda por informação e tempo, o que evidencia as distintas racionalidades e temporalidades envolvidas.

A população se sente, portanto, “pressionada a decidir” por algo que não lhes compete juridicamente decidir, mas que no campo das relações de poder no conflito ambiental, implica em adotar um posicionamento contra ou a favor o projeto.

As relações de poder se fazem presentes de diversas formas. Nas ingerências que o órgão ambiental faz sobre as falas dos participantes, na desigualdade de tempos de fala, na desigualdade de tempos e condições materiais de estudo e compreensão do EIA/RIMA. Se o EIA foi elaborado em quatro anos, por que a população teria seis meses para se apropriar de um estudo denso e técnico? O RIMA, pouco citado durante as audiências por todos os participantes, cumpriria o mesmo papel? A simples disponibilização destes documentos supre a demanda por informação, tradução de saberes, acesso aos distintos posicionamentos e percepções sobre o projeto?

A desigualdade dos tempos de fala, portanto, não diz respeito apenas a uma questão formal ou menor dentro dos mecanismos de compreensão do rito participativo. Por meio da denúncia desta desigualdade, os moradores denunciam também as assimetrias de poder que compreendem o licenciamento em curso.

Porque quando fala em audiência pública eu fico pensando que todo mundo que tem direito a falar, mas não é isso, todo mundo sabe que tem os setores maior, os órgão maior, é quem fala primeiro, **e a gente, o mais pequeno, é quem sempre leva a chibatada, fica lá com uma vontade de falar sem poder.** Por isso, eu acho que já aqui as reuniões é melhor.[Fala de morador das comunidades no primeiro encontro do grupo de pesquisa após as audiências]

“A vontade de falar sem poder” expressa a *interdição* que o tabu do rito promove, conforme já apontamos (FOUCAULT, 1970, p.5). As desigualdades de capitais e competências, frutos de uma desigualdade de poder entre os distintos sujeitos sociais, operam como mecanismos de coerção sobre os discursos, sobre a espontaneidade, sobre o horizonte crítico dos grupos sociais em situação de vulnerabilização. O rito, para eles, não é apenas insuficiente, como é também revelador da situação de desigualdade em que se encontram. Portanto, não se trata de aprimorar os ritos participativos, mas sim de rever sua concepção e as justificativas que lhe sustentam sob o atual formato.

## 6.6 Os principais tensionamentos das audiências: Saúde, Água, Terra e Ambiente

Durante as audiências, diversos temas foram abordados. Das injustiças cognitivas até as narrativas em torno do neoextrativismo, das insuficiências do estudo ambiental até as discussões sobre o que é desenvolvimento. Qual seria, portanto, nosso objetivo analítico neste momento?

As audiências evidenciaram os nós do conflito ambiental sob diversas dimensões, várias delas já estudadas nesta pesquisa. Neste momento, pretendemos analisar a dimensão distributiva do conflito (ZHOURI, 2010) percebendo as preocupações que envolvem o acesso, a disponibilidade e a qualidade dos bens ambientais, dialogando as dimensões do acesso e qualidade da água, dos riscos de desapropriação das terras, tecendo breves considerações sobre os possíveis impactos para o ambiente da região. Água, terra e ambiente se entrecruzam e se integram nesta dimensão do conflito.

Durante o trabalho de campo, diversas vezes a saúde foi caracterizada como um direito que envolve necessariamente uma relação harmoniosa com o ambiente e o acesso e qualidade da água, dos alimentos, do ar. Embora não compreendamos a saúde como um “bem ambiental” em disputa, ela está intimamente associada a esta dimensão do conflito e consistiu em um dos principais pontos de questionamentos do projeto.

O segundo motivo pelo qual separamos esta discussão consiste em explicitar ao leitor os principais pontos de questionamento no *conflito de interesses* em torno do projeto. Estas preocupações envolvem, portanto, os principais nós em que se evidenciaram o antagonismo dos interesses e das posições assumidas. Para as comunidades da região, por exemplo, mais vale proteger a saúde do que lucrar com a mina.

Ademais, o estudo ambiental elencou as principais preocupações detectadas na pesquisa que a consultoria fez com as comunidades e com o poder público municipal. Dentre as conclusões, o EIA atesta que existem “preocupações similares no que se refere aos potenciais problemas de saúde da população, contaminação de solo e água” (ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.572).

No item do estudo que trata sobre a “análise de conflitos existentes”, afirmou-se que os problemas ambientais são conflitos de interesses e “confronto de atores que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum”. Em síntese, o estudo afirma que “questões como radiação, problemas de saúde, contaminação de água e solo são os principais pontos de conflito entre a população e o empreendimento” (ARCADIS LOGOS, 2014, v.3, p.575). Neste sentido, para ampliar a clareza sobre os pontos de contestação e disputa no conflito ambiental, destacamos o debate a partir das dimensões que se seguem.

### **6.6.1 Preocupações com os impactos para a Saúde:**

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, reconhecido na Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 6º, a Constituição elenca a saúde como um direito social fundamental. No artigo 194, inclui a saúde como um dos objetivos das políticas de seguridade social. Já o artigo 196 estabelece que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

A construção do conteúdo do direito à saúde remonta à década de 1970, quando se passou a afirmar que o direito à saúde compreende dimensões mais amplas e complexas que a simples ausência de doenças. O conceito consolidou-se na 8ª Conferência Nacional de Saúde, ao dispor que:

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (Relatório final da 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p. 4).

A Organização Mundial de Saúde, por sua vez, afirma que a saúde é: "um estado de perfeito bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades" (SEGRE & FERRAZ, 1987, online).

Diante destes conceitos, os pesquisadores do Painel Acadêmico-Popular, em parecer sobre o projeto Santa Quitéria, afirmaram a relação entre os modelos de desenvolvimento e os processos de saúde, emitindo uma alerta sobre os impactos negativos do empreendimento. Segundo o parecer:

Observa-se então o reconhecimento da multiplicidade de aspectos sociais que se expressam no perfil de saúde-adoecimento-morte dos grupos populacionais, bem como a centralidade das políticas de desenvolvimento econômico, do arsenal tecnológico usado nos processos produtivos, do modo como a produção e o consumo estão configurados na sociedade sobre o quadro de saúde-doença. (RIGOTTO *et al*, 2014, p.3)

Durante toda a pesquisa de campo, as preocupações com o adoecimento, o possível aumento de casos de câncer, a ocorrência de acidentes foi uma das mais constantes no diálogo com as comunidades da região. Isto, em alguma medida, deve-se também às pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo Tramas desde 2010 que traziam os temas da vigilância à saúde para debate com as comunidades da região. Neste processo

se somam os relatos de acidentes e adoecimentos durante as lavras de pesquisa na jazida, as preocupações com os efeitos da radiação e as experiências compartilhadas com Caetité.

O Termo de Referência elaborado para o EIA também dá um destaque considerável para a dimensão da saúde exigindo, por exemplo, a comparação da compatibilidade do sistema de saúde existente em relação às demandas atuais e futuras e a identificação dos riscos ocupacionais e ambientais do empreendimento (TR, 2011, p.33-34)<sup>146</sup>. Neste momento, para que o leitor observe as contestações do tema, remetemos à leitura para os itens sobre as insuficiências do EIA, os questionamentos à saúde do trabalhador e aos impactos da radiação.

O EIA do projeto destaca, nos resultados das entrevistas com moradores das comunidades, a ênfase nos problemas de saúde, dizendo que este consiste um dos “grandes temores”, junto das preocupações com a contaminação do solo e o acesso e contaminação da água (ARCADIS LOGOS, 2014, V.3, p.698). O estudo propõe medidas de comunicação entre empresa e comunidades como solução para as preocupações com a saúde.

Nas audiências, representante do MST criticou o projeto, pois o futuro que ele iria deixar seria “um buraco cheio de veneno, cheio de radiação, que vai todo dia, entrar no pulmão do povo de Santa Quitéria”. Nos debates, percebemos as dúvidas com os riscos da radiação. Alguns participantes pediram que a professora do Núcleo Tramas voltasse para explicar melhor os casos de câncer, o “lado ruim”. Outro participante questiona os empreendedores:

nós enquanto município estamos preocupados com a nossa segurança e saúde e vocês como pesquisadores sabem dos impactos negativos e convenhamos são muitos. **Vocês realmente tem suporte para desenvolver esse projeto sem prejudicar ou mudar a vida de muitos moradores da região que apenas querem uma vida saudável?** (grifo nosso)

A questão perpassou todo o debate, incluindo as discussões sobre a radiação, analisados no capítulo anterior e sobre saúde do trabalhador, vista no terceiro capítulo desta pesquisa.

---

<sup>146</sup> No item saúde, o Termo pede ainda que o estudo contenha: “i. Identificação e caracterização dos sistemas de saúde formal e informal, rural e urbano, na área de influência do futuro empreendimento, incluindo-se o mapeamento da estrutura física e recursos humanos nos diferentes níveis de complexidade da atenção à saúde e a respectiva demanda. ii. O estudo deverá levar em consideração, entre outros, dados de sistemas nacionais de informação em Saúde (IBGE e Ministério da Saúde). iii. Estabelecer o vínculo dos serviços de saúde no que se refere às unidades governamentais e não governamentais. iv. Analisar o grau de integração existente entre os sistemas de atenção à saúde, inclusive considerando-se os de natureza informal.” (TR, 2011, p.33)

Nas comunidades, a preocupação com a saúde é um dos principais nós críticos sobre os quais os moradores demandam informações. Nas visitas após as audiências, alguns deles chegam a afirmar que acham que “vão morrer mesmo” se o projeto se instalar. Outros pedem que o Tramas leve médicos e especialistas para dialogar sobre o tema. Há, portanto, uma acentuada insegurança sobre as informações levadas pela empresa que, em suas cartilhas e demais documentos, naturaliza a radiação e omite os possíveis danos para a saúde humana.

Entretanto, durante as audiências os moradores utilizaram a “saúde” como valor que se contrapõe ao “dinheiro”, evidenciando os distintos projetos de vida, de produção e relação social que se encontra em disputa. Na audiência de Santa Quitéria, um morador de Morrinhos afirmou que:

a gente acredita muito no Ibama e na CNEN que não vai dar licença, que eu tenho certeza, peço até pelo amor de Deus, que faça isso que não dê, porque pode atingir a nossa população porque já aconteceu isso. O que é que vai vim. Ah que vai vim coisa boa, que vai rolar dinheiro e dinheiro é bom, só que não é tudo. Bom é saúde, porque se vier o que nós não vamos ter é saúde.

Ainda nas audiências, pesquisadores do Núcleo Tramas e do Painel Acadêmico-Popular afirmaram os riscos à saúde para os trabalhadores da mina e para a população da região, a partir da dispersão de radionuclídeos e gás radônio.

A potencialidade de aumento de casos de câncer foi levada ao debate, referenciada em estudos científicos que estabelecem a relação entre radiação e neoplasias. Diversos artigos científicos foram anexados ao processo de licenciamento. Os riscos de abortos e má formação de crianças também foi mencionado. Na audiência de Itatira, uma das pesquisadoras do tramas afirmou que

Pelo contrário, trazem resposta que são inverdades, que são mentiras, comparando, por exemplo, um raio X, a radiação que o trabalhador vai receber durante anos trabalhando na mina, né, inclusive, diversos trabalhos internacionais, da Alemanha, dos Estados Unidos, da Espanha, da República Tcheca já mostraram que todos os tipos de câncer estão aumentados diante da exposição a radiação ionizante por esses trabalhadores

Conforme já abordamos no item sobre radiação, houve um tensionamento entre as informações apresentadas pela consultoria ambiental e as contestações e informações levadas pelos pesquisadores do Tramas e do Painel. No cerne da discussão, a produção de verdades autorizadas, a ciência em disputa.

Não cabe a esta pesquisa, por evidente, pretender antecipar os riscos do projeto ou prever os possíveis impactos, ou que exigiria outro campo de estudo e metodologias

diversas. Pretendemos, apenas, situar o leitor sobre os principais pontos de conflito em torno do projeto.

No quinto encontro com as comunidades após as audiências públicas, no grupo de pesquisa ampliado de vigilância em saúde e ambiente, os moradores reafirmam uma das preocupações que tangencia todo o debate, em relação ao aumento da pressão sobre as políticas e equipamentos públicos de saúde. Contam e refletem que, sem a mina, já é “uma vergonha você ir pro hospital com um paciente, se Deus o livre acontecer uma epidemia de doença, alguma coisa, Santa Quitéria vai fazer o quê? Nada, porque num ta fazendo nem com as coisa pequena”. Comparam o cenário, ainda, com o de Caetité, no qual “a mesma coisa, quando adocece o que eles faz, recorre à cidade maior que é onde tem o hospital, quando vem a falecer vem a morte sem causa mortis ou às vezes vem com câncer”, trazendo para os debates em grupo as denúncias partilhadas de subnotificação de casos de câncer e de insuficiência do atendimento à saúde no interior baiano.

Esta inquietação reflete a preocupação com a capacidade do Estado em dar suporte às transformações e impactos negativos oriundos do projeto. O Sistema Único de Saúde estaria debatendo, vigiando, se preparando e se estruturando para as novas demandas? Esta questão, que demandaria uma pesquisa específica para que se tenham respostas cuidadosas, permanece em aberto e consiste em um dos nós de preocupação dos moradores.

Durante não apenas este encontro, mas durante toda a pesquisa de campo com as comunidades e durante as audiências, percebemos que a saúde é caracterizada como uma teia complexa que envolve a proteção da natureza, os cuidados com o ambiente, a garantia de acesso e qualidade da água e a permanência na terra conquistada sob um histórico processo de luta.

“Falando em saúde inclui tudo, eu doente, eu crio gado, eu doente eu trabaio de roçado, eu faço cerca? Eu doente eu faço nada, se prejudica a minha saúde prejudicou tudo, então prajudicou a saúde prajudica criar tudo, tudo, tudo”. Nesta fala de um dos moradores durante o quinto encontro do grupo de pesquisa em vigilância em saúde e ambiente, percebemos a teia entre o modo de vida local, os processos produtivos, a relação de dependência do equilíbrio do ambiente para a garantia do direito à saúde. “Vamos dar as mãos e vamos realizar o sonho nosso, que é nossa moradia, nossa vida, nossa saúde”, sintetiza outro participante.

## 6.6.2 Água

O tema da água foi, talvez, o que mais ganhou destaque nos debates. O confronto entre o intenso consumo de água do projeto, a escassez hídrica do semiárido cearense e a ausência de políticas de distribuição equitativa dos recursos hídricos foi evidenciado por diversos sujeitos sociais, articulados ou não com os movimentos e entidades da Articulação Antinuclear. Tanto os riscos de aprofundamento da escassez como as possíveis contaminações dos recursos hídricos foram destacadas, demonstrando que a preocupação se deu nas dimensões do acesso e da qualidade da água.

A região se insere na Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú, que tem como principal rio o Groaíras que, por sua vez, ao ser represado, origina o Açude Edson Queiroz. Dentro da ADA do projeto, também se encontra o Açude Quixaba. Ao lado deste açude, será construída a Bacia de Rejeitos, a sua jusante, ocupando seu mesmo talvegue (Parecer Ibama nº 02001.002739/2015-10, 2015 ,p.29).

De acordo com o EIA, o projeto prever a utilização de 911 m<sup>3</sup> de água por hora. Este é o volume apenas de água nova, não contabilizando o consumo das águas que serão reutilizadas internamente no complexo industrial. O EIA afirma, ainda, que o abastecimento de água será feito pelo Açude Edson Queiroz que “se encontra a 54 km da área do empreendimento, sendo que está prevista a implantação, sob responsabilidade do Governo do Estado (Anexo II.), de uma adutora com capacidade para 1.100 m<sup>3</sup>/h.” (ARCADIS LOGOS, 2014, v.1, p.268). Para a fase de implementação, a previsão de abastecimento é por caminhões-pipa ou pelas águas do Açude Quixaba, também utilizado pelas comunidades do entorno (ARCADIS LOGOS, 2014, v.1, p.268).

Considerando um carro-pipa de 8m<sup>147</sup> de água, o consumo do empreendimento corresponde a aproximadamente 115 carros-pipa por hora. Durante a pesquisa de campo soubemos, via informação oral dos moradores, que a comunidade de Morrinhos recebe 26 carros-pipa por mês, Riacho das Pedras 34 carros-pipa e Saco do Belém, o maior assentamento da região, recebe 99 carros-pipa por mês.

O sofrimento com a escassez hídrica foi denunciado nas audiências. Junto dele, a crítica à ausência de políticas públicas e a constatação de que a infraestrutura de

---

<sup>147</sup> Na pesquisa de campo, os moradores nos informaram que este é o volume dos carros-pipa que lhes são disponibilizados para abastecimento.

abastecimento hídrico apenas chegará associada ao empreendimento. O atual abastecimento das comunidades ocorre basicamente por cisternas de placa, por cacimbas ou carros-pipa. A adutora tão reivindicada pelos moradores da região não é implementada como direito, mas como subsídio ao projeto. De todo o universo de comunidades do entorno da mina, apenas Morrinhos e Riacho das Pedras se beneficiarão, segundo os empreendedores, com a adutora.

As pesquisas realizadas pelo Núcleo Tramas desde 2010 já revelavam que a água era vista como um bem essencial à vida das comunidades, que era relacionada à saúde, à produção de alimentos saudáveis, ao equilíbrio do ambiente, da vida dos animais, etc. A convivência com a seca se torna mais dura diante da ausência de políticas de convivência com o semiárido e de acesso aos recursos hídricos. Durante pesquisas desenvolvidas em 2012 com a comunidade de Riacho das Pedras, oradores afirmaram que gostariam de “é dura pela ausência de políticas “de ter água de boa qualidade, água que fosse tratada” (TEIXEIRA, 2013, p.78). A preocupação com a qualidade da água consumida é, portanto, uma preocupação anterior às discussões sobre o estudo ambiental do projeto.

Na sua apresentação inicial nas audiências, a consultoria aborda a questão hídrica enfatizando o aspecto positivo da construção da adutora. A consultoria reconhece que a água “é um bem escasso aqui na região” e que “o empreendimento vai usar muito”. Em seguida, traça a linha argumentativa que embasará a legitimidade deste alto consumo: a prioridade será o abastecimento da população. “Conforme foi dito, a água é disponibilizada para a indústria ou agricultura, apenas quando está comprovado que a população é abastecida”. O argumento consiste na reprodução as normas da Política Nacional<sup>148</sup> de Recursos Hídricos.

A incorporação das disposições normativas no discurso da consultoria ambiental confere um sentido de legalidade ao projeto. A insistência com a qual a consultoria e o consórcio reafirmaram o compromisso com a prioridade de abastecimento humano revela a conotação de atribuir ao empreendimento os sentidos de uma regularidade formal. Os termos do discurso, portanto, restringem-se ao cumprimento ou não da legislação sobre recursos hídricos e, apenas durante o debate com a platéia, as contradições do uso da água foram expostas.

---

<sup>148</sup> A Lei Federal nº 9433/97 afirma, em seu artigo 1º, inciso III, que “em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais”.

Na dimensão do acesso ao bem, a contradição entre o alto consumo de água do projeto e a situação de escassez hídrica da região foi problematizada por pesquisadores, movimentos e entidades sociais e pelos moradores das comunidades e dos municípios sede, estes preocupados com a regularidade do abastecimento humano. Uma das falas emblemáticas foi de liderança do MST durante a audiência de Santa Quitéria:

**quem vai dividir a pouca água que tem, vai ser nós.** Quem vai dividir, a pouca água, porque hoje a maioria das famílias vive com 10 litros de água por dia. Porque não tem água, porque nós estamos vivendo no quarto ano de seca. **Só sabe o que vive isso, quem é sertanejo, quem vive hoje no campo sofrendo essa dificuldade.** [...] nós estivemos lá, ocupando esse SRH para pode vir máquina para perfurar poço para abastecer as comunidades. Para poder garantir a água das comunidades, desse sertão aqui, no Estado do Ceará. **E, no entanto se comprometem em garantir, 1.000 metros cúbicos por hora, para abastecer uma mina para gerar emprego, para quê? E para quem? Que tipo de emprego? Que tipo de desenvolvimento vai trazer?** (grifo nosso)

Durante o debate, entidades e movimentos sociais apontaram a contradição política do uso perdulário de água do projeto. Os pesquisadores do Núcleo Tramas, ainda que também enfatizando esta dimensão, conduziram a discussão do tema sob o argumento da ausência de viabilidade hídrica para concessão da licença ambiental. Diversos outros participantes e moradores da região, preocuparam-se com a garantia de abastecimento humano e com a expansão da adutora para além das comunidades de Morrinhos e Riacho das Pedras, reafirmando a demanda por políticas de acesso e distribuição dos recursos hídricos. As distintas tonalidades do debate se entrecruzaram nas dimensões políticas, jurídicas e sociais. Os sentidos atribuídos à água envolveram sua afirmação como um direito, um bem comum e uma condição para a viabilidade do empreendimento.

Nos debates, as respostas dos empreendedores e, prioritariamente, da consultoria ambiental, focavam em três argumentos: a garantia da prioridade de abastecimento humano, a responsabilidade do Estado do Ceará com a construção da adutora e concessão da outorga de uso da água e a existência de comprovação técnica acerca da viabilidade hídrica do projeto.

Nas suas apresentações, a consultoria ambiental tecia a articulação entre estes argumentos. “A prioridade é da população. Ou seja, esse empreendimento só vai retirar água do açude de Edson de Queiroz se a secretaria de recursos hídricos permitir e essa permissão não vale olhando hoje, esse ano, se choveu ou se não choveu, mas é olhando para o futuro e para todos os outros usos necessários”. A garantia do acesso humano à

água é apresentada como uma responsabilidade dos órgãos públicos, o que é preconizado pela legislação.

Ocorre, entretanto, que este discurso se constrói sob um marco de intencionalidades que foi constantemente utilizado e contestado durante as audiências. A existência de um órgão público, aparentemente “externo” ao conflito ambiental, neutro e dotado de capacidade técnica para analisar a viabilidade hídrica do projeto confere um suporte de legitimidade de uma possível outorga a ser concedida. O que se oculta neste discurso é que os aparatos estatais participam e compõem o campo social no qual se desenvolve o conflito ambiental. Ainda que distintos aparatos atuem de formas diferenciadas, ora subsidiando o projeto, ora fiscalizando seus impactos, resgatamos a compreensão de Poulantzas (1977, p.22, grifo no original) de que o Estado é uma “*condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes*” e que, ao tempo em que detém uma autonomia relativa em face dos interesses destas classes (especialmente da burguesia, que lhe hegemoniza), também se encontra a todo tempo atravessado pelas contradições de classes, pelas relações de poder que compõem estas contradições, tornando suas políticas o resultado destas “*contradições de classes inscritas na estrutura mesma do Estado*” (POULANTZAS, 1977, p.22). Não há, portanto, neutralidade na ação estatal.

Ademais, este apelo às competências específicas dos órgãos públicos corrobora a estratégia simbólica de *sublimação* (SELIGMANN-SILVA, 1994), que fizemos referência no capítulo anterior, qual seja, a idéia de que existem entes e sujeitos cuidando de monitorar para que os impactos negativos sejam regulados e controlados. Esta estratégia inibe as reflexões sobre a efetiva capacidade e os interesses de se investir nesta capacidade de controle do Estado.

O representante da Galvani, em sua apresentação inicial na audiência de Santa Quitéria, afirma que “em relação à água, o governo do Estado através do seu corpo técnico, através do seu conhecimento e de estudos de longa data eles asseguram que é possível haver o fornecimento de água para o empreendimento através do açude Edson Queiroz”. A segurança obtida via os órgãos do Estado é reafirmada pelo capital simbólico específico que os técnicos possuem, retirando o debate para fora do debate público, afinal, se existem órgãos estatais e técnicos cuidando desta avaliação, o que caberia à platéia e aos atingidos discutirem?

Em outro momento da audiência, a consultoria ambiental afirma que “existe um estudo que aponta que há disponibilidade dentro dessa bacia do Acaraú”. Durante a

pesquisa de campo soubemos que a Cogerh apresentava o que seria a síntese de um relatório de viabilidade hídrica do projeto. O documento, entretanto, não consta no processo de licenciamento e não foi disponibilizado.

Em 24 de setembro de 2014, o Núcleo Tramas enviou ofício à Cogerh solicitando o relatório de viabilidade hídrica do projeto. Não houve respostas. Em outubro de 2014, por meio do Ofício nº 1939/2014, o MPF de Sobral solicita o estudo de viabilidade hídrica, quando então a Cogerh, por meio do Ofício nº 951/2014, responde que existe outorga de água concedida para INB (não informa detalhes como o número da outorga, o prazo de validade ou a vazão concedida); no item “quem arcará com a construção da adutora que levará água para o empreendimento”, a companhia afirma que o projeto se encontra sob competência da ADECE e que a ela caberia realizar os projetos estruturantes para a exploração da mina; sobre a fonte da água, o ofício reafirma que será proveniente da Bacia do Rio Acaraú, mais especificamente do açude Edson Queiroz; sobre os custos do uso da água, diz que competirá à INB o pagamento do uso dos recursos hídricos; no que tange aos benefícios para a comunidade local, a Cogerh afirma que a ADECE poderá informar melhor. Por fim, ao responder sobre a possibilidade de o consumo de água pelo empreendimento prejudicar a disponibilidade para a população, a Companhia faz referências aos dispositivos normativos que garantem a prioridade de abastecimento humano, menciona que as decisões relativas aos usos da água são submetidas aos Comitês de Bacias, indica a existência de um sistema de informações sobre a situação dos recursos hídricos do Estado, mas silencia acerca da existência ou não de estudo de viabilidade hídrica do projeto em específico.

Não há, até o presente momento, resposta da Companhia acerca do documento que embasa a afirmação de que há constatação técnica acerca da viabilidade hídrica do projeto.

Durante a pesquisa tivemos acesso a ofício da SRH<sup>149</sup>, datado de 09 de julho do ano corrente, no qual atesta que a outorga concedida ao empreendimento, sob o número 1116/2013, estava expirada e não havia nova solicitação de outorga. No ofício, a Secretaria afirmou ainda que a construção da adutora estava suspensa “em decorrência do projeto ainda não ter sido implementado”.

---

<sup>149</sup> Trata-se de resposta de ofício enviado por deputado estadual do Ceará, no qual solicita informações acerca da construção da adutora e da situação da outorga de água do projeto.

Sobre a adutora, pairam dúvidas acerca de sua atual situação, em termos de responsabilidade administrativa e de previsão de construção e entrega. Na audiência de Itatira, representante da Galvani afirma que a adutora será garantida pela ADECE e que existe a preocupação “pela diretoria da Adece em estender essa adutora para outros povoados”.

Entretanto, quando questionada sobre a construção da adutora, a ADECE informou que a obra caberia à SRH, informação confirmada pela própria Secretaria de Recursos Hídricos.

Por sua vez, a Secretaria afirma que as obras estão suspensas. Entretanto, uma liderança comunitária de Morrinhos nos informou, verbalmente, que moradores de Santa Quitéria já estavam recebendo indenizações das desapropriações decorrentes da construção da adutora. A informação não foi conformada oficialmente.

Estamos classificando as questões em torno do consumo e disponibilidade da água como dimensões que envolvem a acessibilidade do bem. As disputas e contestações não ocorreram, entretanto, apenas sob a dimensão do acesso, embora este aspecto distributivo tenha sido característico do conflito (ZHOURI, 2010). O projeto também foi questionado no que tange aos possíveis impactos negativos sobre a qualidade das águas da região.

A consultoria ambiental, em sua apresentação, já adianta o assunto e aborda a disponibilidade e a qualidade da água. “Além da quantidade, não basta ser água, tem que ser água de boa qualidade, então se propõe também o monitoramento da qualidade dessas águas. E, conforme já visto, a recirculação dentro da planta, dentro da indústria para evitar desperdícios”, afirmou em suas apresentações.

Posteriormente, a consultoria aborda o tema dos possíveis impactos para os rios da região. Algumas estruturas do projeto se situam sobre efluentes hídricos e a solução proposta pela consultoria perpassa novamente o modelo técnico de gestão de impactos, já analisado nesta pesquisa. “Então novamente a interação com a engenharia, a solução fazer foi canais de desvio dessas águas, de tal forma, para que depois elas possam voltar para o açude Quixaba”. Existe, ainda, a preocupação com a construção da barragem de rejeitos do lado do açude Quixaba, o que potencializa os riscos de vazamento ou rompimento da barragem, tendo em vista que a dispersão de seu conteúdo ácido seria imediatamente conduzida para o açude e os rios da região. Ademais, pesquisadora do Núcleo Tramas, durante a audiência de Santa Quitéria, destacou a informação de que a barragem se localiza sobre cursos de águas e trata-se de uma região onde há registros de

movimentações sísmicas, o que acentua as possibilidades de vazamento dos quase 28 milhões de metros cúbicos de lama oriunda dos rejeitos do processo minero-industrial.

Durante a pesquisa de campo, no terceiro encontro do grupo de pesquisa de vigilância em saúde e ambiente, uma das moradoras das comunidades refere-se ao açude como uma “benção”: “esse açude do povo pescar que é uma bença pra muita gente agora nessa seca e dessa água aqui e desses peixe, tem muita gente que vem pra cá buscar peixe, isso pode se acabar?”. Em outro momento, um morador diz que o açude é também um espaço de lazer para muitas pessoas, embora seja proibido banhar-se lá. A preocupação, portanto, adentrou o debate após as audiências, revelando a íntima relação das comunidades com os múltiplos usos do ambiente. Para eles, as águas não significam insumo industrial, mas sim vida, alimento, lazer.

Outro ponto de preocupação diz respeito às águas das chuvas que atingirão as pilhas de rejeito e fosfesso. O estudo ambiental assegura que serão construídas canaletas para recolher as águas da chuva e levá-las até a barragem de rejeitos. Já a água recolhida na unidade industrial será direcionada para a lagoa ácida, sendo reaproveitada. (ARCADIS LOGOS, 2014-B, p.22).

Além das medidas de engenharia, a consultoria reafirma o paradigma da gestão garantindo que haverá o controle das obras e um programa de monitoramento da qualidade das águas, que devem recircular na instalação industrial de forma a evitar o lançamento de efluentes contaminados. “O principal cuidado”, diz a consultoria, é “que nenhuma água que passe pelos processos relacionados ao minério ou ao urânio vai ser descartada em algum curso d’água ou em algum açude. Essa água fica toda retida dentro da área do empreendimento e recircula.”

O “não descarte” de água contaminada não descarta, entretanto, a possibilidade de contaminação por outros caminhos. Os riscos com o vazamento da barragem de rejeitos, de contaminação do açude Quixaba, de dispersão de radionuclídeos no ambiente e de depósito de partículas radioativas nas cisternas de placa que abastecem as comunidades, não são incorporados durante a análise sobre a qualidade dos recursos hídricos.

O Ibama, em seu Parecer Prévio, solicitou que a consultoria prestasse esclarecimentos sobre esta viabilidade hídrica do projeto. Solicitou, ainda, que a empresa de consultoria incorpore a obra de construção da adutora como parte do empreendimento, por ser imprescindível para sua exequibilidade. Segundo o órgão ambiental,

ao se admitir que o vetor de viabilidade ambiental do empreendimento é relacionado com a componente socioeconômica (fornecimento de insumos, dinamização da economia, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida), a definição clara e objetiva dos protocolos necessários à solução da problemática dos recursos hídricos é entendida como essencial para sustentação das análises e avaliações ambientais (Parecer Ibama nº 02001.002739/2015-10, 2015, p.148).

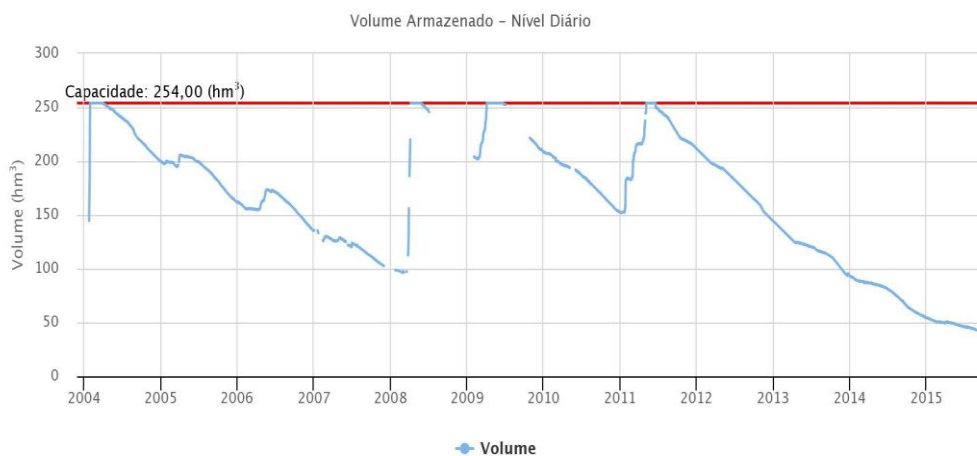
Consideramos que o órgão ambiental acertou na avaliação sobre a necessária imbricação entre a viabilidade ambiental, as dimensões socioeconômicas e a viabilidade hídrica do projeto. Entretanto, em seu parecer não questionou o uso intensivo de água pelo empreendimento, o que nos leva a refletir que, ainda que exista água suficiente para abastecê-lo, seria ambientalmente adequado direcionar tamanho volume para uma única indústria, ademais uma que comporta diversos riscos ambientais e visa alimentar a produção de insumos para o agronegócio e a energia nuclear?

Não nos parece juridicamente razoável, tampouco politicamente legítimo, que se priorize a destinação dos bens ambientais para empreendimentos com este perfil, ademais os mais escassos, ademais os mais essenciais à vida, ademais os mais negligenciados à população local. Esta dimensão da crítica, evidenciada nas audiências públicas, não foi acolhida pela análise do órgão ambiental.

Vale destacar, neste contexto, o preocupante índice de queda do volume do açude Edson Queiroz. Em outubro de 2014, o açude detinha volume correspondente a 23% de sua capacidade. Em 2013, este percentual era de aproximadamente 43%. Atualmente, encontra-se com 16,64% (COGERH, Portal Hidrológico do Ceará, 2015, online).

Quadro 4: Volume do Açude Edson Queiroz de 2004 a 2015.

Reserv.: EDSON QUEIROZ – Capac.: 254,00 (hm<sup>3</sup>) – Vaz. Atual: 10,00 (L/s)



Fonte: COGERH, Portal Hidrológico do Ceará, 2015, online.

“A minha pergunta é, a partir desse momento a empresa já investiu 900 milhões, ela vai parar? Ou vai continuar a produzir se não tem água? As pessoas vão ficar sem água? Então, a empresa Galvani é uma empresa como qualquer outra que visa o lucro”, questionou um dos participantes, professor da escola municipal, durante a audiência de Lagoa do Mato. Compreendemos que esta questão põe e debate a própria noção de responsabilidade ambiental da empresa, uma das narrativas que, associada ao paradigma da gestão, procura criar as teias de aceitabilidade do empreendimento. Com sua questão, o participante põe no debate os distintos interesses envolvidos e descortina a idéia de que a questão é puramente sobre viabilidade técnica.

Nesta ótica, a água aparece para os empreendedores como um insumo para o processo mínero-industrial e o funcionamento do empreendimento que, como tal, visa lucro. Para as comunidades e a população, a água é caracterizada como sinônimo de vida, como saúde, como produção agrícola e alimento saudável.

Não nos cabe aprofundar os distintos sentidos atribuídos ao bem, considerando as questões que envolvem a caracterização da água como direito humano<sup>150</sup>, bem comum e outros. Aqui, nos interessa apontar as distintas perspectivas envolvidas no debate e como a dimensão distributiva do conflito ambiental se evidenciou neste eixo de discussões que envolvia o acesso e a qualidade da água.

A seguir, estudaremos outro nó do conflito que foi particularmente evidente no rito participativo, as preocupações com a permanência e a produção agrícola da terra.

### **6.6.3 Terra: desapropriação e produção agrícola**

A escolha por estudar esta dimensão sob os dois enfoques (a permanência no território e as condições de produção agrícola) se justifica diante do critério de trazer para este momento da pesquisa os debates sobre os bens ambientais na medida em que foram centrais nas contestações durante audiências.

---

<sup>150</sup> Cumpre observar que, recentemente, em 09.09.2015, o Parlamento Europeu aprovou o “Righ2Water”, relatório no qual se reconhece a água como direito humano. Informações obtidas em < [http://www.esquerda.net/artigo/parlamento-europeu-reconhece-agua-como-direito-humano/38504?utm\\_source=divr.it&utm\\_medium=facebook](http://www.esquerda.net/artigo/parlamento-europeu-reconhece-agua-como-direito-humano/38504?utm_source=divr.it&utm_medium=facebook)>, acesso realizado em 10.09.2015.

A primeira preocupação diz respeito às possibilidades de desapropriação<sup>151</sup> das comunidades do entorno da mina. Durante as audiências, este foi um ponto de tensão nos debates. Moradores levantavam suas dúvidas, consultores negavam a possibilidade de desapropriação e pesquisadores rebatiam com dados sobre o estudo e outras experiências de projetos similares.

Durante oficina do Painel Acadêmico Popular em Morrinhos, no mês de Setembro de 2014, parte da nossa pesquisa de campo, foi levantada esta preocupação pelos moradores do assentamento.

**O único canto que eu achei para me aquietar e morar foi aqui. Aí essa mina vem para nos tirar daqui?** Então isso é preocupante. A gente fala para os nossos companheiros que a gente tem que expor as nossas ideias. Quem sabe se elas não são ouvidas e respeitadas? **A gente tá na luta não é de hoje, não. A gente tá na luta de muitos tempos atrás.** (grifo nosso)

Ainda que o território seja classificado sob os marcos de uma territorialidade urbano industrial pelos consultores e empreendedores, conforme vimos no capítulo anterior, os moradores não se identificam sob a caracterização da miséria e pobreza. Há alimento, vestuário, dignidade, qualidade de vida, trabalho no campo, nos dizem.

O histórico de luta pela terra nos parece caracterizar o eixo condutor que tece as costuras entre os vínculos territoriais, a luta e afirmação do modo de vida local, a afirmação da relação harmoniosa com o ambiente, a garantia do lugar de moradia, de cultivo, de vida. A memória de uma trajetória de luta para sair dos modelos de uso da terra por meação, da libertação do patrão que se apropriava da produção agrícola, bem como a memória da migração de famílias inteiras que fundaram estas comunidades, podem ser pistas para traçar os rumos de nossa compreensão sobre a luta e a valorização da terra.

---

<sup>151</sup> A desapropriação é juridicamente tratada como uma forma de intervenção supressiva do Estado na propriedade, gerando transferência na titularidade do bem, evidenciando situações de conflito entre interesse público e interesse privado. Salles (2009, p.78) a define como o “instituto de direito público, que se consubstancia em procedimento pelo qual o Poder Público (União, Estados-membros, Territórios, Distrito Federal e Municípios), as autarquias ou a entidades delegadas autorizadas por lei ou contrato, ocorrendo caso de necessidade ou utilidade pública, ou, ainda, de interesse social, retiram determinado bem de pessoa física ou jurídica, mediante justa indenização, que, em regra, será prévia e em dinheiro, podendo ser paga, entretanto, em títulos da dívida pública ou da dívida agrária, com cláusula de preservação do seu valor real, nos casos de inadequado aproveitamento do solo urbano ou de Reforma Agrária, observados os prazos de resgate estabelecidos nas norma constitucionais respectivas”. Na atual sistemática, a desapropriação é prevista pela Constituição Federal de 1988, determinando em seu Art. 5º, inciso XXIV, que “a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição”. Meirelles (2003, p. 581) considera que “o interesse há de ser do Poder Público ou da coletividade: quando o interesse for do Poder Público, o fundamento da desapropriação será *necessidade* ou *utilidade pública*; quando for da coletividade, será *interesse social*.”

Carlos Frederico Marés nos ensina sobre os processos sócio-históricos e jurídicos por meio dos quais a terra se transformou em mercadoria e, por consequência, em propriedade. “A modernidade capitalista transformou a terra em mercadoria quando a fez propriedade privada individual e transferível a quem não a usa” (MARÉS, 2010, p.188). A terra vista como condição de produtividade justificou inúmeros sentidos dos ordenamentos jurídicos, gerando ambíguas conotações acerca do conteúdo de sua função social – seria a função social da terra, ou da propriedade, gerar produção de mercadorias? Para o autor,

a insurgência da natureza e dos povos reclamaram a existência de terras, água e ar com liberdade, sob pena de morte, extinção das espécies. A humanidade, no final do século XX, se deu conta de que a terra é necessária não só para sustentar mercadorias, mas também para manter viva a biodiversidade. **A ela se aliam as diversas forma de sociedades, de organizações humanas que tiram da terra não só seu alimento, mas sua alegria, mitos e cultura.** [...] A terra serve, funciona, tem vida, para dar vida, para reproduzir a vida, não de cada indivíduo isoladamente, mas de todos os seus habitantes, plantas, animais ou humanos. Portanto, sua função é manter a vida nas suas mais diversas formas e em suas mais estranhas e improváveis mudanças. **Não importa o que diga o direito, não importa o que diga a lei escrita nas reuniões de representantes dos interesses diversos da sociedade humana. A terra tem a função de prover a vida.** (MARES, 2010, p.196-197) (grifo nosso)

O autor bem elucida o que observamos no conflito em estudo: a concepção terra como elemento de manutenção e reprodução da vida *versus* a terra como sustentáculo da produção de mercadorias sendo, ela em si, também uma mercadoria. A esta dualidade corresponde a dualidade de projetos de futuro em disputa no conflito. Corresponde, ainda, os distintos marcos sob os quais se situa a questão ambiental, marcada entre a oposição dos bens ambientais como mercadorias ou como bens comuns, integrantes da dinâmica da vida.

Com o exercício de escuta durante a observação na pesquisa de campo, podemos dialogar com os moradores das comunidades do entorno que, sob o modo de vida camponês, percebem a terra como um elemento constitutivo da vida, associada aos alimentos, a saúde, a natureza. Entidades como a Cáritas de Sobral e movimentos como o MST, ambos da Articulação Antinuclear, também valorizam esta gramática na qual o bem aparece como condição para reprodução do modo de vida camponês, e não como recurso a ser explorado ou degradado em nome da produção de mercadorias. Estas observamos nos situam para compreender as tensões em torno da possibilidade ou não de desapropriações decorrentes do empreendimento.

A jazida fica dentro da Fazenda Itataia, esta já desapropriada e atualmente pertencente à INB. Entretanto, inclusive por se tratar da maior reserva de urânio já descoberta do país, gera dúvidas a informação de que a exploração ocorrerá apenas no perímetro da fazenda. Ademais, as possíveis contaminações ambientais, a necessidade de construção de obras de apoio ao empreendimento e os possíveis impactos sobre a continuidade do modo de vida das comunidades ameaçam suas permanências naquele território.

Nas audiências, o tema foi longamente debatido. Logo em suas apresentações iniciais, a consultoria ambiental afirmava que “tem uma insegurança e uma expectativa”, pois as pessoas não saberiam o que iria acontecer, se iriam ou não ser desapropriadas. Para a consultoria, a solução para o problema seria o esclarecimento por meio dos planos de comunicação, para informar à população que não estaria prevista nenhuma desapropriação no projeto. O problema, portanto, é tratado como falta de informação.

Durante os debates, a questão surge novamente. Na audiência de Santa Quitéria, um dos participantes pergunta “Para onde vão os moradores desapropriados?”, quando a consultoria responde que “nenhum morador será desapropriado”. Na mesma audiência, um dos líderes comunitários de Morrinhos pergunta se há possibilidade de remoção das famílias do entorno da mina. Novamente, a consultoria reafirma: “então, a resposta é: não está previsto a remoção de nenhuma comunidade. O que a gente prevê é que as comunidades continuem vivendo onde estão.”

Estes questionamentos fizeram com que, nas audiências seguintes, como a de Lagoa do Mato, o representante da INB incluísse o assunto logo em sua apresentação inicial, quando apresentou a Fazenda Itataia dizendo que “vocês já conhecem muito bem, a Fazenda de Itataia. Deixa eu explicar só uma coisa: a fazenda de Itataia ela é propriedade das Indústrias Nucleares do Brasil. Então a questão da desapropriação, não se preocupem, essa fazenda ela foi comprada na década de 70”. No discurso, observamos a continuidade da linha argumentativa segundo a qual o medo de remoção é uma preocupação fora do campo do possível.

Ocorre que o EIA do projeto menciona casos em que podem haver desapropriações, previsão posta pela própria legislação, considerando que se trata de um instituto de direito público que pode ser deflagrado a qualquer tempo pelo Estado, desde que exista a justificativa via utilidade pública ou interesse social. A descoberta de mais

minério para explorar poderia ser, portanto, uma destas hipóteses, caso que já acontece em Caetité, cujo polígono minerário já foi ampliado em relação ao projeto inicial.

O EIA, entretanto, refere-se a outras situações. O estudo aponta que a desapropriação das populações atingidas como um dos possíveis efeitos da ruptura da barragem de rejeitos (ARCADIS LOGOS, 2014, V.4, p.598). Pesquisadores do Núcleo Tramas apontaram para estas possibilidades. Nos questionamentos, houve referência não só à desapropriação “oficial”, ao instituto jurídico em si, mas a todas as complexas alterações de sociabilidade que podem desaguar em um processo de expulsão gradual das famílias da região (dentre as quais podemos mencionar um possível aumento do custo de vida, especulação imobiliária, contaminação ambiental, aumento do adoecimento da população, dentre outros). Uma das pesquisadoras do Núcleo Tramas, na audiência de Lagoa do Mato, caracteriza o que se compreende como um processo de desterritorialização:

mas acontece indiretamente que é o que a gente chama na geografia agrária de desterritorialização, ou seja, não é o poder público que impõe a desapropriação mas você coloca, você cria condições na área de contaminação ambiental, de poluição que faz que as pessoas tenham que sair da área por não poder viver lá

Em resposta, a consultoria inicia sua fala dizendo que vai “dar algumas explicações aqui” mas que “a gente não tem todas as informações de todas as linhas do EIA, mas o que eu conseguir localizar aqui eu vou explicar”. Em alguns momentos de seu discurso, a consultoria enfatiza o amplo domínio de conhecimento acerca da realidade local e do estudo ambiental, chegando inclusive a utilizar estratégias discursivas de desqualificação da intervenção dos pesquisadores insinuando que o estudo é volumoso e que, por isso, não teriam olhado atentamente para todas suas dimensões. Entretanto, em momentos como este, a consultoria esquiva-se da crítica apontada com referências expressas ao estudo ambiental, alegando desconhecimento do mesmo. Porém, ainda diante desta introdução, a consultora segue sua resposta caracterizando a questão da pesquisadora como fruto de um olhar pontual e recortado do estudo:

o empreendimento do jeito que ele está concebido com essa, com esse desenho que está sendo licenciado não haverá desapropriação. Essa informação é verdadeira. A menção no texto sobre desapropriações que foi citada, ela diz respeito a expectativa. O que é isso? É exatamente as dúvidas que a população pode ter com relação à desapropriação. (...) Então não está prevista nenhuma desapropriação. Isso estão, escrito no documento e aí recortar uma assim, olhar um trecho solto do relatório sem saber onde ele está a gente pode correr o risco de interpretar de maneira errada. Então o que está dito lá é sobre a expectativa da população com relação a desapropriação.

Ao afirmar que a previsão do estudo refere-se às preocupações das comunidades, a consultora leva uma informação inverídica para a platéia, uma vez que a redação do estudo é clara ao referir-se a hipótese de vazamento da barragem. A pesquisadora do Tramas contesta a resposta, reafirmando que “O que eu estava apresentando não é uma leitura esparsa nem fragilizada do estudo de impacto ambiental. Inclusive há sim esta questão da expectativa das comunidades em relação as desapropriações como a senhora falou e isso também está no EIA, eu nem citei aqui”, diferenciando os distintos casos.

Diante da crítica, a consultora confirma que existe esta possibilidade, que é traçada no estudo de análise de riscos, mas desqualifica a hipótese como apenas uma das quase duzentas recomendações “futuras” que não se pretende que aconteça. Para ela, “as boas práticas de engenharia” reforçam a idéia de que a barragem será segura e que esta previsão é, apenas, uma ação preventiva.

Neste momento, a INB interfere no debate para, reconhecendo que a possibilidade de desapropriação é real, reafirmar o compromisso de responsabilidade ambiental e social da empresa. “em relação à questão da desapropriação realmente é verdade, esse é um instrumento que a INB pode utilizar. Mas ela não age dessa forma. De forma a manter uma boa relação com a comunidade o que a gente tenta fazer é uma negociação de terras”.

Diante da falência do primeiro argumento, o de que não haveria possibilidade desapropriação, o representante da empresa intervém para argumentar que esta não é a prática da empresa. Rompe-se a linha argumentativa, mas não se foge do eixo das narrativas já estudadas nesta pesquisa. Em um primeiro momento, a negação do risco; no segundo, recorre-se a um argumento que busca moralizar a atuação da empresa, no qual se reforça que, embora o risco exista, fala mais alto sua responsabilidade social e ambiental. A “negociação de terras” e a “boa relação” com a comunidade, entretanto, envolve relações nas quais as assimetrias de poder, de capital institucional e político determinam os rumos que pode ou não ser negociado e dos termos em que esta “boa relação” irá ocorrer. Ao fim de sua fala, o representante da INB diz que pretendem atender “tanto o interesse nosso quanto o interesse da comunidade”, sem que com isso se revele que, muitas vezes, estes interesses serão conflituosos e incompatíveis.

A possibilidade de uma remoção futura repercutiu nos comentários após as audiências. No segundo encontro do grupo de pesquisa de vigilância em saúde e ambiente os moradores analisaram a temática a partir das vivências nas audiências.

“Aquele chefão lá disse “Não, a indenização não há necessidade porque não tem problema”, então aquele rapaz deixou bem claro pra mim que ele tá querendo encobrir esse malefício que pode ter pra num indenizar ninguém”, disse um dos moradores reafirmando que sabe que existirão malefícios que podem culminar na retirada das famílias. Há, portanto, o reconhecimento pelos sujeitos sociais das comunidades de que os discursos levados às audiências comportavam uma intencionalidade de esconder, minimizar ou negar os impactos negativos.

As preocupações, entretanto, não diziam respeito apenas a permanecer no território, mas a permanecer cultivando o atual modo de vida camponês, que se constitui de forma nuclear por uma relação de trabalho-vida-equilíbrio com a terra. Dentro desta relação, a valorização da produção de alimentos simboliza o modo camponês de se relacionar com a terra.

Esta foi, portanto, a segunda grande preocupação das comunidades neste tema. Atribuímos a isto a partilha de experiências com a realidade vivenciada em Caetité, na qual as famílias camponesas relatam numerosas dificuldades de vender os alimentos produzidos, devido aos riscos em torno da contaminação radioativa. Nas feiras da região baiana, portanto, os produtos de Caetité são rejeitados devido às incertezas quanto às possibilidades de contaminação.

Um representante da CPT da Bahia, na audiência de Santa Quitéria, relata os impactos da mineração sobre o modo de vida camponês e a produção de alimentos. Para ele, o projeto “fez com que, onde as comunidades que viviam da produção da agricultura familiar, essa produção teve que sofrer um prejuízo. É onde os consumidores não quiseram mais aceitar os produtos com medo de se contaminar.”

A preocupação surgiu em diversos momentos do debate. Um dos participantes, por exemplo, enviou pergunta escrita na qual questiona “Quais os pensamentos da empresa futuramente com relação com os preconceitos de venda de produtos?” A consultoria afirmava que não existiam riscos de contaminação dos alimentos e que todo aterro radioativo seria monitorado.

Durante o debate, representante da Cnen contesta e desqualifica as informações levadas pela platéia:

Uma coisa que precisa ser colocada, uma verdade que tem que ser colocada, é **que o relatório do Greenpeace no mínimo que poderia ser chamado é de leviano**. Porque esse relatório eu li, esse relatório ele fala sobre uma possível contaminação de poços das propriedades, sendo que os sistemas hidrológicos são completamente diferentes. No final desse relatório, ele menciona que pode ser que a contaminação seja natural. **Então ele leva, é um relatório tendencioso. A recusa dos produtos, o problema dos produtos, surgiu depois desse relatório.** (grifo nosso)

O relatório a que faz referência trata-se do documento “Ciclo do Perigo – Impactos da Produção de Combustível Nuclear no Brasil”, lançado pelo Greenpeace em 2008<sup>152</sup>, no qual se denuncia a contaminação de poços de água em Caetité/BA. Embora o representante da Cnen tenha, neste e em outros momentos, negado a cientificidade ou mesmo a veracidade dos dados do relatório, cumpre destacar que recentemente, em agosto de 2015, representante da INB reconheceu, em debate público, a contaminação de poços da região, o que gerou repercussão nacional e motivou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA a anunciar que, com apoio da Secretaria de Vigilância Ambiental do Ministério da Saúde, tomaria medidas para auxiliar o órgão estadual de vigilância a levantar a situação dos riscos à saúde da população, identificando que poços estariam contaminados com urânio<sup>153</sup>. A desqualificação das informações do Greenpeace reforça o tensionamento durante o debate e reafirma a luta pela produção – e divulgação – das “verdades” científicas.

Terra, água e saúde foram, portanto, os três elementos caracterizadores das preocupações e tensionamentos no conflito. A discussão destes elementos (associados a outros, observados ao longo da pesquisa) deram a tonalidade dos debates e rearticularam os discursos dos empreendedores, consultoria ambiental e das críticas que eram apresentadas ao projeto.

## **6.7 Do lado de fora do rito: decisão ambiental, os espaços não oficiais de diálogo com as comunidades e os comentários após as audiências**

Neste tópico, teceremos nossas últimas considerações sobre o que orbita em torno do rito participativo, ainda que do seu lado de fora. A decisão ambiental, embora não seja tomada nas audiências públicas, devido ao seu caráter consultivo, foi um tema

<sup>152</sup> O relatório encontra-se disponível em < <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/ciclo-do-perigo/>>, acesso realizado em 10.09.2015.

<sup>153</sup> Informações obtidas em < <http://www.aratuonline.com.br/suicabaiana/2015/08/25/anvisa-investiga-contaminacao-por-uranio-em-agua-de-caetite-e-laboa-real/>>, acesso realizado em 10.09.2015.

presente durante os debates e constitui uma dimensão importante para compreender como a população percebe o órgão ambiental e como avalia as possibilidades de resistência ao projeto.

O caráter consultivo das audiências públicas, único espaço oficial de escuta dos atingidos, gera questionamentos e fomenta o sentimento de incapacidade frente a concessão da licença ambiental. Este sentimento se reflete na fala das comunidades, a exemplo de quando um morador de Morrinhos questiona: “olhe, se o governo está a favor, o governo estadual está a favor, o prefeito está a favor, o IBAMA está a favor, o que é que só nós pode fazer?”.

Durante o grupo de pesquisa de vigilância em saúde e ambiente, a inquietação também surgiu durante as falas: “Eu tenho aqui uma interrogação, essas pesquisa e essas discussão da sociedade será que vai ter como impedir a imprantação desse projeto?”.

Nas audiências, o Ibama pontua que o espaço é de escuta e que a decisão sobre a concessão ou não da licença ambiental lhe competiria, enquanto que a Cnen avaliaria a viabilidade de conceder a licença nuclear. O assunto foi mencionado consideráveis vezes nas discussões, principalmente a título de esclarecimento quando se questionava se a autorização já estava dada.

Na audiência de Santa Quitéria, um dos participantes perguntou “se as comunidades envolvidas se recusarem a apoiar, como essa forma de defesa pode ser aceita, ou apenas o Ibama ou a opinião do Ibama é válida?”, quando o representante do órgão ambiental respondeu que o órgão não trabalha com o termo “opinião”, diferenciado seu posicionamento pelo embasamento técnico e que o Ibama é um órgão sério, composto por profissionais concursados, a quem competirá fazer uma análise técnica sobre a concessão da licença ambiental.

No caso, algumas conseqüências decorrem da concentração da decisão ambiental no órgão técnico (dentre outros motivos que a este se associam), dentre as quais mencionamos: surgiu um questionamento do rito participativo, conforme já observamos, já que ele não delibera ou vincula a decisão final; provocou um tensionamento do órgão ambiental e uma expectativa para que ele adiantasse qual a sua posição em relação ao empreendimento; ainda que de forma parcial, pode desenvolver um sentimento de incapacidade dos participantes e das comunidades atingidas em relação ao enfrentamento ou à crítica ao projeto; também de forma parcial, provocou uma associação entre o Ibama e o governo; por fim, observamos que a “concentração”

deste poder decisório potencializou que as comunidades formulassem estratégias de resistência ao projeto para além do campo institucional.

Nas audiências, diversos participantes interviram para questionar se o Ibama iria concordar com aquela “vergonha”, com aquelas “mentiras” todas, com a escolha deste tipo de projeto. Nas respostas, o órgão pedia calma da platéia e reafirmava que não havia nenhuma licença concedida e que o órgão sequer tinha feito a análise do estudo ambiental.

“...O Ibama não pode ser conivente com as irregularidades feitas nesse projeto”, afirma um dos participantes na audiência de Santa Quitéria, membro do MST. Na audiência de Lagoa do Mato, um professor da escola municipal afirma:

Então a gente não pode hoje, o Ibama, porque eu entendo que a decisão é do Ibama não é do povo. O Ibama deixou isso bem claro, o Ibama não pode fazer com que esse empreendimento, que não tem garantias alguma para as pessoas, que só vai gerar 900 empregos.

Os apelos e pressões sobre o órgão ambiental se deram na medida em que ele se apresentava como o que “decidiria sobre o processo”. Após as audiências, os moradores das comunidades com as quais estivemos questionaram a postura do órgão, “é esse daí que quer passar por cima de nós”, diz um dos participantes do grupo de pesquisa de vigilância em saúde e ambiente. Para aqueles que são críticos e que resistem ao projeto, ao tempo em que existe uma expectativa de que o órgão negue a licença ambiental, existe também uma crítica a ausência de deliberação dos atingidos sobre os rumos do território, o que, em alguns momentos, situa o órgão ambiental como “rival” das comunidades. Nesta crítica se somam os pesquisadores da Avaliação de Equidade Ambiental, que apontam a necessidade de democratização do licenciamento, especialmente no que tange a metodologias de avaliação de impactos e inequidades, de escuta dos atingidos e de partilhamento da esfera decisiva (ACSERALD, LEROY, et. al., 2009).

Outra questão que surgiu nos comentários após as audiências, diz respeito a aproximação entre Ibama e os órgãos do governo.

Moça, mas quando falam dessa questão eu fico aqui matutando uma coisa, Semace é governo, esse outro bichim aí é governo, essa outra coisinha é demais da prefeitura, então se diz assim, mas tem participação, mas num é o governo quem dispõe isso aí, o governo veta ou solta, então essas secretarias elas vão ser apenas um movimento do governo mandando fazer isso

A não distinção entre os papéis das secretarias executivas de governo e os órgãos ambientais pode ser explicada a partir das posturas adotadas durante as

audiências, do sentimento de desconfiança com os órgãos e instituições públicas e pelo claro apoio que o Estado (nas esferas nacional, estadual e municipal) confere ao empreendimento.

Em suas falas e comentários sobre a audiência, os moradores afirmam o reconhecimento de que eles conhecem o território e o ambiente e, portanto, seu saberes deveriam incidir sobre o processo decisório. “Pelo menos nós que somos usuário da terra onde ela é feita, nós que somos os perdedor pelas desgraça que ela trouxe, se deixasse nós interferia, nós podia interferir”, afirma um dos participantes do grupo de pesquisa de vigilância ambiental e em saúde.

A dimensão da disputa de interesses e da inequidade entre os que ganham e os que perdem com o projeto também aparece neste mesmo diálogo, quando falam da “arrogância” do governo, que eles deveriam ser ouvidos pois “nós é que vamos ser os perdedor”; outro morador afirma que “nós que somos sofredores, nós que somo todas as pedra que tamo sustentando eles lá em cima do poder.”

Entretanto, as reflexões em torno da pergunta “o que podemos fazer?” culminaram também em processos nos quais as comunidades dialogaram acerca das suas estratégias de resistência ao projeto. Buscar informações, dialogar com os órgãos ambientais, participar das pesquisas, unir as comunidades do entorno da mina foram pontuados como possíveis caminhos para superar a assimetria de poder identificada pelos moradores.

“O povo junto tem muita força, ele só não tem força se estiver de coca ou assentado, mas se tiver em pé ele tem força”, afirma um dos moradores após as audiências. O histórico de luta pela terra, a aproximação entre as comunidades após as audiências públicas, o acesso à conhecimentos úteis sobre o empreendimento consistem em elementos que estimulam a superação do sentimento de incapacidade para agir e resistir ao projeto.

Então o que eu vejo aí, a Itaira ela tem levado, como Santa Quitéria, tem levado muita sorte de já ter muito conhecimento, Caetité foi pego de surpresa, ele não teve conhecimento de nada... Porque o pessoal da INB principalmente **é um pessoal bem estruturado, eles tem uma conversa muito bonita e que ele deixa o pessoal se levar pela conversa, agora eles são muito inteligente;**

Novamente, a assimetria de poderes é evidenciada na fala dos moradores mas, neste momento, não se põe como um obstáculo para ação e resistência ao projeto.

O diálogo com as entidades da Articulação Antinuclear, pesquisadores da academia e instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública reforçam as potencialidades de uma ação resistente ao projeto, “e não é o caso daqui porque nós tamo bem avançado, num caso desse aqui nós já sabe recorrer, sabemos até eu acho até ao ministério público ou coisa parecida”.

“Se tiver nos prejudicando posso haver um meio, num posso? Pode, é difícil? É difícil, mas junto com o povão não é impossível”, sintetiza o morador. A existência de “meios” (institucionais, científicos, sociais) para somar às indignações com as vivências nas audiências públicas fortaleceu as comunidades para se perceberem como sujeitos capazes de agir e interferir sobre os rumos do conflito, ainda que não desapareça de vista a assimetria destes “meios” que os distintos grupos sociais dispõem.

Percebemos, portanto, que as audiências funcionaram como um espaço de indignação e *conscientização* (FREIRE, 2009), mostrando as contradições entre discursos, posturas e práticas dos empreendedores e estimulando este processo que consideramos como passos de um caminho de superação do *sentido das distancias*, ou dos limites, a que se refere Bourdieu (2010, p.141). Entretanto, ressaltamos que, sob nossa interpretação, é preciso considerar a diversidade de percepções no interior de cada comunidade e entre elas. Ainda, que as audiências, tampouco esta pesquisa, puderam alcançar as várias comunidades da região, muitas delas invisibilizadas pelo estudo ambiental. Nos próprios encontros do grupo de pesquisa após as audiências, alguns moradores destacavam a dificuldade de mobilizar e convocar os demais para participar das reuniões sobre o projeto.

Ademais, após as audiências muitos moradores relataram que saíram de lá “com mais dúvidas”, pois “cada um dizia uma coisa diferente”. O contraponto das informações, a disputa sobre a produção de verdades, a polarização de posicionamentos evidenciou o conflito de interesses mas, junto disso, a vigilância sobre o que é dito e dado como certo e inequívoco.

Por fim, devemos pontuar que a eficácia dos discursos dos empreendedores não se restringe ao momento das audiências. Fora do espaço oficial de debate sobre o projeto, existe uma articulada teia de ações que visam se “comunicar” com as comunidades e os municípios atingidos. Segundo o EIA do projeto,

coube ao empreendedor, no atual processo de licenciamento, propiciar o acesso às informações sobre o projeto em estudo, para a criação do conhecimento necessário à construção de um adequado entendimento dos atores sociais envolvidos sobre o empreendimento e os processos a ele associados, permitindo um correto tratamento social do assunto.

O acesso à informação, tão reivindicado pelas comunidades do entorno da jazida, foi levado pelas mãos do grupo economicamente interessado com a aprovação do projeto, e o estudo ambiental avalia que este canal promove um “adequado” entendimento sobre o empreendimento.

Durante as audiências, o representante da Galvani afirma que “estivemos aqui ao longo de um ano e meio fazendo uma série de esclarecimentos de abordagens aos públicos das comunidades locais”. Aqui, percebemos novamente que a perspectiva da comunicação da empresa envolve o “esclarecimento” das comunidades, tidas como desprovidas de conhecimentos relevantes para avaliar a o projeto.

Ao tratar de um dos impactos do projeto, a insegurança quanto ao futuro do território, a consultoria ambiental atribui todo um complexo mecanismo social de *violência simbólica*, de fragmentação das comunidades, de desconstrução de modos de vida e projetos de futuro como “dúvidas e inseguranças” que devem ser dirimidas com “medidas de comunicação social”.

Então todas as palestras que já foram feitos, os encontros, os debates, os informes, quer dizer, o que se pretende é estabelecer um canal de comunicação entre o empreendedor e a comunidade e a administração pública para que todas as informações sejam repassadas para que as pessoas não tenham dúvidas ou reduzir ao máximo essas dúvidas e a insegurança. [consultoria ambiental na audiência de Lagoa do Mato]

O reforço à idéia de “esclarecimento” pressupõe uma hierarquia cognitiva que já analisamos nesta pesquisa. Neste momento, procuramos destacar como os canais não oficiais de participação são internalizados na prática dos empreendedores e das consultorias. Estas, que deveriam analisar a viabilidade do empreendimento, orientam os projetos de “comunicação” social que, fora do espaço de debate público e, portanto, fora da exposição à pluralidade de críticas, “comunicam” discursos que objetivam gerar convencimento em torno do projeto. “Eles já vieram aqui mas só falam o que é bom”, nos conta um dos moradores durante a pesquisa de campo.

A ênfase nos benefícios do projeto, no desenvolvimento da região, na minimização dos riscos e as demais narrativas de justificação se reproduz nestes espaços sem que exista um trâmite regulamentado, a publicização do cronograma destas atividades de comunicação, a mediação de interlocutores, ou seja, sem que exista um crivo público e crítico ao que é dito e difundido nestes momentos.

A idéia de que os empreendedores são “parceiros” das comunidades contribui para legitimar estes mecanismos de geração de convencimento. O acesso privilegiado aos canais de comunicação<sup>154</sup>, a capacidade econômica de manter profissionais no convívio cotidiano com as comunidades para “conversar” sobre o projeto, a produção de materiais didáticos e de uma equipe de profissionais especializados, dentre outros fatores, relevam a relação desigual e violenta com a qual a empresa “dialoga” com as comunidades, que se ressentem de “não saber em quem acreditar”, de não ter acesso a informações técnicas, de não poderem acessar o Estado e difundir seu modo de vida com a mesma eficácia com a qual os empreendedores divulgam o projeto de futuro que pretendem implementar naquele território.

Ademais, estes espaços de comunicação social geram as *coerções* e a produção de silêncios a qual já nos referimos. Na oficina do Painel Acadêmico Popular em Morrinhos, um dos moradores conta que “ eles vieram para dentro dessa sala aqui e não davam muita oportunidade da gente falar não. E a gente vai querer falar. Será que vai ter oportunidade para falar para as comunidades tudinho?”.

Outra fala revela que a comunicação da empresa difunde uma imagem positiva superestimada do projeto e oculta seus impactos negativos.

quando veio o pessoal lá da mina, da INB, fazer uma reunião com a gente aqui, vendeu o peixe dele tanto o quanto pôde aqui. Aí na hora que ele passou a palavra para a comunidade, eu fui um que eu visitei Caetité, né. Aí, do que ele falou aí eu comecei a desconsiderar ele, né. Aqui mais que a pressa, ele já foi tentando arrumar as coisinhas dele. “Não, porque tem que viajar, porque nós vamos não sei para onde”. Quer dizer, ele não quis ouvir o que a gente sabia. Ele só quis falar para nós o que ele sabia.

Ainda que inseridos em uma perversa assimetria de poder, percebemos que as comunidades constroem teias próprias para obter informações e avaliar criticamente sobre o empreendimento. Ainda que com dificuldades de acesso aos canais institucionais, acionam moradores e funcionários das secretarias e do órgão ambiental da prefeitura para ter notícias sobre o projeto; ainda que seus conhecimentos sejam considerados inúteis para análise do projeto, valorizam as colaborações do Núcleo Tramas, participam de debates, questionam os médicos e outros profissionais da região; ainda que exista dificuldade de acesso à informação, os moradores estão sempre contando do que ouviram nos jornais, das histórias de quem já trabalhou em minas, tecendo uma soma que busca construir contrapontos ao que é dito pela empresa.

<sup>154</sup> A empresa mantém, por exemplo, um rádio e um centro de informações na região, ademais a capacidade de mobilizar a imprensa local com constantes notícias sobre o empreendimento.

Na mesma oficina em Morrinhos, uma moradora diz que em uma reunião com os representantes da empresa, eles diziam para os professores irem “se preparando lá, vá construindo sua casa com piscina, que qualquer dia a gente vai aparecer para tomar banho lá. Porque o que eles queriam dizer, que com isso a comunidade ia crescer”.

Durante a pesquisa soubemos, por informação dos moradores, que o funcionário que vive em Santa Quitéria para “lidar com as comunidades” também atua no sentido de obter informações sobre os outros sujeitos sociais que visitam, pesquisam ou de alguma forma atuam nestas comunidades. Ouvimos relatos de que o funcionário da INB, com fotos dos pesquisadores do Núcleo Tramas, questiona aos moradores quais pesquisadores estiveram na região, em que atividade, o que disseram, qual a profissão de cada um, dentre outras questões de intimidação a pesquisa e a aproximação com o território: “... eles perguntaram com quem é que a gente estava se reunindo, quem era... aí eu falei qual era o pessoal que tava se reunindo. Tinha passado sete semanas... eles perguntaram nome de pessoas, quem era. Eu não dei nome.”, afirma um dos moradores, que diz que não deu nenhum nome porque é importante “saber lutar”. Existe, portanto, um ambiente de intimidação e de desconfiança das posturas de “comunicação” que a empresa adota mas que, no interior do licenciamento ambiental, são valoradas de forma positiva e recomendável pelo estudo ambiental.

Ademais, nestes momentos a empresa exerce estratégias de *fragmentação* na qual (RIGOTTO, 2004, p.130) se “segmenta indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes”. Neste sentido, a empresa oferece empregos para membros de uma das famílias mais legítimas de Riacho das Pedras, leva alguns moradores para visitar o empreendimento e Caetité e contrapor às informações que os demais trouxeram durante o intercâmbio promovido pela Articulação Antinuclear, desqualifica as pesquisas realizadas pelo Núcleo Tramas como “mentirosas”, dentre outras estratégias que compõem o núcleo da tentativa de fragmentar os sujeitos sociais que possam resistir ao projeto.

Na audiência de Lagoa do Mato, ao tratar sobre o direito de participação, a consultoria apresentou que foram feitas uma “série de reuniões com as comunidades para debater este projeto e as suas interferências”. O direito de participação tem, com isso, seu conteúdo distorcido, uma vez que não se trata de incidência sobre qualquer processo público, decisório, paritário ou sequer regulamentado. As ações de convencimento da empresa são classificadas como o direito de participar das comunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do conflito ambiental do Projeto Santa Quitéria nos permite perceber os perversos anúncios que a atual política de desenvolvimento gera para os territórios que vivenciam conflitos com grandes empreendimentos.

No conflito, observamos que as narrativas de justificação durante as audiências constituem uma das diversas estratégias de geração de convencimento sobre a viabilidade, a inexorabilidade e a imprescindibilidade do projeto. Os supostos benefícios são maximizados e matematizados, enquanto que os impactos negativos são ocultados, minimizados ou naturalizados. Para os empreendedores importa comunicar uma imagem de responsabilidade ambiental e tecer as ligas para construção do convencimento que gere a concessão de uma “licença social” sobre o projeto.

O licenciamento, como palco destas disputas, mostra relevantes dificuldades de proceder a uma análise complexa, integrada, democrática e equânime acerca da viabilidade destes empreendimentos. No caso em estudo, nos chamou atenção o posicionamento assertivo da consultoria ambiental em viabilizar as narrativas de justificação do projeto. Consideramos que este tipo de prática, assim como as insuficiências metodológicas do estudo ambiental, as racionalidades distanciadas dos territórios impactados e o pouco espaço de participação e deliberação dos atingidos são pontos de constantes críticas ao licenciamento, tomamos como conclusão que este procedimento ainda é insuficiente para proceder a esta análise complexa e radical dos atuais rumos da política ambiental.

Muitas questões são postas pra fora do debate. A tecnicização das discussões nas audiências também constitui uma ferramenta de expulsar do debate público aqueles que não teriam a competência adequada para falar, para julgar os benefícios e os impactos da proposta. À injustiça cognitiva global corresponde uma injustiça cognitiva territorial que caminha associada aos mecanismos de injustiça ambiental. Não apenas se distribui os ônus do desenvolvimento de forma desigual; mas também o direito de fala, o poder de produzir verdades, de disputar idéias, de categorizar o território e os projetos de futuro, de nomear os impactos, de dimensionar os riscos: tudo isso se encontra sob uma desigual disputa cognitiva no conflito ambiental.

Os órgãos licenciadores são vistos de forma ambígua, ora como possíveis colaboradores das comunidades, ora como fiscalizadores, ora como os indutores do *paradigma da adequação*, ora como parceiros do projeto. As dificuldades de “perceber

quem é quem” na mesa das audiências nos alerta para a homogeneização dos discursos ambientais com base na substituição de uma política ambiental precavida e preventiva, por uma política ambiental desenvolvimentista, marcada pelo paradigma da adequação e pela noção de gestão ecoeficiente dos riscos.

O Estado se coloca como parceiro do projeto e legitima o discurso do consórcio que se coloca como parceiro do desenvolvimento do Estado e das comunidades. O subsídio estatal acirra este cenário de assimetria de relações de poder entre os distintos grupos envolvidos no conflito e contribui para um possível sentimento de incapacidade de resistir ao projeto, sentimento este que percebemos, ainda que não de forma homogênea, durante a pesquisa de campo, prioritariamente antes das audiências públicas.

A existência de grupos críticos ao projeto, como a Articulação Antinuclear, amplia o campo dos possíveis e leva ao debate público a existência de contestações e o chamado para que a população se articule no enfrentamento ao projeto. A crítica, entretanto, não é homogênea, nem monolítica. À diversidade de críticas corresponde uma diversidade de sujeitos sociais em distintas posições no campo social, sujeitos estes que assumem estratégias ora de cooperação, ora de enfrentamento direto da postura e discursos dos empreendedores.

As preocupações com a saúde e o histórico de luta pela terra são dois motores que impulsionam o sentimento de resistência ao projeto. A experiência com as audiências públicas consistiu em um espaço *desestabilizante* para muitos moradores das comunidades do entorno, efervescendo as críticas em relação a desigual distribuição dos tempos de fala, à invisibilização de comunidades no estudo ambiental, à descrição do projeto como algo que só terá impactos positivos, à caracterização do território como o lugar do “atraso” e da pobreza.

A partilha de vivências no conflito ambiental tem, portanto, a potencialidade de evidenciar as assimétricas relações de poder e provocar os sujeitos sociais atingidos para se mobilizarem contra sua implementação. Ficou nítido durante a pesquisa de campo e as audiências que as comunidades e movimentos sociais da região distinguem a existência de uma disputa de interesses e se colocam de forma oposta aos empreendedores, em uma gramática que fala “deles” e de “nós” e que identifica que para estas populações recairão os impactos com a contaminação ambiental, os riscos à saúde, o uso perdulário de água, a descaracterização do território e do modo de vida.

O rito de participação também é posto em questão. Da forma de sua condução até o sentido de participar de um espaço não deliberativo, existe todo um campo de críticas que se tecem aos limites das audiências públicas como único espaço de escuta e de voz dos atingidos.

A formalização do rito implica também na mobilização de ferramentas que inibem e censuram a pluralidade de críticas ao projeto, isto porque o espaço é simbólica e institucionalmente distante da realidade da população da região, em sua maioria camponeses. Mas, dialeticamente, as contradições do empreendimento fomentam a participação e o debate, levando para o espaço público uma considerável parcela das contestações e as preocupações com o projeto.

Neste contexto de conflito, os empreendedores utilizam estratégias de convencimento e “discussão” do projeto que estão fora do rito procedimental. Contratam equipes de profissionais e realizam reuniões com as comunidades para expor o empreendimento e seus benefícios. Ainda, mobilizam seu capital econômico e institucional para criar uma teia social que gere aceitação sobre a proposta: instauram uma rádio na região, um centro de acesso a informação, produzem cartilhas, fazem conversas específicas com camponeses, professores e outros profissionais, mantêm funcionários no convívio cotidiano com as comunidades, mapeia os sujeitos e atividades sociais desenvolvidas na região, dentre outras estratégias vistas ao longo da pesquisa.

Em síntese, portanto, esta pesquisa nos alerta sobre a incapacidade dos instrumentos oficiais da política ambiental em cumprir o princípio da precaução e da democratização das decisões ambientais. Evidencia, ainda, a prioridade crescente às políticas de desenvolvimento, que mobilizam diversos capitais para suprimir projetos de futuro territorializados e populares para os territórios em que se instalam.

As audiências públicas consistem em importante fonte e campo de estudo. Nela, as disputas em torno do conflito ambiental podem, mesmo que não integralmente, ser percebidas e analisadas, desde que se parte de uma compreensão contextualizada historicamente sobre o projeto, o território, os sujeitos envolvidos e os rumos da política ambiental.

A opção por estudar o conflito a partir das assimétricas relações de poder se mostrou imprescindível para a desconstrução dos mitos da neutralidade da ciência e do direito. Ambos cumprem papéis muito específicos nestes conflitos ambientais e, portanto, torna-se necessário compreender as injustas relações e os processos de vulnerabilização social que são encampados nestes contextos.

A aproximação entre academia e as comunidades e movimentos sociais nos parece, por fim, um dos caminhos de enfrentamento a esta desigual relação de poder. A construção de saberes em ecologia pelo Painel Acadêmico Popular, ainda que com determinadas limitações durante este processo de construção, implicou em uma legitimidade da crítica que se apresentava nas audiências, tanto para os pesquisadores acadêmicos, que falavam de uma realidade dialoga com quem a vivencia, como para as comunidades, que detinham alguns saberes como instrumentos de contestação às informações que eram dadas pela empresa e consultoria ambiental.

O enfrentamento ao projeto Santa Quitéria é, também, o enfrentamento aos demais projetos de mineração, de desterritorialização, de grandes obras, de remoções forçadas, projetos do agronegócio, da carcinicultura, de hidrelétricas, de portos, de complexos industriais que promovam processos de injustiça ambiental e acentuem a negação de direito para as populações que atingem. Consiste, portanto, no questionamento dos caminhos da política ambiental e de desenvolvimento atuais e nos situa – enquanto sujeitos históricos – diante do desafio de resistir, somar e denunciar a perversidade com que estes empreendimentos vem destruindo a diversidade social, a vida e o ambiente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSERALD, Henri. **Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil**. Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 84-105.

\_\_\_\_\_. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS. 2006, Rio de Janeiro. *Comunicação*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.

\_\_\_\_\_; BEZERRA, Gustavo das Neves; MELLO, Cecília Campello do Amaral. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_; LEROY, et. al. **Por avaliações sócio-ambientais rigorosas e responsáveis dos empreendimentos que impactam o território e as populações**. 2009. Disponível em <<http://centrodeestudosambientais.wordpress.com/2009/09/03/por-avaliacoes-socio-ambientais-rigorosas-e-responsaveis>>, acesso em 23.08.2013.

ALVIM, Joaquim L. de R. **Cidadania(s), Identidade(s) e Integração Social: Reflexões sobre os Modelos Contratualista, Naturalista e Comunitarista da Cidadania**. Plúrima. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Porto Alegre: Síntese, v.2, 1999.

ARAGÃO, Alexandra. **Prevenção de riscos na União Europeia: o dever de tomar em consideração a vulnerabilidade social para uma protecção civil eficaz e justa**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93 | 2011, 71-93.

ARANTES, VAINER, MARICATO. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

ARATU ONLINE. **Anvisa investiga contaminação de água por urânio no sertão baiano**. Disponível em <<http://www.aratuonline.com.br/suicabaiana/2015/08/25/anvisa-investiga-contaminacao-por-uranio-em-agua-de-caetite-e-laboa-real/>>, acesso realizado em 10.09.2015

ARCADIS LOGOS. **Estudo de impacto ambiental projeto Santa Quitéria**. São Paulo, 2014.

AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. Lua Nova(Cedec), São Paulo, n.39, p. 149 - 174 , 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a09n39.pdf>> Acesso em: 15.07. 2014.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes e MORATO LEITE, José Rubens (Orgs), **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**, 2 ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis**: temas da resistência para o tempo presente. São Paulo. Boitempo, 2008.

BOLTANSKI & CHIAPELO. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

\_\_\_\_\_. **Economia das Trocas Linguísticas**, 1997. Disponível em <<http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12933/11099/AEconomiasdasTrocasLinguisticasPierreBourdieu.pdf>>, acesso realizado em 10.07.2015.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz, 13ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Correa, 11ª ed., Campinas, São Paulo: Papyrus, 2011

BRASIL, Câmara dos Deputados. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>>, acesso realizado em 21.08.2015.

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores**: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em antropologia social. Rio de Janeiro, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes e MORATO LEITE, José Rubens (Orgs), **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**, 2 ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. *Revista de Antropologia (USP)*, vol. 39, nº 1, São Paulo, 1996.

CÁRITAS Diocesana de Sobral. **No Ceará, a peleja da vida contra o urânio**. 2013. Disponível em <<<http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2014/01/No-Cear%C3%A1-A-Peleja-da-Vida-Contra-o-Ur%C3%A2nio-FINAL.pdf>>>, acesso realizado em 18.08.2015.

CARNEIRO, Jurandir Eder. **Política Ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável**. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizontes: Autêntica, 2005.

CARTA DE BELEM. **Quem ganha e quem perde com o REDD e Pagamento por serviços ambientais?** Disponível em <[http://br.boell.org/downloads/documento\\_redd\\_carta\\_de\\_belem\\_nov\\_2011.pdf](http://br.boell.org/downloads/documento_redd_carta_de_belem_nov_2011.pdf)>, acesso realizado em 16.07.2013.

CARTA MAIOR. **Economia Verde é o novo modelo hegemônico, diz pesquisadora.** Disponível em [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=20134](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20134)>, acesso realizado em 12.05.2014.

\_\_\_\_\_. **Cientistas seguirão se manifestando contra novo Código Florestal.** Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Cientistas-seguirao-se-manifestando-contrano-Codigo-Florestal/3/25174>>, acesso realizado em 21.08.2015

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

CEFAI, Daniel. **Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmática para a sociologia da ação coletiva.** *Revista Dilemas* (UFRJ), vol. 2, nº 4, Rio de Janeiro, 2009, p. 11-48.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** Tradução de Raul Filker. Brasília: Editora Brasiliense, 1993, p. 174-188.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CONDE, Marta; KALLIS, Giorgos. **The global uranium rush and its Africa frontier. Effects, reactions and social movements in Namibia.** *Global Environmental Change* 22, 2012, pp 596-610.

COGERH, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos. **Portal Hidrológico do Ceará**, 2015, online. Disponível em <http://www.hidro.ce.gov.br/>>, acesso realizado em 20.08.2015.

Consórcio Santa Quitéria, online. Disponível em <http://www.consorciosantaquiteria.com.br>>, acesso realizado em 15.07.2015.

CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA. **Mais alimentos, desenvolvimento e energia.** Disponível em [http://www.consorciosantaquiteria.com.br/arquivos/Cartilha\\_Mais\\_Alimentos.pdf](http://www.consorciosantaquiteria.com.br/arquivos/Cartilha_Mais_Alimentos.pdf)>, acessado em 19.07.2015

\_\_\_\_\_. **Radiação, o que é isso?** Disponível em <http://www.consorciosantaquiteria.com.br/arquivos/radiacao.pdf>>, acessado em 19.07.2015

COSTA, H. S. **Argumentos contra as usinas nucleares.** *Revista Eco 21*. Edição 172, mar 2011. Disponível em <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2413>>. Acesso realizado em 20 de junho de 2014.

DAGNINO, Evelina (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil entiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. **Relatório da Missão Caetité: Violações de Direitos Humanos no Ciclo do Nuclear.** Disponível em <[http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/499\\_Dhesca\\_Brasil\\_-\\_Missao\\_Caetite\\_-\\_Meio\\_Ambiente\\_-\\_2011.pdf](http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/499_Dhesca_Brasil_-_Missao_Caetite_-_Meio_Ambiente_-_2011.pdf)>, acesso realizado em 27.07.2015

DIÁRIO DO NORDESTE (2011). **Itaia requer R\$ 85 milhões.** Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=551918>>. Acesso realizado em 25 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Usina de Itaia: obras previstas para 2016.** Disponível em <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/usina-de-itaia-obras-previstas-para-2016-1.1065077>>. Acesso realizado em 17/07/2014.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim e GUAZZELLI, Augusto Barcellos. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ELETRONUCLEAR. **Novas usinas nucleares.** Disponível em <<http://www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/Perguntasfrequentes/Novasusinasnucleares.aspx>>, acesso realizado em 28.07.2014.

ESQUERDA.NET. **Parlamento Europeu reconhece água como Direito Humano.** Disponível em [http://www.esquerda.net/artigo/parlamento-europeu-reconhece-agua-como-direito-humano/38504?utm\\_source=dlvr.it&utm\\_medium=facebook](http://www.esquerda.net/artigo/parlamento-europeu-reconhece-agua-como-direito-humano/38504?utm_source=dlvr.it&utm_medium=facebook), acessado realizado em 10/09/2015

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos**, n. 4, p. 11-23, abril de 1984.

FASE- Federação de órgãos para a assistência social e educacional. ETTERN- Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). **Relatório – Síntese. Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos e avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Novo marco legal da mineração do Brasil**. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2012.

FARIAS, José Eduardo. **Legalidade e Legitimidade**. In: Centro de Documentação Política e Relações Internacionais (Org.), Universidade de Brasília. *Curso de Introdução à Ciência Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 11-64.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Renan Finamore; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Injustiças da sustentabilidade: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n 100, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FIOCRUZ. **Linha do tempo do cinismo ambiental**. Disponível em <<http://www.fiocruz.br/omsambiental/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=341&sid=13>>, acesso realizado em 12.07.2013.

FIOCRUZ, online. Disponível em <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/funda%C3%A7%C3%A3o>>, acesso realizado em 21.08.2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. AULA INAUGURAL NO COLLEGE DE FRANCE, PRONUNCIADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1970. Disponível em <https://projetophronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-a-ordem-do-discurso-aula-inaugural-no-college-de-france.pdf>, acesso realizado em 15.07.2015

Fundação Heinrich Boll, disponível em <<http://br.boell.org/pt-br>>, acesso realizado em 21.08.2015.

FUNERI – Fundação Ecológica da Região da Ibiapaba. **Santa Quitéria reabre Mina**. Disponível em <<http://www.funeri.jex.com.br/meio+ambiente+no+mundo/santa+quiteria+reabre+mina>>, acesso realizado em 18.02.08

FURRIELA, R. B. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2002.

GOMES DA SILVA, Renan Finamore. **Riscos, Saúde e Alternativas de Produção de Conhecimentos para a Justiça Ambiental: O Caso da Mineração de Urânio em Caetité, BA**. Tese de Doutorado. Fiocruz – Ciências de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2015.

GOVERNO DO CEARÁ. **Governo recebe representantes do Consórcio de Santa Quitéria**. 24 de julho de 2014. Disponível em <<http://www.ceara.gov.br/noticias/11140-mineracao-governador-recebe-representante-do-consorcio-santa-quiteria>>, acesso realizado em 25.07.2014.

GREENPEACE, Associação Civil. **Cortina de fumaça: as emissões de gases estufa e outros impactos da energia nuclear**. 2007.

GREENPEACE. **Relatório Ciclo do perigo**. Disponível em <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/ciclo-do-perigo/>>, acesso realizado em 10.09.2015

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

HERRERA FLORES, Joaquin. **Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência**. Sequência. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, ISSN 2177-7055, 2002.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Tradução de João Vergílio GalleraniCuter. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 27-28.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Audiências públicas por ano**. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento-ambiental/audiencias-publicas-por-ano>>, acesso realizado em 19.09.2015.

Instituto de Desenvolvimento do Estado do Ceará - IDACE. Disponível em <<http://www.idace.ce.gov.br/sitio/index.php/categoria-o-idace?Cssfile=principal.css>>, acesso realizado em 17.07.2015.

INB, Indústrias Nucleares do Brasil. **O mineral urânio**. Disponível em <[http://www.inb.gov.br/pt-br/WebForms/interna2.aspx?secao\\_id=47](http://www.inb.gov.br/pt-br/WebForms/interna2.aspx?secao_id=47)>, acesso realizado em 06.05.2014.

INCA, online, 2015. Informações obtidas em <[http://www1.inca.gov.br/conteudo\\_view.asp?ID=15](http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?ID=15)>, pesquisa realizada em 29.07.2015.

INCRA. **Painel dos Assentamentos**. Disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

IPAM – Instituto de pesquisa ambiental da Amazônia. **O que é e como funciona o mercado de carbono**. Disponível em <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/O-que-e-e-como-funciona-o-Mercado-de-Carbono-/4>>, acesso realizado em 15.07.2013.

LANDER, Edgardo. **Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. In: LANDER, Edgar (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLASCO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005, p.13.

LASCHEFSKI, Klemens. **Licenciamento e equidade ambiental**: As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, Andrea (org). **As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado sobre o decrescimento sereno**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. **Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu**. Revista Cógito, nº11, Salvador, out/2010, p.14-19.

LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LOPES, José Sérgio Leite. A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: ACSERALD, Henri (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böhl, 2004. p. 217-244.

LYNCH, Barbara Deutsch. Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. ACSERALD, Henri (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**, 19 ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 17, n. 49, 2002.

MARES, Carlos Frederico. **Função social da propriedade**. In: REFORMA agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná./ Claudia Sonda (Org.), Silvia Cristina Trauczynski (Org.). Curitiba: ITCG, 2010. 344p.:il.; 21cm. ISBN 978-85-64176-00-3 1. Reforma Agrária 2. Meio Ambiente I. Sonda, Claudia II. Trauczynski, Silvia Cristina. III. Título.

MANIFESTO SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL. Disponível em <[http://www.justicaambiental.org.br/\\_justicaambiental/pagina.php?id=490](http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=490)>, acessado em 24.10.2011.>, acessado em 25.10.2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales*, Flacso, (Santiago de Chile), nº 5, junho 1973.

MARTINEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes Meirelles. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: 28ª ed., Malheiros Editores Ltda, 2003.

MELO, Ana Paula Lima de. **O Novo Paradigma da Discricionariedade Administrativa**. In: Germana de Oliveira Moraes. (Org.). *Temas Atuais de Direito Administrativo*. Fortaleza: ABC Fortaleza, 2000.

MILANEZ, B. ; SANTOS, R. S. P. . **Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?**. In: 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. Anais do 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013

MORENO, Camila. **Economia Verde e Desenvolvement(ismo) no Brasil**. Disponível em <[http://br.boell.org/downloads/camila\\_moreno.pdf](http://br.boell.org/downloads/camila_moreno.pdf)>, acesso realizado em 15.07.2013.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO AMBIENTAL**. Texto extraído da Revista de Direito Ambiental nº 02, abril-junho/1996, página 50.

MORENO, Alejandro. **Superar a exclusão, conquistar a equidade:** reformas, políticas e capacidade no âmbito social. In: LANDER, Edgar (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLASCO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.11.

NUNES, Bruna Sarkis. **A escola nas tramas do conflito: o olhar docente sobre a mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria (CE).** 2013. 78f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

O ESTADO, online. Informações obtidas em <<http://www.oestadoce.com.br/noticia/itataia-revolucionara-economia-dos-sertoes>>, acesso realizado em 18.07.2015.

O POVO, online. Informações obtidas em <<http://mobile.opovo.com.br/app/destaque/index/2015/08/03/5134566/itataia-uma-promessa-para-o-futuro-da-energia-nuclear-no-brasil.shtml>>, acesso realizado em 16.08.2015.

ONG ARTIGO 19. Disponível em <http://artigo19.org/wp-content/uploads/2014/05/Relat%C3%B3rio-Monitoramento-LAI-2013.pdf>, acesso realizado em 19.03.2015.

ONU. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento 1992**, disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>, acesso realizado em 17.07.2014.

ORTIZ, Renato. Introdução. In: **Pierre Bourdieu.** ORTIZ, Renato (Org.). Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ática, 1983.

PACKER, Larissa. **Capitalismo Verde: Como os novos mecanismos jurídicos e financeiros preparam o mercado para a economia.** Disponível em <[http://br.boell.org/downloads/larissa\\_packer.pdf](http://br.boell.org/downloads/larissa_packer.pdf)>, acesso realizado em 17.07.2013.

PNUMA. **Rumo a uma economia verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza.** Disponível em <[http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis\\_PT\\_online.pdf](http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf)>, acesso realizado em 10.07.2013.

PÓLIS, Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais & INESC, Instituto de Estudos Socioeconômicos. Relatório “**Arquitetura da Participação no Brasil: avanços e desafios**”, 2011, disponível em <[http://www.forumdca.org.br/arquivos/forumdca/publicacoes/file\\_8341f109f1dd6aa7efd72d95aa42884\\_146.pdf](http://www.forumdca.org.br/arquivos/forumdca/publicacoes/file_8341f109f1dd6aa7efd72d95aa42884_146.pdf)>, acesso realizado em 04.02.2015.

POPPER, Karl. **O Mito do Contexto.** Em defesa da ciência e da racionalidade. Tradução de Paula Taipas. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 67-113.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza Porto. **Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, Junho 2011: 31,58.

\_\_\_\_\_; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. **Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios.** Revista CiênciaSaúde Coletiva, v.17, nº 6. Rio de Janeiro, jun/2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana.** Geografia-AnoVIII-N. 16, 2006, p.42.

POULANTZAS, Nicos. **Estado, o poder, o socialismo.** Trad. Rita Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (org.). **Estado em crise.** Trad. Laura Viveiros de Castro. Graal: Rio de Janeiro, 1977.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza.** São Paulo: Unesp, 1996. Prólogo, p. 9-15.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ. **Contrato para exploração da Usina de Itaitaia é assinado.** Disponível em <<http://pge-ce.jusbrasil.com.br/noticias/1584763/contrato-para-exploracao-da-usina-de-itaitaia-e-assinado>>, pesquisa realizada em 25.07.2015

R7 NOTÍCIAS. **Soterramento em barragem de mineradora mata trabalhadores em Itabirito (MG).** Disponível em <http://noticias.r7.com/minas-gerais/soterramento-em-barragem-de-mineradora-mata-trabalhadores-em-itabirito-mg-10092014>, acessado em 29/07/2015

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Lívia Alves Dias. **As ameaças do projeto de mineração de urânio e fosfato sobre os usos da água em Santa Quitéria e Itaitira, Ceará.** Projeto de Qualificação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

RIGOTTO, R M; **O “progresso” chegou. E agora? As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento.** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará.

\_\_\_\_\_. CARNEIRO, F F; Pignati, W; AUGUSTO, L G S. RIZOLLO, A; Muller, N M; ALEXANDRE, V P. Friedrich, K; MELLO, M S C. **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte. 98p.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Parecer Técnico “Análise do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria em suas relações com a Saúde Pública, a Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras e a Saúde Ambiental”.** 2014.

SALLES, José Carlos Moraes. **A desapropriação à luz da doutrina e da jurisprudência.** 6ª ed. rev, atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa.** Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, 2012, out./dez, p. 672-688.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. *Avaliação Ambiental Estratégica e sua aplicação no Brasil.* 2008. Disponível em <<http://www.revistaestudosavancados.usp.br/iea/aaartigo.pdf>>, acesso em 02.08.2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

\_\_\_\_\_. **Para além do pensamento abissal.** Novos estudos, v.79, 2007.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências.** 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado.** Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130. jan/abr. 2006.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. **O conceito de saúde.** Rev. Saúde Pública vol. 31 no. 5 São Paulo Oct. 1997.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste Mental no Trabalho Dominado.** Rio de Janeiro: Cortez, 2014.

SENADO FEDERAL. Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. **O princípio da proibição de retrocesso ambiental.** Disponível em <[http://xa.yimg.com/kq/groups/4093686/348930015/name/Livro\\_proibicao\\_retrocesso\\_ambiental\\_Rollemborg\\_2012.pdf#page=8](http://xa.yimg.com/kq/groups/4093686/348930015/name/Livro_proibicao_retrocesso_ambiental_Rollemborg_2012.pdf#page=8)>, pesquisa realizada em 17.07.2013

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais.** Brasília: Confea, 2009.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente. **As Repercussões do Processo de Des-reterritorialização Empreendido pela Modernização Agrícola sobre o Ambiente, o Trabalho e a Saúde de Mulheres Camponesas na Chapada do Apodi/CE.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará.

SOKAL, Alan. Pseudoscience and postmodernism: antagonists or fellow-travelers? In: FAGAN, Garrett (ed.). **Archaeological fantasies: How pseudoarchaeology misrepresents the past and misleads the public**. New York: Routledge, 2006. p. 286-361

\_\_\_\_\_.; Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas Intelectuales**. Tradução de Joan Carles Guix Vilaplana. Barcelona: Paidós, 1999, p. 19 e ss.

TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. **Relatório Projeto Territorialização em Saúde: estudo das relações produção, ambiente, saúde e cultura na atenção primária à saúde do do Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC/CAPES)**. Universidade Federal do Ceará, 2013

TERRA DE DIREITOS. **Pagamento de “serviços ambientais” e flexibilização do código florestal para um “capitalismo verde”**. Disponível em: <[http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Analise-PSA-CODIGO-Florestal-e-TEEB-\\_Terra-de-direitos.pdf](http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Analise-PSA-CODIGO-Florestal-e-TEEB-_Terra-de-direitos.pdf)>, acesso realizado em 15.07.2013.

\_\_\_\_\_. **Carta Final da Cúpula dos Povos apresenta eixos unitários de luta e indica fracasso da Rio +20**. Disponível em <<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/carta-final-da-cupula-dos-povos-apresenta-eixos-unitarios-de-luta-e-indica-fracasso-da-rio20/>>, acesso realizado em 18.07.2013.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 22 Nº. 63, São Paulo, 2007.

VANCLAY, Frank. **International Principles For Social Impact Assessment**. IAIA, Março/2003, Edições especiais nº2.

VÁZQUEZ, Luis Sanchez. **Conflictos socioambientales en torno a la energia nuclear**. Perspectivas desde la Investigación para la Paz. Revista Paz y Conflictos, nº 4, 2011.

VILASBOAS, Zoraide. **O silêncio, nada inocente, do Programa Nuclear Brasileiro**. Ecodebate, 09 de novembro de 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. **Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais**. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizontes: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_.; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos ambientais**. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais – GESTA/UFGM, 2010.

\_\_\_\_\_;Andréa & LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação.** In: ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (Org.). Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Minas Gerais: Editoraufmg, 2010. 1, p. 11-31.